

ELISA MARIANA CARVALHO RIBEIRO

**ACOLHIMENTO FAMILIAR ENQUANTO FISSURA DE UM
DISPOSITIVO: uma cartografia dos afetos**

**ASSIS
2017**

ELISA MARIANA CARVALHO RIBEIRO

**ACOLHIMENTO FAMILIAR ENQUANTO FISSURA DE UM
DISPOSITIVO: uma cartografia dos afetos**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Fernando Silva Teixeira Filho

Bolsista: CAPES; FAPESP processo 2014/24262-7

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

R484a	Ribeiro, Elisa Mariana Carvalho Acolhimento familiar enquanto fissura de um dispositivo: uma cartografia dos afetos / Elisa Mariana Carvalho Ribeiro. Assis, 2017. 250 f.: il. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. Fernando Silva Teixeira Filho 1. Crianças - Assistências em instituições. 2. Assistência a menores. 3. Afeto (Psicologia). 4. Adolescentes. 5. Cartografia. I. Título. CDD 362.7
-------	--

Elisa Mariana Carvalho Ribeiro

ACOLHIMENTO FAMILIAR ENQUANTO FISSURA DE UM
DISPOSITIVO: uma cartografia dos afetos

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a
obtenção do título de Mestrado Acadêmico em
PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 23/03/2017

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho - UNESP/ASSIS



Membros: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza - UNESP/ASSIS

Profa. Dra. Ana Claudia Bortolozzi Maia - UNESP/BAURU

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por ter permitido que os afetos a levassem a escolher-me como filha. Agradeço por sua coragem de tornar-se mãe, por sua teimosia em me fazer perseverar na existência, por seu coração imenso, sua paciência (mesmo diante de nossas diferenças), sua torcida, admiração, apoio e companhia.

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*), meu ciumento herói de coração frágil, que me carregava em suas costas mesmo sob recomendações médicas contrárias, e por assim ensinar-me que algumas regras podem ser burladas quando o coração, apesar de frágil, é grande. Agradeço-o também por me escolher como filha, e por ficar tão orgulhoso de minhas pequenas conquistas.

Também agradeço à paixão dos meus vinte anos, Juliano, que até hoje acompanha-me. Agradeço-o pela paciência, colaboração, madrugadas, nomadismos, segredos, compreensões e incompreensões, que têm feito da minha vida uma composição mais intensa.

Agradeço ao meu orientador, Fernando, que já há algum tempo acompanha-me, ensina e me apoia nessa trajetória acadêmica, por vezes espinhosa, porém extremamente cheia de prazeres. Sou imensamente grata por sua flexibilidade em acolher minhas inquietações, por me mostrar a existência de outros discursos sobre a adoção, sobre as diferentes famílias, discursos muito mais potentes, que me possibilitaram um (re)olhar.

Agradeço aos (às) participantes da pesquisa, que aceitaram o desafio que lhes propus, receberam-me em suas casas e tornaram esta cartografia possível. Sou grata pelas marcas que esta nova experiência me proporcionou e pelos afetos de que fomos capazes a partir desses encontros.

Muito obrigada Bruno Pereira, por ter ajudado com as imagens e pelas diversas dicas, à Juliana Bessa, com quem pude dividir ansiedades e expectativas, à Vivian (Vivi) minha companheira na escrita de artigos, que além disso ouviu-me e acolheu muito, principalmente no fim do meu processo de mestrado, ao Fabio Martins e ao Hilton pelo incentivo, conversas, acolhidas e confidências, à Carolzinha pelas noites sem dormir e pelos dias dormindo, quando extravasar era preciso em composição ao nosso processo de criativo. Sou grata também à equipe do GEPS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sexualidades), pelo espaço compartilhado, pelos eventos realizados em conjunto, pelas discussões teóricas e de bar.

Sou agradecida aos meus amigos anarquistas que me emprestaram livros, questionamentos e horas de conversas insanas em atmosferas repletas de fumaça e de paixão pela vida.

Agradeço à equipe da Pós-Graduação que com paciência, sempre solícita, respondeu às minhas perguntas e ajudou-me com os processos burocráticos. Agradeço também ao Marcio, do escritório de internacionalização, por seu auxílio.

Muito obrigada à CAPES e à FAPESP¹, que por meio do incentivo financeiro, possibilitaram-me viajar com mais tranquilidade para acompanhar as famílias acolhedoras, assim como proporcionaram um pouco mais de conforto e tranquilidade para que eu pudesse dedicar-me, exclusivamente, à pesquisa. Aproveito também para agradecer à pessoa parecerista da FAPESP que, com suas críticas e sugestões, contribuiu com o presente trabalho.

Sou grata ainda, a Cau e ao Leo, que compuseram as bancas de qualificação e de defesa, por seu carinho ao lerem esta cartografia, e o cuidado com que fizeram críticas e sugestões possibilitando, assim, significativas modificações.

Agradeço também aos(as) músicos(as), aos poetas e poetisas, às plantas e aos bichos, que também ensinaram-me a compor.

¹ Processo 2014/24262-7

RIBEIRO, Elisa Mariana Carvalho. **Acolhimento familiar enquanto fissura de um dispositivo: uma cartografia dos afetos**. 2017. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

RESUMO

Os discursos sobre a infância e a maneira como tem sido percebida e teorizada ao longo dos anos determinam os tipos de ações voltadas às necessidades das crianças e adolescentes, bem como são ressignificados os papéis e a função do grupo familiar mediante tais modificações. Diante desse processo de definições e redefinições sociais e subjetivas, as crianças e adolescentes que têm seus direitos violados dentro de sua família de origem, e que portanto, precisam ser retiradas desse convívio para sua proteção, tornam-se alvo das políticas públicas e de suas medidas protetivas. O dispositivo de institucionalização da infância passou por fortes questionamentos quanto à sua efetividade em garantia de direitos, principalmente no que concerne à convivência familiar e comunitária. É assim que por meio do PNAS (Plano Nacional de Assistência Social, 2004) é estabelecida uma nova modalidade de acolhimento, o familiar, que com as alterações da lei n.º 12.010 de 2009 feitas ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a ser prioritário frente ao acolhimento institucional. As famílias acolhedoras são voluntárias e passam por seleção e treinamento realizados pelas equipes técnicas dos programas e assim recebem e acolhem em suas casas as crianças e adolescentes encaminhadas(os). O objetivo da presente pesquisa foi cartografar os afetos nesse contexto de acolhimento que inclui a sociedade na efetivação de uma política pública de proteção. Isso foi possível por meio do acompanhamento de duas famílias acolhedoras oriundas de diferentes cidades do interior paulista, por meio de encontros, telefonemas, conversas, e de material proveniente do *Facebook*. Dentre os afetos cartografados destacam-se a rivalidade e a ambivalência e outros decorrentes de dificuldades, principalmente, em relação ao fim dos acolhimentos.

Palavras-chave: Acolhimento Familiar; Dispositivo de institucionalização; Afetos; Cartografia.

RIBEIRO, Elisa Mariana Carvalho. **Foster care as the fissure of a device: a cartography of affects**. 2017. 250 f. Dissertation (Masters Degree in Psychology). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

ABSTRACT

The discourses about childhood and the way it has been perceived and theorized over the years determine the types of actions toward to the needs of children and adolescents, as well as the roles and the role of the family group are redefined through such modifications. In this process of social and subjective definitions and redefinitions, children and adolescents who have their rights violated within their family of origin, and therefore need to be removed from this conviviality for their protection, become the target of public policies and their protective measures. The institutionalization of childhood was strongly questioned as to its effectiveness in guaranteeing rights, especially in relation to family and community life. Thus, through the PNAS (National Plan of Social Assistance, 2004), a new modality of foster care, the family, is established, which with the amendments of law nº. 12.010 of 2009 made by ECA (Children and Adolescent Statute), it becomes priority against the institutional care. The foster families are volunteers and go through selection and training by the technical teams of the programs and thus receive and welcome in their homes the children and adolescents sent to them. The objective of the present research was to map the affects in this context of foster care, which includes the society in the accomplishment of a public policy of protection. This was possible through the accompaniment of two foster families from different cities in the interior of São Paulo, through meetings with such families, phone calls and conversations, and material from Facebook. Among the affects mapped out are the rivalry and ambivalence and others coming from difficulties, especially in relation to the end of the foster care.

Keywords: Foster Family; Device of institutionalization; Affects; Cartography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ribeiro, Pode entrar, 2015	97
Figura 2. Ribeiro, Um certo varal, 2015	99
Figura 3. Cheiros e sinais, 20 de março de 2016. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	100
Figura 4. Ribeiro, Leite para adulto, leite para criança, 2015.	101
Figura 5. Ribeiro, Sua cama repleta de roupas infantis, 2015	101
Figura 6. Ribeiro, Meses de acolhimento, 2015	101
Figura 7. Ribeiro, Ao final do corredor, 2015	102
Figura 8. Ribeiro, Universo azul de um bebê, 2015	103
Figura 9. Ribeiro, Um quarto para acolher, 2015	103
Figura 10. Ribeiro, Talcos, fitas e pomadas, 2015	103
Figura 11. Ribeiro, Será que ela vai gostar?, 2015.....	104
Figura 12. Ribeiro, Aqui se brinca!, 2015	104
Figura 13. Ribeiro, Laura, 2015.	103
Figura 14. Ribeiro, “Mais alto! Mais alto! Até a lua”, 2015	105
Figura 15. Ribeiro, “Deixa que eu vou de moto”, 2015	106
Figura 16. Ribeiro, Biblioteca, 2015	106
Figura 17. Ribeiro, Um livrinho, 2015	106
Figura 18. Ribeiro, Já tem cinco! Será que sempre cabe mais um(a)?, 2015.....	107
Figura 19. Ribeiro, Estratégia: organizando rotinas, 2015	108
Figura 20. Ribeiro, Notícias de uma micropolítica, 2015	109
Figura 21. Ribeiro, Com um pé no acolhimento familiar, 2015.....	109
Figura 22. Ribeiro, O beijo de Maria e uma história de acolhimentos, 2015.....	110
Figura 23. Ribeiro, Rostinhos familiares, 2015	110
Figura 24. “Acolher uma criança é...”, 30 de maio de 2015.Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	111
Figura 25. Ribeiro, Mamanhês, 2015	113
Figura 26. Ribeiro, Companhia, 2015	113
Figura 27. Ribeiro, Um Cheirinho, 2015	113
Figura 28. Ribeiro, Afetos de um bebê, 2015.....	113
Figura 29. Ribeiro, Riso partilhado, 2015	114
Figura 30. Mimos para um primeiro passo, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	116
Figura 31. Ai!, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	116
Figura 32. Convivendo, 19 de Julho 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	117
Figura 33. Ribeiro, Contato, 2015	118
Figura 34. Ribeiro, Uma tarde de acolhimento muda toda rotina, 2015	118
Figura 35. Ribeiro, Mamar e assistir desenho, 2015	119
Figura 36. Ribeiro, “Ele me abraçou!!”, 2015.....	120
Figura 37. Uma chegada, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	121
Figura 38. Quando ele usa cor-de-rosa, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	123
Figura 39. Ribeiro, É que eu te olho, eu te percebo, 2015	125
Figura 40. Ribeiro, Colo, 2015	125
Figura 41. Boa noite, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	126
Figura 42. Ribeiro, Cotidiano, 2015	127
Figura 43. Ribeiro, Hora do banho, 2015	127
Figura 44. Ribeiro, Fresquinho, 2015.....	127
Figura 45. Meu acolhido, eu e um hospital, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	131

Figura 46. Treze dias da vida de José, treze dias da vida de Oscar, 2015. Fonte: print screen do <i>Facebook</i>	132
Figura 47. Entre furinhos e exames: ele sorri. Sobre a potência de uma vida, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	133
Figura 48. Pai e acolhedor, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	133
Figura 49. Em berço provisório, mas envolto em carinho, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	144
Figura 50. Quando basta ser, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	147
Figura 51. Enquanto ele fica, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	147
Figura 52. (Des)continuidades, 2015. Fonte: <i>print screen</i> do <i>Facebook</i>	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Parte 1. Dispositivo de institucionalização da infância e adolescência.....	18
1.1 Infância: uma construção social.....	21
1.2 Performatividade familiar.....	27
1.3 Sujeitos de direitos.....	30
1.4 O Dispositivo de institucionalização e um recorte de classes.....	31
1.5 Institucionalização.....	34
1.6 Incertezas quanto às instituições: questionamentos científicos.....	39
1.7 De recolhimento à acolhimentos: fissuras de um dispositivo.....	47
1.8 Acolhimento Familiar na França.....	60
1.9 Acolhimento familiar em Portugal.....	67
Parte 2. Afetos.....	69
Parte 3. Territórios metodológicos.....	78
3.1 Aspectos éticos.....	81
3.2 Cartografia.....	82
3.3 Diário de campo: registros de fragmentos intensivos.....	83
3.4 Conversas ou entrevistas com manejo cartográfico.....	86
3.5 Entre o território e o olhar, uma lente.....	88
3.6 <i>Facebook</i> como território emergente para a pesquisa.....	88
3.7 O que os olhos não veem, por um telefonema se conta.....	91
Parte 4. Exposição de Traçados afetivos do acolhimento familiar.....	97
4.1 Casa-afetos.....	97
4.1.1 Varal de chupetas: materializando ausências.....	98
4.1.2 Casa “bagunçada” ou cheia de brinquedos: cartografando alguns sinais da infância.....	100
4.1.3 Geladeira.....	108
4.1.4 Registros fotográficos.....	109
4.2 Afetos de troca cotidiana.....	111
4.3 Afetos e responsabilidades.....	124
4.4 Afetos de um telefonema: processo de desterritorialização.....	134
4.5 Afetos de transitoriedade.....	143
4.6 Vinculação no acolhimento familiar: possibilidades e conflitos.....	149
4.7 Rivalidade e ambivalência.....	151
4.8 Dificuldades frente ao acolhimento.....	156
4.8.1 Acolhimentos simultâneos.....	157
4.8.2 Fim dos acolhimentos.....	157
4.8.3 Inexistência de grupos de apoio mútuo e trocas.....	159
Considerações finais.....	166
APÊNDICES.....	180
Diários de Campo.....	180
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	251

INTRODUÇÃO

Os passos dados nesse trajeto de construção de conhecimento, que se pretendeu nômade, poderiam ser explanados, acolhidos e compreendidos de diversas maneiras. A forma como escolhi apresentá-los está atrelada aos fragmentos de minha história de vida, aos momentos intensivos desse trajeto em que os afetos decompueram os passos em uma corrida desenfreada ou em uma paralisia contida, à passos ora ordenados, de mansinho pé ante pé, ora descomedidos, aos atropelos, em pequenos e grandes saltos, e alguns tropeços.

Escolho como ponto de partida meus dois anos de idade (aproximadamente), por ter sido este, como o considero, um momento de sensíveis mudanças: nesse período fui adotada por minha família. Essa diferença acompanha-me desde então, marca-me e me faz olhar a vida, as relações entre os corpos, enfim, os encontros, a partir dessa marca, de modo singular.

Aos quinze anos, quando “descobri” essa história de adoção, fui tomada por uma frustração imensa porque tratava-se de algo diferente para o qual eu não tinha explicações ou parâmetros. Apesar de todo o choro e confusão, consegui perceber algo importante que já na época pareceu-me bom: de qualquer forma, eu tive uma família, tive cuidado e amor. Era uma maneira que eu havia encontrado/criado de dar sentido àquele turbilhão de afetos, àquelas exceções. O incompreensível era: por que não me quiseram? O que havia dado errado? E ainda também: por que outras(os) me quiseram, e escolheram-me? Em que estavam os erros e acertos dessa história? Na época, quinze anos, certa ponta de rebeldia, e agora, mais algumas perguntas somadas à vida.

Meu imaginário guiava minhas perguntas em torno desse “umbigo ainda em flor”²: o que constitui uma família? Qual a força dos laços de sangue? Por que algumas pessoas abandonam crianças e outras entregam-nas para adoção, e ainda, por que há quem queira e adote essas mesmas crianças? Tais questões foram mesclando-se as outras, modificaram-se, estancaram, enfim... estiveram em processo, durante anos.

Foi assim que ao cursar a graduação em Psicologia, deparei-me, no quarto ano com um estágio intitulado *Laços de amor: adoção, gênero, cidadania e direitos*. Logo interessei-me, queria realmente saber o que a Psicologia tinha a dizer sobre a prática de adoção de crianças e adolescentes: sobre aquele pequeno turbilhão.

Foi aí que se deu meu ingresso nas leituras e discussões sobre adoção, famílias, crianças, e sua relação com as questões de gênero, clínica e psicoterapia. Nesse caminho encontrei muitas

² Referência à letra da música *Prato de flores*, de Nação Zumbi, do trecho “seu umbigo ainda em flor vai parar o tempo, vai matar a dor de novo”.

pesquisas interessantes, livros, dissertações, teses, e percebi que a adoção poderia, inclusive, ser uma prática dissidente, no sentido de que contem em si um enfrentamento a certa produção de verdades discursivas sobre as famílias. Consegui nomear os preconceitos (meus, inclusive), citá-los com referências bibliográficas e tudo! E mais que isso, senti imenso desejo de desconstruí-los. E fui desconstruída, desterritorializei-me para retorritorializar-me inúmeras vezes.

Era preciso deixar-me estranhar pelas marcas.

Lembro ainda de um dia em que cheguei para uma supervisão de estágio, angustiada (após uma sessão de psicoterapia) e fiz uma pergunta ao Fernando (meu atual orientador que, na época, orientava-me na iniciação científica). Do que me recordo, minha questão naquele dia era se os(as) bebês tinham memória, se eu podia, por exemplo, ter gravado uma sensação de abandono, de passagem da minha genitora, de seu cheiro e calor, aos da minha mãe, e essa ruptura ter se “gravado” em mim de forma negativa, e como resultado, eu enfrentar problemas atuais por conta disso (da adoção).

Sinceramente, não recordo de tudo mas lembro de sua resposta citando autoras (es) e teorias enquanto possibilidades, umas diferentes das outras. Ele dizia “tal autor diria que.... Mas já tal teoria responderia que...”, e assim ele foi conduzindo-me à um pensamento. Dentre essas possibilidades citadas haviam diversas que balizavam por conceitos de abandono, falta e traumas.

Foi o auge quando ele concluiu pontuando que era possível que eu tivesse sido atravessada sim, por diversas sensações e que eu poderia, inclusive, ter sentido positivamente a diferença no cuidado, no toque, na constância desse novo cheiro, voz e calor. Por que não?

Não sei se compreendi exatamente o que ele tentava mostrar, mas percebi duas coisas: primeira, eu não precisava, necessariamente, subjetivar-me pela falta; segunda: que a Ciência, e nesse caso, mais especificamente a Psicologia, poderia ter usos diversos e servir às diminuições ou aos aumentos de potência de vida.

Ou seja, a história é viva, está em construção em um processo em que as memórias e sensações vão ganhando sentido, assentando-se com a formação de nossas máscaras: processo de subjetivação, o atual em nós. Era possível dar sentido às minhas vivências, por meio de teorias que afirmavam uma falta constitutiva e traumas por conta da adoção, ou então encarar estas mesmas vivências assentando-me em teorias que afirmam a vida, a valorização das diferenças, dos encontros e das escolhas feitas por amor.

Inevitável não lembrar de Foucault (1977) quando destaca a importância de desprendermos- nos "das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a

lacuna), que o pensamento ocidental, por um longo tempo, sacralizou como forma do poder e modo de acesso à realidade". É preciso preferir "o que é positivo e múltiplo; a diferença à uniformidade"³.

Havia então, enquanto psicóloga em formação e recente pesquisadora, uma escolha ética a ser feita, inclusive diante da produção do conhecimento. A possibilidade de afirmar a vida, a potência dela e os afetos em toda vivência, em toda diferença - mesmo em histórias à princípio marcadas pela privação ou pelo abandono, seja por parte do Estado, das famílias e/ou de ambos –apresentava- se como coragem ética.

Compreendi a urgência em produzir trabalhos potencializadores da capacidade de afirmação da vida e das diferenças. Isto explicitou- se ali, em um encontro intensivo: os fatos sociais podem resvalar por teorias diversas, o que produzirá discursos, verdades e modos de subjetivação. A grande questão é: o que se quer promover, o que deixar de rastros pelo caminho? Que recados manter nas encruzilhadas, aqueles pontos sensíveis em que nossos passos encontram-se com as(os) de outras(os)?

Assim, no grupo de estágio esse processo de conhecimento teve continuidade, organizamos eventos e pesquisamos juntos(as), o que resultou em minha iniciação científica (“Os efeitos da matriz bioparental nos processos de adoção de crianças e adolescentes”), e desdobrou-se até a presente dissertação.

Exposta à possibilidade de deixar-me conduzir pelas marcas do tempo, é que acredito que a pesquisa já existia de algum modo, à espera de atualizações.

Em um dos eventos realizados com o grupo de estágio foi que o tema Acolhimento Familiar (modalidade de acolhimento alternativa ao institucional, que ocorre na casa de famílias acolhedoras) surgiu de forma mais marcante: nesse momento os primeiros cenários dessa cartografia foram avistados.

Em viagem à uma cidade do interior paulista para participar de outro evento, aproveitei e fiz uma visita à equipe do programa de acolhimento em família colhedora de lá. Conversei com a psicóloga e com a assistente social, e convidei-as à participarem de nosso evento na UNESP sobre o tema. A assistente social aceitou e participou conosco na ocasião, em que apresentou o programa relatando um pouco de sua experiência nesse trabalho, e exibindo o vídeo de uma das famílias acolhedoras em que contavam um pouco sobre suas vivências.

Fiquei impressionada com aquela proposta de acolhimento e de novo fui atravessada por diversas questões. Por acaso, geralmente tenho carinho pelo que causa- me estranhamento,

³ Excerto extraído da *Introdução à vida não fascista*. Disponível em: http://www.coloquiofoucault2008.mpbnet.com.br/por_uma_vida_ao_fascista.html.

por aquilo que tem a ousadia de suportar, em si, a diferença. Nessa altura, no quinto ano da graduação e essas novas questões que eu queria muito responder (mais tarde me surpreendi ao perceber que, mais relevante do que achar respostas, poderia ser, abrir passagens e criar outros questionamentos).

Era preciso marcar as folhas de papel ainda em branco. Foi assim que, depois de um percurso de leituras, elaborei um projeto para o mestrado (de fato, um pouco distinto do que hoje resulta), com o intuito de realizar uma pesquisa com famílias acolhedoras, ou seja, com famílias participantes de programas de Acolhimento Familiar.

As questões da pesquisa (sobre as possibilidades de afetos entre as famílias acolhedoras e as crianças acolhidas, as motivações, os enrijecimentos discursivos) então, em poucos momentos foram estranhas às minhas sensações, e ao contrário, surgiam também delas, dos afetos borbulhantes pondo tudo em movimento. Questões que passaram a configurar-se como pretensão ética de inventar mundos diante de um tema que guarda sua relevância social no fato do Acolhimento Familiar surgir como proposta alternativa ao acolhimento institucional, rompendo com aspectos de uma história marcada, por anos, pela institucionalização da infância e da adolescência pobre.

Assim, no encontro entre mim e duas famílias acolhedoras, foi possível adentrar as marcas que me compunham desde antes da graduação, aprofundar, ir dando corpo à essa existência e criar novas fissuras. Dessa maneira, com o tempo, tal trajetória pode ganhar em mim um corpo mais palpável, maior consistência.

Nessa empreitada, durante algum tempo pensei no que utilizar, em que informações históricas trazer e destacar para situar o tema aqui proposto. Ou seja: a quem dedicar a primeira parte da escrita? Assim, iniciou-se um processo de tentativa de fazer renascer o objeto despindo-o de sua anterioridade discursiva que resultou em um exercício de vasculhar o sedimentado e buscar inaugurar uma nova estética argumentativa que permitisse dar passagem às multiplicidades intensivas desta cartografia.

Com a intenção de vivenciar e destacar alguns afetos nos contextos de acolhimento familiar, pensei em apontar a família e sua historicidade, destacando as funções dentro do grupo familiar e suas modificações, o que inevitavelmente levaria à discussão sobre a infância, o nascimento do sentimento de amor às crianças (uma discussão também bastante ampla), haveria também a possibilidade de destacar as ações voltadas à infância pobre e excluída, como os abrigamentos e as políticas de proteção. Percebi que os temas mantinham íntima relação, e nesta composição de saberes haveria de encontrar uma forma de escrever sobre.

Foi quando retomei a ideia de dispositivo de Foucault, que me possibilitou apresentar a composição dessas histórias, destacando alguns entrelaçamentos entre infância, família, Estado, pobreza, políticas públicas, bem como situar o panorama do acolhimento familiar e os discursos que o compõem. Estes traços e registros encontram-se na parte 1, em que destaco o acolhimento familiar enquanto uma prática composta por linhas de fissura dentro de um dispositivo voltado às crianças e adolescentes afastadas(os) de suas famílias.

Quanto aos afetos, reencontrei-os enquanto conceito, quase “por acaso”. O objeto da pesquisa, o tema geral estavam bem definidos mas o que eu queria exatamente da família acolhedora, ainda era vago. Eu buscava algo da esfera das relações, mas o que? Era preciso um recorte.

Na graduação já tinha tido contato com autoras(es) da Filosofia e aproximações desta com a Psicologia, em especial com a Filosofia da Diferença, o que me levou à Deleuze, Guattari, e Espinosa. Foi assim que retomando alguns conceitos e leituras, nesse período, reencontrei-me com o conceito de afeto nos escritos de Deleuze, que me levaram até Espinosa novamente, tornando-se, este, por fim, por encantamento, um conceito central neste trabalho, que encontra-se anotado na parte 2.

A escolha metodológica deu-se de forma curiosa, porque foi preciso mudar para lidar com os fluxos e intensidades. Essa mudança continha em si a percepção de que o conhecimento é processual e inseparável do próprio movimento da vida e dos afetos que a acompanham, portanto, na tentativa de acessar uma dimensão afetiva e acompanhar processos mais do que buscar verdades, é que a escolha da Cartografia como método se deu. Esta, enquanto caixa de ferramentas, possibilitou uma composição de instrumentos (encontros, fotografias, filmagens, telefonemas, gravações de áudios, redes sociais, e dois diários de campo), que contribuiu para que não apenas os discursos proferidos fossem acessados, mas também aqueles que ao atravessarem as entrelinhas são captados apenas pelas sensações. Era preciso instalar-me sobre as próprias linhas do dispositivo. Essa experiência cartográfica tem seus apontamentos metodológicos registrados na parte 3.

A parte 4 destina-se a apresentar linhas de traçados afetivos do acolhimento familiar em que alguns registros fotográficos, trechos dos diários, assim como material proveniente do *Facebook*, são apresentados, com o intuito de produzir, nesse encontro entre a presente cartografia e quem aqui se detém, brechas para que a esfera dos acolhimentos, em sua composição de afetos, possa ser atualizada e também disparadora destes.

Os apêndices que seguem são fragmentos dos diários de campo. Por meio dessas escritas, a pretensão foi trazer um pouco, ainda que fragmentado, da imensidão intensiva que

se compôs ao acompanhar duas famílias em seus processos de acolhimento. Estes diários foram compostos em diferentes momentos, com escritas produzidas aos solavancos, às enxurradas, e à conta gotas, com lembranças imediatas e outras muito tardias, posteriormente incorporadas.

Os relatos ali talvez digam mais de como foi possível perceber e rememorar os processos e afetos, do que de uma realidade única, verdadeira e objetiva. Devem ser percebidos mais como o espaço onde foi possível grafar e acolher os estranhamentos bem como os aspectos mais reconhecíveis que sobrevieram durante esse processo cartográfico.

Parte 1. Dispositivo de institucionalização da infância e adolescência

Esta parte da escrita destina-se a apresentar, desenvolver e aprofundar a compreensão da modalidade de acolhimento em Família Acolhedora como uma prática que, com aporte jurídico, emerge dentro de um dispositivo destinado à infância (pobre, abandonada). Tal prática é destacada, nesse contexto, enquanto uma fissura no interior deste, gerada por meio de linhas de atualização, que passam a compor assim, uma mudança paradigmática.

O que é então um dispositivo? Foucault (1995c) o caracteriza como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (p.244-245, acréscimos e grifos meus).

Deleuze (1990) usa a figura do novelo para pensar o dispositivo e o sugere como um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferentes que não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta. Essas linhas do dispositivo seguiriam direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio, e têm movimento tanto de aproximação como de afastamento uma das outras, estando submetidas às variações de direção, às derivações.

Dentre os componentes de um dispositivo estão as linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura e de fratura, que se misturam e se entrecruzam. Essas diferentes linhas dividem-se entre linhas de estratificação ou de sedimentação e linhas de criatividade ou de atualização (DELEUZE, 1990).

Um dispositivo é composto por duas dimensões que poderiam, enquanto regimes, apontar uma historicidade deste: as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. Eles são, portanto, máquinas de fazer ver e de fazer falar. Foucault (1999, 2005) designa “dispositivos de poder”, “dispositivos de saber”, “dispositivos disciplinares”, “dispositivos de sexualidade, dentre outros, que

Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc (DELEUZE, 1990, s/p.).

A primeira dimensão do dispositivo, as curvas de visibilidade, são constituídas por linhas de luz que formam figuras variáveis e intrínsecas à “seu” dispositivo. “Cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira em que esta cai, se esvai, se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela” (DELEUZE, 1990, s/p.).

Com relação às enunciações, Deleuze destaca que são curvas que distribuem variáveis. Elas

remetem para linhas de enunciação nas quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos; [...] uma ciência, em um determinado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social definem-se precisamente pelos regimes de enunciações (DELEUZE, 1990, s/p.).

O dispositivo também implica linhas de forças. Estas passam por todos os espaços dele e fazem o envolvimento dos trajetos de uma linha com outra, operam idas e vindas entre o ver e o dizer, e o inverso, como setas, incessantemente penetrando as palavras e as coisas. Por mesclar-se estreitamente com as demais linhas, torna-se indistinguível destas. Trata-se da “dimensão do poder” que se compõe, com o saber. O poder, segundo Deleuze (1990), é a terceira dimensão do espaço interno do dispositivo.

A linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade no dispositivo. É uma linha que se dobra sobre si mesma, que está para fazer-se, na medida em que, no dispositivo seja possível. É uma transposição da linha de forças, ou seja, quando a força, em lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta para si, exerce-se sobre si ou afeta-se a si mesma.

Deleuze (1990) destaca que Foucault assinala o dispositivo da cidade ateniense como o primeiro lugar de invenção de uma subjetivação, onde concebeu-se uma linha de forças que ao passar pelos afetos de rivalidade dos homens livres, foi seguida de uma linha distinta, segundo a qual aquele que mandasse em homens livres deveria, ele próprio, ser mestre de si.

Ao apresentar o dispositivo da sexualidade, Foucault (1999) escreve que há sobre o sexo

Uma multiplicidade de discursos, produzido por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições [...], explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política...Não é, portanto, simplesmente em termos de extensão contínua que se deve falar desse acréscimo discursivo; ao contrário, deve-se ver aí a dispersão dos focos de onde tais discursos são emitidos, a diversificação de suas formas e o desdobramento complexo da rede que os une (p.40).

O autor aponta a dispersão dos aparelhos para falar do sexo com a criação de dispositivos insistentes para fazer falar dele que se aproximam consideravelmente da produção voltada para o âmbito da família e de todo o aparato de acolhimento à infância pobre.

Assim como em relação ao sexo, há, no dispositivo que aqui se pretende destacar, um conjunto de documentos oficiais sobre o tema com discursos fortemente embasados pelo saber científico, entrelaçamento de poderes, investimento de recursos, instituições estatais, organizações não governamentais e uma gama de profissionais e usuárias(os) envolvidas(os). Uma dispersão de luzes distribuindo o visível e o invisível, e de vozes, em que se produzem antigas e novas “verdades”.

Os afetos produzem deslocamentos e nos desprendem de nossas continuidades, e por habitarmos certos dispositivos e neles agirmos, “é necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual” (DELEUZE, 1990, s/p).

Essa ação promovida pelos afetos gera deslocamentos no dispositivo, considerando que, “todo o dispositivo se define, pois, pelo que detém em novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo do futuro” (DELEUZE, 1990, s/p).

O dispositivo de institucionalização voltado às crianças e adolescentes (que será aqui apresentado) talvez se encontre em um momento profícuo de linhas de fissura, de transformação e outramento. Processo de mudança paradigmática, porém, que preserva contradições, em que coabitam práticas de inclusão ainda perversas (SAWAIA, 2001), disciplinares e controladoras da população pobre, além de ações e instituições permeadas por antigos discursos de caridade.

Como orienta Deleuze (1990, s/p.) “devemos separar em todo dispositivo as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; [...] a parte da história e a do devir”.

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho em terreno”. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal (DELEUZE, 1990, s/p.).

Com o intuito de aprofundar a ação de desemaranhar algumas linhas e dar visibilidade à certos aspectos desse dispositivo voltado às crianças e adolescentes⁴ pobres, segue-se um apanhado histórico discursivo que destaca entrelaçamentos entre infância, família, Estado, pobreza, instituições e políticas públicas, bem como situa o panorama do acolhimento familiar e os discursos que o compõem, enquanto uma prática composta por linhas de fissura dentro desse dispositivo.

Dentre os discursos sobre a família, a infância, e a pobreza, o acolhimento familiar apresenta-se como um composto de linhas de enrijecimento, de bifurcação, de reprodução discursiva, e de invenção. Nesse contexto surgem diversas questões: quando a família biológica não sustenta a capacidade de ser, “naturalmente”, uma família, que velhos e novos discursos engendram-se? O que se evoca no imaginário social quando o ideal de família cuidadora não se realiza? Que chagas são abertas, e de que antídotos a sociedade e o Estado utilizam-se para “solucionar” tais desvios? Que ações são efetivadas para inculcar em cada sujeito e em cada família que os cuidados de “suas” crianças é sua responsabilidade?

Com o intuito de adentrar a esfera afetiva do acolhimento familiar proponho, à princípio, a tráfegar por algumas condições históricas e sociais que participaram da composição discursiva que convergiu para a criação dessa prática no interior do dispositivo. Assim, com o intuito de desemaranhar algumas linhas deste, ressalto nuances da infância e de sua historicidade, e de como a categoria “criança” passou por transformações no modo de ser percebida: de miniaturas de adultos à menores de idade e, posteriormente, à sujeitos de direitos e cidadãs; transito também pelos processos de institucionalização de parte dessa infância, bem como friso momentos de forte questionamento e críticas a tal fenômeno.

1.1 Infância: uma construção social

À começar pela infância, é possível destacar que o dispositivo voltado à ela nem sempre reconheceu seu público alvo enquanto sujeitos de direitos, o que nos sugere que tal dispositivo inexistia, da forma como tem-se constituído atualmente, em períodos anteriores em que as crianças e adolescentes eram percebidas(os) de maneira distinta.

Ariès em seu livro *História social da criança e da família* publicado originalmente em francês na década de 1960, faz uma apresentação de como, por meio de documentos, livros, e

⁴ O dispositivo de institucionalização inclui crianças e adolescentes, porém, há aqui um destaque na infância, enquanto um recorte teórico por, nesse processo cartográfico, não ter sido possível acompanhar acolhimentos de adolescentes.

principalmente das pinturas produzidas(os) durante o período medieval, é possível retomar algumas modificações ocorridas quanto ao sentimento de infância e de família.

Segundo ele, na sociedade medieval o sentimento de infância, ou seja, essa consciência da particularidade infantil que distingue “essencialmente” a criança do adulto, tão reconhecida por nós, inexistia⁵. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes(as). Portanto, a criança muito pequenina, ainda frágil para se misturar à vida dos adultos, “não contava”.

Corazza aponta que

As crianças são grandes ausentes da história simplesmente porque, no chamado “passado” – da Antigüidade à Idade Média -, não existia este objeto discursivo a que hoje chamamos “infância”, nem essa figura social e cultural chamada criança [...]. Não é que não existissem seres humanos pequenos, gestados, paridos, nascidos, amamentados, crescidos – a maioria deles mortos, antes de nascerem -, mas é que a eles não era atribuída a mesma significação social e subjetiva; nem com eles eram realizadas as práticas discursivas e não-discursivas que somente fizeram o século XVIII, na plenitude, o XIX e até mesmo os meados do século XX: nem a infância, nem a criança, nem o infantil foram considerados, em qualquer medida, sequer problemas. (2002, p.81).

Este ser sentido enquanto uma miniatura dos adultos, era percebido em diferenciação à estes apenas pelo tamanho e força, assim, a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, sendo a criança logo misturada aos adultos, partilhando de seus trabalhos e jogos (ARIÈS, 1981).

Porém, nesse pequeno período, era possível perceber um “sentimento superficial da criança” que o autor chama de paparicação, percebido no século XVI. Este afeto se reservava aos primeiros anos de vida da criança, enquanto ela era “uma coisinha engraçadinha”, tornando-se assim, uma diversão e relaxamento para as(os) adultas(os), como um animalzinho. Dessa maneira, “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (ARIÈS, 1981, p.10).

Se ela morresse, por exemplo, “como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria.

⁵ A hipótese sustentada por Ariès de não haver antes do século XIII a ideia de infância, é criticada por historiadores como Doris Desclais Berkvan, que afirma ser esta uma conclusão apressada, resultado de uma intuição advinda da constatação de não haver indícios de tal existência, o que não revelaria necessariamente sua inexistência, e sim “uma consciência da infância tão diferente da nossa, que não a reconhecemos” (BERKVAM apud HEYWOOD, 2004, p.26). Para nossa discussão aqui, o que mais importa é que o que existia era, de fato, distinto do que temos atualmente enquanto consciência a respeito da infância ou dos afetos relacionados à ela.

A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato” (ARIÈS, 1981, p.10). Ou seja, a criança atualmente considerada como sujeito de direitos, nesse período, aparentemente, não o era nem enquanto sujeito.

Ariès destaca a persistência da tolerância do infanticídio até o fim do século XVII, este “... era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, correntemente, talvez, camuflado, sob a forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam” (ARIÈS, 1981, p.17). Ele destaca que Flandrin (1972-3) “mostrou como a diminuição da mortalidade infantil observada no século XVII não pode ser explicada por razões médicas e higiênicas; simplesmente as pessoas pararam de deixar morrer ou de ajudar a morrer as crianças que não queriam conservar” (ARIÈS, 1981, p.17).

Assim, tal fenômeno “fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da vontade, do esquecimento e da falta de jeito” (ARIÈS, 1981, p.17).

É possível percebermos “o abismo que separa a nossa concepção de infância anterior à revolução demográfica ou a seus preâmbulos. Não nos devemos surpreender diante dessa insensibilidade, pois ela era absolutamente natural nas condições demográficas da época” (ARIÈS, 1981, p.58).

Badinter (1985) destaca como durante séculos a teologia cristã, tendo como representante principal Santo Agostinho, gerou uma imagem dramática da infância, sendo esta percebida até mesmo como uma imperfeição.

A prática das amas de leite, também vai nessa mesma direção, pois foi mantida por muito tempo como uma forma de cuidado e proteção mais voltada à nutrição, apesar de visivelmente pouco eficiente, devido às altas taxas de mortalidade infantil.

As mudanças foram sendo percebidas, como apontadas por Ariès (1981), por meio do surgimento dos retratos de crianças sozinhas, por exemplo, que se tornaram numerosos e comuns no século XVII, mesmo período em que os retratos de família tenderam a se organizar em volta da criança, tornando-a o centro da composição.

Para ele, a descoberta da infância começou “no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e da iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII” (ARIÈS, 1981, p. 65).

O autor, em sua escrita vai demonstrando como a figura da criança foi usada para representar a alma, ou anjos, mas ainda sem uma representação própria. A imagem do menino Jesus já representava um outro momento da percepção da infância.

O gosto novo pelo retrato indicava que as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha. É notável, de fato, que nessa época de desperdício demográfico se tenha sentido o desejo de fixar os traços de uma criança que continuaria a viver ou de uma criança morta, a fim de conservar sua lembrança. O retrato da criança morta, particularmente, prova que essa criança não era mais tão geralmente considerada como uma perda inevitável. Essa atitude mental não eliminava o sentimento contrário [...] eles coexistiriam. Foi somente no século XVIII, com o surgimento do malthusianismo e a extensão das práticas contraceptivas, que a ideia de desperdício necessário desapareceu (ARIÈS, 1981, p. 58).

Segundo Oliveira (2010), no século XVII inicia-se uma discriminação entre adultos e crianças, por meio da qual “estas vão perdendo seu caráter de adulto em miniatura e se revestem do caráter de inocência e fraqueza, graças, sobretudo, aos moralistas e homens da Igreja” (p. 15).

Já no século XVIII, apesar de permanecer a concepção de fraqueza e inocência, há uma evolução no que tange aos cuidados físicos e às preocupações com seu futuro, preservação e existência real, o que contribui para que a criança passe a ocupar um lugar central na vida familiar. Essa passagem também caracteriza os dois sentimentos de infância apontados por Ariès, segundo Corazza: a paparicação inicial dá lugar a um caráter sério e grave, implicando interesse psicológico, solicitude moral e necessidade de instrução e escolarização. (2002, p.84-86). (OLIVEIRA, 2010, p.15).

Quanto à função da família, os discursos e práticas apontavam que se tratava de uma realidade social e moral, mais do que sentimental (REDIN, 2003, p.15), esta “tinha por missão [...] a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função afetiva” (ARIÈS, 1981, p. 11).

A partir do final do século XVII, com a escola, a criança deixa de ser misturada aos adultos e de aprender a vida através do contato com estes(as) diretamente. “A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo [...] começou então um longo processo de enclausuramento das crianças [...]” (ARIÈS, 1981, p.11), por meio da escolarização.

É dessa maneira que o controle por parte do Estado “torna-se mais efetivo e, quando sair do contexto da família, a criança estará sob o controle das instituições do Estado, especialmente da escola. Assim, família e infância começam a fazer parte do projeto político traçado pelo Estado” (OLIVEIRA, 2010, p.16).

Depois de descoberta, a infância continuou sendo construída discursivamente, e passou por um processo de valorização extremamente significativo: os afetos sobre ela vão, portanto, modificando-se.

Birman (2012) destaca como no século XIX há uma nova concepção de riqueza, que para nós, é extremamente significativa, pois a riqueza da nação passa a ser expressa, não mais unicamente por sua extensão territorial, mas também, e principalmente, pela qualidade de vida de sua população. Há portanto uma nova economia política e do poder quando se erigem para qualificação populacional dois critérios: boas condições de saúde e de educação.

Diante da valoração do índice de desenvolvimento humano, é preciso forjar uma população qualificada, o que implica que ela seja investida, do ponto de vista sanitário e pedagógico, desde o início da vida. Assim o século XIX é atravessado por uma grande revolução médica, bem como pedagógica.

A criança é então objeto de grande investimento, pois, quando bem educada e saudável condensa a concepção de riqueza de uma nação. A construção etária, a história das idades, começa a ser bastante estabelecida no séc. XIX, com a ideia agora, de que a criança é a representação do futuro.

Por conta disso Freud (1914-1916) em uma passagem da *Introdução ao narcisismo* escreve “sua majestade o bebê”, o objeto de todos os investimentos em torno do qual toda organização da família vai concentrar-se. A criança investida, saudável e bem educada, vai ser condensação de uma população qualificada, símbolo de uma nação rica.

A questão central da família vai ser administrar a reprodução biológica para possibilitar um processo de reprodução social voltado para qualificação populacional.

Para Birman (2012) algumas especialidades médicas do século XIX foram criadas para possibilitar essa qualificação populacional em torno da figura da criança: ginecologia (para que as mulheres não tenham doenças que possam perturbar o desenvolvimento de uma prole saudável), obstetrícia (garantindo partos controlados para prevenir acidentes), pediatria (medicina específica para crianças), puericultura (medicina voltada as(os) recém nascidas(os)), e a construção de exames pré-nupciais (para verificar a possibilidade do casal gerar crianças “saudáveis”).

Uma constelação de instituições médicas, portanto foram forjadas em torno da figura da prole, da criança como “majestade” indicadora da riqueza civilizatória e populacional.

Dentre esses aspectos em transformação no modo de conceber a criança e a(o) adolescente, aparece também a concepção de que estas(es) tem uma condição peculiar: são pessoas em desenvolvimento. Construção discursiva que não seria possível, dessa forma, sem

a grande participação e combinação tecida por conhecimentos oriundos da medicina, psicologia, pedagogia, psicanálise, dentre outras(os), que vão compondo e atestando os movimentos de aproximação e de afastamento entre as diversas linhas do dispositivo aqui apresentado, sempre submetidas às variações.

Lançar um olhar sobre as crianças, circunscrever o âmbito das experiências que lhes são próprias em cada idade, descrever os cuidados de que elas devem ser objeto, estabelecer critérios para julgar seu desenvolvimento sadio, sua normalidade, as operações necessárias para garantir sua transformação em cidadãos úteis e ajustados à ordem social e econômica vigente tomam-se preocupações sociais relevantes apenas muito recentemente (BUJES, 2000, p. 27).

Essa produção discursiva, durante anos, revisitada e construída, atualmente tem alguns contornos que são bastante reconhecidos como coerentes e amplamente aceitos no que diz respeito às crianças e adolescentes, bem como à função da família. Adiante, prosseguimos com tal caracterização desse panorama discursivo que, com suas diversas linhas, torna-se plano de fundo do dispositivo que aqui buscamos apresentar os contornos.

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), um dos documentos oficiais, que como o próprio título aponta, tem como dimensão o nível nacional, destaca, por exemplo, que

O desenvolvimento da criança e [...] do adolescente, caracteriza-se por intrincados processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que exigem do ambiente que os cerca, do ponto de vista material e humano, uma série de condições, respostas e contrapartidas para realizar-se a contento. O papel essencial desempenhado pela família e pelo contexto sócio-comunitário no crescimento e formação dos indivíduos justifica plenamente o reconhecimento da convivência familiar e comunitária como um direito fundamental da criança e do adolescente (BRASIL, 2006, p. 26).

Uma condição peculiar de desenvolvimento envolvendo vários processos, portanto, reconhecidamente complexa, com exigência de diversas condições para sua realização, é o que aqui se destaca enquanto discurso. É assim que a família vem se configurando, nesse cenário, como espaço privilegiado às crianças e adolescentes enquanto sujeitos em desenvolvimento.

A ideia de que deve haver um espaço propício ao desenvolvimento das crianças, transforma a casa em lar e assim,

Desde o seu nascimento, a família é o principal núcleo de socialização da criança. Dada a sua situação de vulnerabilidade e imaturidade, seus primeiros anos de vida são marcados pela dependência do ambiente e daqueles que dela

cuidam. A relação com seus pais, ou substitutos, é fundamental para sua constituição como sujeito, desenvolvimento afetivo e aquisições próprias a esta faixa etária. A relação afetiva estabelecida com a criança e os cuidados que ela recebe na família e na rede de serviços, sobretudo nos primeiros anos de vida, têm conseqüências importantes sobre sua condição de saúde e desenvolvimento físico e psicológico (BRASIL, 2006, p. 26.).

Note-se que, não somente a família, mas também a conjuntura sócio comunitária recebe ênfase, em um contexto em que destacam-se como direitos fundamentais não somente a convivência familiar, como também a comunitária. Todas essas modificações vão provocando variações também no interior do dispositivo, uma vez que as linhas de visibilidade e de enunciação vão criando contornos, fazendo ver a infância, e falar dela, de modo geral, e sobre a infância pobre, enquanto parte desta, que será aqui nosso enfoque principal.

O desenvolvimento integral da criança começa antes mesmo do seu nascimento. O desejo dos pais de a conceberem, as condições físicas, nutricionais e emocionais da gestante e as reações da família extensa e amigos frente à concepção, influenciarão o desenvolvimento do feto e as primeiras relações do bebê. O período de gestação é uma importante etapa de preparação da família, para assumir os novos papéis, que serão socialmente construídos, e adaptar-se às mudanças decorrentes da chegada do novo membro. Também o ambiente precisará ser adaptado para a recepção e o acolhimento da criança (BRASIL, 2006, p. 26.).

A criança, agora, ocupa um lugar no imaginário dos adultos onde, antes mesmo de seu nascimento, uma existência já lhe é atribuída. O desejo passa a habitar esse projeto de família em que a criança é um ser almejado e esperado, e o próprio ambiente necessita ser modificado para sua chegada.

Quando se refere ao cuidado, aqui destaca-se uma dimensão que se estende para além da família: a rede de serviços em que a criança já se insere desde o seu nascer. Trata-se de indícios de uma esfera de direitos, mas como vimos, à família cabe então, prioritariamente, a construção da(o) cidadã(o)-criança e da(o) cidadã(o)-adolescente, é ela quem mediará a relação da criança com o mundo e poderá auxiliá-la a respeitar e introjetar proibições e regras necessárias à vida em sociedade. (BRASIL, 2006, p. 26.).

1.2 Performatividade familiar

A figura da mãe é complementar dessa nova fórmula da economia política dentro desse projeto de nação em que a criança ganha estatuto especial de sujeito em desenvolvimento. Responsabilizada principalmente pela governabilidade do espaço privado, ela é investida de

poder enquanto responsável pelo investimento doméstico, e fará a mediação entre as instituições da família, da escola, e a médica. Há uma produção discursiva que assegura que cabe principalmente à ela essa espécie de gestão da qualidade de vida das(os) filhas(os) do ponto de vista sanitário e pedagógico.

É importante destacar que toda a construção da figura da mulher-mãe enquanto figura virtuosa, ao mesmo tempo, se faz em torno de uma certa criminalização do que a impeça de transformar-se nesta.

Atualmente, essa centralidade na figura da mãe tem seus contornos mais borrados e da figura paterna não se exige apenas a provisão material, uma vez que as mulheres, diante de seu forte ingresso no mercado de trabalho e de ensino, também têm se responsabilizado por tal função, portanto, exige-se cada vez mais também dos pais a participação no cuidado frente as(aos) filhas(os). Assim, os discursos se modificam apontando que mais importante do que as figuras materna e paterna, seja o desempenho das funções (de cuidado, proteção, ensino, etc.).

Há, porém, ainda, grande centralidade na família nuclear enquanto um ideal discursivo fortemente legitimada também pelo discurso religioso apesar das novas e distintas configurações familiares que exigem esgarçamento cada vez maior dessa malha discursiva.

Nesse modelo de família, surgido com a burguesia, que tem entre suas características o amor entre cônjuges, juntamente com o cultivo e a exaltação da maternidade, o casal heterossexual foi eleito como modelo de sexualidade a ser seguido. Em conformidade com as normativas sociais, massificou-se a ideia desta conjugalidade como a “correta”, e em contrapartida, propagou-se, por exemplo, a estigmatização da homossexualidade e de práticas sexuais diversas (SILVEIRA-FILHO, 2010). Esses discursos compõem a matriz heteronormativa que pressupõe uma organização contínua entre sexo/gênero/desejo, relegando ao estado de abjeto as práticas e afetos que desviam dessa premissa, cedendo espaço e legitimação a um discurso hegemônico cis-heteronormativo⁶ de família, e à matriz bioparental⁷, por exemplo.

⁶O termo é composto pelo prefixo “cis”, que no latim significa “do mesmo lado”. Assim uma pessoa cisgênera é aquela que tem sua identidade de gênero em consonância com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento, dessa maneira, sua conduta expressa nos atos do dia-a-dia está em plena conformidade com o esperado pela sociedade quanto as pessoas de seu sexo biológico. A pessoa transgênera, por sua vez, não apresenta essa adequação. Assim, o termo “cis-heteronormativo” faz referência a uma normatividade heterossexual privilegiada por responder aos padrões sociais esperados e aceitos no âmbito das práticas, desejos e, aqui, também de constituição familiar.

⁷ Conceito criado por Fernando Silva Teixeira Filho (2010) com base em seus estudos e experiência clínica com família, adoção e sexualidades. Refere-se ao discurso que, apoiado na matriz heteronormativa, estabelece a relação binária de distinção entre filhos(as) legítimos(as) e ilegítimos(as) conforme sua origem advinda ou não de “laços de sangue”. Assim, nessa matriz, a parentalidade é afirmada como legítima quando assegurada sua relação direta com o orgânico, ou seja, com a consanguinidade. Estes discursos foram naturalizando- se e adquirindo valor de

Esse modelo de família sustenta-se como uma espécie de performatividade familiar que é composta por discursos que sustentam o ideal de cuidado às crianças/adolescentes circunscrito ao espaço familiar cis-heteronormativo, onde mantém-se fortemente a figura da mulher mãe cuidadora e do homem pai provedor e companheiro, com as funções de cuidado e proteção estabelecidas, mantidas, e reguladas a partir, principalmente, desse padrão.

Performatividade é um conceito trabalhado por Butler (2002, 2003, 2006) ao problematizar as questões de gênero em que ela aponta ser este uma modalidade de regulação das identidades. “São os gestos, movimentos, estilos corporais que constituem o gênero, dentro de uma noção mais complexa, chamada de performatividade” (MORAIS, 2015, p.48). Desse modo, a identidade de gênero é construída mediante atos performativos, como atos de repetição estilizada⁸.

De modo que a performatividade não é pois um “ato” singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, este ato não é primariamente teatral; na realidade, sua aparente teatralidade se produz na medida em que permaneça dissimulada sua historicidade⁹. (BUTLER, 2002, p. 34).

Assim, a performatividade

se baseia na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo permanentemente reiteradas, materializam aquilo que nomeiam. [...] As normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma “generificação”. Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente “natural” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p.258).

Concluindo que “o gênero é performativo, ou seja, efeito das práticas culturais linguístico-discursivas” (TOLEDO, 2013, p. 62), podemos, ao refletir sobre a família enquanto

“verdade”, gerando estigmatização àquelas famílias constituídas por laços afetivos por meio da adoção (ZANARDO; TEIXEIRA-FILHO; RIBEIRO, 2014).

⁸ Tradução nossa da expressão stylized repetition acts. (BUTLER, 1988, p. 519).

⁹ Tradução nossa do original: “De modo que la performatividad no es pues un "acto" singular, porque siempre es la reiteración de una norma o un conjunto de normas y, en la medida en que adquiera la condición de acto en el presente, oculta o disimula las convenciones de las que es una repetición. Además, este acto no es primariamente teatral; en realidad, su aparente teatralidad se produce en la medida en que permanezca disimulada su historicidade”.

uma construção que também se dá por efeito das práticas culturais linguístico-discursivas, concluir que ela é performativa, e cria espaços onde o gênero também é performado.

Porém, essa “performatividade familiar”, que não se confunde com uma encenação de família, mas é uma reiteração e materialização de discursos normatizadores sobre o ser e o estar (em) família, baseado em modelos hegemônicos sobre o cuidado destinado às crianças e sobre as funções maternas e paternas, pode, também ser trincada, desestabilizada, ou posta em movimento pela singularidade dos afetos por meio da dinâmica dos encontros.

Nota-se, portanto, que a infância, enquanto construção social, se efetiva principalmente nesse espaço do lar, junto à família que também é perpassada por inúmeros atravessamentos discursivos.

1.3 Sujeitos de direitos

Atualmente, as crianças e adolescentes são consideradas(os) sujeitos de direitos. Nossa questão então é: o que isso significa e como se deu tal construção?

A Convenção sobre os Direitos das Crianças (ONU, 1989) define os direitos da criança de maneira próxima à que se encontra na Declaração dos Direitos da Criança da ONU de 1959, como direito à proteção especial: “a criança tem necessidade de uma proteção especial e de cuidados especiais, notadamente de uma proteção jurídica, antes e depois de seu nascimento” (s/p).

Porém, há um avanço na Convenção quando acresce à esse “direito à proteção especial”, outros direitos que só podem ser exercidos pelas(os) próprias(os) beneficiárias(os), como por exemplo, o direito à liberdade de opinião (Art.12), à liberdade de expressão (Art. 13), à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (artigo 14): são uma gama de “direitos que pressupõem certo grau de capacidade, de responsabilidade, isto é, que pressupõem sujeitos de direitos como titulares” (BRASIL, 2006, p.22).

A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento (BRASIL, 2006, p. 25).

Ter direitos, nesse caso, pressupõe que as crianças e as(os) adolescentes

são beneficiários de obrigações por parte de terceiros: a família, a sociedade e o Estado. Proteger a criança e o adolescente, propiciar-lhes as condições para o seu pleno desenvolvimento, no seio de uma família e de uma comunidade, ou prestar-lhes cuidados alternativos temporários, quando afastados do convívio com a família de origem, são, antes de tudo e na sua essência, para além de meros atos de generosidade, beneficência, caridade ou piedade, o cumprimento de deveres para com a criança e o adolescente e o exercício da responsabilidade da família, da sociedade e do Estado (BRASIL, 2006, p. 25).

Assim, a família vai se configurando como grupo, e o lar como espaço, voltados ambos, para a garantia do desenvolvimento peculiar das crianças e adolescentes bem como à garantia dos direitos destas(es) enquanto sujeitos. É assim que a convivência familiar torna-se um direito e, portanto, um dever que caberá à alguém.

Esse processo de centralização na família pela responsabilidade e cuidado dos seus/suas pode ser nomeado como dentro do modelo de proteção familista (CASTILHO; CARLOTO, 2010), que é quando a intervenção do Estado se torna secundária, restrita apenas à quando a família falhar nessa função de resolução de “seus” problemas, assim há “uma redução de sua “dependência” aos serviços e o “aumento” ou a “redescoberta” da autonomia e da iniciativa pessoal e familiar” (JESUS, 2005, p. 47).

Um exemplo, fora do âmbito da infância e adolescência, desse modelo protetivo que considera “natural” à família a proteção de seus membros mais fragilizados é o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Somente se a família enquanto “grupo” possuir uma percapta inferior à $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (será considerada incapaz de garantir o sustento deste membro fragilizado) é que o Estado “socorre” via recurso monetário o sujeito (CASTILHO; CARLOTO, 2010), caso contrário, se a renda da família é maior, essa função é considerada responsabilidade dela. Trata-se portanto da estruturação de um sistema de interdependência entre os membros em uma abordagem a partir da qual a família é considerada um campo autônomo, compacto e articulado (MARTINO, 2001).

Martino (2001 apud MESQUITA, 2011) descreve um “neoliberalismo familista” que ao reeditar o Estado mínimo, transfere para a família “a responsabilidade do bem estar de seus membros, assegurando o enfrentamento da questão social de forma mais rápida, mais eficiente e mais barata para o capital. É o Estado mínimo para o social e máximo para o capital” (p.2). Dessa maneira “a transferência das funções estatais para a família, que vem ocorrendo gradativamente em nome da solidariedade familiar, vem reduzindo os direitos de cidadania social, tornando as famílias ainda mais vulneráveis” (JESUS, 2005, p. 51).

1.4 O Dispositivo de institucionalização e um recorte de classes

O que acontece, porém, quando a família, mesmo com toda essa produção discursiva sobre cuidado, sustento e apoio de seus membros não responde à esse ideal? Ou seja, quando os afetos ou desejos não corroboram com os discursos hegemônicos e as mulheres não se reconhecem na função de mães, os homens se eximem do reconhecimento da paternidade, e as crianças começam a ser enjeitadas, entregues ou abandonadas?

É importante retomar que o dispositivo é sempre criado e mantido em resposta à alguma demanda, e cria o desejo de norma (FOUCAULT, 1995c). O dispositivo que destacamos aqui se fortalece como resposta às questões acima, à essas quebras da ordem, ao desequilíbrio.

É um dispositivo que manteve, inicialmente, forte caráter de reclusão de crianças e adolescentes pobres impossibilitadas de permanecerem com suas famílias de origem. É importante, portanto, considerar que tal dispositivo se insere mediante marcadores sociais de diferença pois suas ações e instituições se destinam prioritariamente à classe empobrecida da população, uma vez que tais questões, em outros meios sociais e econômicos têm equacionamentos geralmente distintos (o que acontece com uma criança enjeitada em uma família com grande acesso aos bens de consumo?), que pouco se dão a conhecer, com verdadeira escassez de dados.

Alcançar e manter o ideal de cuidado e ser propulsora do desenvolvimento completo de seus membros pode se tornar tarefa mais difícil para algumas famílias, portanto, nessa discussão é importante não perder de vista, ao pensar em família(s), os marcadores sociais que podem diferenciá-las radicalmente, como o de classe.

Construída historicamente, a “iniquidade social é a situação de uma sociedade particular, caracterizada por distribuição extremamente desigual da renda e do patrimônio (material e não-material), em que uma minoria populacional detém a maior parte destes e uma grande parte da população não alcança um patamar mínimo de existência com dignidade, quando isto seria possível com uma distribuição mais equitativa do patrimônio e da renda” (Garcia, 2003). Sabemos quem são as crianças e adolescentes que povoam as ruas e os abrigos do País, sua origem social, sua etnia, seu “endereço” e a que lado dessa população, cindida pelo fosso social, pertencem (BRASIL, 2006, p.47, grifo meu).

Trazendo tais questões para nosso contexto atual, fazer parte deste contingente populacional em uma conjuntura capitalista e neoliberal que subjetiva os seres, principalmente enquanto consumidoras(es), alerta-nos sobre a necessidade de considerar as condições materiais de existência das pessoas, e das famílias.

[...] o imaginário coletivo está impregnado de idealizações em relação à família. A esse respeito Carvalho (2003, p. 15) ressalta, que maior expectativa é de que a família “produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem”. De fato, concordamos [...] Todavia, é necessário não naturalizarmos a família, como um lugar em que a solidariedade está dada. É preciso compreendê-la como “grupo social cujos movimentos de organização-desorganização reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural” (CARVALHO, 2003, p. 15). Da mesma forma, a evolução da família deve ser entendida na dinâmica das forças produtivas e das relações de produção. (PEREIRA, 1995). (JESUS, 2005, p.43, grifos meus).

Considerando ainda o recorte de classes sociais e econômicas, nas famílias pobres por exemplo, por vezes marcadas pela vivência da fome e da miséria, a casa, ao invés do “ideal” de lar, pode representar um espaço de privação e de instabilidade com esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade (GOMES; PEREIRA, 2005). Assim, quando a casa deixa de ser um espaço de proteção e passa a um espaço de conflito, geralmente a superação desta situação dá-se de forma muito fragmentada, uma vez que tais famílias podem não dispor de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação a partir da negação de seus direitos (GOMES; PEREIRA, 2005).

Jesus (2005) destaca portanto que a família possui um caráter contraditório em

[...] que as famílias podem ser descritas como “instituições fortes” visto que “são um componente central da integração social mediante a qual os indivíduos podem encontrar um refúgio contra o desamparo e a exclusão” e, porque em seu exercício vital, visam dar conta da reprodução social e da transmissão dos valores culturais básicos. Mas, não se pode negligenciar que as famílias são também “instituições frágeis” pelo fato de que “não estão livres de despotismos, violência, confinamentos, desencontros e rupturas”. Decorre daí o caráter contraditório da família que pode ser, por um lado, apoio para a segurança de seus membros e, por outro lado, pode perpetuar desigualdades e culturas anacrônicas que a transformam em espaço de exclusão. (PEREIRA, 1995, p. 109). (p. 43-44, grifo meu).

Portanto, para além dos discursos ideais há aquilo que escapa: a infância não se dá sob condições iguais em diferentes famílias, envoltas em conjunturas distintas. A construção sobre o que é a infância, seu processo de desenvolvimento, e os direitos envoltos nesse contexto, não se realizam “naturalmente” para algumas crianças e adolescentes que fazem parte de famílias cujas dificuldades advém de sua própria condição dentro da sociedade. Como ser, por exemplo, pai ou mãe na condição de “morador(a)” de rua? Como responder à um padrão de maternidade quando trata-se de uma mulher a qual a subsistência vem da prostituição (quem são, ou onde estão as(os) filhas(os) das “putas”)? Como manter padrões de cuidado e proteção das(os) filhos

e filhas quando faz-se uso (e/ou torna-se dependente) de substâncias químicas? Como exercer maternagem/paternagem quando o desejo não está contido na “chegada” de um(a) filho(a)?

Estes são alguns dos casos em que o dispositivo de institucionalização é acionado enquanto resposta ao questionamento sobre o que desvia da norma.

Como procuramos demonstrar, as crianças nem sempre foram percebidas e consideradas como o são hoje, então esse dispositivo com suas práticas, instituições e discursos sofreu modificações ao longo do tempo. Destaca-se a seguir uma das características pioneiras e mais marcantes deste: o processo de institucionalização.

1.5 Institucionalização

A análise histórica das medidas de assistência à infância no Brasil nos séculos XIX e XX aponta que crianças e adolescentes em situação de pobreza pertencentes às famílias com dificuldades na criação das(os) filhas(os), ao buscarem apoio do Estado, tinham um destino quase certo: eram encaminhadas às instituições como órfãs ou abandonadas.

Foi assim que diversas gerações de sujeitos passaram sua infância e/ou adolescência internadas em grandes instituições fechadas, atestando uma “cultura de institucionalização”, que valoriza a reclusão das crianças e a educação destas por terceiras(os). Note-se que esse é um aspecto central no dispositivo que aqui queremos dar destaque: ações centradas no recolhimento de crianças e adolescentes pobres.

Famílias com dificuldades em proteger e educar suas/seus filhas(os) foram frequentemente percebidas pelo Estado por meio de um discurso sobre uma pretensa “incapacidade” familiar. Ao longo de muitas décadas, este foi o argumento ideológico que possibilitou ao Poder Público o desenvolvimento de políticas paternalistas voltadas ao controle e à contenção social da população mais pobre. Essa desqualificação das famílias em situação de pobreza, tratadas como incapazes, deu sustentação ideológica à prática recorrente da suspensão provisória do poder familiar ou da destituição. Com o argumento de “prender para proteger” havia enorme confinamento de crianças e adolescentes em grandes instituições totais (BRASIL, 2006, p.15).

No Brasil, interná-las em instituições asilares compõe uma longa tradição. Portanto desde o período da Colônia foram criados asilos, colégios internos, seminários, reformatórios e educandários. Enfim, diversos aparatos para alocar esses sujeitos, que sugerem que, quanto à assistência à infância e adolescência no país, recolhê-las em instituições foi o principal, e primeiro, dispositivo usado.

A partir da segunda metade do século XX, o modelo de internato deixa de ser usual, enquanto alternativa para as crianças e adolescentes das famílias com maior poder aquisitivo. Porém, “essa modalidade de educação, na qual o indivíduo é gerido no tempo e no espaço pelas normas institucionais, sob relações de poder totalmente desiguais, é mantida para os pobres até a atualidade” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22). Essa diferenciação de tratamento diante das classes sociais é notável ainda nos dias atuais, em que a reclusão, “na sua modalidade mais perversa e autoritária, continua vigente até hoje para as categorias consideradas ameaçadoras à sociedade, como os atores de infrações penais” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22), visto ser, em sua maioria, ato de reclusão de crianças e adolescentes pobres e negras(os) (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

As iniciativas educacionais mescladas aos objetivos assistenciais e controle social da população, associadas ao crescimento das cidades, e a constituição de um Estado nacional, levou à representação da infância como perigosa. A categoria jurídica “menores de idade” passa a ser alvo específico da intervenção formadora e reformadora do Estado e das instituições religiosas e filantrópicas (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Quanto ao abandono de bebês, o sistema da Roda de Expostos¹⁰ surgiu na Europa católica, como em Portugal e na França (RIZZINI; RIZZINI, 2004) e foi opção no Brasil durante muito tempo, surgida no período Colonial e estendendo-se até a República. Segundo Santos, Souza e Silva (2014) “entre 1861 e 1874, a ‘Roda dos Enjeitados’ ou ‘Roda dos Expostos’ entrou em vigor no Brasil e recebeu 8.086 crianças, das quais 3.545 morreram” (p.69).

Tomás (2009) ao abordar algumas mudanças nos paradigmas ético e político que fundamentaram as práticas de institucionalização infantil, destaca que a iniciativa da Santa Casa de Misericórdia, no século XVIII, de implantar a Roda dos Expostos para amparo dos(as) bebês deixados(as) nos muros de suas instalações, foi um exemplo de acolhimento institucional que se manteve até metade do século XX.

Marcílio (1998 apud VALENTE, 2013) destaca o papa Inocêncio III (1198-1216) como o criador da primeira Roda de Expostos da cristandade, que serviu de modelo para as demais. O que parece tê-lo motivado a tal ação foi que, em 1203, alguns pescadores retiraram do rio Tibre uma grande quantidade de bebês afogados(as). Diante disso Inocêncio III destinou um hospital a receber os(as) expostos(as) e abandonados(as). Na parte externa do muro lateral, foi alocada uma “Roda” com um pequeno colchão, para receber as(os) bebês, mesmo em pleno

¹⁰ Artefato de madeira fixado ao muro ou à janela do hospital, em que depositavam-se as crianças

dia, estando rigorosamente vedada a busca de informações sobre quem os(as) havia trazido (VALENTE, 2013).

Era possível atender um número elevado de bebês pelo uso do trabalho das amas-de-leite contratadas pela Santa Casa de Misericórdia, que se responsabilizavam pela amamentação de grande quantidade de lactantes, em cada cidade. No Brasil, várias mulheres escravizadas eram alugadas por seus proprietários para esta função. Essa criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos produzia, porém, altas taxas de mortalidade.

As amas externas eram acusadas de maus tratos, principalmente quando, no século XIX, as(os) higienistas passam a se preocupar com o tema. Mas as estatísticas mostravam que “permanecer na instituição com crianças doentes e sadias, em aglomerações insalubres, era mais pernicioso do que o risco de contratar amas que só visavam o benefício do parco salário” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.24)

As denúncias nessa prática eram diversas, desde que as amas cobravam pelo serviço, mesmo que a criança tivesse morrido durante o transporte ou depois, bem como a comercialização e escravização de crianças negras e pardas, realizadas por elas (MARCÍLIO, 1997, apud VALENTE, 2013).

Muitas Rodas de Expostos surgiram no Brasil, quando na Europa estavam sendo combatidas pelos higienistas e reformadores, pela alta mortalidade e pela suspeita de fomentar o abandono de crianças. Esta discussão não era desconhecida no Brasil, mas foi somente no século XX, com o processo de organização da assistência à infância no país e pela interferência da ação normativa do Estado, que o atendimento aos abandonados sofreria mudanças significativas (Rizzini, Irma: 1993). (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).

No Império as ações eram ordenadas sob a perspectiva de formar força de trabalho, colonizar o país e conter as massas, já na República o foco era identificar e estudar as categorias que “necessitavam” de proteção e reforma, gerando mudanças no aparelhamento institucional do século XX voltado à infância brasileira.

A assistência à infância tornou-se meta na nação republicana, apoiando-se nas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, nos aparatos médico-higienistas e jurídicos, e na categoria “menor”, já consolidada.

Acompanhando as nomenclaturas (fortemente consideradas em nossa tentativa de nomear vivências, note-se o processo de criação, manutenção e propagação destas), percebe-se que, no século XX, a partir dessa ampla categoria “menor abandonado”, que designava a ausência da família ou a “incapacidade” desta em criar e manter condições para cuidado e proteção de suas filhas e filhos, houve desdobramentos em outras categorias que eram criadas

e sustentadas pelos discursos dos órgãos oficiais de assistência. A ação do Estado se fortalece nesse período com relação ao planejamento e implementação das políticas de atenção a(ao) “menor”.

Os meios especializados cobravam dos poderes públicos a centralização da assistência, acusada de não passar de uma ‘caridade oficial’, sem uma orientação unificada e fora dos moldes preconizados pelos avanços das ciências (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.29): ou seja, mais um momento de forte questionamento no interior do dispositivo.

A criação de leis brasileiras, no sentido de proteger e assistir a infância, torna-se urgente e um Juízo de Menores é criado no país em 1924 e, logo em seguida, em 1927, é aprovado o Código de Menores. Com essas duas leis, cria-se um dispositivo que une as instâncias jurídica e de assistência social. Esse modelo de atuação, por meio dos tribunais de menores, foi criado no Estados Unidos, e divulgado depois pelos países europeus, e teve ampla aceitação na América Latina. Tal modelo se manteve na história da assistência pública até por volta da década de 1980.

A imprensa teve forte papel de divulgação deste modelo, e dentre as diversas ações deste dispositivo, como a intervenção direta, a regulamentação e a vigilância, a internação das(os) “menores” foi a que ganhou mais destaque, sendo amplamente defendida. A crescente demanda por esse serviço sugere o quanto este tornou-se notório nas classes populares como alternativa de educação e cuidados à infância pobre.

O Juizado consolidou um modelo de classificação e intervenção sobre a(o) menor, herdado da ação policial, que, por meio das delegacias, procedia identificação, encaminhamento, transferência e desligamento das instituições (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

A pouca cientificidade no atendimento as(aos) menores é questionada pelas autoridades públicas e suprimida com a implementação da justiça de menores que congrega à assistência o espírito científico da época por meio de inquérito médico-psicológico e social das(os) menores, que incorporou

conceitos e técnicas provenientes dos campos profissionais inda em definição no Brasil, relativos à psiquiatria, à psicologia, às ciências sociais, à medicina higienista e seus desdobramentos. A prática do juízo auxiliou na construção de saberes, como o do serviço social, cujo ensino iniciou-se na própria instituição, profissão em construção e ainda não circunscrita ao meio acadêmico (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 31).

Dentro deste dispositivo com suas práticas, instituições e discursos, surgem também ações que questionam o ranço policialesco de algumas intervenções voltadas à tal público, e

como resposta criam-se escolas de reforma, que ao pautarem-se pela ideia de recuperação, unem políticas de segurança e de assistência.

Em 1937, com a instauração do Estado Novo, o atendimento das crianças e adolescentes passa por um crescente movimento discursivo de ideologização por parte das(os) representantes do Estado. Ocorre a esperada centralização da assistência que é implantada com a criação do SAM (Serviço de Assistência aos Menores) em 1941 que, porém, não tem autonomia financeira, e obtém alcance nacional apenas em 1944.

Outro órgão nacional de assistência criado é a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-estar do Menor) em 1964. Ao passar por esses dispositivos, tais menores são conhecidas(os) e reconhecidas(os). Buscam-se as causas do abandono, da delinquência, e uma gama de saberes se põe em construção nesse campo, tanto para publicizar as ações institucionais, quanto para construir e justificar ideologicamente a necessidade dessas ações destinadas a tal grupo social.

A produção discursiva desse período de forte presença do Estado na internação de menores produziu rotulações como “incapazes”, “insensíveis” às famílias populares e às suas filhas e filhos, foi a “produção de significados sobre uma população que se pretendia manter submissa a um poder que não se pretendia ver contestado sob hipótese alguma” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 31). Há uma culpabilização dos seres em que as instituições voltam seus esforços de identificar os problemas e carências no(a) menor e em sua família, de modo que “as dificuldades de viabilizar as propostas educacionais do Serviço são depositadas no assistido, considerado ‘incapaz’, ‘sub-normal de inteligência e de afetividade’, e sua ‘agressividade’, superestimada” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 31).

A ditadura implantada por Getúlio Vargas traz consigo que a intervenção junto à infância e juventude compõe uma questão de defesa nacional.

Há momentos mais sensíveis como meados da década de 70, em que houve uma queda do poder aquisitivo dos salários, que provocou e agravou a situação de extrema pobreza numa parcela significativa da população, cujas famílias, cada vez mais pauperizadas, não tinham condições de suprir as necessidades básicas de seus membros. Coincidentemente, nesse período intensifica-se a atenção voltada a(ao) menor abandonada(o).

O Código de Menores (1927) classificava a(o) menor de idade em duas categorias principais: “menor infrator ou de conduta anti-social” aquela(e) de 14 a 18 anos internada(o) por cometer atos infracionais, e “menor carente ou abandonado” aquelas(es) cujas famílias não tinham condições de atender suas necessidades. Essa nomenclatura muda em 1979, com a reformulação do Código, que traz a substituição das expressões “infrator” e “abandonado” por “menor em situação irregular”.

Essa diferenciação nos termos implica também ações e espaços distintos destinados a essas duas categorias de “menores”.

Agora torna-se importante que estes(as), sejam identificadas(os), bem como suas famílias, rompendo com o silêncio do século XIX. Não se pode, como na roda, deixar crianças sem identificar-se, é preciso ser localizada(o), conhecida(o), quantificada(o), classificada(a) e interpretada(o). Há uma produção de dados em que as instituições se ocupam da produção de saberes sobre as populações, inserindo-as em práticas discursivas, e divulgando por meio de folhetos, revistas e relatórios.

1.6 Incertezas quanto às instituições: questionamentos científicos

Pesquisas sociais buscaram aprofundar o conhecimento sobre as condições das crianças e adolescentes das camadas pobres da população que passavam por processos de institucionalização. Tais investigações possibilitaram o desvelamento de alguns mitos sobre as(os) “menores abandonados”, como o fato de que várias(os) possuíam família, e “chegou-se ao reconhecimento de que havia no país milhões de crianças cruelmente atingidas pelas mazelas da pobreza impostas às suas famílias em virtude da política social injusta vigente no país” (RIZZINI; RIZZINI, 1991, p.70).

Estas pesquisas também contribuíram com a própria concepção de infância uma vez que, nesse período de final de 70 e meados de 80,

o termo ‘menor abandonado’ foi comumente empregado para designar a população infantil que se supunha vítima do abandono. O conjunto de dados produzidos permitiu um redirecionamento dessa visão preconceituosa e discriminatória e o termo passou a ser alvo de questionamento e crítica, sendo, finalmente, substituído por ‘criança’ e ‘adolescente’ (CONSTANTINO, 2000, p.12).

Paulatinamente foi-se evidenciando que as ações destinadas às crianças e adolescentes nas instituições eram voltadas mais à alimentação, higiene e reclusão, do que à estimulação do desenvolvimento cognitivo, afetivo e relacional (OLIVEIRA, 1994), objetivos bastante definidos quando se tratava de filhas(os) das camadas médias e dominantes da população.

Assim, no questionamento evidenciado por tais pesquisas, de modo geral, as instituições de abrigo voltadas às crianças e adolescentes, mesmo com a variação de nomenclaturas e de princípios de gestão, são destacadas pela inexistência de atendimento individualizado, e de relações de proximidade como aspectos constantes, onde as crianças nesses lugares eram

tratados(as) de forma massificadora, sem espaço para exercitar sua singularidade, tendo que obedecer a regras rígidas e extremamente padronizadas, que não levavam em consideração nenhuma situação peculiar apresentada pelas(os) usuárias(os) (BENTO, 2010). Estes(as), diante do funcionamento rígido com horários fixos, utensílios padronizados, filas e uniformes, eram colocados(as) em uma situação em que, apesar de abrigadas(os), não poderiam ser consideradas(os) acolhidas(os). Tratava-se de um recolhimento e massificação institucional de crianças e adolescentes.

Apresentamos a seguir algumas das pesquisas que, no contexto brasileiro, compuseram nas década de 1980 e 1990, a imensa preocupação e questionamento à esse dispositivo, bem como alguns de seus apontamentos.

Campos (1984) ao pesquisar a FUNABEM pela ótica da rotina das(os) internas(os), aponta a monotonia da rotina diária, sendo as tarefas domésticas realizadas em ritmo lento, bastante associadas à castigos gerando hostilidade entre funcionárias(os) e internas(os). Bierrenbach (1987) apresenta a instituição com características excessivas de limpeza e ordem, e Altoé (1993) destaca o aspecto violento desta, dificultando o desenvolvimento da autonomia e afirmação dos sujeitos diante de exigências de ordem e regularidade.

Guirado (1980) em trabalho com internas(os) da FEBEM apresenta que ao ir para a instituição, a criança é objetificada, pois não há valorização e preservação de suas características pessoais. Uma das críticas mais recorrentes, apontada, é a padronização das roupas, dos utensílios, das atividades, da vida das(os) internas(os) de modo geral.

Campos (1984) também ressalta a ausência de vinculação afetiva, que dificulta à criança ter acesso aos elementos diversos para formar um conceito de si, e das demais pessoas. Fato que prejudica a reinserção ao convívio em sociedade, posteriormente.

Cariola e Jahen (1985) usando o Teste de Rorschach para comparar crianças que viviam em suas famílias com crianças vivendo em instituições, apontaram dificuldades em relação aos aspectos afetivos emocionais nas crianças do segundo grupo. Cariola (1987, 1988) usa o Desenho da Figura Humana (DFH) na tentativa de avaliar características emocionais, e sugere que as crianças institucionalizadas apresentam dificuldades nesse aspecto.

Trindade (1984), por meio de entrevistas, relatórios etc., em seus resultados, aponta que mesmo que em algumas instituições a criança tenha asseguradas melhores condições de alimentação, higiene e segurança física, ela aprende um padrão de passividade, obediência e conformismo, que lhe impedem de conseguir formular estratégias de independência para sobreviver, e falta de perspectiva quanto ao futuro.

De modo geral, o que tais pesquisas parecem apontar é que

A instituição atuaria como uma ‘mãe substituta’, que não considera as diferenças individuais de seus ‘filhos’, impondo-lhes uma rotina de hábitos de vida, não respeitando suas reais necessidades e nem lhes oferecendo elementos necessários à elaboração da perda dos vínculos afetivos, estabelecidos antes da internação (CONSTANTINO, 2000, p. 19).

O número reduzido de funcionárias(os), a pouca especialização da maioria, e a grande quantidade de internas(os), são alguns fatores que transformaram muitas instituições em prisões, onde tornava-se inviável acompanhar cada interno(a) e oferecer cuidado pessoal e individualizado, levando à forte imposição de regras e constante vigilância com a intenção de impedir desobediências e evitar fugas. Porém, o trabalho de Kosminsky (1992) alerta para o risco das generalizações dos resultados de pesquisas e as abstrações dos estudos teóricos, sem considerar as especificidades de cada instituição, e de cada grupo institucionalizado.

A inserção social após passagem por essas instituições também é um tema polêmico. Muita(os) jovens, ao aproximarem-se dos 18 anos, não se sentem aptas(os) ao convívio em sociedade. Depois de anos privadas(os) do processo de socialização, centenas e milhares entram em crise ao se aproximarem de tal momento de suas vidas (SADER, 1987).

As rotulações dificultam ainda mais esse processo, pois tais jovens, ao deixarem esses espaço institucionais, adentravam o convívio de uma esfera afetiva compartilhada por uma sociedade que já as(os) recebia como “menino da FEBEM” e “trombadinha”, associando assim sua passagem por tais instituições à uma escola de marginalidade.

Violante (1982) ao pesquisar a FEBEM de São Paulo, a destaca enquanto reprodutora da condição marginal da(o) “menor”, do ponto de vista psicológico, econômico e social:

Econômico, porque não produz as condições necessárias à sobrevivência pelo trabalho, levando-o a formar uma imagem negativa do mesmo; social, porque o estigmatiza pela sua idade, cor, gestos, trajés e por ser egresso da FEBEM; e psicossocial, porque o ‘menor’ acaba por cumprir a carreira que a FEBEM lhe traça assumindo uma identidade que lhe é atribuída (CONSTANTINO, 2000, p. 28).

Edmundo (1987) ao realizar um trabalho na FEBEM de Recife com “menores infratores”, chega a resultados parecidos com os de Violante (1982). A partir da percepção que os(as) internos(as) têm a respeito das regras sociais que elas(es) mesmas(os) transgridem, ela conclui que a instituição age como

reprodutora do sistema social, em que são geradas as condições de marginalidade, exerce sua ação profissional apenas sobre a criança, “sendo a

marginalidade apenas uma patologia do menor”. Sob esse ponto de vista, acredita-se que a forma de tratá-lo deve obedecer a uma prática que o isole do contexto social, pois acreditando que ele é a “*enfermidade*”, curando-o, a sua integração e recuperação são possíveis, e o resultado dependerá exclusivamente de sua vontade pessoal (CONSTANTINO, 2000, p. 28, grifo meu).

As duas autoras enfatizam a função adaptadora da instituição, uma vez que esta age sobre a vítima da marginalidade e exclusão e não sobre as condições que as produzem. Trata-se de uma tentativa de inclusão, que é extremamente perversa, em um sistema que funciona por excluir primeiro, para depois incluir (de maneira, geralmente ineficiente). Um sistema que cria a margem e constrói um discurso sobre ela: o da “marginalidade”.

Campos (1984) ao pesquisar a situação de desligamento de egressas(os) da FUNABEM, propõe que estas(es) “perdem o referencial e a identidade social que possuíam na instituição, na qual, pelo menos, sentiam-se como ‘um do grupo’”. São, assim, colocadas(os) em um “entre”, não pertencendo mais à instituição, devido à sua idade, mas também não pertencendo à sociedade fora destes muros que ao percebê-las(os) como marginais, não as(os) aceitam.

Portanto, trata-se de um dispositivo com linhas de subjetivação que produzem jovens que, comumente, depois de anos de vivência institucional, acabam por internalizar uma visão negativa de si mesmas(os), que é construída na instituição e reforçada pela sociedade.

A experiência do desligamento institucional se apresenta extremamente dolorosa e traumática, na medida em que as atitudes paternalistas e assistencialistas da instituição não os preparam para a vida comunitária e familiar, quer do ponto de vista da profissionalização para o trabalho, quer do afetivo-emocional para a convivência com outros (CONSTANTINO, 2000, p. 29).

Distribuídas(os) em subempregos pela pouca qualificação para o trabalho, tais jovens têm que sustentar algo que não se exige da maioria das(os) jovens criados com suas famílias, pertencentes às classes mais favorecidas, uma vez que suas opções são outras e diversas, sendo a escolarização e o acesso ao ensino superior o que geralmente está nos horizontes desse segundo grupo aos 18 anos de idade.

Constantino (2000) ao remeter-se ao trabalho de Queiróz (1987), dispõe que

O comportamento e o mundo de representação do “menor infrator” são mediados por essa contradição. Ao desenvolver estratégias que permitem a sua sobrevivência, ele percorre caminhos que o levarão à prisão e à morte e se, por outro lado, resolve assumir valores institucionais, percebe que seu cotidiano é impossível, uma vez que a participação nos benefícios da sociedade lhe é negada (p. 37).

É possível concluir que esse dispositivo voltado à reclusão de crianças e adolescentes pobres serviu, prioritariamente, à manutenção das desigualdades sociais e não à um projeto de enfrentamento e superação destas, e que não representou, em muitos casos, algum benefício quanto à promoção social das(os) internas(os), nem ao restabelecimento e fortalecimento de vínculos afetivos e emocionais destas(es) com suas famílias.

Prestes (2010) destaca nos jovens com experiência de institucionalização “dificuldade de inserir-se em um contexto social que pressupõe a família como ponto de origem ‘normal’ do indivíduo, em um raciocínio que estabelece uma conexão entre natural (origem biológica) e a normalidade” (p. 13).

O fato de que a reclusão nessas instituições leva os sujeitos a grande desconhecimento do funcionamento das regras sociais fora do contexto institucional, foi declarado por uma jovem que viveu durante anos em um instituição de acolhimento, no ENAPA (Encontro Nacional de Apoio à Adoção) em Campinas em 2013. Ela contou publicamente sua história e vivências de institucionalização, e destacou sentir-se confusa sobre como reagir em diversas circunstâncias em que as demais pessoas “naturalmente” o sabem. Ela falava de inadaptação à sociedade, à vida compartilhada.

Tal depoimento gerou visível desconforto em algumas(uns), e comoção em outras(os), repercutindo de forma considerável durante todo o encontro, talvez por aproximar de muitas(os) pesquisadoras(es), pais e mães por adoção, psicólogas(os), assistentes sociais, juízes, promotoras(es) a realidade da vivência institucional prolongada, talvez por expor os efeitos, ou por ter sido relatado por quem esteve lá, por quem teve seu corpo atravessado pelos afetos possíveis em uma trajetória social marcada por vivências específicas e atípicas.

O que legitimou, nesse dispositivo, a reclusão das crianças abandonadas, oprimidas por tanto tempo? Isto foi possível uma vez que tais crianças/adolescentes se transformaram em símbolo ameaçador ao denunciarem as contradições de uma sociedade excludente e capitalista, e

[...] isso nos incomoda tanto que essas crianças são tratadas, quase sempre, como moléstia social, um câncer. Ao longo da história a ‘solução’ tem sido a de segrega-las do convívio social, recolhendo-as em orfanatos ou instituições de caráter assistencial e corretivo [...] mantendo-se ainda uma mentalidade segregacionista, ou seja, de isolamento daqueles que são considerados perturbadores da ordem social (CONSTANTINO, 2000, p. 12-13, grifo meu).

Fonseca (2006, p.8) ao discutir sobre a preocupação atual de que a “passagem” da criança/adolescente pela instituição seja, de fato, transitória, conclui que esta “é inspirada no

desejo compreensível de corrigir os erros de uma época anterior quando, por indiferença ou rigidez administrativa, crianças ficavam anos a fio nas instituições sem nenhuma definição jurídica”.

A instituição de acolhimento surgiu na história da humanidade sob a máscara de uma alternativa para solucionar o problema da infância desvalida e atravessou séculos sob fortes questionamentos e críticas no que concerne à sua existência e aos seus fundamentos. Neste exato momento, a realidade de milhares de crianças é afetada por essa resposta de proteção infantil, que tem sofrido fortes críticas pelos inúmeros constrangimentos que tem causado a aqueles atores sociais que são, em tese, a razão da sua existência (PAIVA, 2012, p. 1-2).

A cidadania, assim, para estes seres duplamente vitimados: pela violência intrafamiliar e pelas vivências numa instituição de acolhimento, torna-se uma questão de conquista. Coimbra (1994 apud CONSTANTINO, 2000) a considera

como um privilégio de classes, um favor da classe dominante às demais classes...[...] ao longo de nossa história, as diferenças pessoais e sociais têm sido transformadas em desigualdades e os sujeitos distribuídos e naturalizados numa escala que vai de inferior ao superior. Dessa forma, grande parte da população é considerada ‘suspeita’ e ‘perigosa’ [...], e, portanto, alijada do exercício de cidadania (p. 13-14).

Linhas de fissura nesse dispositivo de institucionalização criaram espaços para reflexão sobre as consequências dos tipos de ações voltadas à criança desfavorecida que precisasse ser retirada do convívio com sua família, na busca de alternativas que melhorassem as condições de vida e ampliassem experiências, para que tal criança/adolescente pudesse, como cidadã(o), atuar na sociedade e participar também das mudanças sociais que se fizessem necessárias (CONSTANTINO, 2000, p. 25).

É possível concluir, até aqui, que as linhas de composição do dispositivo de institucionalização das crianças e adolescentes retiradas do convívio com suas famílias, se relacionam e se afetam de tal modo que originam um aparato científico e midiático de questionamento cada vez mais incisivo evocado pela ciência, pela população de modo geral e pelo próprio Estado à diversos aspectos desse dispositivo pelos inúmeros constrangimentos que tem causado àqueles atores sociais que são, em tese, a razão da sua existência (PAIVA, 2012). É um processo de atualização deste dispositivo por meio de fissuras de emergência para o novo que exige adequação à um projeto de nação que também passa por transformações.

Dentre as mudanças referentes ao fenômeno de institucionalização, destacam-se por exemplo, as ocorridas nas nomenclaturas utilizadas. A expressão “abrigo” foi substituída

por “acolhimento institucional” de crianças e/ou adolescentes, assim, legalmente, a partir da alteração da lei nº 12.010 de 03/08/2009, “Abrigo” torna-se “Casa de Acolhimento”. Essa alteração proposta na legislação, aponta a tentativa de uma nova postura perante a população infantil que tem/teve seus direitos violados, visando não apenas sua retirada dos ambientes em que houve a privação desses direitos, mas proporcionar-lhes, de fato, proteção e acolhimento.

Assim, esses espaços passam a ser repensados com a proposta de que se tornem ambientes mais próximos às casas, famílias, do que à uma instituição total (BRASIL, 2009). Dessa maneira, pelo menos à nível teórico, o modo de funcionamento vigente na antiga FEBEM, por exemplo, não é o mesmo encontrado nas instituições de acolhimento atuais.

Uma grande transformação ocorre ainda nesse cenário com a realização do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em conjunto com as instituições cadastradas na Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que apontou que em 2003 havia aproximadamente 19.373 crianças e adolescentes em 589 instituições de abrigo (que responderam ao questionário, do total de 670 beneficiadas por recursos do Governo Federal, por meio da Rede-SAC) no Brasil. Valente (2013) explica que

Essa pesquisa revelou que, das quase 20 mil crianças e adolescentes que viviam nos abrigos: 87% tinham família; 58,5% eram meninos; 63,6% eram afrodescendentes; 61,3% tinham idade entre sete e quinze anos; 24,2% tinham a pobreza como o principal motivo de abrigamento; 18,9% estavam abrigados por abandono; 11,7% por violência doméstica; 11,4% por dependência química dos pais ou responsáveis; 7% por vivência de rua; 5,2% por motivo de orfandade. Acrescido a isso, revelou-se também que, nas situações de possibilidade de retorno à família de origem, as dificuldades financeiras apresentavam-se como principal desafio (p. 72).

Tal pesquisa foi de suma importância pois deu visibilidade à dimensão, à nível nacional, da situação das crianças e adolescentes abrigadas. Segundo o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil (ASSIS; FARIAS, 2013), a pesquisa “[...] denuncia que o caráter de excepcionalidade da medida de abrigo (expressa pelo art.101, parágrafo único do ECA) não é respeitado, sendo a institucionalização um recurso ainda utilizado de forma indiscriminada” (p. 34).

Os dados apresentados na pesquisa provocaram a movimentação pelo enfrentamento dessas questões por parte do Estado na elaboração urgente de um plano nacional que alavancasse políticas públicas que viessem ao encontro dessas necessidades. Tornava-se claro que havia uma violação de direitos que

estava se confrontando com o direito da criança e do adolescente de ser tratado como prioridade absoluta no país e de ter garantida sua proteção integral (ASSIS; FARIAS, 2013, p.34, grifo meu).

Instala-se, portanto, uma política de reordenamento das instituições de acolhimento em que

A organização dos diferentes serviços de acolhimento tem como objetivo responder de forma mais adequada às demandas da população infanto-juvenil. Deve-se considerar, ainda: sua idade; histórico de vida; aspectos sócio-culturais; motivos do acolhimento; situação familiar; previsão do menor tempo necessário para viabilizar soluções de caráter permanente (reintegração familiar ou adoção); condições emocionais e de desenvolvimento, bem como condições específicas que precisem ser observadas [...], dentre outras (BRASIL, 2009, p. 61).

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos serviços de acolhimento às crianças e/ou adolescentes e jovens, que traz uma descrição de cada um deles, seguida do público a que se destinam, bem como sua capacidade de atendimento e as(os) profissionais inseridas(os) em cada serviço.

Quadro 1- Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Serviço	Descrição	Público	Capacidade de atendimento	Recursos Humanos
<u>Abriço Institucional</u>	O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência, inserido na comunidade em áreas residenciais.	Crianças e adolescentes (0 a 18 anos)	Até 20 crianças e adolescentes por unidade	- 1 educador e 1 auxiliar para cada 10 crianças/adolescentes (por turno) - Equipe Técnica: ▪ 1 Coordenador ▪ 1 Assistente Social ▪ 1 Psicólogo
<u>Casa-Lar</u>	Serviço oferecido em unidades residenciais, em que pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente.	Crianças e adolescentes (0 a 18 anos)	Até 10 crianças e adolescentes por unidade	- 1 educador residente e 1 auxiliar para cada 10 crianças/adolescentes - Equipe Técnica - para cada 20 crianças/adolescentes (em até 3 casas-lares): ▪ 1 Coordenador ▪ 1 Assistente Social ▪ 1 Psicólogo
<u>Família Acolhedora</u>	Serviço que organiza o acolhimento em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária.	Crianças e adolescentes (0 a 18 anos)	Uma criança ou adolescente em cada família (salvo grupo de irmãos, que devem ficar juntos na mesma família acolhedora)	- Equipe Técnica (para cada 15 famílias acolhedoras): ▪ 1 Coordenador ▪ 1 Assistente Social ▪ 1 Psicólogo
<u>República</u>	Serviço em sistema de autogestão / cogestão, possibilitando gradual autonomia de seus moradores. Destinado prioritariamente a jovens egressos de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.	Jovens de 18 a 21 anos	Até 6 jovens por unidade	- Equipe Técnica (para cada 24 jovens, em até 4 repúblicas): ▪ 1 Coordenador ▪ 1 Assistente Social ▪ 1 Psicólogo

Fonte: BRASIL (2009, p.5).

Quanto aos serviços de acolhimento familiar, que é a modalidade de acolhimento em que, mais adiante aqui nos deteremos, o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil (2013), realizado pela CLAVES/FIOCRUZ em 2010, apresenta uma lista norteadora de pesquisa com 204 serviços, dos quais 113 foram localizados e pesquisados, 91 não se adequavam ao perfil definido para o estudo, e outros 31 novos SAF (Serviço de Acolhimento Familiar) foram localizados e integrados à pesquisa. Assim, foram pesquisados 144 SAF, com total de 932 acolhidas(os).

1.7 De recolhimento à acolhimentos: fissuras de um dispositivo

O fomento de uma nova cultura de acolhimento ocorre a partir de mudanças desde as concepções de infância e de juventude e as políticas à elas relacionadas, até as significações de

vinculação afetiva entre os seres. Essas transformações apresentam uma forma de pensar e sentir tais questões, baseada em alterações de discursos e de paradigmas que sustentam e mobilizam tanto as leis quanto as práticas, ganhando dessa forma, com a participação de diversos agentes, legitimidade e fortalecimento.

A crescente preocupação com a infância e o enfoque na importância da convivência em ambiente familiar levou às modificações essenciais no âmbito das políticas, e à criação de um aparato composto, por exemplo, pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2006, da Lei de Adoção (Lei nº 12.010, 2009), dentre outros(as). Diante desse cenário, novos espaços também surgiram, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), os Conselhos Tutelares, dentre outros, que passaram a constituir esse aparato voltado às famílias, à infância e à pobreza.

A noção de vínculo, destacada por Vicente (2000) como fundamental para o desenvolvimento humano, torna nessa perspectiva, a intervenção do Estado importante no sentido de assegurar à criança que “desfrute de bens que apenas a dimensão afetiva pode oferecer. É nesse momento que o vínculo, por meio do direito à convivência familiar e comunitária, passa a fazer parte de um conjunto de pautas das políticas públicas” (p.51). Dessa forma foi-se instaurando um processo de afirmação/confirmação/reafirmação de tal discurso.

No Brasil, a partir da aprovação da Constituição da República Federativa Brasileira (CF/1988), houve um maior compromisso com a promoção de desenvolvimento social e humano, que culminou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tornando a década de 1990 um marcador histórico do destaque estabelecido sobre a família, mas principalmente na criança dentro dela (CARVALHO, 2003).

O mesmo Estatuto estabelece no artigo 19 “que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária (p.10). Em função de tal princípio, “o ECA estabelece a excepcionalidade e a provisoriedade do Acolhimento Institucional, obrigando que se assegure a preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem” (BRASIL, 2006, p. 22).

É importante destacar que dentre as mudanças geridas no interior do dispositivo de institucionalização, há uma modificação significativa também quanto às famílias de origem das crianças e adolescentes a quem ele se destina.

Gomes e Pereira (2005) citando Martins (1993) destacam que “a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada” (p. 360). O dispositivo passa a direcionar feixes de luz, ou seja à dar visibilidade às famílias de origem de tais crianças, de modo distinto. A partir dessa nova ótica, passou-se a perceber tais famílias (que abandonam, ou que entregam em adoção, ou que negligenciam qualquer direito das crianças e adolescentes) como necessitadas também de auxílio para lidar com seus filhos e filhas. Torna-se necessário incluí-las, mas devido às conjunturas econômicas, liberal, e mais tarde, neoliberal, esse processo acaba por configurar-se como uma inclusão perversa (SAWAIA, 2001). Assim, a nova proposta é de que enquanto a criança se encontra sob medida de acolhimento, sua família de origem deve ser assistida no sentido de alcançar a superação das condições que levaram à retirada da criança de sua casa.

TOMÁS (2009, s/p) lembra que

Por mais que existam famílias que apresentam dificuldades diversas na criação dos filhos, sejam econômicas, sociais, psicológicas, “são famílias com competências e limitações como quaisquer outras, contudo enfrentam situações que demandam apoio externo para superarem os problemas familiares” (RIZZINI et. al., 2006, p.64).

Torna-se importante que a criança consiga retornar à família, e enquanto isso, que ela mantenha contato com esta e convivência comunitária, ou seja, que não permaneça, como outrora, isolada entre muros de uma instituição.

Conforme Brasil (2006)

A promoção, a defesa e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária envolvem o esforço de toda a sociedade e o compromisso com uma mudança cultural que atinge as relações familiares, as relações comunitárias e as relações do Estado com a sociedade. O respeito à diversidade cultural não é contraditório com esta mudança que atravessa os diversos grupos socioculturais, na defesa desses direitos. Pelo contrário, exige que se amplie a concepção de cidadania para incluir as crianças e adolescentes e suas famílias, com suas necessidades próprias. Desafio de dimensões estratégicas, sem dúvida, de cujo enfrentamento eficaz depende a viabilidade de qualquer projeto de nação e de país que se deseje construir agora e no futuro (p.21, grifos meus).

Diante desta conjuntura, com a visível necessidade de enfrentamento de questões históricas, é que novas modalidades de acolhimento são pensadas.

Como visto, a partir da década de 1980 do século XX, se institui no país um movimento no sentido da construção de um Estado Democrático de Direitos, particularmente, dos direitos de crianças e adolescentes sob medida protetiva e de suas famílias. Nesse contexto, a partir da

aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora passa a ser executado como política pública, sendo reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante a lei 12.010/09 (VALENTE, 2013).

1.8 Acolhimento Familiar

O acolhimento familiar é uma modalidade de acolhimento que ocorre na residência de famílias que se propõem a acolher crianças e adolescentes em situação de

abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente (BRASIL, 2009, p. 76).

Em outras palavras, é a transferência temporária de cuidados da criança e adolescente de uma família para outra que ocorre sob a mediação de aparelhos jurídicos do Estado. Trata-se do esgarçamento dentro do dispositivo de institucionalização que propõe, agora, um atendimento mais humanizado e afetivo às crianças e adolescentes, e que aproxima a sociedade nessa responsabilização.

O Programa de Acolhimento Familiar aparece como uma opção ao acolhimento institucional, tendo inclusive preferência sobre este, como previsto no artigo 34 do ECA: “§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei”; tornando-se, a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), uma política pública a ser implantada em todo território brasileiro.

É particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica do programa e dos serviços da rede de atendimento indique possibilidade de retorno à família de origem, ampliada ou extensa, salvo casos emergenciais, nos quais inexistam alternativas de acolhimento e proteção.

Para as crianças pequenas que vivenciam situações de violação de direitos, o acolhimento familiar tem se mostrado uma forma de atendimento adequada a suas especificidades. (BRASIL, 2009, p.77).

O Brasil (2006) coloca-o como alternativa de proteção integral dentro de um serviço de proteção social especial de alta complexidade (assegura moradia, alimentação, higiene, etc.) às

crianças e aos adolescentes retirados(as) do convívio das famílias de origem, evitando a “penalização” destes (as), por meio de um atendimento mais individualizado, baseado no modelo de relacionamento doméstico e de convivência com a família e a comunidade (ASSIS; FARIAS¹¹, 2013, p.293) até que seja possível a reintegração familiar (que apresenta-se como o foco principal do programa) ou então, “excepcionalmente” (termo utilizado no ECA), a adoção.

Isso ocorre porque as famílias participantes do programa (selecionadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento) dispõem-se a acolherem em suas casas, durante um período de tempo, essas crianças e adolescentes (encaminhadas(os) pela autoridade competente) retiradas(os) de seus lares por terem sido vítimas de violência, trabalho infantil dentre outras negligências de várias ordens, e que, portanto, estão aguardando medidas de reinserção familiar, que se não forem bem sucedidas as(os) levaram à adoção.

Trata-se, portanto, de uma proposta de participação da comunidade na efetivação de uma política pública de proteção à infância e adolescência a partir da qual o dispositivo esgarça-se para integração de novos sujeitos que agirão e também se subjetivarão a partir dele.

O público geral à que se destina essa modalidade de acolhimento são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em medida protetiva, e de maneira específica, aquelas(es) que diante da avaliação da equipe técnica, apontem chances de reinserção na família de origem ou extensa, incluindo casos emergenciais em que não haja outras modalidades de acolhimento.

A proposta é de que cada família acolhedora conviva apenas com um(a) criança ou adolescente por vez, exceto quando tratar-se de grupo de irmãos(ãs), caso em que deve-se considerar a disponibilidade da família acolhedora para tal. Porém, quando este número excede a dois, outras formas de acolhimento são indicadas.

Conhecidas também como “Famílias Guardiãs”, “Famílias de Apoio”, “Famílias Cuidadoras” e “Famílias Solidárias”, essas famílias, aqui denominadas de famílias acolhedoras, são selecionadas e acompanhadas pela equipe técnica de Serviço de Acolhimento (psicóloga(o) e assistente social) para que recebam as crianças/adolescentes que a autoridade competente encaminhar para inclusão no programa. Há ênfase na importância de “um processo de seleção e capacitação criterioso [...] (considerado como) essencial para a obtenção de famílias acolhedoras com perfil adequado ao desenvolvimento de suas funções, possibilitando a oferta de um serviço de qualidade aos usuários (BRASIL, 2009, p.78, acréscimo meu).

¹¹ Esse Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento também foi de suma importância nesse contexto de mudanças paradigmáticas frente à infância e adolescência pois deu visibilidade à quantidade de crianças e adolescentes esquecidas(os) nas instituições brasileiras, muitas sem um plano de atendimento, permanecendo por anos em tais instituições.

Essa modalidade de acolhimento tem um aporte jurídico e realiza-se por meio da solicitação de um termo de guarda provisória pelo serviço de acolhimento para a família acolhedora já cadastrada e indicada, que é emitido pela autoridade judiciária, imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

Brasil (2009) destaca algumas etapas que devem ser contempladas pelo Acolhimento Familiar, são elas:

A etapa de divulgação, que tem importância devido à sua finalidade de informar a sociedade sobre o programa, os objetivos deste, os critérios para tornar-se família acolhedora, além de diferenciar adoção de acolhimento, contribuir para a diminuição dos preconceitos, localizar famílias interessadas e sensibilizá-las a participarem, bem como outros(as) atores(as) do Sistema de Garantia de Direitos para que parcerias de trabalho sejam criadas. Essa divulgação deve realizar-se de forma conjunta, pelo(a) executor(a) e pelo órgão do Governo Municipal competente (BRASIL, 2009).

A acolhida e a avaliação inicial devem ser realizadas por uma equipe técnica multidisciplinar e qualificada que traga as informações necessárias às famílias interessadas. Este primeiro momento é importante pois possibilita, inclusive, a identificação de possíveis motivações equivocadas – como interesse em adoção. As informações devem ser objetivas, de modo a evitar mal-entendidos e poupar tempo e envolvimento emocional da equipe e dos(as) pretendentes ao acolhimento (BRASIL, 2009). Os critérios mínimos exigidos para a função devem ser verificados, inclusive em relação ao desejo, disponibilidade e concordância de todos os membros da família em acolher e participar dos momentos de seleção, capacitação e acompanhamento.

Na avaliação documental exigem-se documentos pessoais de todos os membros maiores de idade da família, como RG, CPF, comprovante de residência, comprovante de renda, certidão negativa de antecedentes criminais, atestado de saúde física e mental. No caso de casais, é indicado que o termo de guarda seja expedido em nome de ambos(as).

Após a avaliação inicial, as famílias inscritas como potenciais acolhedoras passam por um estudo psicossocial, que objetiva identificar os aspectos subjetivos que qualificam ou não a família para sua participação. Essa etapa prevê que se realizem entrevistas individuais e coletivas, dinâmicas de grupo e visitas domiciliares, utilizando metodologias que privilegiem a coparticipação das famílias. É essencial a participação de todo o grupo familiar no processo de avaliação e seleção, visto que todas(os) devem estar de acordo com a proposta (BRASIL, 2009).

Dentre as características elencadas a serem observadas durante esse estudo psicossocial estão: disponibilidade afetiva e emocional; padrão saudável das relações de apego e desapego;

relações familiares e comunitárias; rotina familiar; não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química; espaço e condições gerais da residência; motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com separação; flexibilidade; tolerância; capacidade de escuta; estabilidade emocional (BRASIL, 2009).

Além da avaliação quanto à compatibilidade com a função de acolhimento, o estudo psicossocial prevê que seja indicado também o perfil de criança e/ou adolescente que cada família está habilitada a acolher. Note-se que há um processo que se desenvolve na tentativa de garantir um bom encontro entre a família que pretende realizar o acolhimento e a criança ou adolescente que necessita ser acolhida(o).

A etapa de capacitação tem como objetivo preparar as famílias selecionadas. Isso pode ser feito por meio de oficinas temáticas e cursos dirigidos pelos(as) profissionais da equipe do Serviço e por outros(as) especialistas convidados(as), que podem ser profissionais da rede, do Sistema de Justiça, etc. Há recomendação de que durante essa fase do processo, sejam apresentadas experiências de famílias acolhedoras que já acolheram, assim como de famílias de origem que tiveram seus(as) filhos(as) acolhidos(as) e já retornaram ao lar, de modo a dar concretude à proposta (BRASIL, 2009).

Enquanto temas relevantes a serem trabalhados nesse momento com as famílias, estão:

[...] Novas configurações familiares e realidade das famílias em situação de vulnerabilidade social; Etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente [...] comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade); [...] formas de lidar com conflitos, colocação de limites; Comportamentos frequentemente observados entre crianças/adolescentes separados da família de origem, que sofreram abandono, violência; [...] como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a auto-estima e contribuir para a construção da identidade; [...] Papel da família acolhedora, da equipe técnica do programa e da família de origem (BRASIL, 2009, p.10).

É importante notar que há nas entrelinhas desse processo de seleção das famílias uma expectativa de modelo familiar que acompanha os documentos oficiais e também o imaginário da equipe técnica, bem como o da família em processo de avaliação. Há um ideal de família que circula dentro do dispositivo, que é o da família que consegue lidar com as necessidades de suas crianças e adolescentes sem que sejam necessárias intervenções do Estado nesse sentido.

Há ainda o cadastramento que serve para formalizar a inscrição no Serviço das famílias que foram consideradas aptas a serem acolhedoras, é realizado o preenchimento da ficha de cadastro com as informações sobre toda a família e a indicação quanto ao perfil de criança ou adolescente que se julga capaz de acolher. A documentação necessária é encaminhada pela

coordenação do Serviço à Justiça da Infância e Juventude, para que seja emitido o termo de guarda e responsabilidade quando ocorrer o acolhimento de uma criança ou adolescente pela família cadastrada (BRASIL, 2009).

Antes que a modalidade de acolhimento familiar seja a opção decidida, os serviços da rede de proteção à infância e juventude (Conselho Tutelar, Justiça da Infância e Juventude, Equipe de Supervisão e Apoio aos Serviços de Acolhimento, etc.) devem avaliar e discutir o caso com a equipe técnica. O objetivo é articular, por meio de um trabalho em rede, os serviços que integram o Sistema de Garantia de direitos, e dar continuidade ao atendimento da criança ou adolescente e de sua família (BRASIL, 2009). Essas ações fazem parte do acompanhamento e da supervisão.

A família acolhedora deve ser preparada para receber a(s) criança(s) e adolescente(s), ter informações sobre os aspectos sócio jurídicos do caso, e quando possível, uma previsão inicial da duração do acolhimento.

À equipe técnica cabe estabelecer um plano de acompanhamento dessa família, considerando as necessidades específicas de cada acolhimento e respeitando as características do(a) acolhido(a). A proposta é de que esse acompanhamento ocorra quinzenalmente, ou que varie conforme a avaliação do caso, por meio de entrevistas e visitas domiciliares que objetivam a adaptação e o desenvolvimento do acolhimento (BRASIL, 2009).

Outra ação da equipe voltada à família acolhedora nesse processo é a construção de espaços para trocas de experiências entre as famílias acolhedoras, como grupos de apoio de escuta mútua.

O acolhimento familiar tem ações destinadas às famílias de origem das crianças e adolescentes também.

A equipe técnica deve estabelecer o contato inicial com essa família (exceto em casos de restrição judicial) para instruir sobre o que é o acolhimento familiar, seu funcionamento e regras (com o intuito de que a família compreenda que, apesar da criança ou adolescente estar sob os cuidados de outra família, não se trata de uma adoção, e sim de uma medida protetiva provisória), bem como convidá-la a participar do processo de adaptação da criança ou adolescente à família acolhedora, fornecendo informações sobre seus hábitos e costumes. Cabe à equipe também o papel de mediação ao possibilitar o encontro da família de origem com o(a) filho(a), quando não há destituição do poder familiar. “Paralelamente ao acolhimento, é necessário trabalhar as causas do afastamento junto à família de origem de maneira a contribuir, efetivamente, para uma reintegração familiar como preconizado pelo ECA (1990)” (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p.4). Portanto essa família também deve ser acompanhada com

entrevistas e visitas domiciliares periódicas, articuladas com o planejamento realizado na busca de superação das vulnerabilidades e dos motivos que levaram à necessidade do afastamento da criança ou adolescente.

Aqui também cabe à equipe a construção de espaços para trocas de experiências entre as famílias de origem, como os já mencionados no caso da família acolhedora.

Dentre outras atribuições previstas às equipes técnicas nessa modalidade de acolhimento estão providenciar encaminhamentos jurídico-administrativos junto à rede de educação, de saúde, dentre outros que sejam necessários, e possibilitar situações de escuta individual durante todo o período de acolhimento a qualquer dos(as) envolvidos(as) (família de origem, família acolhedora e acolhido(a)) (BRASIL, 2009).

A equipe profissional mínima deve ser composta por uma pessoa na coordenação e por mais dois/duas profissionais para atendimento de até 15 famílias acolhedoras e de 15 famílias de origem (BRASIL, 2009).

Desses(as) profissionais exige-se um leque de ações e de conhecimentos amplos, é preciso fazer rede com outras(os) profissionais e serviços com o intuito de acompanhar, averiguar, auxiliar e cuidar de todos(as) os(as) agentes que agora participam do rol de cuidados e proteção das crianças privadas do convívio com suas famílias. Exige-se dessas(es) profissionais bem mais do que a reclusão das crianças/adolescentes, é preciso atualizar-se junto ao dispositivo, subjetivar-se enquanto trabalhador(a) dentro de um novo modo de funcionamento: “é necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual” (DELEUZE, 1990, s/p).

A equipe técnica aparece como o componente do dispositivo que servirá ao controle das práticas e dos afetos. Ela é detentora do saber e de parcela do poder que irá distinguir acertos de erros em uma legitimação do que cabe e do que não cabe dentro da prática do acolhimento familiar. A indicação de que todas as situações em que surjam enfrentamento de dificuldades durante o acolhimento, seja com a criança, com a própria família acolhedora ou com a família de origem, devam ser comunicadas à equipe, torna-a o ouvido que tudo ouve, o olho que deseja à tudo ver.

A família, como visto, tem uma função bem definida dentro do dispositivo: cuidar e manter as crianças e adolescentes. Com o acolhimento familiar essa função não se altera, apenas se transfere de uma família à outra, com a mediação do Estado.

Enquanto família de passagem, cabe à esta dar suporte a(ao) acolhida(o) durante esse período de instabilidade de sua vida. Por trata-se de um serviço de proteção social especial de

alta complexidade, a família que acolhe é responsável integralmente pelas atividades cotidianas dos(as) acolhidos(as), tais como levar à escola, alimentar, propiciar lazer, higiene, atenção, ofertar atendimentos de saúde, etc., cabendo à equipe técnica auxiliar na obtenção dos atendimentos necessários, preferencialmente, na rede pública (BRASIL, 2009).

É previsto que a família que acolhe, devido à sua experiência em contato com a criança, pode contribuir também para uma construção conjunta de estratégias, ela

deve participar e ter sua opinião ouvida pela equipe técnica do serviço na tomada de decisões sobre a vida da criança e do adolescente, como, por exemplo, nas ocasiões em que se mostrar necessária a elaboração de relatório para a Autoridade Judiciária com recomendação de reintegração familiar ou adoção. Nesses casos, deve ser priorizada a participação da família acolhedora ou daquele educador/cuidador com o qual a criança/adolescente mantenha vinculação afetiva mais significativa e que conheça seus desejos e interesses (BRASIL, 2009, p. 48).

O documento “*Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*”, propõe que as famílias acolhedoras “[...] devem ter clareza quanto a seu papel: vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar” (BRASIL, 2009, p.47).

O desligamento é um dos momentos mais sensíveis do processo de acolhimento em família acolhedora exatamente por conta dessa vinculação afetiva e da transitoriedade desta, e pode ocorrer em três casos: quando a equipe de profissionais do serviço, em diálogo com a Justiça da Infância e Juventude, com o Ministério Público, o Conselho Tutelar e a rede envolvida, percebe a possibilidade de retorno familiar (à família de origem, nuclear ou extensa); a necessidade de acolhimento em outro espaço de proteção, ou o encaminhamento da criança ou adolescente para adoção (BRASIL, 2009).

Quando há o desligamento a equipe deve desenvolver, com a criança ou adolescente, ações de escuta individual e apoio emocional, com foco agora, no retorno à família de origem ou na adoção, bem como na separação da família acolhedora.

Nos casos de retorno à família de origem, cabe à equipe técnica, progressivamente, ampliar e intensificar os encontros entre a criança ou adolescente e esta. A proposta é que tais encontros, gradativamente, deixem de ser acompanhados pela equipe, até que haja permanência da(o) acolhida(o) com a família nos finais de semana e, por fim, seu retorno definitivo.

O acompanhamento à família de origem deve permanecer por pelo menos seis meses após a reintegração da criança ou adolescente; a intenção é oferecer apoio para o cumprimento das funções esperadas do grupo familiar como cuidado e proteção, e visa evitar a reincidência

da necessidade de acolhimento. Esse acompanhamento pode ser feito pela própria equipe técnica do serviço de famílias acolhedoras ou por outro serviço sócio assistencial (CRAS, CREAS) em articulação com a rede local (BRASIL, 2009).

É imprescindível, também, existir uma metodologia de trabalho coletivo, que permita que cada etapa seja monitorada. A família precisa ser estimulada e apoiada constantemente para que entenda que aquele trabalho onde uma criança/adolescente permanecia [sem destituição do poder familiar] até a maioridade não exista mais. No lugar desse trabalho, existe hoje uma política de direitos, onde a família – base da sociedade – precisa ser apoiada na sua ação protetiva (VALENTE, 2013, p. 284).

Com a família acolhedora, o trabalho da equipe nesse momento é orientá-la no sentido de intensificar a preparação da criança/adolescente para o regresso à família de origem, ou para a passagem à sua nova família, adotiva.

No documento sobre as orientações técnicas (BRASIL, 2009) é previsto que sejam realizados encontros com a família de acolhimento (entrevistas individuais e com o grupo familiar) com foco na saída da criança/adolescente e na experiência de separação. O apoio psicossocial deve ser oferecido mesmo após a saída do(a) acolhido(a), além de mantidas as atividades em grupo com outras famílias acolhedoras e o contato regular com a equipe técnica.

Cabe também à equipe intermediar e orientar a família acolhedora com relação à manutenção de vínculos com a criança/adolescente após a reintegração familiar, o que serviria para ampliar a rede de proteção e cuidado da(o) acolhida(o). Entretanto, essa é uma questão bastante sensível, pois deve ser respeitado o desejo de todos os(as) envolvidos(as), além de serem consideradas as características de cada situação, avaliando-se a pertinência ou não da manutenção deste vínculo.

Nos casos em que forem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar e a criança ou adolescente for encaminhada para adoção, cabe à família acolhedora contribuir para essa transição e, em conjunto com a equipe técnica prepará-la(o) para a colocação em uma família definitiva.

Esse panorama geral das características do programa, aqui apresentado, visa contribuir para ampliar a percepção da dimensão desta modalidade de acolhimento, suas etapas e a ação dos(as) agentes nele envolvidos(as), além de trazer indicativos dos referenciais paradigmáticos que estão como base do programa, incidindo sobre como são pensadas as crianças e adolescentes acolhidas(os), suas famílias originárias assim como suas necessidades, e o perfil de uma “boa” família acolhedora diante do que se é exigido. Enfim, é uma tentativa de assinalar

algumas linhas de visibilidade e enunciação dessa prática dentro do dispositivo anteriormente destacado. Retomando que, nesse dispositivo,

Conforme se pode observar, implantar uma nova proposta de acolhimento para crianças e adolescentes cujos direitos são violados, que seja de qualidade e mais eficaz que a antiga institucionalização, exige tempo e mudanças. Mudanças de ordem legal, de práticas institucionais, de paradigmas de família, de concepções de criança e adolescência, de práticas e políticas sociais. (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009, s/p).

Essas linhas de atualização no dispositivo acarretam modificações, e nesse novo cenário

alguns problemas se configuram como fundamentais para serem analisados quando se pensa na constituição, fomento e sistematização de programas de acolhimento familiar. Por exemplo: Como eles estão se estruturando? Quais crianças visam atender (vitimizadas, grupo de irmãos, bebês, adolescentes, etc)? Que tipo de suporte especializado vão poder oferecer às famílias acolhedoras, às famílias de origem e aos acolhidos? Pode-se ainda perguntar se essa será uma alternativa de proteção adequada para crianças em todas as faixas etárias. **Essas são questões que se levantam num momento de transição e de criação de uma nova cultura de acolhimento, que objetiva contemplar outros modelos de proteção diferenciados da antiga institucionalização.** Questões que estão intimamente relacionadas às concepções de família, de acolhimento, de desenvolvimento da criança e do adolescente, de vínculo afetivo, que os projetos esposam. (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009, s/p, destaque meu).

Assim, é importante retomar que a implantação do acolhimento familiar “não significa puramente a transposição de um modelo de atendimento para o outro, como se o Acolhimento Familiar fosse uma 'solução' para substituir o estado atual das coisas" (CABRAL, 2004, p. 12), mas é uma prática que como parte de um dispositivo mantém linhas de atualização e de sedimentação.

Quanto ao surgimento do acolhimento familiar no Brasil, Brasil (2006) assinala que os primeiros programas surgiram na década de 1950, em São Paulo e Porto Alegre.

A partir de 1996 cresce a consciência sobre a sua importância e é iniciado um movimento nacional a favor da implantação desta modalidade de atendimento [...]. Hoje, existem mais de 50 municípios no país que desenvolvem programas de famílias acolhedoras, mas a sua concentração ainda é na região Sul e Sudeste. Não há uma homogeneidade no funcionamento destes programas e alguns ainda estão mais voltados para colocação em família substituta do que para o resgate dos laços com a família de origem. Portanto, é importante reafirmar que as diretrizes atuais para os programas de famílias acolhedoras enfatizam a provisoriamente do afastamento da criança e do adolescente e a sua reintegração à família de origem (BRASIL, 2006, p. 68).

Como prática social, o acolhimento familiar não é recente no Brasil. Os registros do que a antropóloga Fonseca (1993) denominou de “circulação de crianças”, que ela define como “o

grande número de crianças que passa a maior parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores” (p.115), nos confirma: ainda que de modo informal, esse tipo de acolhimento já ocorria. Bálamo (2005) também aponta para este fato, ao ampliar para além da realidade brasileira, afirmando que “em muitas sociedades, as responsabilidades em relação à manutenção e socialização das crianças são distribuídas entre diferentes pessoas e não são diretamente associadas aos pais e outros parentes biológicos” (p.22).

Esta modalidade de acolhimento, com a configuração atual, ou seja, compondo uma política pública na forma de um programa oficial, com acompanhamento técnico e legal, que integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como alicerce as diretrizes, os princípios e as orientações das normativas e políticas nacionais, em especial às diretamente relacionadas ao tema, como destacadas pelo documento *Orientações para elaboração do plano de acolhimento da rede de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens*:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990;
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS);
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” - Resolução Conjunta nº 1/2009, do CNAS e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC;
- Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;
- Diretrizes Internacionais para Cuidados Alternativos a crianças sem cuidados parentais.

Martins, Costa e Rossetti-Ferreira (2010) afirmam que no Brasil as iniciativas têm uma característica que as diferenciam de outros países: o foco na reorganização das famílias de origem.

Para Cabral (2004) a cultura brasileira de acolhimento informal, em que famílias extensas ou “conhecidas” acolhem em suas casas crianças de outras famílias com o intuito de proporcionar-lhes condições de sobrevivência mais adequadas, pode favorecer a implantação do Programa Famílias Acolhedoras no país.

Nesse ponto é interessante destacar que antes de ser uma política nacional incluída legalmente no dispositivo, essa prática, já organizada de certo modo e realizada no âmbito popular por algumas famílias, expressa aspectos inventivos de iniciativas de grupos familiares

diante das necessidades das crianças e adolescentes mesmo antes de um posicionamento diferenciado de ações do Estado. Ou seja, o conhecimento popular, o dito “senso comum”, por vezes rechaçado e criticado, principalmente por numerosa parcela da Ciência, aqui teve suas práticas incorporadas à um dispositivo jurídico respondendo à um novo projeto de nação. Valente (2013), quanto a este assunto aponta que

Os estudos mostram que essa cultura aparece em todas as classes sociais no Brasil, mas com maior ênfase entre as famílias empobrecidas, as quais acabam por lançar mão dessa ajuda para a resolução de problemas enfrentados nos seus diversos momentos de vida. Esse tipo de relação torna-se mais necessário na medida em que não existam políticas públicas suficientes e eficazes para atender às questões postas a esses segmentos no Brasil: famílias jovens, famílias empobrecidas, famílias que enfrentam separações, recasamentos, veem na solidariedade de sua rede de apoio meios para minimizar sérios problemas de subsistência e de sobrecarga no cuidado de sua prole (p.1).

Quanto ao surgimento do acolhimento familiar em outros países, Martins, Costa e Rossetti-Ferreira (2010) destacam que ele teve início em diferentes momentos em países como os Estados Unidos em 1910, a França e a Inglaterra em 1940, a Espanha em 1970 e na Itália em 1980, compondo políticas sociais influenciadas por uma literatura das áreas médica e psicológica (que aborda os riscos causados ao desenvolvimento infantil pela institucionalização) e por modificações ocorridas em legislações a partir de extensas discussões sobre os direitos da criança. Figura nesse cenário como normativa fundamental a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989)

A seguir são abordados alguns aspectos históricos da construção e consolidação do acolhimento familiar em dois países: França e Portugal, onde, como destacamos, foram os países onde surgiram as primeiras “rodas de expostos” (RIZZINI; RIZZINI, 2004), sendo a França também um dos precursores no acolhimento familiar, o que ocorreu em 1940 (BUSSINGER; LIMA, 2014). O intuito é apresentar um panorama em que seja possível visualizar como esses processos se desdobraram também nesses dois países, e como se aproximam ou se distanciam da realidade brasileira.

1.8.1 Acolhimento Familiar na França

Iucksch (s/d) destaca que na França, instituições destinadas a acolher crianças abandonadas existem desde os séculos IV e V. Ela aponta que em meados do século XVII, o padre São Vicente de Paulo criou um sistema de acolhimento em que as crianças eram levadas para instituições e colocadas sob os cuidados das *nourrices* (o termo vem de “nourrir” –

alimentar, num sentido mais amplo que “ama de leite”, por essa razão preservamos o termo em francês) de modo que a maior parte dessas crianças chegava até ali por meio da “roda”, que teve o seu uso organizado e generalizado no início do século XIX por Napoleão, que impôs a instalação destas rodas em todas as comarcas.

Havia, também as(os) entregadoras(es) que transportavam as crianças para vilarejos cada vez mais afastados das cidades grandes, devido à sobrecarga das *nourrices* que habitavam perto. Por conta da distância, com essas, o controle e vigilância eram menores.

A taxa de mortalidade era de 50 a 90% nesses lugares de acolhimento, durante os primeiros meses e os « entregadores » que conduziam as crianças até as « nourrices » que habitavam geralmente a mais de 100 km de Paris, eram pagos segundo o número de crianças sobreviventes. Muitos deles eram acusados de comprar crianças durante a viagem para substituir as que morriam (IUCKSCH, s/d, p.2).

A autora caracteriza essa prática das *nourrices* como um primeiro tipo de acolhimento familiar, por meio do qual

Esse aspecto financeiro, que já se encontrava no centro da operação de acolhimento, era também uma forma de levar o dinheiro a essa população do meio rural que vivia em grande miséria[...] Como em todas as épocas, a questão era de encontrar mulheres que encontrassem nessa profissão um meio de subsistência, mas que não a exercessem somente pelo salário. O problema dos laços afetivos entre as famílias e as crianças já estavam presentes... (IUCKSCH, s/d, p.2).

As primeiras *nourrices* eram mulheres do interior, com poucos recursos, que acolhiam as crianças em troca de uma indenização modesta. Muitas dessas crianças ajudavam, trabalhavam, submetiam-se a diversos tipos de situações podendo ser entregues a outras(os), ou abandonadas, sem que o Estado tivesse um real controle da situação.

No início do século XVIII, para lidar com tais questões, uma série de medidas legislativas e regulamentares foram adotadas.

Em janeiro de 1715 as candidatas a «nourrices» passaram a ser registradas e controladas por um serviço público designado, e tinham que apresentar um certificado da paróquia, constando seu estado civil, sua idade e a de seus/suas filhos(as). Por outro lado, o padre devia confirmar por escrito o recebimento da criança acolhida. O salário, as condições de higiene, e o número de crianças eram fixados. A criança devia ter um berço próprio e seu último filho devia ter mais de sete meses (IUCKSCH, s/d, p.2).

Com a pretensão de que não houvesse um retorno dessas crianças aos abrigos, em 1761 houve o aumento do período de permanência destas com as *nourrices*, de seis anos para doze no caso das meninas, e quatorze no caso dos meninos, assim elas(es) trabalhavam como forma de pagamento.

Oito anos depois é criada a Direção Geral das *nourrices* de Paris, serviço administrativo, dirigido por um tenente de polícia, encarregado dos contatos com as *nourrices*, do pagamento de suas indenizações e da correspondência com as famílias de origem.

Com a Revolução Francesa (1793) há algumas mudanças, essas crianças passaram a ser chamadas de “órfãs(os)”. Expande-se a preocupação com as crianças abandonadas para aquelas que permaneciam com suas famílias de origem mas que eram exploradas e mal tratadas por estas.

As primeiras décadas do século XIX são fortemente marcadas pela crescente preocupação com a mortalidade infantil em que discurso moral e científico se misturaram. Assim, a categoria médica se destaca nos tratamentos de doenças venéreas, tuberculose, dentre outras. Nesse momento surge o acolhimento familiar sanitário “cujo objetivo era dar às crianças pequenas da grande cidade, infestada de doenças, os ares puros do campo, considerados como tratamento ideal contra todos os males da vida familiar e da vida urbana ‘desregradas’ e ‘degradadas’” (IUCKSCH, s/d, p.3).

O movimento higienista nesse momento de grande preocupação diante do crescimento das cidades, da concentração de pessoas, de mendicância, de crianças ameaçadas e ameaçadoras, exerce grande pressão e daí decorrerem “leis de proteção materno-infantis, com a obrigatoriedade de vacinação, visitas sistemáticas realizadas por médicos, enfermeiras visitantes nos lares dessa população mais pobre, onde reinava o alcoolismo e a tuberculose” (IUCKSCH, s/d, p.4).

A Segunda Guerra traz modificações, e a colocação de crianças em famílias e instituições torna-se uma maneira de salvar muitas delas das perseguições e consequências da guerra.

Muitas formas de acolhimento de « solidariedade » surgiram nesses anos, até mesmo para classes sociais privilegiadas, por razões de necessidade ou até mesmo de comodidade. A utilização do acolhimento familiar « rural » passou a ser utilizado de diversas formas, a pedido dos pais, com problemas de sobrecarga de trabalho ou habitação. Esses acolhimentos que se propunham quase sempre a ser por um curto período, podiam ser renovados e muitas das crianças aí passavam boa parte de sua infância (IUCKSCH, s/d, p. 5-6).

Em 1943 uma lei previa o sigilo quanto ao local de acolhimento da criança com a justificativa de preservar o espaço psíquico desta que deveria passar por uma ruptura total dos vínculos com a família, rompendo assim a transmissão das “patologias herdadas”. Nos anos 50 a prática do acolhimento familiar mantinha a convicção de que as crianças eram vítimas de suas famílias, assim, haveria necessidade de manter o afastamento entre mães/pais e filhas(os) e controle dessa relação.

Depois da guerra, os organismos encarregados da ação sanitária, social e educativa trabalharam com novos modelos de acolhimento: estruturas para receber as(os) filhas(os) de pais/mães tuberculosos(as) e recém-nascidos(as) que apresentavam doenças congênitas; estabelecimentos ou acolhimentos familiares para recuperação de problemas médicos ou ainda estabelecimentos especializados (para epiléticas(os), cardíacas(os) etc.). Assim, tornou-se necessário o recrutamento de mais famílias de acolhimento e a abertura de novas agências, cada vez mais distantes do lugar de origem das crianças.

Dessa maneira, “os acolhimentos familiares continuavam a se fazer em meio essencialmente rural, pobre e sem condições de oferecer a criança uma escolaridade além da escola primária e longe de tornar possível uma verdadeira inserção profissional mais tarde” (IUCKSCH, s/d, p.7). A distância, devido à essa concentração rural, trouxe outra dificuldade: a manutenção dos vínculos devido ao custo dos deslocamentos. O resultado foi que muitas crianças não reconheciam suas famílias, e diversos raptos aconteceram na tentativa da família de origem de reaver a criança.

A partir dos anos 50 as pesquisas passaram a apontar novos rumos às antigas questões. Foram destacados efeitos nocivos dos acolhimentos devido às separações e rupturas, e a importância da relação da criança com a mãe e o pai, e em particular do bebê e criança pequena com a mãe.

Nas estruturas de acolhimento para bebês também havia diversas situações irregulares: era possível encontrar muitas crianças amarradas à berços, sem estimulação ou brinquedos, com cuidados impessoais realizados por um grande número de pessoas que se sucediam.

Havia um impasse entre as pesquisas: por um lado, alertava-se sobre os danos das separações precoces, das rupturas familiares, e da manutenção prolongada da criança em meio institucional. Por outro lado, destacava-se as consequências ocasionadas quando se deixava a criança em meio familiar exposta a carências e maus tratos. “Esse afrontamento de posições suscitou a necessidade de outras pesquisas, generalizadas em toda a França o que contribuiu para mudar consideravelmente o sistema de acolhimento de 1965 até a época atual” (IUCKSCH, s/d, p.7).

A orientação predominante de proteger a criança separando-a de sua família, considerada nociva, tomou outro rumo: era preciso proteger a criança contra toda separação, sobretudo de rupturas definitivas.

O reconhecimento que a psiquiatria francesa alcançou no final do século XIX ficou fragilizado no período de ocupação nazista em que muitas pessoas, inclusive diversas crianças morreram nos hospitais psiquiátricos. Nos anos de pós-guerra, psiquiatras ligados ao movimento de resistência renovaram os hospitais, o que teve grande influência, ainda que indireta, na transformação das práticas de acolhimento familiar na França.

A setorização dos atendimentos, a reorganização das estruturas infanto-juvenis, as iniciativas médico-terapêuticas preconizadas para crianças e adolescentes, conduzem a criação do que se chama até hoje: « acolhimento familiar terapêutico ». Essa mudança ocorre num contexto bastante propício, em torno de alguns psicanalistas franceses e de outros países (Jacques Lacan, René Spitz, D. Winnicott, Bruno Bettelheim etc.) e são também inspiradas pelas experiências comunitárias que proliferavam na América Latina (IUCKSCH, s/d, p.8).

Na França, muitos acolhimentos familiares terapêuticos recebem crianças, na maioria, pequenas, “tendo vivido traumatismos psíquicos importantes no seio de suas famílias, apresentando distúrbios graves e para as quais a idéia de « acompanhamento terapêutico » é central” (IUCKSCH, s/d, p.8).

No setor psiquiátrico, após tantos anos de práticas experimentais com crianças, o acolhimento familiar é utilizado como uma base indispensável ao tratamento e aparece claramente explicitado nas políticas de tratamento psiquiátrico desde 1990 (IUCKSCH, s/d, p.11).

As famílias de acolhimento são orientadas por uma equipe técnica constituída de trabalhadoras(es) sociais, psicólogas(os) e psiquiatras com relação aos “casos clínicos” dos quais se responsabilizam no cotidiano. Nota-se como diferença que a equipe técnica no Brasil é composta por menos profissionais, e que em nosso país não há uma modalidade de acolhimento com relação direta às questões psiquiátricas.

Há também os acolhimentos familiares especializados, voltados às crianças consideradas com problemas de comportamento. Estes se originam na maioria, dos internatos, de instituições mais antigas, obras caritativas ou sociais, privadas ou semi-públicas. O objetivo dessas instituições é propiciar uma alternativa para as crianças cujo retorno em família parece difícil, ou mesmo impossível de se realizar.

A “utopia criativa” desses “acolhimentos familiares especializados” e “acolhimentos familiares terapêuticos” se fundamentava essencialmente na proposta de “restaurar o equilíbrio psíquico das crianças, restaurar a qualidade das relações entre a criança e sua família e permitir o retorno da criança na sua família de origem” (IUCKSCH, s/d, p.8).

Apesar das mudanças e esforços das ideologias renovadoras, aos poucos as equipes são confrontadas com uma realidade: com poucas exceções, o retorno às famílias era quase sempre uma ilusão e a maioria das crianças acabava por crescer nas famílias de acolhimento. Essa desilusão gradativa deu origem ao “acolhimento familiar do terceiro tipo”.

Nessa modalidade de acolhimento, o objetivo principal não é mais o retorno da criança à sua família mas, ao contrário, ajudá-la a tornar-se um(a) adulto(a) autônomo(a). No Brasil, em alguns casos, o acolhimento familiar já tem essa dimensão, quando não há possibilidade de retorno da criança/adolescente à família de origem nem previsão de adoção, e a família acolhedora demonstra disponibilidade para tal. O trabalho de Valente (2013), por exemplo, traz a história de um jovem que convive com sua mãe, que por questões psíquicas não pode cuidá-lo, e ao mesmo tempo é acolhido por uma família acolhedora há anos.

A utilização dessas modalidades de acolhimento contribuiu para a entrada nos serviços públicos de psicólogas(os), psiquiatras e psicanalistas, de forma progressiva.

Um outro aspecto dessa evolução é evidentemente o papel das mulheres que se tornaram profissionais do acolhimento familiar. Na sua maioria, donas de casa e mães de família, elas encontraram a possibilidade de se tornar financeiramente autônomas e de contribuir com as despesas da casa. É esse o caso de muitas mulheres de origem rural e de muitas outras imigrantes: numa certa época as italianas, as espanholas, as portuguesas e hoje as magrebinas e algumas africanas (IUCKSCH, s/d, p.9).

A passagem da prática das *nourrices* para o acolhimento familiar foi composta por um processo de profissionalização. Essas mulheres, de figuras passivas e vistoriadas em seu trabalho junto às crianças, passam a partir da década de 70 à função de “colaboradoras” nas equipes técnicas multiprofissionais. Assim, “além das qualidades tradicionais de uma “boa mãe”, [...] deve ter qualidades reais de tolerância e de escuta, um senso de observação e de aptidão bastante afiadas para o trabalho em equipe para colocar todo o seu valioso conhecimento da criança todos os dias à serviço desse projeto” (GAUGET, 2001, p.123).

O controle ganha novos contornos,

onde algumas participam das reuniões de trabalho, encontram os trabalhadores sociais, psicólogos e psiquiatras, exprimem suas opiniões, o que as conduz rapidamente a reivindicar essa nova competência nos textos

trabalhistas. Assim, pela lei de 17 de maio de 1977, a « nourrice » que, nesse meio tempo abriu as portas para a Família de Acolhimento, passa a ter o estatuto oficial de « Assistente Materna », função que exige, à partir daí uma formação e credenciamento do Estado (IUCKSCH, s/d, p.9).

Quantificar/ valorar economicamente tal prática foi um impasse uma vez que o contrato era assinado somente com as(os) profissionais, não tendo a Família de Acolhimento uma existência legal. Assim, essa modalidade de acolhimento passa a ser considerada “como uma forma de trabalho, pago por um terceiro, que assume esse preço e a quem deve-se prestar contas, desloca-se a dívida que pesara [anteriormente] sobre a criança” (IUCKSCH, s/d, p.9, acréscimo meu).

Tais mulheres,

Em 1977, [...] se tornaram assistentes maternas com estatuto profissional, agora recebendo um salário e não uma mera compensação. A lei de 12 de julho de 1992 veio renovar o quadro jurídico da profissão, preenchendo alguns de seus aspectos insuficientemente levados em consideração em 1977. Nessa ocasião, o Parlamento apontou para a peculiaridade da profissão evocando a noção de “família de acolhimento” (GAUGET, 2001, p. 121¹²).

No Brasil, as famílias acolhedoras também recebem uma quantia em dinheiro que equivale a cada criança acolhida, esta não é considerada um pagamento pelo serviço prestado, mas um auxílio destinado aos gastos que a família tem com a criança, como alimentação, aquisição de roupas, remédios, transporte e brinquedos.

O termo “assistente materna” sugere não mais a ideia do acolhimento, mas sobretudo a ideia de assistência à mãe, que convém aos acolhimentos de curta duração ou acolhimentos durante o dia, por tempo limitado, como meio de prestação de auxílio às mães que não dispunham de outras alternativas.

Acolher uma criança separada de sua família passa a ser uma atividade profissional e uma técnica bastante delicada, a assistente materna, antiga nutrisse não se responsabiliza somente por nutrir, alimentar, mas por assegurar o desenvolvimento completo da criança (GAUGET, 2001), respeitando os vínculos, quase sempre frágeis entre estas e sua família. A autora aponta, na figura dessas mulheres, a existência (rara) do que ela denomina “amor profissional”, isto é, sem apropriação, levando em consideração apenas os melhores interesses da criança.

¹² Tradução nossa do original em francês: En 1977, [...] sont devenues des assistantes maternelles dotées d'un statut professionnel, bénéficiant désormais d'un salaire et non d'une simple indemnité. La loi du 12 juillet 1992 est venue rénover le cadre juridique de cette profession en complétant certains de ses aspects insuffisamment pris en compte en 1977. À cette occasion, le législateur a pointé la particularité de ce métier en évoquant la notion de “famille d'accueil”.

Nova mudança acontece a partir de 2004 também, quando as “assistentes maternas” passam a ser chamadas de “assistentes familiares”.

1.8.2 Acolhimento familiar em Portugal

Delgado (2010) escreve sobre a experiência do acolhimento familiar em Portugal e destaca o papel das amas de leite, apontando também a entrega de crianças à estas como uma modalidade precursora do acolhimento Familiar, com a qual passará a coexistir a partir da década de 70.

Segundo o autor

a institucionalização consolida-se como a principal medida de protecção da infância, à semelhança do que sucede no contexto social europeu. “Em Portugal, a entrega de crianças sem suporte familiar a amas ... é muito antiga”, e esta prática vem a ser regulamentada no início dos anos 60, “com o estabelecimento de regras para o recrutamento de amas, de condições para o exercício da tarefa que lhes é incumbida e com a determinação das funções e objectivos desta forma de prestação extra-familiar de cuidados” (MARTINS, 2005, p. 69) (DELGADO, 2010, p. 336).

O acolhimento Familiar é pela primeira vez institucionalizado em Portugal com o decreto-lei n.º 288/79, de 13 de agosto, “dando cobertura legal a uma prática crescente, espontânea ou promovida por iniciativa dos serviços de acção social do estado ou das instituições privadas de solidariedade social” (DELGADO, 2010, p. 337). Este foi revogado, passados 13 anos pelo decreto-lei n.º 190/92, de 3 de Setembro. Durante seu período de vigência entrou em vigor a lei de protecção de crianças e jovens em perigo -lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, que inclui o Acolhimento Familiar dentre as medidas de protecção, definiu e enumerou os tipos de famílias de acolhimento e as modalidades de acolhimento Familiar (art. 46º a 48º). Este último decreto-lei manteve-se em vigor mais de 15 anos, até ser publicado o decreto-lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, que estabeleceu o novo regime de execução do acolhimento Familiar, atualmente em vigor.

A princípio, duas são as diferenças notáveis entre o acolhimento português e o brasileiro. Em Portugal, dentre os requisitos de seleção das famílias, há o de nível de escolaridade, o que faz com que 62% da população portuguesa, que não tem a escolaridade mínima obrigatória concluída, seja impossibilitada de se candidatar ao processo de seleção (DELGADO, 2010).

Outra diferença é que o acolhimento familiar português se divide em duas modalidades: lar familiar e lar profissional.

Esta última destina-se a acolher crianças com problemáticas e necessidades especiais, tais como situações de deficiência, doença crónica ou problemas de foro emocional e comportamental. Nesta modalidade podem ser acolhidas até um máximo de duas crianças e os acolhedores devem ter competências técnicas específicas, que se presumem associadas à experiência de trabalho com crianças e à detenção de habilitações adequadas (DELGADO, 2010, p.339).

No Brasil, não há à princípio essa diferenciação, visto que as famílias são seleccionadas e treinadas e, posteriormente, de acordo com a demanda, elas podem ser consultadas sobre sua disponibilidade em oferecer acolhimento à uma criança em situação considerada especial.

Parte 2. Afetos

Extremamente influenciada pelo apresentado por Deleuze e Guattari (1992) na diferenciação apontada quanto à filosofia e à ciência, em que a primeira dá consistência ao virtual, enquanto a segunda atualiza-o, ou seja, a ciência para a imagem por meio de uma desaceleração, estabelecendo um limite no caos, é que coloco-me no campo da psicologia, enquanto uma ciência, mas apropriando-me também de parte da discussão filosófica proposta por eles.

Desse modo, ao propor aqui um conceito, tomo-o como o é na filosofia, para tais autores, como algo que diz o acontecimento, não a essência ou a coisa, mas como um traço intensivo, um composto de ordenadas intensivas.

O conceito enquanto recorte organizador de um caos imanente quer, portanto, expressar o plano de imanência e não o definir. Lembrando que, neste recorte, não se separa o “cortado” do que se “cortou” (DELEUZE; GUATTARI, 1992).

Esta parte da escrita pretende apresentar o conceito de afeto¹³ para que seja possível, a diante, destacar aqueles que irrompem na prática do acolhimento familiar e dinamizam-no, criando mais fissuras, incompreensões e desterritorializações nos seres e no próprio dispositivo.

Ao retomar os escritos de Deleuze, que parte de Espinosa para propor tal conceito, tem-se, a princípio, como pontua Azevedo (2011) que a filosofia proposta por Espinosa

não se ocupa do indivíduo perguntando pela sua identidade, pela sua forma, mesmo porque não o compreende como uma substância. O olhar espinosano se dirige primeiramente ao que se passa em um encontro particular para dali perceber um indivíduo sendo contornado (AZEVEDO, 2011, p.2).

Partindo da concepção de “sujeito” sempre percebido no âmbito dos encontros é que Deleuze (1981) destaca:

Cada leitor de Espinosa sabe que os corpos e as almas não são para ele substâncias e nem sujeitos, mas modos [...] é um poder de afetar e ser afetado, do corpo e do pensamento. Concretamente, se definimos os corpos e os pensamentos como poderes de afetar e de ser afetado, muitas coisas mudam. Definiremos um animal ou um homem não pela sua forma, seus órgãos e suas funções, e tampouco como um sujeito: nós o definiremos pelos afectos de que é capaz (p. 166).

¹³ Utilizo tal grafia como correspondente à “afecto”, seguindo assim as recentes publicações que têm adotado tal substituição.

É assim que, por exemplo, podemos lembrar o clássico exemplo do carrapato. Segundo Uexküll (apud DELEUZE; GUATTARI, 1995-1997), quanto aos afetos ativos e passivos de que o bicho é capaz, num agenciamento individuado do qual faz parte, é o afeto da luz que faz com que a fêmea fecundada, mesmo sem olhos, suba à parte superior de um arbusto e em seguida, afetada pelo cheiro de ácido butírico exalado pelo mamífero, perceba-o, mesmo sem nada ouvir, e lance-se sobre ele. Por fim, após este lançamento de si, ela procura no animal uma zona com menos pelos e saboreia o sangue quente.

Três afectos e é tudo; durante o resto do tempo o carrapato dorme, às vezes por anos, indiferente a tudo o que se passa na floresta imensa. Seu grau de potência está efetivamente compreendido entre dois limites, o limite ótimo de seu festim depois do qual ele morre, o limite péssimo de sua espera durante a qual ele jejua (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.38).

Com a proposta de cartografar os afetos é importante não perder de vista que estes

são devires. [...] Assim como evitávamos definir um corpo por seus órgãos e suas funções, evitamos defini-lo por características Espécie ou Gênero: procuramos enumerar seus afectos. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.36)

Nos seres humanos, a elasticidade dos afetos, ou seja, a capacidade de afetar e ser afetada(o), também varia de um corpo para o outro. Quanto à possibilidade de encontros e variedades de afetos e afecções Deleuze (1978) indaga:

O que distingue uma rã de um macaco? Não são caracteres específicos ou genéricos, diz Spinoza, mas o fato de que eles não são capazes das mesmas afecções. Assim, seria preciso fazer, para cada animal, verdadeiros mapas de afetos, os afetos dos quais um bicho é capaz. Para os homens é a mesma coisa: os afetos dos quais determinado homem é capaz. Nesse momento percebe-se que, segundo as culturas, segundo as sociedades, os homens não são capazes dos mesmos afetos. É bem conhecido o método pelo qual certos governos liquidaram os índios da América do Sul, que foi deixar nos caminhos usados pelos índios roupas de pessoas gripadas, roupas tomadas nos dispensários, porque os índios não suportam o afeto gripe [...]. E é óbvio que nós, nas condições de vida da floresta, nos arriscamos a não viver muito tempo. Portanto, gênero humano, espécie humana ou mesmo raça, Spinoza dirá que isso não tem nenhuma importância enquanto não se fizer a lista dos afetos dos quais alguém é capaz, no sentido mais forte da palavra capaz, compreendidas aí as doenças das quais ele é capaz (DELEUZE, 1978, s/p).

O corpo aparece com destaque nessa lógica dos afetos. “No plano de consistência, um corpo se define somente por uma longitude e uma latitude [...]. Coube a Espinosa ter destacado essas duas dimensões do Corpo. [...] Latitude e longitude são os dois elementos de uma cartografia” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.40). Assim,

Entendemos por longitude de um corpo qualquer conjunto das relações de velocidade e de lentidão, de repouso e de movimento, entre partículas que o compõem desse ponto de vista, isto é, entre elementos não formados. Entendemos por latitude o conjunto dos afetos que preenchem um corpo a cada momento, isto é, os estados intensivos” (DELEUZE, 2002, p.132).

Nessa perspectiva o corpo, portanto,

[...] não se resume ao corpo orgânico. O corpo investido pelos poderes é um corpo imanente das relações, quer dizer, é o corpo enquanto multiplicidade de encontros com outros corpos, com idéias, com leis, com imagens – e também com signos. Para falar numa linguagem espinosana, o corpo orgânico é um modo de ser desse corpo relacional, é uma certa desaceleração relativa e adaptativa dessa potência transformacional, a qual por sua vez também é corpo num grau diverso de potência. (NASCIMENTO, 2012, p. 72).

Há uma variação contínua na potência de agir ou na força de existir de alguém sob a forma de aumento-diminuição-aumento-diminuição, de acordo com as ideias que essa pessoa tem. Essa espécie de linha melódica da variação “irá definir o afeto [affectus] ao mesmo tempo na sua correlação com as idéias e em sua diferença de natureza com as idéias” (DELEUZE, 1978, s/p)

O afeto é portanto a variação contínua da força de existir de alguém, na medida em que essa variação é determinada pelas ideias que ela(e) tem.

Pois a duração de um modo finito, conforme a leitura espinosana de Deleuze, pressupõe um ininterrupto rearranjo das relações de movimento e repouso de um corpo e, conseqüentemente, pressupõe também constantes variações de sua potência, sejam por exemplo as pequenas variações provocadas por nosso paladar, sejam grandes rupturas ligadas à intensidade de impactantes encontros (NASCIMENTO, 2012, p.78).

Retomando as ideias das afecções, é preciso destacar que há um primado da ideia sobre o afeto:

para amar é preciso ter uma idéia, por mais confusa que seja, por mais indeterminada que seja, daquilo que se ama. Para querer é preciso ter uma idéia, por mais confusa e indeterminada que seja, daquilo que se quer. Mesmo quando se diz "eu não sei o que eu sinto", há uma representação, por mais confusa que seja, do objeto (DELEUZE, 1978, s/p).

Teixeira (2001) pontua ainda que

[...] para Espinosa todo elemento que modernamente a psicologia costuma pôr no capítulo da *afetividade* tem a sua origem nalguma espécie de conhecimento. Os diversos modos de conhecimento, os três modos de

percepção [...], são as causas próximas de todos os afetos. Não se pode conceber a alma impelida a nenhum movimento afetivo, a nenhum modo de querer a não ser em consequência desse ponto de vista que, de imediato, Espinosa passa ao estudo dos afetos a partir das percepções ou conhecimentos que os originam, o que lhe permitirá mostrar a natureza de cada espécie de afeto [...] (TEIXEIRA, 2001, p.94).

Deleuze destaca que

para Spinoza o primeiro tipo de idéia é todo modo de pensamento que representa uma afecção do corpo; (*é o*) primeiro gênero de conhecimento [...] É óbvio que é o mais baixo porque essas idéias de afecção só conhecem a coisa pelos seus efeitos: eu sinto a afecção do sol sobre mim, o traço do sol sobre mim. É o efeito do sol sobre meu corpo. Porém as causas, a saber, o que é meu corpo, o que é o corpo do sol, e a relação entre esses dois corpos de tal maneira que um produza sobre o outro um determinado efeito ao invés de produzir outra coisa, sobre isso eu não sei absolutamente nada (DELEUZE, 1978, s/p, acréscimo meu).

Exemplificando, “o sol faz a cera fundir-se e faz a argila endurecer”. Isso não é nada. São ideias de affectio. Eu vejo a cera que escorre, e bem ao seu lado vejo a argila que endurece; é uma afecção da cera e uma afecção da argila, e eu tenho uma ideia dessas afecções, eu percebo efeitos” (DELEUZE, 1978, s/p).

Na medida em que se tem ideias-afecções, vive-se ao acaso dos encontros: eu encontro Natália bem como Luana, uma me agrada, e a outra não, sou impelida de um lado a outro, atravessada pelas afecções, pelas ideias destas e assim pelos afetos decorrentes. Perpassada pelo que compõe e pelo que decompõe meu corpo, por aquilo que aumenta e também por aquilo que diminui minha potência de ação, “ao sabor do vento”, posso ter bons ou maus encontros. É por isso que Espinosa considera as ideias-afecções inadequadas.

De modo geral, retomando:

o afeto engloba as ações (quando somos causa adequada de um efeito em nós ou fora de nós), assim como as paixões (quando somos causa inadequada de um efeito que envolve causas exteriores a nós). Em outro sentido, a ação é a origem de nossas ideias adequadas e, inversamente, a paixão causa de nossas ideias inadequadas (ROCHA, 2011, p.2).

Deleuze (2002) ao comentar ainda a distinção feita por Espinosa entre afetos e afecções destaca que:

[...] as afecções designam o que acontece ao modo, as modificações do modo, os efeitos dos outros modos sobre este. De fato, estas afecções são imagens ou marcas corporais (II, post. 5; II, 17, esc.; III, post. 2); e as suas ideias englobam ao mesmo tempo a natureza do corpo afetado e a do corpo exterior afetante (II, 16) [...] mas essas afecções-imagens ou ideias formam certo estado

(constitutivo) do corpo e do espírito afetados, que implica mais ou menos perfeição que o estado precedente (p.55).

O termo afeto define tanto as afecções do corpo quanto as ideias dessas afecções na mente, significando o aumento ou a diminuição da potência da mente e do corpo em relação. Para tentar ainda exemplificar o conceito de afecção, podemos retomar em Deleuze a consideração de que a afecção é “o estado de um corpo considerado como sofrendo a ação de um outro corpo. [...] ‘Eu sinto o sol sobre mim’, ou então, ‘um raio de sol pousa sobre você’: é uma afecção do seu corpo. O que é uma afecção do seu corpo? Não o sol, mas a ação do sol ou o efeito do sol sobre você” (DELEUZE, 1978, s/p).

Assim, enquanto afeto ele postula:

De um estado a outro, de uma imagem ou ideia a outra, há portanto transições, passagens vivenciadas, durações mediante as quais passamos para uma perfeição maior ou menor. [...] esses estados, essas afecções, imagens ou ideias, não são separáveis da duração que as relaciona ao estado precedente e as induzem ao estado seguinte. Essas durações ou variações contínuas são chamadas ‘afetos’ ou sentimentos... (DELEUZE, 2002, p. 55).

A afecção é, portanto, uma mistura de corpos, refere-se a um estado do corpo afetado e implica também a presença do corpo afetante.

quando nós olhamos o sol, nós imaginamos que sua distância em relação a nós é de cerca de duzentos pés". [Livro II, Proposição 35, Escólio]. Isso é uma *affectio* (*afecção*) ou, ao menos, é a percepção de uma *affectio*. Está claro que minha percepção do sol indica muito mais a constituição de meu corpo, a maneira pela qual meu corpo está constituído, do que a maneira pela qual o sol está constituído. Assim, eu percebo o sol em virtude do estado de minhas percepções visuais (DELEUZE, 1978, s/p, *acréscimo meu*).

O afeto deriva das afecções, porém, não se reduz à elas, e refere-se à transição de um estado à outro considerando a variação correlativa dos corpos afetantes, sendo os afetos a duração desse encontro dos corpos, nota-se que são, portanto, estados momentâneos, transitivos (e não representativos ou indicativos, pois como aponta Deleuze (1978) o afeto é todo modo de pensamento que não representa nada) que atingem uma certa condição de suspensão, uma interrupção temporária de um fluxo.

uma esperança por exemplo, uma angústia, um amor, isto não é representativo. Certamente há uma idéia da coisa amada, há uma idéia de algo que é esperado, mas a esperança enquanto tal ou o amor enquanto tal não representam nada, estritamente nada. Todo modo de pensamento enquanto não representativo será chamado de afeto. Uma volição, uma vontade, implica, a rigor, que eu queira alguma coisa; o que eu quero, isto é objeto de representação, o que eu

quero é dado numa idéia, mas o fato de querer não é uma idéia, é um afeto... (DELEUZE, 1978, s/p).

Nesse processo, a força do afetar e ser afetado(a), “não significa passividade, mas afetividade, sensibilidade, sensação” (SILVA, 2012, p.10). Os corpos, dessa maneira se afetam concomitantemente, e permanecem ativos como produção de forças em eterno devir (CRUZ; SOUZA, 2014, p. 2873).

O poder de ser afetado apresenta-se então como potência para agir na medida em que se supõe preenchido por afecções ativas, e apresenta-se como potência para padecer quando é preenchido por paixões. Dentre as paixões há as alegres e as tristes.

A paixão preenche a nossa capacidade de sermos afetados(as) separando-nos de nossa capacidade de agir de modo que, quando encontramos um corpo que não convém ao nosso (cuja relação não se compõe com a nossa), tudo sucede como se a potência desse corpo se opusesse à nossa, operando uma subtração: dizemos nesse caso que a nossa potência de agir é diminuída ou impedida, e que as paixões correspondentes são de tristeza. Mas, quando encontramos um corpo que nos convém e cuja relação se compõe com a nossa diríamos que sua potência se soma à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria, nossa potência de agir é ampliada ou favorecida. Porém, esta alegria é ainda uma paixão, visto que tem uma causa anterior; permanecemos ainda separados(as) de nossa potência de agir, não a possuímos formalmente. É preciso aproximar-se do ponto de transmutação que nos tornará senhoras(es) dela, e por isso capazes de ação, de alegrias ativas (ZEPPINI, 2010, p.89).

Chauí (2011) aponta que as paixões são os afetos na vida imaginativa e nelas o afeto é determinado pela potência de causas externas.

Sendo o sujeito (modo, segundo Espinosa) uma unidade de composição, cada um(a) torna-se um conjunto de composições singulares, podendo ser percebidas as distinções de uma pessoa em relação à outra. É nesta trama de composições que os encontros apontam quando há conveniência ou inconveniência entre os corpos. Por se tratar de uma experimentação contínua da vida, percebemos que há uma variação de afetos de que um ser é capaz, de acordo com seu modo singular de existir (AZEVEDO, 2011, p.3).

Nota-se sobretudo aqui, um salto da noção de “identidade” à de encontros. “Esta filosofia nos leva a submeter toda a pergunta pelo indivíduo à complexidade dos encontros dos quais ele nasce como uma diferenciação singular” (AZEVEDO, 2011, p. 9). “Pois o afecto não é um sentimento pessoal, tampouco uma característica, ele é a efetuação de uma potência de matilha, que subleva e faz vacilar o eu” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.17).

o intensivo é *vivido* como *afecto*, ou seja, ele é o nascimento, em nossa percepção habitual, de um sentir diferentemente, de um perceber outramente, de uma variação de potência, graças a uma *experiência intensiva* de nossa sensibilidade com o heterogêneo, de nossas faculdades com o novo, com o seu fora (NASCIMENTO, 2012, p.117, grifos do autor).

Quando nos perguntamos ainda porque um mesmo objeto pode nos afetar de modos tão diversos, percebemos que a variação de afetos se relaciona mais aos encontros do que aos próprios objetos. Notamos assim o aspecto relacional do afeto.

Desse modo, diante das múltiplas composições de afetos e de encontros, podemos ponderar sobre uma “arte dos afetos” (AZEVEDO, 2011, p. 9-10) enquanto a possibilidade de criação de diferentes modos de vida.

Somos afetados(as) o tempo todo, e diante das variações de tais afetos mediante nossos encontros, podemos ficar passivos ante as situações, à mercê delas respondendo a cada uma, ou podemos ser a causa de nossos próprios afetos aprendendo a observar quais encontros nos empoderam e quais não, construindo assim nossas próprias ações e aumentando nossa potência de vida, por meio do *conatus*, que é a força à perseverar na existência.

O que Espinosa defende não consiste em dominar as paixões, mas em intensificar a potência do *conatus* sobre estas por meio dos afetos alegres e da produção de ideias adequadas (ROCHA, 2011, p.2).

Deleuze (2002) defende que há em Espinosa uma filosofia que “consiste precisamente em denunciar tudo o que nos separa da vida, todos esses valores transcendententes que se orientam contra a vida (...*que*) está envenenada pelas categorias do Bem e do Mal, da falta e do mérito, do pecado e da remissão (p.32, acréscimo meu).

Espinosa (1965) defende uma ética ao invés de uma moral posto que para ele existe o bom e o mau enquanto o que convém à nossa natureza e o que não convém, ou seja, há o que contribui para perseverar na existência e o que não. Uma substância, por exemplo, em contato com nossa composição molecular pode tornar-se veneno ou antídoto, pode compor com nossas células ou decompô-las. Assim, pensando em modos de existência

será dito bom (ou livre, ou razoável, ou forte) aquele(a) que se esforça, tanto quanto pode, para organizar os encontros, por se unir ao que convém a sua natureza, por compor a sua relação com relações combináveis e, por esse meio, aumentar sua potencia [...] Dir-se-á escravo(a), ou fraco(a), ou insensato(a), aquele(a) que vive ao acaso dos encontros, que apenas sofre as consequências (DELEUZE, 2002, p.28).

Portanto, nessa proposta ética,

Para Espinosa bom e mau não são valores em si nem correspondem a qualidades que existiriam nas próprias coisas. Bom é tudo aquilo que aumenta a força de nosso conatus, e mau tudo o que a diminui. Assim, ele conclui que algo não é desejado por nós porque é bom, mas é bom porque a(o) desejamos. Dessa maneira, ele não investiga coisas boas e más ou o mau e o bem, mas o que, nos afetos, há de bom ou mau (CHAUÍ, 2011, p. 49).

Nessa perspectiva distante de uma arte dos afetos, está a servidão ou alienação que é o deixar-se habitar pela exterioridade, ser governada(o) por ela, à medida em que

Não só não conhecemos o poderio externo que nos domina, mas o desejamos e nos identificamos com ele. A marca da servidão é levar o desejo à forma limite: a carência insaciável que busca interminavelmente a satisfação fora de si, num outro (coisas ou pessoas) imaginário (CHAUÍ, 2011, p. 91).

Há sobretudo escolhas a serem feitas, porém,

Essa seleção é muito dura, muito difícil. É que as alegrias e as tristezas, os aumentos e as diminuições, os esclarecimentos e os assombreamentos costumam ser ambíguos, parciais, cambiantes, misturados uns aos outros. E sobretudo muitos são os que só podem assentar seu Poder na tristeza e na aflição, na diminuição de potência dos outros, no assombreamento do mundo: fingem que a tristeza é uma promessa de alegria e já uma alegria por si mesma [...]CC, p. 180 [tr. 163]) (NASCIMENTO, 2012, p. 80).

Nascimento (2012) defende uma biopotência da vida “que diz respeito à seleção dos bons encontros, às resistências face às forças entristecedoras e, conseqüentemente, às variações por que passa nosso poder de afetar e ser afetado, conforme ele é preenchido por paixões tristes ou por paixões alegres” (p.64).

É importante frisar que há, ainda, aqueles

afetos que não conseguem passar em nossa forma de expressão atual, aquela do território em que até então nos reconhecíamos. Afetos que escapam traçando *linhas de fuga* – o que nada tem a ver com fugir do mundo. Ao contrário, é o mundo que foge de si mesmo por essa linha, ele se desmancha e vai traçando um devir – devir do campo social: processos que se desencadeiam; *variações infinitesimais*; rupturas que se operam imperceptivelmente; mutações irremediáveis (ROLNIK, 1989, p.47-48, grifos da autora).

Espinosa (1965) explica a variação da intensidade da força vital ao definir três afetos primários dos quais nascem os outros: tristeza (sentimento que temos da diminuição da nossa força para existir e agir, ou da fraca realização do nosso ser), alegria (sentimento que temos do aumento dessa força, ou da forte realização do nosso ser), e o desejo (ou o sentimento que nos determina a existir e agir de maneira determinada).

Alegria e tristeza são passagens, ou seja, atos pelos quais a potência aumenta ou diminui. Portanto afetos não são simples emoções mas acontecimentos vitais. Como

O afecto não é a passagem de um estado vivido a um outro, mas um devir não humano do homem [...] não é uma imitação, uma simpatia vivida, nem mesmo uma identificação imaginária. Não é a semelhança, embora haja semelhança. É antes uma extrema contiguidade, num enlaçamento entre duas sensações sem semelhança [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 224-225).

As composições afetivas são, portanto, muitas e diversas. Chauí (2011) explica que a alegria quando acompanhada de uma causa externa chama-se amor, já a tristeza acompanhada por causa externa, ódio; e o desejo quando alegre é contentamento, e quando triste é frustração. A alegria pela expectativa de um bem futuro, é esperança, e a tristeza pela expectativa de um mal futuro, seria o medo.

Dentre os afetos que ela elenca, destacamos alguns afetos tristes como ódio, aversão, ciúme, medo, desespero, remorso, arrependimento, pudor; há ainda os desejos tristes como frustração, vingança, crueldade, temor, e desejos alegres como amor, generosidade, esperança, gratidão e coragem.

Há portanto um universo ético-afetivo que dá cor e textura às desterritorializações¹⁴, e às reterritorializações dos seres mediante cada encontro. Constelação afetiva que, ao mesmo tempo em que carrega em si a capacidade de irromper e pôr em movimento, também porta a capacidade de perpetuar estagnações no interior dos dispositivos penetrando as práticas, as instituições, os saberes, e os discursos, compondo processos de subjetivação e ricocheteando linhas e fluxos.

2.1 Interface entre afetos e o desenvolvimento humano

A produção de afetos por meio da relação entre os corpos é inegável e ela é considerada de grande importância por diversos(as) pesquisadores(as). Dentre estes(as), destacamos Stern (1991, 1992), etólogo e psicanalista que dedicou-se à investigação dos processos primários de subjetivação das crianças com atenção especial à experiência afetiva. Dessa maneira, a partir do acompanhamento que fez da relação entre alguns bebês e suas mães, ele aponta que, para os(as) bebês, compartilhar dos estados afetivos é de imensa importância principalmente durante os momentos iniciais do relacionar-se intersubjetivo, ou seja, nesse processo de reconhecimento

¹⁴ Sobre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, ver tópico 4. 4. Afetos de um telefonema: processo de desterritorialização.

da mãe (enquanto primeira e principal cuidadora), e mais tarde dos objetos e do mundo externo. Dessa maneira, o autor não apenas destaca como a troca de afeto é essencial enquanto o bebê está aprendendo o modo discursivo, como frisa a função da experiência afetiva na gênese dos processos de subjetivação.

Assim, ele descreve que, nessa relação, a mãe (que acredito, possa ser qualquer pessoa que consiga estabelecer e desempenhar essa relação com o(a) bebê) deve ser capaz de perceber o estado de sentimento do bebê a partir do comportamento manifesto dele(a), e a partir disso, essa pessoa deve realizar algum comportamento que não seja uma imitação exata, mas que, corresponda, de alguma forma, a esse comportamento manifesto do(a) bebê. A partir disso, o (a) bebê deve ser capaz de “ler” essa resposta correspondente como tendo a ver com a sua experiência de sentimento original, e não apenas como uma imitação de seu comportamento. “É apenas na presença dessas três condições que os estados de sentimento dentro de uma pessoa podem ser reconhecíveis para outrem e que ambos podem sentir, sem usar a linguagem, que uma transação ocorreu” (PEIXOTO JUNIOR; ARÁN, 2011, p.736).

Para nossa discussão, destaco que o estabelecimento dessa “conexão” resulta de um encontro entre os corpos, e portanto, de produção de afetos, de afetação, assim como Stern propõe. Ao retomar Rolnik(1987), sobre o corpo vibrátil, que para além de sua composição orgânica é capaz de captar o sensível, perceber e efetuar os afetos, e, por meio dos encontros, produzir aumento ou diminuição de potência, é possível inferir que haja aumento dessa capacidade uma vez que o bom encontro entre esses dois seres produz relação, comunicação, que anteriormente à linguagem já compõe os processos de subjetivação e insere o ser no laço social.

Parte 3. Territórios metodológicos

Com o intuito de acessar o plano dos afetos foi preciso pensar um método. Parafraçando Rolnik (2007), era necessário encontrar uma posição de leitura do afeto que fosse, ela mesma, a própria passagem desses ares.

Ao retomar o percurso histórico que culminou na criação do método científico, encontra-se que após o Renascimento, que angustiou muitos(as) por sua “ausência de solo” e sua multiplicidade de matizes do pensamento, o método científico foi forjado. Dessa maneira, a autoridade, antes conferida às grandes escolas e pensadores foi transferida à este

[...] o qual, por sua vez, poderia ser usado por qualquer indivíduo que, ao utilizá-lo, participaria de sua autoridade, tornando-se um sujeito epistêmico universal, mas jamais estando autorizado por si. O sujeito, em uso do método, torna-se sempre igual a si e a todos, pois, como modo de apreensão do que é geral e estático, o método propõe-se a excluir do homem toda diferença e movimento, tudo o que é imprevisto e continente. Este é o indivíduo neutro da modernidade, que esterilizado pelo método, adquire assepsia e a pureza necessárias para investigar o real sem infectá-lo (KIRST; GIACOMEL; RIBEIRO, et al, 2003, p.93).

Nesses dispositivos há um constante esforço de purificação que permitiria ver e distinguir, em qualquer fenômeno, aquilo que pertence unicamente ao sujeito do conhecimento e aquilo que pertence à realidade conhecida (CHERTOK; STEN-GERS, 1990; STENGERS, 1989, 1993 apud SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013). Haveria uma nítida separação entre “sujeitos” e “objetos de investigação”. O esforço de purificação requer por parte do(a) pesquisador(a) uma constante vigilância ajuizadora, que separaria aquilo que é da ordem da realidade do fenômeno e aquilo que é unicamente da ordem das aparências subjetivas, da crença e do interesse (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013).

Assim, a forma de ser pesquisador(a) dentro do paradigma moderno de ciência tem um (não) espaço às sensações, paixões e afetos. É um tipo de “aprisionamento seguro” repleto de neutralidades, distâncias, cientificidade e esterilizações, em que

O homem moderno evita o sensível, pois este é fugidio, e o seu corpo, como se prisão fosse, pois o submete ao duplamente incontrolável: o sensível das sensações e o irascível das paixões. [...]. Entretanto [...] as amarras que fornecem segurança, são as mesmas que aprisionam (KIRST; GIACOMEL; RIBEIRO, et al, 2003, p.94).

Santos (2002) defende que “estamos no fim de um ciclo de hegemonia de certa ordem científica. As condições epistêmicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar resposta” (p. 9).

É preciso, portanto um “outramento” científico, no sentido do que é denominado por Demo (2001, p.229) de “metodologia alternativa”:

Diante de caminhos surrados da metodologia científica, que estabelecem o primado do método sobre a realidade, as metodologias alternativas procuram andar ao contrário, ou seja, partir da realidade social na sua complexidade, na sua totalidade quantitativa e qualitativa, na sua marcha histórica humana, também dotada de horizontes subjetivos, e depois construir métodos adequados para captá-la e transformá-la.

Transformar a realidade, infectar e permitir-se infectada(o), atentar-se ao/pelo avesso, é o que aqui nos mantém: nem seguras(os) nem aprisionadas(os) mas sobretudo nômade(s).

Com a compreensão de que para acessar os afetos é preciso desacelerar a vida, mapear, cartografar e afetar-se, o plano de imanência da presente cartografia, ou seu recorte do caos, é circunscrito sobre dois territórios: duas famílias acolhedoras, sendo cada uma delas de um município diferente do interior do oeste paulista.

Para caracterizá-las, seguem abaixo os nomes fictícios, suas respectivas idades e profissão.

Família Miranda

As anotações do diário de campo Roxo referem-se a esta família, que é composta por Tereza (46, dona de casa), Roberto (45, técnico de sistemas), Juliana (27, auxiliar administrativa), Beatriz (25, estudante estagiária) e Felipe (20, auxiliar administrativo). A renda dessa família é de aproximadamente dez mil reais.

Elas(es) acolheram durante o período de 26 de junho de 2016 até março de 2017, quatro crianças com idade entre dois dias e dois anos. Essa família fazia parte do programa há quatro anos e já havia acolhido antes, outras oito crianças com idades entre um dia e seis anos, totalizando assim 12 experiências de acolhimentos.

Família Lopes

Família à que se referem as anotações do diário de campo Amarelo. Tem como integrantes Oscar (54, funcionário público aposentado), Célia (50, funcionária pública), Murilo (22, estudante), Raul (20, estudante) e Laura (11, estudante), e sua renda é de aproximadamente três mil reais.

Essa família, por sua vez, realizou cinco acolhimentos no período de julho de 2015 à junho de 2016 (período que durou nosso acompanhamento), e depois disso acolheu mais três crianças. Antes da pesquisa elas(es) já haviam realizado três acolhimentos, totalizando onze em fevereiro de 2017, e estas crianças tinham idade entre três dias de vida e dois anos e sete meses.

Nota-se, portanto, que tive contato com famílias localizadas em cidades distintas com acolhimentos realizados em programas diferentes, envoltas em um contexto específico, que receberam em seus lares crianças que traziam, cada uma delas, uma história de vida muito particular, em um contexto com diversas possibilidades de encontros, e atravessamentos afetivos e discursivos. Este é um recorte na imanência fugidia.

O contato com tais famílias desenvolveu-se de modo diferente com cada uma, o que se encontra registrado com mais detalhes nos diários de campo.

Portanto, sem a intenção de generalizar estatisticamente quaisquer resultados, busquei, em contato com essas famílias a vivência e percepção dos afetos em meio a seus contextos de acolhimento que, atravessadas por um campo de forças do dispositivo com suas linhas, discursos, luzes e nuances, são constantemente desestabilizadas pela emergência dos afetos a cada encontro.

Esse trajeto cartográfico deu-se, à princípio, por uma busca feita por meio da internet dos municípios que continham a modalidade de acolhimento em Família Acolhedora, que levou-me ao Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil (ASSIS; FARIAS, 2013), e deu visibilidade à um panorama de quantos são e onde encontram-se, no território nacional, os serviços de acolhimento familiar¹⁵. Segundo tal documento, o estado de São Paulo contém 25 deles, correspondentes a 17,4% do total no país, com 164 crianças e adolescentes acolhidas(os) (ASSIS; FARIAS, 2013, p.297).

Posteriormente, fiz a escolha de uma dessas cidades do interior do estado de São Paulo, devido à proximidade de minha residência e a viabilidade de deslocamento para acompanhar tais famílias em seus processos de acolhimento. No outro município, a escolha deu-se devido a meu contato anterior com a assistente social que compõe a equipe técnica do programa.

Em seguida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa busquei contato por e-mail e pelas páginas do *Facebook* com as pessoas responsáveis pelo programa para aproximação e apresentação da proposta. Posteriormente, mantive contato telefônico com as equipes de forma que os detalhes foram sendo acertados e a cartografia pode ser iniciada junto às famílias.

Nos dois casos, a(o) psicóloga(o) da equipe técnica responsabilizou-se por fazer a mediação inicial entre mim e a família participante.

3.1 Aspectos éticos

Os procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa estão embasados na Resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, já com os acréscimos e mudanças previstos na versão de 2012.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 40700014.5.0000.5401), sendo o anonimato dos(as) participantes mantido, e os dados colhidos mediante a assinatura dos(as) mesmos(as) do termo de consentimento e assentimento livre e esclarecido, que foi confeccionado de acordo com o solicitado pelo CONEP.

¹⁵ Sendo, dos 144 Serviços de Acolhimento Familiar no Brasil, 39 (27,1%) referentes à região Sudeste. A maior concentração ocorre no Sul, com 87 serviços, correspondentes à 60% do total. (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 296)

3.2 Cartografia

Na Geografia há uma diferenciação entre o mapa e a cartografia, por esta última não pretender representar um todo estático, mas tratar-se de um desenho que se faz, ao mesmo tempo em que acompanha os movimentos de modificação das paisagens e terrenos. Nesse sentido, paisagens psicossociais também são passíveis de serem cartografadas (ROLNIK, 1989), onde a Cartografia se faz ao mesmo tempo em que acompanha a possibilidade de desmanchamento de alguns mundos por sua perda de sentido, e a formação de outros que se criam para expressar afetos atuais, diante de universos vigentes que tornaram-se obsoletos (ROLNIK, 1989).

Portanto, diante da multiplicidade da vida e das possibilidades de encontros e afetos em meio a um contexto familiar, o método escolhido aqui foi a Cartografia, por apresentar a possibilidade de acompanhar processos mais do que buscar verdades, e por apostar na potência dos encontros e na subjetivação sempre em curso.

A Cartografia pode ser compreendida como um método pensado a partir de conceituações de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). Em tal proposta o trabalho do(a) pesquisador(a)/cartógrafo(a) se orienta também pela sua capacidade de afetar e ser afetado(a), na qual a lógica das sensações sustenta o olhar do(a) pesquisador(a) durante um processo de produção de conhecimento (NASCIMENTO; PINAFI; PERES, 2014) que privilegia a experiência. Dessa maneira

Cartografar é mergulharmos nos afetos que permeiam os contextos e as relações que pretendemos conhecer, permitindo ao pesquisador também se inserir na pesquisa e comprometer-se com o objeto pesquisado, para fazer um traçado singular do que se propõe a estudar. Nesse sentido, a cartografia tem como eixo de sustentação do trabalho metodológico a invenção e a implicação do pesquisador, uma vez que ela baseia-se no pressuposto de que o conhecimento é processual e inseparável do próprio movimento da vida e dos afetos que a acompanham (Rolnik, 1989). (ROMAGNOLI, 2009, p.171).

Assim,

O que ele (*cartógrafo*) busca é linguagem para esse corpo a corpo. O problema para ele não é falso ou verdadeiro, nem teórico-ou-empírico, mas sim vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo. O que ele quer é participar, embarcar na constituição de amálgamas de corpo-e-língua. Constituição de realidade. (ROLNIK, 1987, p.8).

Nossa proposta se aproxima do que Rolnik (1987) definiu com uma cartografia realizada por um(a) psicólogo(a) social cartógrafo(a). Ela sugere que o que o(a) define é um tipo de sensibilidade, e assim propõe a indissociabilidade entre vida, produção de conhecimento, produção de desejo e de realidade, e indica que tal sensibilidade será alcançada por meio de um composto híbrido da(o) cartógrafa(o): seu olho e seu corpo vibrátil¹⁶.

[...] pois o que ele (*cartógrafo(a)*) quer é apreender o movimento que surge da tensão fecunda entre fluxo e representação: fluxo de intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientando suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, representações estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido (ROLNIK, 1987, p. 51, acréscimo meu).

Aqui, o processo descrito é o de formação e deformação de máscaras, com o qual a(o) cartógrafa(o) precisa lidar: quando as intensidades procuram formar máscaras para sua exteriorização e assim, ganhar corpo e formas de expressão, quando afetos precisam ser investidos de sentido por este ter-se perdido.

É que o cartógrafo sabe que não há intensidade que não se efetue através de matéria de expressão que lhe dê sentido e valor e, por sua vez, não há matéria de expressão que não seja operadora de intensidade. Ele sabe que não tem jeito: esse desafio permanente é o próprio motor de criação de sentido. Desafio necessário [...] da coexistência vigilante entre macro e micropolítica, complementares e indissociáveis na produção de realidade psicossocial. Ele sabe que inúmeras são as estratégias dessa coexistência – pacífica só em momentos breves e fugazes de criação de sentido –, assim como inúmeros são os mundos que cada um engendra. É basicamente isso o que lhe interessa (ROLNIK, 1987, p. 51).

3.3 Diário de campo: registros de fragmentos intensivos

Diante dessa proposta de mergulho nos afetos, considerou-se como material também as experiências da própria cartógrafa, os afetos que lhe atravessaram mediante o corpo-a-corpo nesses territórios, e que encontram-se registrados nos diários de campo¹⁷.

¹⁶ Suely Rolnik ao cartografar relações amorosas contemporâneas, distinguiu dois momentos na análise: no primeiro, o que é acessado é uma análise da superfície, paisagens mais fixas que se relacionam com o plano da visibilidade, trata-se de uma captura daquilo que é observado concretamente, perceptível à olho nu. Enquanto o segundo momento da análise capta os platôs, aquilo que diz respeito às intensidades. Esses platôs podem ser acessados por meio do “corpo vibrátil”, corpo que aguça o olhar, tornando-o mais sensível e capaz de captar o invisível por ser sensível aos efeitos dos encontros e às suas reações.

¹⁷ Vide apêndice

Este foi uma das ferramentas utilizadas nessa composição e, assim como Paiva (2007), aqui

[...] Reafirmamos o caráter artesanal da elaboração dos relatos a partir dos encontros que tivemos com os sujeitos. Artesanalidade, portanto, que tem a ver também com o tipo de material com que lidamos: falas íntimas, sem nada de extraordinário, de monumental. [...] fragmentos de “escritas ordinárias” (p. 115).

Por meio dessas escritas ordinárias, a pretensão foi trazer um pouco, fragmentos por certo, da imensidão intensiva que se compôs ao acompanhar as duas famílias em seus processos de acolhimento.

Estes diários foram compostos por diferentes momentos, com escritas produzidas aos solavancos, às enxurradas, e à conta gotas, com lembranças imediatas e outras muito tardias, posteriormente incorporadas.

Ali jaz um turbilhão, uma tempestade com seus diferentes momentos, que incorpora desde a leve calma desestabilizadora, até o susto diante do que é iminente. Para que este turbilhão se atualize, para que as palavras ali gravadas se tornem outras e novos processos se iniciem e depois se assentem, é preciso também que o leitor e a leitora permitam-se (o que lhes for possível, claro) à intensidade.

Em uma busca de valorização estética e ética da vida, o diário não pretende ser uma escrita de valoração. Os relatos ali, talvez digam mais de como foi possível perceber e rememorar dos processos e afetos, do que de uma realidade única, verdadeira e objetiva. Devem ser percebidos, portanto, como o espaço onde foi possível grafar e acolher as coisas mais estranhas e as mais reconhecíveis que sobrevieram durante tal processo.

Trata-se de um turbilhão que poderia ser escrito de outra forma, com outros tons, em outros momentos, pela mesma pessoa (que já não seria a mesma), ou por outras. É assim que a escrita cartográfica não pretende fechar sentidos, mas abri-los.

No diário

Fazemos um corpo-a-corpo com a poeira virtual que o escavar-revolver-pesquisar nos impõe. Através de inúmeras provocações e de tantas escolhas, que se encontram ora imersas no silêncio que precede sua enunciação e escrita, ora urgentes e emergentes de nossas vivências, cujo transbordamento exige significação, vimos a saber, pela experimentação, que aquilo que éramos não seremos mais (FONSECA; KIRST, OLIVEIRA et al, 2006, p.656).

Dentre silêncios e emergências, o diário, enquanto proposta, pretendeu acolher fatos cotidianos. Cotidiano enquanto lugar de encontros, de disputas, de exercício de poder e

efetivação de práticas, bem como de criação e de perpetuação de discursos pertencentes aos dispositivos.

É uma aposta na riqueza das pistas e na intensidade dos rastros (dos lugares percorridos, das lembranças, das sonoridades, conversas, da composição múltipla da esfera afetiva) para afirmar a potência daquilo que se produz mediante os encontros, em um engendramento de fios que compõem diversas possibilidades de pensar. É um traço intensivo feito de notas e experiências que se permite um pouco distante da reconhecida linguagem científica.

A escrita no diário, tecida no presente de algo que ainda está em processo, provoca novas configurações de um plano ainda por vir. Em outras palavras, precisa ser formada, para que novamente passe pela experiência de desmantelamento da forma. (OLEGÁRIO, 2015, p.9).

Retornar à escrita do diário, para lê-la posteriormente foi um exercício repleto de encontros em que algumas intensidades já não eram reconhecidas, e outras, imediatamente despertadas. O diário de campo é um produtor da pesquisa “operando como um dispositivo que gera saberes e realidades mais do que descreve” (BOCCO, 2009, p.67). Ele não é só um registro descritivo nem predominantemente narrativo, mas um instrumento para reflexões, uma mescla em que se encontram inclusive trechos de pequenas análises que vão se tecendo. Portanto, escrever cartograficamente implica escrever ensaiando novas possibilidades de reinventar mundos.

O diário de campo possibilitou cartografar de certo modo as transformações do território existencial da pesquisadora ao longo do processo, em que o movimento de lembrar, e escrever, permitiu acompanhar e acolher novos encontros tecidos na experiência, sendo possível grafar esses momentos de plena experimentação.

Rolnik (2007) destaca que as intensidades procuram formar máscaras para sua exteriorização e assim, ganhar corpo e formas de expressão. O processo de confecção dos diários atualizou-se, aqui, enquanto máscara de expressão dos afetos de uma cartografia em processo. Percurso este cujas diversas marcas foram grafadas, enquanto outras não, por excederem os limites da escrita, fazendo parte daquilo que foi esquecido, ocultado e/ou não passível de nomeação.

Assim, “o encontro que produz a escrita ensaística segue criando novos contornos às dúvidas que, por sua vez, obram as linhas errantes da pesquisa. Escritas rasuradas pelo esquecimento do tempo baseado no *chronos* (etapas, fases, continuidade, tempo linear)” (OLEGÁRIO, 2015, p.9).

Novas dúvidas, marcas e reentrâncias com a composição do diário puderam criar corpo diante das violências que mobilizaram a pensar. Foi como a trajetória pode ganhar uma consistência maior... um corpo mais palpável. Assim, ele contém diversas dessas marcas: uma escrita do devir, ensaística, que pretendeu contribuir para construção do caminho no próprio caminhar.

Longe de ser uma escrita única, ele

[...] se compõe de uma multiplicidade que excede totalmente aquele que escreve. Há uma co-autoria e um desejo de partilha imanentes a essa prática-ferramenta, afirmando que além de ser processual, a produção do conhecimento nunca é individual e sim da ordem de um agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; PARNET, 1998 apud TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p.310).

Quando Deleuze e Guattari (1980, apud CAIAFA, 2007, p. 138) apontam que estamos sempre recontando algo que nos foi dito, e assim, nossas palavras tocam constantemente a fronteira com as de outros(as), percebo que é nesse mundo fronteiro de relatar o que vi, o ouvi, imaginei, afetei, gravei, que há uma produção/composição de conhecimento que torna-se singular.

3.4 Conversas ou entrevistas com manejo cartográfico

Outros procedimentos utilizados nessa composição cartográfica dos afetos foram as conversas, que por meio dos encontros aproximaram-se de entrevistas com manejo cartográfico (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Estas buscaram os signos sensíveis ao acontecimento, pois consideramos que é próprio à linguagem portá-lo (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Ou seja, foram conversas que visaram não a fala “sobre” a experiência, mas a experiência “na” fala, onde

As variações do dizer presentes no ritmo, entonação, tropeços carregam as intensidades da experiência. Os signos exalam os afetos ligados à vida, que agora circulam juntos, modulando o dizer, produzindo a vivacidade da linguagem. [...] Separada da vida, das irregularidades presentes na dimensão intensiva, marginais à expressão, a linguagem resta morta, destacada dos acontecimentos que nos interessam. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013 p.303-304).

Assim, para nós “importa atentar para a experiência da entrevista presente nas modulações do relato: qual é o afeto que provoca a variação da fala?” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p.307).

Por ser um método interventivo, essa proposta valoriza a expressão, portanto, mais do que “coletar” informações e acessar representações, ela propõe-se a ser o próprio traçado de um devir (DELEUZE; PARNET, 1998, apud TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Dessa forma “[...] segue linhas rizomáticas, mais do que linhas arborescentes, binarizantes [...] busca proliferar a questão mais do que obter informação” (DELEUZE; PARNET, 1998 apud TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p.310).

A princípio, a intenção era acompanhar as duas famílias durante seis meses, porém esse período estendeu-se devido também aos contatos não presenciais, por meio dos telefonemas. Tal acompanhamento compôs-se de visitas que variaram em sua extensão e intensidade, dependendo do momento de cada família e do encontro desta com a pesquisadora. Durante esses períodos de visitas (que duravam o dia todo ou uma tarde) as conversas eram diversas, o que possibilitou que já no início não tivessem o caráter de entrevistas formais. Tedesco, Sade e Caliman (2013) destacam que

Na entrevista, a fala do entrevistado muitas vezes descreve sua vivência numa perspectiva distanciada e desencarnada. Este distanciamento resulta de práticas e formas de vida pautadas na representação, produtoras da separação entre modos de dizer e o dito (expressão e conteúdo). Nesses casos, a entrevista visa intervir, por meio do manejo, para fazer com que os dizeres possam emergir encarnados, carregados da intensidade dos conteúdos, dos eventos, dos afetos ali circulantes (p. 304).

Com as visitas à casa dessas famílias, foi possível perceber momentos em que a intensidade do que era contado, revelado ou do que era presenciado, variava significativamente, indo desde falas e gestos padrões, visivelmente reproduzidas(os), às falas e ações potentes e inesperadas que irrompiam em momentos intensivos, atravessadas de afetos.

Assim, corroboramos com Paiva (2007) quando esta destaca ser preciso

Uma prática de escuta que dê conta da heterogeneidade dos modos de produção de fala: blocos de falas mais estandardizadas segundo linhas segmentares; blocos de falas mais flexíveis (operando linhas de fuga dos discursos “produzido para o pesquisador”, “falas de pesquisa”), intensivos, densos e blocos de fala caotizantes, entrópicos, falas tomadas fora do registro do gravador, falas lapseantes, que irrompem sem serem chamadas, súbitas, etc. A tudo isso, somam-se contra-falas, falas minhas, falas de outras entrevistas, etc, numa complexificação das trocas (p. 17).

Assim a tarefa do(a) cartógrafo(a) é dar língua aos afetos que pedem passagem, dele(a) espera-se basicamente que esteja mergulhado(a) nas intensidades de seu tempo e que, atento(a) às linguagens que encontra, “devore” as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias (ROLNIK, 1987).

3.5 Entre o território e o olhar, uma lente.

As filmagens e registros fotográficos produzidos pela cartógrafa e pelas famílias acolhedoras são parte de uma combinação de instrumentos que visou ampliar a possibilidade de produção de dados, assim como privilegiar as formas de expressão de cada participante e assegurar as diferentes perspectivas destes(as), importando também o que queriam assinalar de suas histórias, vivências e afetos, uma vez que “as figuras não temem a experiência de criar-se e não se amedrontam diante das dobras, redobras e desdobras que enriquecem nossos processos de subjetivação” (PARPINELLI, 2015, p.27).

Foram sobretudo uma tentativa de ceder/criar espaço não apenas aos discursos proferidos, mas também àqueles que atravessam as entrelinhas, e que, por vezes são captados apenas pelas sensações. Aposta em um conhecimento sensível que pretendeu, além dos planos visíveis e lisos, penetrar também os “platôs”, pondo em questão não apenas as linhas planas, “à primeira vista”, mas a vida em processo.

As fotografias aqui

[...] ganham destaque como registros de momentos e parte da narrativa, abrindo um campo de significados e sensações ligados à imagem. As imagens, portanto, são utilizadas tanto como registros de histórias [...] quanto como disparadoras de narrativas e produtoras de linhas virtuais de subjetivação (PARPINELLI, 2015 p. 32).

Na busca de uma composição entre imagens e textos consideramos que

É como memória visual e recuperação do gesto criativo que a imagem dá visualidade a novas figuras de pensamento, podendo servir como provocadoras de outras experiências. Como resultado do processo de criação, texto e imagem se sustentam separadamente para então se complementar (PARPINELLI, 2015, p. 32).

3.6 Facebook como território emergente para a cartografia

Visto propor a construção de uma pesquisa **com** as famílias acolhedoras e não **sobre** estas, a forma como a metodologia foi percebida pelos (as) participantes foi considerada como de suma importância, pois a pretensão não foi selecionar na realidade social apenas aquilo que cabia no método e reafirmar uma ditadura deste sobre a realidade (DEMO, 2001).

Portanto, modificações sugeridas diante do contato com as famílias foram sendo acolhidas por mim durante o processo, e com isso algumas fontes de material surgiram de modo bastante espontâneo.

Kastrup (2007) assinala que o método cartográfico trata de processos construídos durante sua efetuação, assim não se busca necessariamente o estabelecimento de um caminho linear para atingir determinado fim, mas arquitetar caminhos de acordo com os efeitos das proposições nos corpos dos sujeitos, em consonância com as demandas e diferenças que emergem no transcurso dos acontecimentos.

Usar como material de pesquisa as postagens no *Facebook* do membro de uma das famílias, Oscar, foi uma ideia que nos ocorreu durante uma visita em que ele mostrou suas postagens em um grupo das famílias acolhedoras que fazem parte do programa daquele município.

À cartógrafa, diante daquele novo campo lhe apresentado, cabia captar as forças que se exerciam ali e dar-lhes visibilidade. Sem preconceitos era possível ampliar, pois, como lembra Rolnik (2007), a(o) cartógrafa(o) se serve das mais variadas fontes em que “todas as entradas são boas desde que as saídas sejam múltiplas” (p.65).

Nesse momento da cartografia foi possível perceber que naquele espaço virtual, diversas outras famílias também compartilhavam suas fotos com as crianças acolhidas, ou fotos apenas das crianças, experiências, pedidos de oração e agradecimentos. Por ali era possível também acompanhar o andamento dos demais acolhimentos (com informações de quais crianças tinham ido embora, quantas haviam chegado, etc.). Dessa maneira foi possível perceber o *Facebook* como uma fonte de material a partir do qual houve uma expansão: novas linguagens com territórios emergentes.

O *Facebook* é considerado uma das maiores redes sociais do mundo: possui 1,32 bilhão de membros (RABELLO; MUSSE, 2015). Seus/suas usuários(as), ao acessarem-no, fazem publicações em seus perfis, comentam publicações de *fanpages*, curtem, amam, irritam-se, surpreendem-se, cutucam, comentam e compartilham diversos conteúdos como textos, fotos, vídeos, eventos, reportagens, mêmes.

A pergunta central do *Facebook* à(os) suas/seus usuárias(os) é “no que você está pensando?”, trata-se portanto de um espaço que interpela os sujeitos à falarem de si, a se expressarem.

A proposta é que as pessoas sintam-se à vontade para compartilhamento de suas singularidades, portanto, criam-se redes de amigas(os), familiares e conhecidas(os) de modo que a visão dos perfis constitui uma espécie de reencontro e “por isso grandes surpresas, múltiplos afetos, interesses variados ficam envolvidos no olhar para as faces que ali se dispõem” (SANTOS; CYPRIANO, 2014, p. 69). Ali

nomes e imagens dos envolvidos são centrais [...]. A intensa publicação de imagens está relacionada, entre outras coisas, com a disseminação de tecnologias sem fio de conexão em rede, as quais possuem grande capacidade para a captura fotográfica, assim como para a imediata transmissão dos dados de imagens. [...] Isso sem falar no mútuo incentivo que os integrantes de tais redes praticam, retribuindo a publicação de fotos com a postagem de suas próprias imagens, comentando e expressando satisfação diante das incontáveis fotos amadoras que são compartilhadas entre pares. Tudo isso repercute em um exponencial aumento do compartilhamento em rede de fotos testemunhais e de autorretratos privados (SANTOS; CYPRIANO, 2014, p. 68).

Cria-se assim uma rede híbrida entre usuárias(os) e ferramentas que constituem um espaço no qual há ampla associação entre práticas, saberes, discursos, crenças e desejos, e vertiginosa expansão das possibilidades de atuação e de expressão no domínio do espaço público.

Não é de se admirar que o Facebook contenha em seu nome o cerne de sua potencialidade: o de ser um livro de rostos onde cada um apresenta, de algum modo, sua face e onde todos podem ser apreciados em suas características singulares. O incremento dos perfis é, a propósito, uma tendência que só faz crescer nos últimos anos, chegando a produzir a “linha do tempo”, onde o perfil adquire ares biográficos, de maneira que os conteúdos que são compartilhados adquirem coloração inteiramente pessoal. Pode ser uma notícia que foi lida em um portal jornalístico, um vídeo assistido no YouTube, um post retirado de um blog, o que importa é que a cada vez que o indivíduo leva aos círculos sociais que frequenta conteúdos que encontra na internet e pelos quais tem algum tipo de apreço ele expõe algumas de suas feições. Isso se dá pela expressão de interesses, gostos, preferências que ficam patentes nas escolhas que faz através do disperso material on-line. De caráter ainda mais manifesto é o compartilhamento de matéria proveniente da vida off-line, como fotos, vídeos, narrativas, depoimentos, opiniões, dúvidas e mesmo pudores. Não é incomum que tais conteúdos ignorem fronteiras que oferecem algum tipo de resguardo à vida íntima ou privada (SANTOS; CYPRIANO, 2014, p.68-69).

É importante destacar que nessa relação,

“Decerto eles [os participantes das redes sociais] falam em público”, admite Dominique Cardon, mas a seus olhos, “esse público, sem possuir uma fronteira absolutamente estanque, está limitado a uma zona de interconhecimento, um lugar mais ou menos fechado, um território que conservará as palavras em seu próprio perímetro, antes de deixá-las evaporar” (Cardon, 2009, s.p.). (SANTOS; CYPRIANO, 2014, p. 74).

Considera-se que esse conteúdo, essa “fala em público”, não faz parte de um discurso, à princípio, produzido para a pesquisa, mas trata-se de um discurso para tornar pública a experiência da família dentre amigas, amigos e familiares. Um espaço para apresentação de si, para registro e compartilhamento de memórias e do cotidiano.

Para esta cartografia foram selecionadas apenas as postagens que se relacionavam ou à experiência de acolhimento, ou que se referiam aos temas como família e cuidado, o que foi incluído nos termos de consentimento, retomados e assinados ao final da pesquisa.

Nessa proposta de uma cartografia realizada por uma psicóloga social cartógrafa “tudo que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido será bem-vindo”, uma vez que “tampouco importam seus procedimentos, pois ele (*cartógrafo(a)*) sabe que deve ‘inventá-los’ em função daquilo que pede o contexto em que ele se encontra. Por isso ele não segue nenhum protocolo normalizado” (ROLNIK, 1987, p. 50, acréscimo meu).

3.7 O que os olhos não veem, por um telefonema se conta

Com a família Miranda também se processou algo parecido em relação à inclusão de produção de material de pesquisa. À princípio, mantínhamos contato telefônico devido à organização de nossos encontros. Assim, quando se aproximava o dia da visita, os telefonemas eram mais constantes, pois visavam, principalmente, confirmação de data e horários. Porém, com essa família houve uma mudança progressiva na duração e conteúdo destas ligações. Em diversos momentos Tereza tinha “novidades” sobre os acolhimentos, e assim, começamos a passar mais de 30 minutos conversando. Foi como uma demanda espontânea de maior proximidade, e maior troca a qual eu correspondi.

Assim, houve momentos em que, independentemente de minha ligação, Tereza é quem tomava a iniciativa e telefonava, ou então enviava um recado pelo *WhatsApp Messenger*¹⁸ para que eu retornasse.

¹⁸ A página do Whatsapp Messenger, no Brasil, traz a seguinte definição: Esse tipo de aplicativo permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS (Short Message Service). O recurso é disponível para iPhone, BlackBerry, Android, Windows Phone e Nokia e esses telefones podem trocar mensagens entre si. Como o WhatsApp Messenger usa o mesmo plano de dados de internet que se utiliza para e-mails e navegação, não há

Logo, quando conversávamos por telefone, eu preparava uma folha de papel em que ia fazendo algumas anotações, registrando frases, palavras-chave, e em seguida, compunha um texto sobre o que fora possível rememorar do telefonema a partir desse material. Esses registros ficaram parecidos ao diário de campo, assim há dezenas de páginas de conversas telefônicas entre mim, Tereza, e Roberto, seu companheiro.

3.8 Análises

Os registros do diário de campo, os trechos destacados e transcritos das conversas, os telefonemas, encontros, postagens do *Facebook*, e demais materiais, foram compreendidos e apresentados às famílias participantes para que contribuíssem, conforme quisessem, com a análise/composição destes apontando suas opiniões, dúvidas, discordâncias, acréscimos e percepções do que fora produzido.

Esse “compreender” cartográfico

[...] não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar [...] não há nada acima – céus da transcendência-, nem embaixo – brumas da essência. O que há [...] são intensidades buscando expressão. E o que ele (*cartógrafo*) quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem” (ROLNIK, 2007, p. 66).

O procedimento de compartilhar as análises com as(os) participantes corrobora com Teixeira-Filho (2013, p. 84) quando assinala que “[...] o papel d@ pesquisad@r é o de oferecer um contexto, a partir do qual, @ participante poderá interagir com a pesquisa, produzindo suas narrativas, reconstruindo os dados a partir de suas releituras, implicando-se na construção dos sentidos”. Dessa maneira os(as) participantes “não são objetos, mas sujeit@s que agenciam[...] As informações são compartilhadas, discutidas, e analisadas...” em conjunto (TEIXEIRA-FILHO, 2013, p.85-86).

Partindo dessa concepção de modo de fazer pesquisa, os(as) participantes desse processo não são considerados(as) meras fontes de matéria-prima informantes de dados a serem analisados pela pesquisadora, mas são percebidos(as) como analistas de suas práticas, imersos(as) no cotidiano, investidos(as) dos saberes da experiência. Uma vez convidados(as) a

custo para enviar mensagens. Além das mensagens básicas, os usuários do WhatsApp podem criar grupos, enviar mensagens ilimitadas com imagens, vídeos e áudio. Disponível em <http://www.whatsapp.com/?l=pt_br> Acessado em: janeiro de 2017. Assim, “o que se verifica na utilização deste aplicativo de comunicação é a ideia de bate-papo contínuo. Neste sentido, se torna possível alcançar objetivos interessantes acerca da aproximação comunicativa em ambiente virtual” (ARAÚJO; BOTTENTUIT JUNIOR, 2015, p. 13).

participarem da produção de conhecimento, as famílias também se tornaram analistas, contribuindo para que novas realidades pudessem emergir.

Análise implica atitude. É *ethos* analítico. A análise se faz por problematização e tem dimensão participativa. Não basta, entretanto, “dar a palavra” aos sujeitos envolvidos, numa atitude formal, quase “jesuítica” (LOURAU, 2004 apud BARROS; BARROS, 2013).

É assim que o próprio processo de filmar, e/ou fotografar, de sentir, pensar e escolher o quê registrar ou não, já insere os(as) participantes como analistas de suas ações, de seu cotidiano e de seus afetos. Portanto a seleção do material é já produtora de um mundo, é já analítica na medida em que gerou efeitos, os dados foram criados, e os sentidos multiplicados, e assim, torna-se “possível restituir ao dado seu caráter de acontecimento” (BARROS; BARROS, 2013, p.386). O conteúdo dessas filmagens e fotografias feitas pelas famílias entra no processo de análise atrelado ao próprio ato de filmar/fotografar pois inclui-se na pesquisa como gesto carregado de sentido mas, sobretudo, por ser capaz de produzir deslocamentos.

Diríamos, então, que a análise se aproxima de uma dimensão clínica que privilegia os processos criadores que possibilitam reposicionamento subjetivo. Essa dimensão clínica da análise indica, portanto, uma inseparabilidade análise-política. Nessa interface análise-clínica-política estamos afirmando que nesse processo nos encontramos com modos de produção de subjetivação, “modos de experimentação/construção e não mais interpretação da realidade, modos de criação de si e do mundo (BARROS; BARROS, 2013, p.377).

Barros e Barros (2013, p. 388) destacam ainda que “a análise em cartografia é, também ela, processual, e inerente a todos os procedimentos de pesquisa”. Por tratar-se de uma análise que visa a abertura à multiplicidade de sentidos (o que não pode ser temporalmente localizada na pesquisa), ela deu-se ao longo de todo o processo permitindo, inclusive, que compreensões iniciais passassem por transformações. Assim, os autores destacam que com a “possibilidade de emergência de outros modos de pensamento/ação, a pesquisa se faz criação.” (BARROS; BARROS, 2013, p.377).

Com esse posicionamento ético,

A vontade que ele (*cartógrafo*) procura fazer prevalecer em seu “trabalho” é a de expansão da vida. É que ele sabe, embora muitas vezes se esqueça, que a **vontade de verdade é moral**. É uma tautologia querer encontrar aquilo de que se parte. Reforço do conhecido e estabelecido. Conservação do mesmo. Vontade de parar o mundo: medo... (ROLINK, 1987, p. 9, acréscimo meu, destaque da autora).

Diante dos desmoronamentos de mundos e da emergência de diversos fluxos de intensidades, destacamos ainda a existência no processo de construção de conhecimentos de um espaço reservado à

[...] apenas sentir, como uma questão nietzscheana, ou seja, de perspectiva, de ângulo e de localidade. É isso o que lhes apresento, o que vi e o que senti a partir do ângulo em que me encontrava e dentro da perspectiva em que me localizava. Nem verdade nem mentira, uma questão de intensidade, aceleração, lentidão, ruptura, etc.... (LIMA, 2009, p. 114).

A proposta é voltar-se para os dados sem perder de vista as sugestões propostas por Rolnik quanto ao que um(a) cartógrafo(a) leva consigo no bolso: um breve roteiro de preocupações, um critério, um princípio e uma regra (ROLNIK, 1987):

A começar pelo roteiro, tomamos alguns pontos do que ela sugere como tal por meio de um composto de 13 perguntas. Devorando seu trabalho, elencamos para a cartografia dos afetos aqui proposta, algumas de suas questões como pano de fundo de nosso caminhar por entre os afetos:

A sexta questão:

A quantas anda a primeira linha (*linha do afetos*) desta vida? Quanto ela acolhe os seus outros corpos – não só humanos – que vai encontrando pelo caminho, portadores prováveis de sua desterritorialização? Quanto ela é ‘cordial’? Em outras palavras, quanto esta vida se mistura, se é que se mistura? Quanto ela faz agenciamentos e de que tipo? **De que afetos ela é capaz? (d/g-s).** (p.52, destaque da autora).

A sétima: “que encontros a entristecem, ameaçando sua potência e que outros a confirmam? Quais são os seus alimentos e quais, os seus venenos (d-s)?” (p.53).

A oitava: “que intensidades estão pedindo sentido, que rupturas pedindo língua para a criação de territórios? Ou seja, quais os índices de suas desterritorializações (g) atuais?” (ROLNIK, 1987, p.53)

A nona questão também é conveniente, nela a autora interpela sobre

Que saídas dá pra se inventar (g) neste contexto? De que elementos se dispõe aqui para criar uma cartografia e dar sentido para essas intensidades que estão pedindo passagem? Ou seja, como ajuda-lo a construir, para seus afetos, um plano de consistência no qual eles possam tomar corpo, se efetuar?” (ROLNIK, 1990, p. 53, destaque da autora).

A décima “E se isso é possível, qual o preço dessa mudança para si mesmo? E para as vidas que lhe são próximas? Quanto dá pra essa vida se desterritorializar nesse momento, sem que corra o risco de vê-la demasiadamente fragilizada?” (ROLNIK, 1987, p.53).

A última pergunta, já incluindo de forma mais específica a questão do desejo, que era para onde voltava-se o olhar, bem como o corpo vibrátil de Rolnik, aproveito-a, por problematizar a relação mais direta entre o fenômeno estudado e o contemporâneo:

Décima terceira:

Em que este modo de produção do desejo e os universos que ele cria se inserem em movimentos coletivos de desterritorialização e territorialização da atualidade? Que pistas ele nos dá de correntes de sensibilidade atuais? Em que outros campos sua transversalidade pode gerar sentido? (ROLNIK, 1987, p.53).

Quanto ao critério do(a) cartógrafo(a), “*é fundamentalmente*, o grau de abertura para a vida que cada um se permite a cada momento” (Rolnik, 1987, p.54, destaque da autora). Ou seja, no manejo cartográfico, o(a) cartógrafo(a) não perde de vista a percepção da disponibilidade de cada ser nos processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização.

Enquanto princípio, o único elencado

É o da impiedade (fn). Ele não tem pena das forças que impedem o contínuo processo de criação de mundos, forças reativas, forças de desamor pela vida. Ou seja: o cartógrafo não tem pena das forças de morte, nem quando elas estão agindo nele mesmo ou em seu trabalho. Suas teorias e seus procedimentos, ele está sempre questionando: certamente, não como um investigador da verdade. Se auto-flagelando por seus ‘erros; mas sim como alguém que sabe que os processos de desterritorialização estão sempre em funcionamento e que, mais cedo ou mais tarde, ele terá que buscar novos sentidos. Pode-se até dizer que *seu princípio é um anti-princípio*; um princípio que o obriga a estar sempre mudando de princípios. *É que tanto seu critério quanto seu princípio são vitais e não morais* (ROLNIK, 1987, p. 54, destaque da autora).

Já a regra, na cartografia, também é uma só:

Ela dá elasticidade a seu critério e a seu princípio: ele (*cartógrafo*) sabe que é sempre em nome da vida, e de sua defesa, que se inventam estratégias, por mais estapafúrdias. Ele nunca esquece que há um limite do quanto se aguenta, a cada momento [...] um limite de tolerância para a desorientação e a reorientação dos afetos [...] se trata aqui de avaliar o quanto se aguenta, em cada situação, o desencantamento das máscaras que estão nos constituindo, sua perda de sentido, nossa desilusão. O quanto se aguenta o desencantamento, de modo a liberar os afetos recém-surgidos para investirem outras matérias de expressão e, com isso, permitir que se criem novas máscaras, novos sentidos.

Ou, ao contrário, o quanto, por não se aguentar, esse processo está sendo impedido (ROLNIK, 1987, p. 55).

Essa avaliação dos possíveis está relacionada a

[...] aquilo que o corpo vibrátil capta no ar: uma espécie de *feeling* que varia inteiramente em função da singularidade de cada situação, inclusive do limite de tolerância do próprio corpo vibrátil que está avaliando em relação a situação que está sendo, por ele, avaliada. [...] Regra de prudência (d/g). Regra de delicadeza com a vida (ROLNIK, 1987, p. 55).

Acompanhar os processos de acolhimento significou lidar com as famílias e com o próprio dispositivo, com suas desterritorializações e fluxos de intensidades que escapavam ao plano de organização dos territórios, bem como significou lidar com as intensidades experimentadas em nossos encontros, compondo um plano de consistência em que os afetos tomavam corpo delineando novos territórios.

Parte 4. Exposição de Traçados afetivos do acolhimento familiar

Como há uma variedade de material produzido (diário de campo, postagens do *Facebook*, anotações de telefonemas, fotografias, gravações de áudio, e de vídeo), aqui apresenta-se uma mescla destes com linhas de exposição de alguns traçados afetivos do acolhimento familiar.

A proposta é adentrar essa esfera afetiva apresentando o que foi possível acessar em um primeiro plano, visível, bem como uma tentativa de entranhar e expor aquilo que pode ser percebido por meio do corpo vibrátil (ROLNIK, 1987), que remete ao plano dos afetos e sensações.

4.1 Casa-afetos



Figura 1. Ribeiro, *Pode entrar*, 2015

Aqui estão contidos alguns materiais que destacam o espaço da casa das famílias acolhedoras enquanto um investido de afetos, o que se evidencia pela composição das cores, dos objetos, a disposição dos móveis, etc.

Bachelard (1989), ao escrever sobre imagens da intimidade, insere a reflexão sobre a poética da casa e afirma que as imagens dela seguem dois sentidos: estão em nós, assim como nós nelas. Ele destaca ser ela o nosso canto do mundo, nosso primeiro universo, assim, o benefício mais precioso da casa seria abrigar o devaneio e proteger a(o) sonhador(a), por nos permitir sonhar em paz (BACHELARD, 1989, p. 201).

é necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos [...]. **O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes**, dinamismos que freqüentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. **Antes de ser "atirado ao mundo", como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa.** E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço (BACHELARD, 1989, p. 201, destaque meu).

A casa, enquanto espaço de intimidade e primeiro mundo vivido, chama a atenção no contexto do acolhimento familiar, uma vez que a das famílias acolhedoras é o local de acolhimento das crianças encaminhadas, sendo este um dos principais aspectos que o diferencia do acolhimento institucional. Portanto, a forma como as famílias preparam e adequam suas casas para o recebimento de tais crianças foi um dos primeiros aspectos notados.

4.1.1 Varal de chupetas: materializando ausências

Na casa da família Lopes um detalhe na parede chama a atenção: um varal um tanto incomum onde são penduradas as chupetas das crianças já acolhidas. Cada uma carrega uma pequena etiqueta com a data de término do acolhimento, que parece uma forma de manter registros, historicizar os acolhimentos e guardar recordações.

Dentre um limiar de esquecimentos e lembranças, para essa família as chupetas parecem ter se tornado objetos investidos de memórias que diante da rotatividade dos acolhimentos ganham sentido materializando, presentificando uma ausência.

O acolhimento familiar, diante de sua duração limitada, ou seja, da certeza de que cada criança que chega irá partir, guarda uma esfera necessária de pequenos esquecimentos. Esquecimento necessário que

oferece fluidez e mobilidade à consciência, não permitindo que a dor congele a excitação, armazenando-a em traços de memória. Como indica Deleuze (1962), quando as forças reativas fixam-se na impressão indelével e investem no traço, torna-se falha a faculdade de esquecer. [...] Germina-se, assim, todo o terreno para que surja a doença do ressentimento[...] (FORTES, 2014, p.21).



Figura 2. Ribeiro, *Um certo varal*, 2015

Deleuze (1962, p. 130) pontua que “nenhuma alegria, nenhuma serenidade, nenhuma esperança, nenhuma dignidade, nenhum gozo do instante presente poderia existir sem a faculdade de esquecer”, é assim que “a percepção de que ‘tudo passa’ se constitui, também, como o prenúncio de um próximo tempo” (FORTES, 2014, p.20), de abertura para o novo que habita o instante. Uma vez que a continuidade nos acolhimentos depende exatamente de que a família acolhedora não se imobilize, de que sua excitação não reste congelada (FORTES, 2014) diante do fim de cada acolhimento, alguns esquecimentos são necessários assim como a manutenção de algumas lembranças, para a continuidade dessa prática.

O varal de chupetas sinaliza portanto que, a partir do acolhimento, há intensidades demandando sentido, rupturas pedindo língua para a criação de territórios (ROLNIK, 1987, p.53) onde cada família busca, à seu modo, ressignificar suas vivências. No caso da família Lopes, o varal constitui-se como uma solução criativa a esta ruptura que, ao mesmo tempo em que é esquecida a partir da invenção desta solução, é também lembrada, porém, não como ressentimento, mas como homenagem, afirmando a importância do que foi vivido e aprendido com a passagem destas crianças em suas vidas.

4.1.2 Casa “bagunçada” ou cheia de brinquedos: cartografando alguns sinais da infância.

Oscar faz um apanhado de fotos em que alguns espaços da casa são mostrados. É possível acompanhar a descrição atrelada aos “sinais” e bagunças que se destacam como uma marca da infância. Lembro-me de vezes em que isso foi comentado pela família enquanto uma diferença sentida com a presença das crianças em comparação à uma casa toda “arrumadinha”, que parece não combinar com o contexto de lar das famílias acolhedoras.

Tanto eu quanto [REDACTED] já escrevemos sobre família acolhedora, mas além de tudo isso tem a casa...ela está sempre com cheiro e "sinais" de bebê...isso é maravilhoso e não nos deixa esquecer o quanto a vida é curta e separamos bem o ter do ser. Espero ainda por muito tempo nossa casa "bagunçada" assim..



Figura 3. Cheiros e sinais, 20 de março de 2016. Fonte: print screen do Facebook.

Sobre essas marcas da infância, segue-se o registro de uma conversa entre mim, Célia e sua mãe, retirada do diário de campo:

Célia concorda com D. Paula que é bom ter filhxs, ela diz que faz a gente mais feliz, e exemplifica. Conta de uma amiga que não tem filhxs, e que é extremamente organizada, limpa tudo o tempo todo, nada pode ficar fora do lugar. Ela diz que “a pessoa fica estranha, é bom ter criança...imagina se tivesse uma criança, se a casa ficava arrumada daquele jeito, ia ficar uma bagunça...coisa fora do lugar...Aqui em casa não fica arrumada, não dá... é toalha no banheiro, em cima da cama, coisa fora do lugar, e eu vou pegando.” Célia tem uma vivacidade ao falar dessas coisas! Sua fala se acelera, dando mesmo a impressão de agilidade diante das atividades diversas.

Penso que talvez essas reflexões, esse assunto, sejam ainda resquícios do efeito da pergunta que fiz, logo quando cheguei, sobre a diferença que acolher crianças tinha feito, em suas vidas, pois é curioso que logo em seguida D. Paula diz que daqui a pouco o Igo vai ficar maior e vai bagunçar também. Elas riem muito, imaginando que ele vai abrir os armários, derrubar as coisas, mexer na máquina de lavar roupa. É um riso feliz, mas em certo momento acompanhado de um senso de realidade que parece apontar para a impossibilidade de tal imaginado, pois todxs sabem que Igo vai embora a qualquer momento (Diário de Campo Amarelo, 2015, p.244-245).

Quanto as modificações pelas quais os espaços da casa passam, elas geralmente dizem de melhorias para as crianças, assim, Célia e Oscar “Mostram-me na sala um berço adaptado

para uma das bebês. Ele tem madeiras embaixo de alguns pés, que fazem com que um de seus lados fique mais alto, o que a ajuda com relação ao refluxo. Oscar explica que foi a médica quem lhes deu essa dica” (Diário de Campo Amarelo, p.238).

Dentre as características dessa preparação do espaço estão uma composição de colantes nas paredes, abajures coloridos, kits de produtos de higiene para bebês: talcos, paninhos, fitas, além de remédios, pequenas bibliotecas e brinquedos diversos que conferem à tais casas o “ar” de serem locais preparados para crianças, como que à espera delas.

A presença das crianças confere uma dinâmica bastante diferente à casa das duas famílias provocando afetações em um espaço onde já há algum tempo as(os) filhas(os) cresceram e brinquedos espalhados pela casa, por exemplo, se tornaram algo atípico e as preocupações viraram outras. Não são, porém, somente as casas que passam por essas modificações, pois ao entrar nos carros das famílias, por exemplo, para se acomodar nos bancos é preciso sempre considerar as cadeirinhas de transporte das crianças.



Figura 4. Ribeiro, Leite para adulto, leite para criança, 2015.



Figura 5. Ribeiro, Sua cama repleta de roupas infantis, 2015



Figura 6. Ribeiro, Meses de acolhimento, 2015

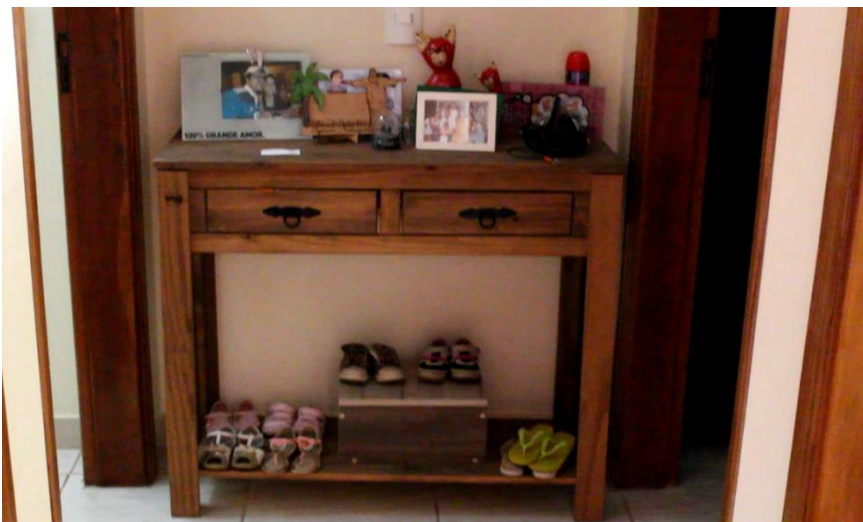


Figura 5. Ribeiro, Ao final do corredor, 2015

Esse móvel fica na casa da família Miranda, no final de um corredor, embaixo do quadro de fotografias, onde é curioso ver alguns sapatinhos enfileirados, de diferentes tamanhos e gêneros. Ao final de um corredor central, pelo qual necessariamente se passa para ir aos quartos e banheiros é que encontra-se tal cantinho.

Na casa há um corredor, e no final dele há na parede um quadro com fotos de todas as crianças acolhidas por essa família, logo embaixo, há um móvel com quadros também com fotos dessas crianças e de pessoas da família, e mais abaixo ficam os calçados das crianças. Esse parece um cantinho especial da casa, onde o que é família e o que não é se misturam e se separam no final de um corredor, ainda pouco iluminado (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 189).

Nas paredes há colantes, desenhos, e no quarto estão alguns brinquedos, bonecas, bichos de pelúcia, berços, cadeirinha, e um bebê:



Figura 6. Ribeiro, Universo azul de um bebê, 2015.

Figura 7. Ribeiro, Um quarto para acolher, 2015.

Figura 8. Ribeiro, Talcos, fitas e pomadas, 2015



Figura 9 Ribeiro, Será que ela vai gostar?, 2015

Figura 10 Ribeiro, Aqui se brinca!, 2015

Figura 11. Ribeiro, Laura, 2015.



Figura 12. Ribeiro, "Mais alto! Mais alto! Até a lua", 2015

A vaca (figura 12) foi um presente que Jessica ganhou em seu aniversário da família Miranda. Ela queria um cavalo, mas a vaquinha foi muito bem-vinda! Dentre os brinquedos está também Laura, boneca que ela e Isa apresentaram-me no primeiro dia, um de seus favoritos.

No espaço externo da casa da família Miranda há rede, cadeiras, churrasqueira, bicicletas e outros objetos. Há ainda um espaço coberto por flores amarelas em cima, que conferem sombra e um cheiro agradável ao lugar tornando-o bem aconchegante, ali há um balanço em que Jessica e Isadora divertem-se.

Acolher crianças maiores requer da família acolhedora alguns cuidados e preocupações distintos do acolhimento de bebês. Quanto às brincadeiras, por exemplo, elas precisam correr, gritar, pular, e nesse sentido, é necessário proporcioná-las, bem como espaços para que elas aconteçam, o que exige que, por vezes, a família faça algumas adequações.

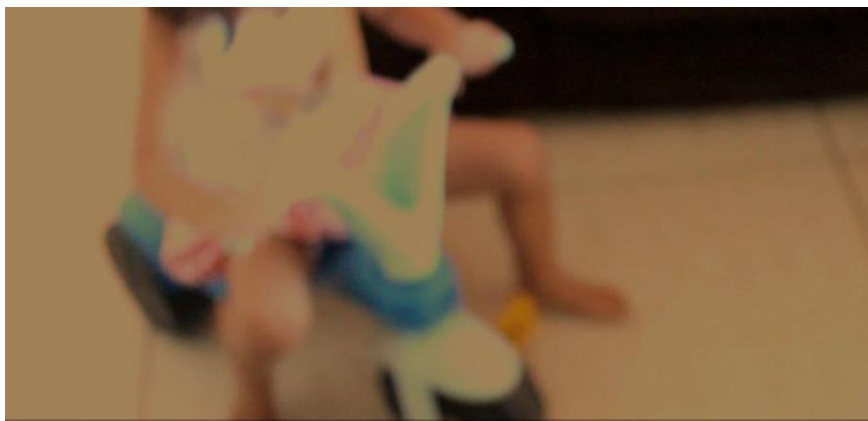


Figura 13. Ribeiro, “Deixa que eu vou de moto”, 2015

Na sala da família Miranda há uma pequena biblioteca com livrinhos infantis, a maioria com estórias envolvendo bichos.



Figura 14. Ribeiro, Biblioteca, 2015



Figura 15. Ribeiro, Um livrinho, 2015

Em uma das visitas encontrei um livrinho... tratava-se de um livro infantil com algumas estórias, em que essa era a primeira “A casa muito esquisita”. Achei o título curioso, então parei para ler.

A estória é basicamente, sobre uma jarra que foi sendo encontrada, aos poucos, por diversos bichos, que, cada um à sua vez, acharam nela um abrigo, e ocuparam-na fazendo-a de lar. Assim, um a um, os bichos vinham e as(os) moradoras(es) aumentavam...

O curioso dessa casa esquisita é que se encontram nela diversos moradores que, oriundos de diferentes lugares, juntam-se e convivem, independentemente de sua origem ou espécie.

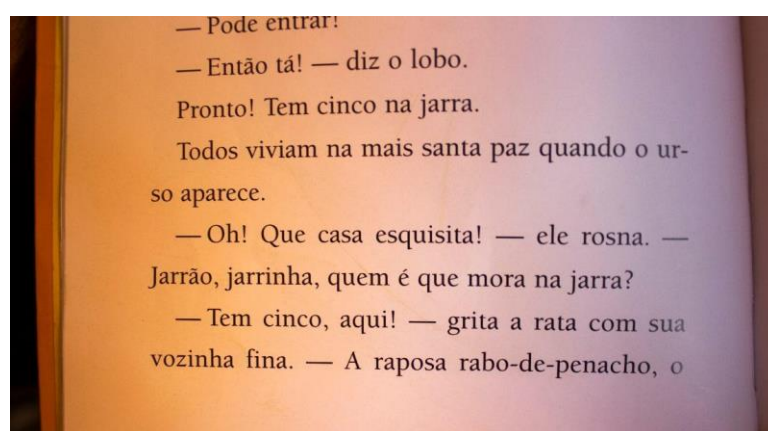


Figura 16. Ribeiro, *Já tem cinco! Será que sempre cabe mais um(a)?*, 2015

O final da estória? Inusitado...

As casas das famílias acolhedoras tornam-se espaços à espera de crianças, fica nítido que é preparado também para elas. À depender da idade dos(as) acolhidos(as), os objetos e a casa vão ganhando diferentes contornos, acompanhando também as características de cada idade com uma adaptação às demandas e particularidade dos acolhimentos.

Há certa proximidade entre as casas-afetos das duas famílias, o que ocorre, provavelmente, não por mera coincidência, mas também pelos atravessamentos discursivos sobre o lar, família e a esfera infantil. Assim, parte da verba recebida devido aos acolhimentos é destinada também à essa preparação da casa.

Os afetos e as afecções que investem esses espaços tornam-nos, possivelmente, diferentes de uma instituição de acolhimento, o que atesta uma disseminação do alcance das políticas e ações do Estado que se efetuem com a mediação de tais famílias ao participarem da inserção de novos recintos no dispositivo, conferindo-lhe outras dimensões.

Ao que parece, para a família acolhedora, antes da chegada das crianças, a casa já está inserida em suas histórias, já encontra-se preenchida de sentidos, que se renovam, ganhando diferentes roupagens propiciadas por tal “abertura”.

A casa dessas famílias reveste-se de características de um ambiente partilhado, que é preenchido também pela rotina de visitas da equipe técnica que tornam-se necessárias por ser este o espaço principal ao qual se circunscreve tal modalidade de acolhimento. É uma desterritorialização do espaço físico bem como das relações a partir deste.

4.1.3 Geladeira

O espaço externo da geladeira, onde geralmente são fixados imãs, recados, lembretes e bilhetinhos, nas famílias acolhedoras também ganha marcas do acolhimento. Na família Lopes ela contém uma tabela de horários onde há registros referentes à alimentação e remédios de cada criança, por meio da qual se expressa a organização da família, de seus horários e rotina em adaptação aos das(os) bebês. Nela, a parte superior é preenchida pelas fotos e nomes de cada bebê, e logo à baixo seguem as anotações.

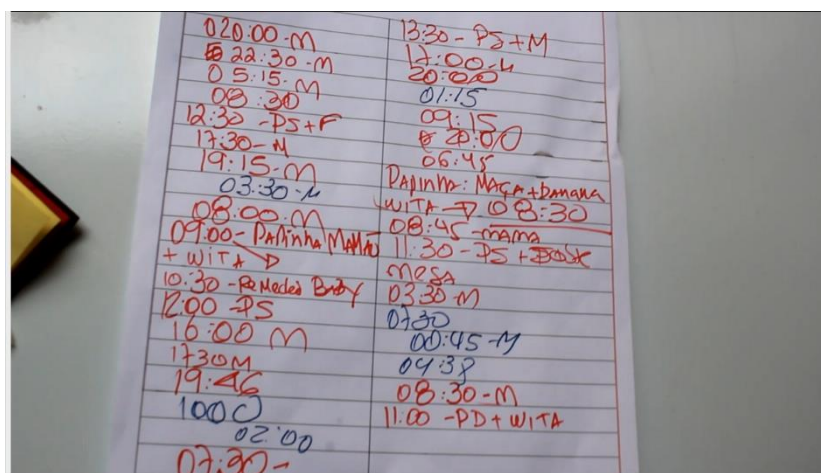


Figura 17. Ribeiro, *Estratégia: organizando rotinas*, 2015

Oscar explica sobre a tabela fixada na geladeira. É um forma de organizarem-se nas atividades com as crianças. São três crianças, duas de 3 meses, e uma de 15 dias. Cada uma com demandas específicas, com leites e remédios diferentes. Ele mostra-me que, em cima, além dos nomes há as fotos de cada criança. (Diário de Campo Amarelo, 2015, p.236).

A tabela tornou-se um instrumento útil, pois como nessa família há um revezamento entre o casal com o cuidado das crianças, seus horários de trabalho são alternados e dificilmente

eles(as) realizam o acolhimento de uma só criança, essa forma de organização parece contribuir bastante para continuidade e constância do cuidado de cada acolhida(o).

Ele diz que foi instruído pela médica a dar “mamã” para as crianças nos primeiros quinze dias pelo menos, a cada 4 horas, acordando a criança, se for preciso. Oscar explica que isso está relacionado a quantidade de glicose, que é muito importante, pois a falta desta pode levar a criança a óbito, inclusive. Então, ele ressalta a importância da tabela. (Diário de Campo Amarelo, 2015, p.236-237).

Na geladeira da família Miranda encontrei dentre fotos, um imã com dizeres que parecem remeter à prática do acolhimento familiar também, pois diz de pessoas que, com suas ações no plano micro, podem, ao final, produzir mudanças:

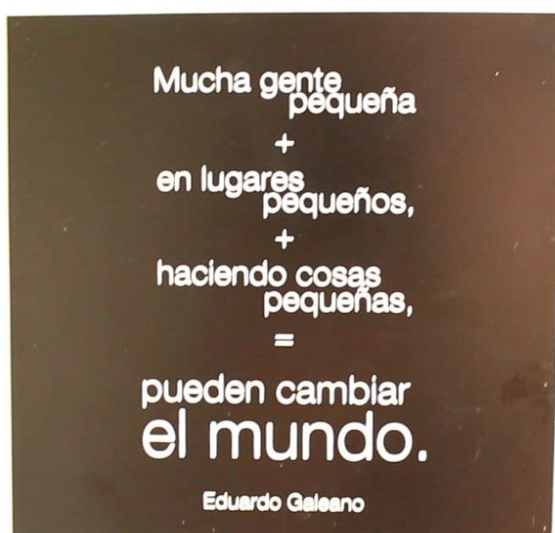


Figura 18. Ribeiro, *Notícias de uma micropolítica*, 2015



Figura 19. Ribeiro, *Com um pé no acolhimento familiar*, 2015

Esse (Fig. 21) foi um “trabalho” feito por Jessica na escola e dedicado ao “papai” Roberto. É o registro de seu pé, que também passou a compor o espaço externo da geladeira da família.

4.1.4 Registros fotográficos



Figura 20. Ribeiro, *O beijo de Maria e uma história de acolhimentos*, 2015



Figura 21. Ribeiro, *Rostinhos familiares*, 2015

As duas famílias, cada uma à seu modo, reservam espaços da casa que se destinam aos registros dos/com os(as) bebês até então acolhidos(as): são murais investidos de afetos.

A proliferação da produção de imagens por celulares, *smartphones*, *tablets*, e câmeras semiprofissionais torna tal produção maior e mais barata, e o acesso mais fácil à grande parte das pessoas. Portanto, guardar registros fotográficos torna-se prática comum. Na família acolhedora essa produção de imagens que se distribuem pelos espaços da casa, parece uma tentativa de registro de cada criança, diante também da transitoriedade que permeia o acolhimento. Por meio delas as famílias retomam os nomes, a história e sequência em que cada acolhimento se deu, além de rememorarem situações vividas ao lado das(os) pequenas(os). É como uma interpelação que a foto faz ao esquecimento.

[...] esse momento é sensível para dona Miriam, sua fisionomia muda, ela diz que acolhe bebês há 9 anos, e que tem as fotos de cada um, porque já perdeu as contas de quantos foram. (Diário de Campo Roxo, 2015, p.181)

Laura está sempre com seu celular, tirando fotos da família e dos bebês, e mais tarde, também de mim. [...] Lembro agora também como ela, no primeiro dia, mostrou diversas fotos de todas as crianças que acolheram. Ela é quem documenta, retrata. (Diário de Campo Amarelo, 2015, p.237).

Para as crianças acolhidas, ou pelo menos para as maiores, que conseguem ter alguma compreensão das fotografias, estas também adquirem sentidos:

Passo um tempo brincando com ela(*Isadora*) [...] pegamos o álbum que tem fotos dela e de Jessica e ficamos reconhecendo as pessoas. No início ela apontava para ela na foto e dizia ser Jessica, eu apontava Jessica e dizia que aquela era a Jessica, e apontava para ela na foto e dizia que aquela era ela. Encontramos a “mamãe”, e também o “papai” (momento em que ela ficou muito agitada e animada), queria sempre voltar a essa foto.

Em algumas fotos as meninas estavam de costas, para não serem identificadas, pois eram para o jornal (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 189).

4.2 Afetos de troca cotidiana

Uma característica marcante percebida no acolhimento familiar, é que receber uma criança em casa, sob sua guarda por período integral, promove afetos de vinculação geralmente muito intensos entre a família e esta.

A seguir são destacados alguns registros que sinalizam esse contato cotidiano permeado por uma esfera de convivência, bem como alguns afetos e trocas.

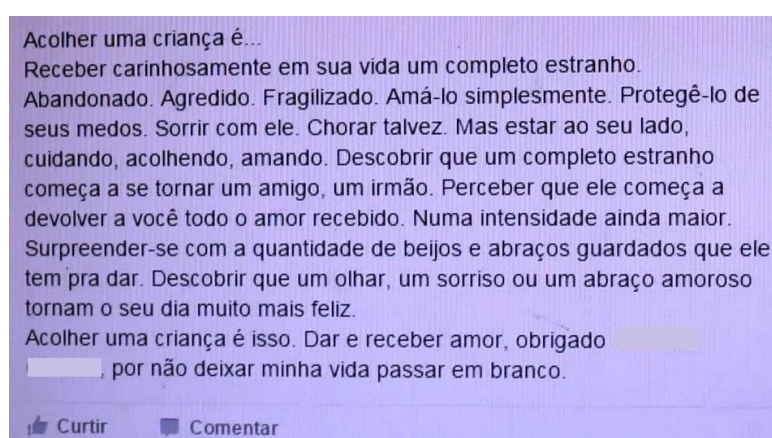


Figura 22. “Acolher uma criança é...”, 30 de maio de 2015. Fonte: print screen do Facebook

Os encontros promovidos no cotidiano parecem gerar afetos que propiciam à um “completo estranho” transformar-se em conhecido(a), amiga(o) e irmã(o), como Oscar expõe. Aqui fica evidente o quanto um mesmo objeto pode afetar-nos de modos diversos, ou seja, como a variação de afetos está mais relacionada aos encontros do que aos próprios corpos/objetos. Trata-se de afetos que, enquanto intensivos, produzem deslocamentos nas relações.

O cotidiano proporciona uma multiplicidade de encontros capazes de gerar constelações afetivas em que Oscar destaca uma série de afetações envolvidas nesse encontro do acolher: afetos de abandono, de agressão, de fragilidade, de amor, de proteção, de medo, de cuidado, de amizade, de irmandade, de felicidade, beijos e abraços guardados, afecção sorriso, e choro talvez.... Vida que não passa em branco, mas sim colorida pelas intensidades afetivas.

O encontro aqui, dá-se entre pelo menos dois corpos: o da criança e o de algum(a) cuidador(a), logo é difícil não tentar imaginar como isso se dá para as crianças, como elas se afetam nessa condição de cuidado, de dependência e nesse transformar-se em amiga(o) e irmã(o).

Oscar dá pistas quando escreve sobre sorrisos devolvidos, abraços e beijos, amor sentido: são dimensões do corpo vibrátil. Para as crianças menores, ainda sem acesso à fala é puramente da ordem da sensação que vêm as respostas e as trocas percebidas.

Ao final, Oscar agradece à assistente social do programa Família Acolhedora por fazer parte dessa mediação entre ele e a experiência de acolhimento. Ou seja, há mais agentes envolvidas(os) nesse processo, e os afetos vão se estendendo como um rede que perpassa cada corpo: o inegável do encontro.

Esse registro (Fig. 26) é o trecho de uma filmagem de Oscar saindo para buscar a filha na escola, ele leva em sua companhia o bebê acolhido, atestando as parcerias que se estabelecem por meio de pequenas cotidianidades.

“Noto que há uma brincadeira entre Célia e Igo, a do “Pinto”, ela repete a palavra para ele “oh o pinto”, “ah, vamos guardar esse pinto” ou “cadê o pinto?” com entonações diferentes, ao que ele corresponde interagindo, ao passo que ambos riem muito” (Diário de Campo Amarelo, 2015, p. 246).

Para Stern (1992) os(as) bebês precisam de parcerias potencialmente intersubjetivas para que seja possível alcançarem uma nova categoria de comportamento: a sintonia do afeto, que é um tipo de combinação que envolve a entonação da voz do(a) cuidador(a) e os gestos da criança. Essas sintonias são fundamentais para que os(as) bebês consigam o compartilhar intersubjetivo do afeto. Isso ocorre por meio da equiparação que o cuidador(a) consegue ao comportamento do(a) bebê, que não é uma imitação, pois já contem em si variações, seja no nível de intensidade ou duração da voz, ou nos movimentos do corpo. É referente à algum aspecto do comportamento que reflete o estado de sentimento da pessoa (o estado de sentimento inferido ou diretamente percebido): um estado afetivo compartilhado.



Figura 23. Ribeiro, Mamanhês, 2015

Figura 24. Ribeiro, Companhia, 2015

Figura 25. Ribeiro, Um Cheirinho, 2015

Figura 26. Ribeiro, Afetos de um bebê, 2015



Figura 27. Ribeiro, Riso partilhado, 2015

“Os comportamentos de sintonia, por um lado, remodelam o evento e mudam o foco da atenção para o que está por trás do comportamento, para a qualidade do sentimento que está sendo compartilhado” (STERN, 1992, p.126). Ou seja, antes da nomeação dos afetos, há o reconhecimento e partilha destes por meio dessa sintonia que envolve a voz, o olhar, a postura de todo o corpo, e a intenção, o que resulta em interação, e desenvolvimento.

Oscar e Célia ao contarem a história de Julia, dizem “que seu olhar era muito triste, que aparentava muito sofrimento. Ela (*Célia*) diz que a médica lhes instruiu a interagirem, conversarem bastante com Julia, para ajudá-la a desenvolver-se, pois ela já foi muito negligenciada, e passou por muitas rupturas” (Diário de Campo Amarelo, 2015, p. 240).

D. Paula [...] lembra que sua amiga lhe disse que acha que ela mudou, que ficou muito mais alegre com a vinda dos bebês. Ganhou vida!
Lembro-me dessa amiga de D. Paula, e comento com ela que ela estava no primeiro dia em que as(os) visitei, ela confirma que é essa amiga mesmo. Ela conta também de uma outra amiga que vai as vezes, quando ela pede, benzer os bebês. D. Paula fala disso com muito carinho, parece satisfeita em perceber sua capacidade de diferir de si, de se perceber mais alegre, e como ela mesma diz, cheia de vida. Aponto isso para ela, e ela diz “é, ela (amiga) percebeu isso em mim...me falou que eu mudei”. (Diário de Campo Amarelo, 2015, p. 245).

O que se vê são pessoas brincando, divertindo-se, rindo, em diálogos “mamãnhês” em uma esfera afetiva invadida pela criatividade, inventividade e nostalgia por aquilo que já fomos, e que se atualiza em nós por meio do encontro com a infância (Fig.27).

Esse registro é um dos que mais gosto (Fig.28). Recordo-me do momento em que fotografei. Oscar chegou em casa, e o bebê, ao percebê-lo, reagiu de maneira tão espontânea que era inegável: o havia reconhecido. Sua recepção em forma de sorriso enquanto esticava seu corpinho para alcançar Oscar com um contentamento aparente era graciosa. Ele recepciona-o, por fim, puxando-lhe com bastante força pela barba. São afetos e afecções de um bebê.

Stern (1992) explica que quando os(as) bebês encontram-se em situações e dão evidência de incerteza, por exemplo, olham para a mãe para “ler” seu rosto e perceber seu conteúdo afetivo, como uma busca de referência para a situação. Isso sugere que os(as) bebês não iriam conferir com “a mãe” desse modo, a menos que lhe atribuíssem a capacidade de possuir e sinalizar um afeto que tem relevância para seus próprios estados de sentimento reais ou potenciais. Assim, bebês com cerca de nove meses percebem a congruência entre seu próprio estado afetivo e a expressão de afeto vista no rosto de alguém, pois de alguma maneira, fazem uma comparação entre o estado de sentimento conforme experimentado dentro de si e conforme

visto “sobre” ou “em” outrem, uma comparação que Stern (1992) chama de interafetividade, que seria a forma primeira, mais difundida e mais fundamentalmente importante de compartilhar experiências subjetivas.

A proximidade que o acolhimento familiar propicia e o interesse que as famílias geralmente mantêm pelas crianças, facilita para que essa sintonia se efetive.



*Figura 28. Mimos para um primeiro passo, 2015.
"Príncipe 'ensaiaando' os primeiros passos". 23 de maio. Fonte: print screen do Facebook.*

O cotidiano vivenciado pela família acolhedora junto às crianças guarda pequenos momentos, mimos, expectativas de quem participa, de algum modo, dos “primeiros passos” de alguém.



Figura 29. Ai!, 2015. Fonte: print screen do Facebook

Oscar de forma descontraída revela seu “sofrimento” no banho: pele, cabelos, pelos e barba...corpos circunscritos de toques e afetos em um banho dividido.



*Figura 30. Convivendo, 19 de Julho 2015
“Com muito amor, na missa do padre Júlio”. Fonte: print screen do Facebook*

Esse é um registro da família na missa junto com uma das bebês acolhidas em que é possível perceber que o contato desta com a criança não se restringe ao espaço doméstico, mas que esta é inserida no ciclo de amizade da família acolhedora e em suas atividades. É uma forma de manutenção da convivência não apenas familiar, mas também comunitária, como prevista pelo ECA.

É como se o dispositivo se esgarçasse, bem como os espaços de circulação dessas crianças, que estão sob o cuidado e proteção do Estado representado aqui pelas famílias de acolhimento. As crianças, diferente da antiga característica do dispositivo, ao invés de restritas ao espaço institucional, agora circulam e é possível que nos deparemos com elas nos diferentes espaços.

As trocas portanto, estendem-se às outras pessoas que também se envolvem no cotidiano, ou em parte dele, junto às crianças, formando uma rede de conhecidas(os), amigos, etc. Essas relações evidenciaram-se em uma festa:

A festa de aniversário é uma composição de mãos amigas, investimentos da família e doações, o que atesta a articulação de uma rede de informações e de trocas entre pessoas da sociedade civil que a partir da família acolhedora, se unem com o intuito de realizar uma festa em comemoração ao aniversário de uma criança acolhida. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 205).

Compreendo nesse dia um pouco mais sobre o que é garantia da convivência familiar e comunitária, agora mais do que antes. Jessi está rodeada de pessoas que passaram a integrar sua vida de alguma forma, uma rede de cuidado e de pertença. Há crianças com quem ela brinca, um sobrinho de Tereza, que já vejo pela segunda vez. Todos(as) se alegram e Jessi está em êxtase, ela corre de um lado para o outro, pula na cama elástica, e pula mais. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 205).

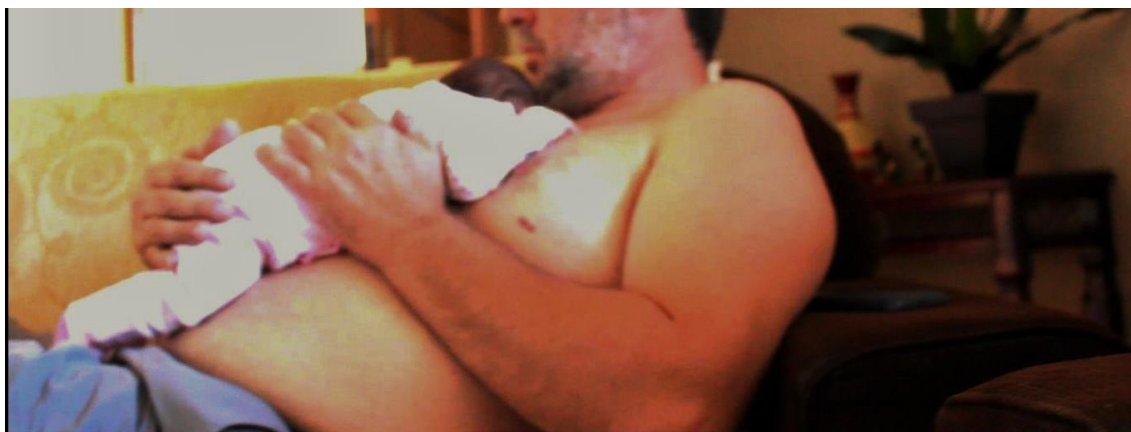


Figura 31. Ribeiro, Contato, 2015



Figura 32. Ribeiro, Uma tarde de acolhimento muda toda rotina, 2015

Roberto tem o hábito de colocar as(os) bebês para dormirem em cima de sua barriga, e as crianças parecem se sentir confortáveis nessa posição, visto passarem vários minutos dormindo assim. Porém o corpo dele não serve somente para o sono delas, mas também para suas brincadeiras.

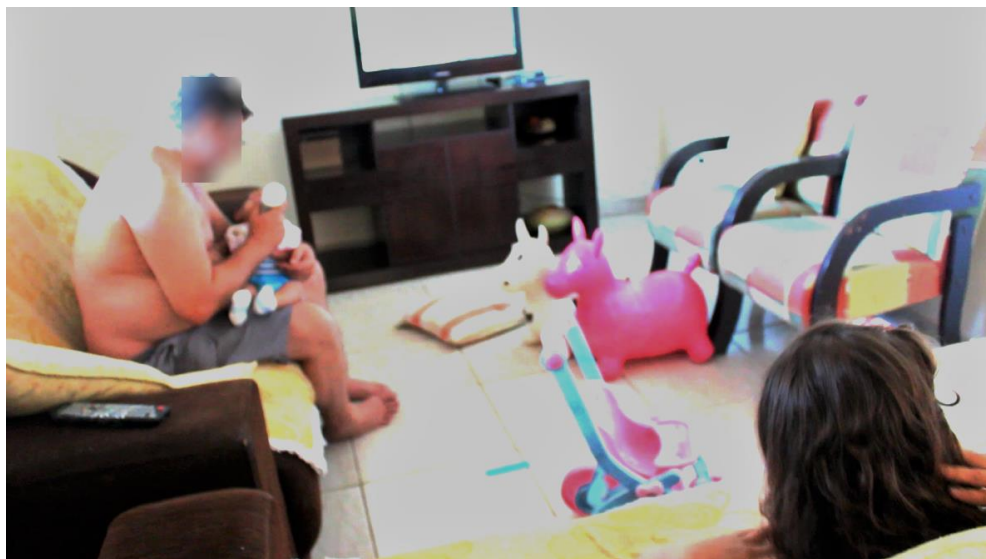


Figura 33. Ribeiro, Mamar e assistir desenho, 2015

O cotidiano do acolhimento nos permitiu tal registro que diz de afetos de uma tarde em acolhimento: Roberto dando leite para o bebê enquanto Jessica assiste à “seu” desenho na televisão.

Os afetos que irrompem por meio do toque entre os corpos, possível pelo cotidiano, ganha uma dimensão importante dentro do acolhimento em família acolhedora, apreensão possível em uma das conversas com Jessica:

Enquanto isso eu fico no carro com Jessi que me conta, do nada, de forma muito espontânea que tirou foto com seu “papai Roberto”: “ele me abraçou!!”, e depois conclui toda animada que vão tirar outra. Tento filmar esse momento, mas enquanto ligo a câmera, o instante já passou... (Diário de Campo Roxo, 2015, p.199).

“Ele me abraçou” soou como a coisa mais gostosa que se podia ter, e que, de fato ela teve, pois não foi privada das surpreendentes possibilidades de afetos a partir daquele abraço. A forma como ela contou foi uma novidade maravilhosa atestando a importância do toque seguro e cuidadoso diante do corpo enquanto multiplicidade de encontros com outros corpos, com idéias, com leis, com imagens, com os signos (NASCIMENTO, 2012).



Figura 34. Ribeiro, “Ele me abraçou!!”, 2015

A foto à que Jessica se referia, encontrei-a depois na geladeira. Ela está contente, com um sorriso enorme no rosto!

Foi possível perceber que a convivência no acolhimento familiar permite aos corpos diversos encontros e atravessamentos afetivos por meio dos quais as trocas se estabelecem e o conhecimento da(o) outra(o) torna-se possível, criando-se assim irmandades, em que ações de cuidado e proteção fortalecem-se: é no encontro que as relações se tecem.

4.3 Performatividade familiar

Como foi possível discutir, a família enquanto uma construção social, e espaço a partir do qual a criança é inserida, primordialmente, para ser cuidada, é reprodutora também de discursos normatizadores que ao incidirem sobre os corpos disparam afetos e produzem modos de subjetivação.

O acolhimento familiar permite problematizar algumas questões referentes aos discursos que estabelecem, por exemplo, padrões de cuidado que vêm acompanhados das delimitações quanto às funções dentro do grupo familiar pautadas pela diferenciação dos sexos e dos gêneros, e a rigidez que a partir desta estabelece-se. Com as famílias acolhedoras, alguns desses aspectos também se mantêm, enquanto outros são questionados e até mesmo ultrapassados por meio da esfera inventiva que cada encontro possibilita.

Oscar e Célia são um exemplo de como tais funções puderam ter suas fronteiras borradas, e o cuidado e proteção serem exercidos independente do sexo ou do gênero dos(as) cuidadores(as), e sim por escolha, por desejo de cada um(a) deles(as). Ele dá banho nas

crianças, leva-as ao médico, dá comida, brinca, aparecendo, em diversos momentos, como protagonista nessas tarefas enquanto Célia pode se ocupar também de outras atividades.

Outro aspecto, porém, que compõe essa esfera performativa dos gêneros bem como a da própria família enquanto também performática, é apresentada e exemplificada à seguir, por meio de uma postagem no *Facebook*.

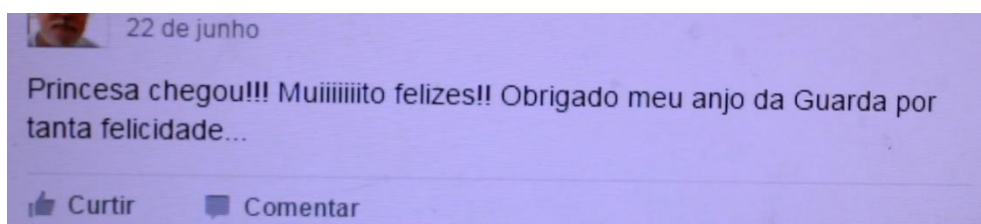


Figura 35. Uma chegada, 2015. Fonte: Print screen do Facebook

O desabafo e transbordamento de felicidade de Oscar diante da chegada de uma das bebês para acolhimento em sua casa é inegável; a mudança promovida pelos afetos desse momento se expressa em sua escrita que é carregada de pontuações e “excessos”.

Porém, dentre os componentes de um dispositivo estão suas diferentes linhas que se dividem entre as de criatividade ou de atualização e também as de estratificação ou de sedimentação (DELEUZE, 1990). Estas últimas são linhas de segmentaridade dura, linhas de controle e normatização, a partir das quais Deleuze e Guattari (1996) destacam que todas(os) somos segmentarizadas(os) uma vez que “a segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente” (p.77). Somos segmentarizados inclusive binariamente a partir de grandes oposições duais como as classes sociais, os gêneros, a distinção adultos/crianças, etc.

Os autores apontam o Estado como grande promotor de segmentaridades duras, apesar dessa coexistência das linhas em que “toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 83).

Dentro do dispositivo as famílias acolhedoras enfrentam essas composições e seus diversos atravessamentos. Dentre os afetos promovidos pela chegada da bebê, Oscar é capturado por linhas de segmentariedade dura, por segmentarização binária dos sexos e gêneros. Nomear as meninas como “princesas”, e os meninos como príncipes, pode ser compreendida como uma forma de reprodução da norma, dos discursos hegemônicos sobre a feminilidade e a masculinidade que funcionam como aprisionamento dos corpos e dos desejos.

O que se evoca no imaginário com o termo “princesa”?

Era uma vez uma princesa que se casou com um príncipe e viveram felizes para sempre! Essa frase povoa o nosso imaginário. O príncipe e a princesa, como personagens de contos de fadas, são emblemáticos e trazem consigo elementos simbólicos e representativos de várias questões como o amor romântico, o ideal de masculinidade e de feminilidade, os conflitos familiares, os desafetos e as maldades que movem as relações interpessoais, a eterna luta entre o bem e o mal e, sobretudo, as possibilidades de encontrarmos proteção e amor eterno ao final da história (FILHA, 2011, p. 594).

Filha (2011) apresenta as características pessoais e comportamentais das “princesas” como demarcadas pelas crianças participantes de sua pesquisa:

As comuns (de meninos e meninas) indicavam que a princesa seria feliz, vaidosa, linda, bonita, simpática, legal, alegre; que adoraria animais e gostaria de ter um príncipe encantado. Os meninos também afirmaram que as princesas têm amigos/ as; são sorridentes e gostam de boneca, vestido e calça. As meninas, por sua vez, falaram de inúmeras outras condutas desejáveis para a princesa, tais como asseio, doçura, discrição, delicadeza, inteligência, fofura, meiguice, amabilidade; e algumas competências, como gostar de cozinhar, ser prendada, ser divertida, gostar da cor rosa, não ser gulosa e ficar à espera do príncipe encantado (FILHA, 2011, p. 594).

A docilização dos corpos e a padronização dos desejos por meio da performatividade de gêneros fica evidente quando nos inserimos em tal discussão. Assim, mesmo elementos que a princípio parecem elogios inofensivos só podem funcionar se outros elementos também forem ativados, ou seja, para existir princesas, tem que haver aquelas que não o são. Monta-se assim um sistema de valoração e produção de desejos em que há enorme pressão sobre o que não se encaixa nas dualidades e padrões para que seja sobre codificado por linhas duras.

Deleuze, quando escreve sobre as sobreposições das linhas de segmentação dura e das linhas de segmentação flexível, destaca que

Se consideramos os grandes conjuntos binários, como os sexos ou as classes, vemos efetivamente que eles ocorrem também nos agenciamentos moleculares de outra natureza e que há uma dupla dependência recíproca, pois os dois sexos remetem a múltiplas combinações moleculares, que põem em jogo não só o homem na mulher e a mulher no homem, mas a relação de cada um no outro com o animal, a planta, etc.: mil pequenos sexos (FILHA, 2011, p. 594).

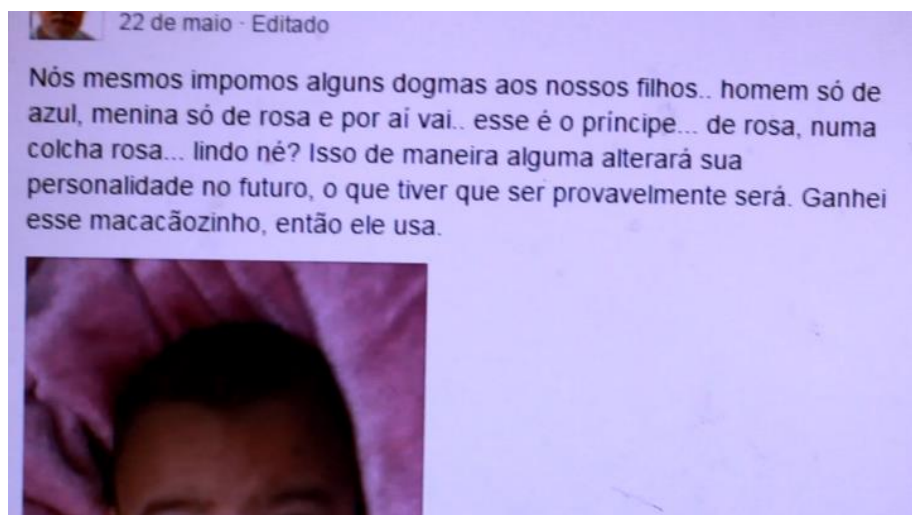


Figura 36. *Quando ele usa cor-de-rosa, 2015. Fonte: print screen do Facebook*

Aqui, é possível perceber a coexistência das linhas de segmentaridade dura e flexível. As “realezas” ainda estão presentes, mas há uma bifurcação que se expressa por meio do questionamento que Oscar traz sobre os discursos hegemônicos do uso das cores. Assim,

Consideremos conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo. Uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, s/p).

Há uma micropolítica que surge como espaço para o questionamento e experimentação mesmo no interior do dispositivo, no espaço familiar que como vimos, parece tão propício às construções performáticas de padronização e diferenciação a partir dos rígidos critérios sobre o masculino e o feminino. Assim, retomando as linhas do dispositivo torna-se importante destacar

outra informação, que se repetirá para cada uma das linhas, é que nenhuma delas, por si só, é boa ou ruim, pois é necessário ressaltar que embora elas encerrem o desejo em significações delimitadas, também importa saber o que elas propiciam do ponto de vista de sua experimentação. Dito de outro modo, o problema das linhas duras é seu princípio de fixação, de estancamento do desejo em determinadas formas de vida, e não necessariamente o tipo de experiência que tais linhas favorecem, que pode ser boa ou ruim. (CASSIANO; FURLAN, 2013, p 373).

As fissuras surgem assim como as solidificações, e nessa trama de linhas, uma linha dura é capaz de abrigar experimentações boas que abram para outras práticas e discursos. Ou seja, os seres podem, mesmo a partir de um movimento melódico que contém estagnações

provocadas pelas linhas duras diante de determinadas formas de vida, ter experiências boas, e afetarem-se de maneira potente produzindo, ainda que em um plano micro, seja da micropolítica da percepção ou da conversa (DELEUZE; GUATTARI, 1996), novos discursos e práticas, problematizando aquilo que é naturalizado por meio das normas reguladoras.

4.3 Afetos e responsabilidades

Por ser o acolhimento familiar uma medida de proteção de alta complexidade, às famílias responsáveis pelo acolhimento cabem todos os cuidados que a criança demande. Assim, tarefas simples e corriqueiras como preparar mamadeira, alimentar, dar banho, trocar fraldas, dar remédios, pôr para dormir, para arrotar, dar vacinas, levar ao médico, dentre outras, são funções da família acolhedora enquanto durar o acolhimento.

A duração máxima prevista é de dois anos, exceto diante de alguma necessidade especial que demande autorização judicial para ampliação do prazo (ECA, 1990), o que significa que uma família pode permanecer por até esse período de tempo acompanhando uma mesma criança diariamente, oferecendo-lhe todo o cuidado que ela demande. A equipe técnica auxilia em algumas dessas questões, disponibilizando transporte, por exemplo, mas de modo geral, a família se responsabiliza pelas crianças integralmente.

Além dos cuidados diários, foi comum nas duas famílias, o acompanhamento médico de algumas(uns) acolhidas(os), seguidos de internação. Dessa maneira, dormir com a criança no hospital e cuidá-la nesse espaço, esteve dentro do rol de atividades recorrentes da família acolhedora também.

Vamos conversando e conheço o outro bebê, ele está dentro da casa, no berço. Ele tem um olhar interessado mas um pouco distante, é pequeno, negro. Sinto seu corpinho mais rígido, se comparado ao do outro bebê. Oscar, ao meu lado, conta que ele o leva quase todos os dias em uma instituição em que trabalham diversas(os) profissionais, como fisioterapeutas, terapeuta ocupacional...e que o trabalho tem sido intenso, eles passam horas lá, e o bebê chega em casa cansado. (Diário de Campo Amarelo, 2015, p. 248).



Figura 37. Ribeiro, É que eu te olho, eu te percebo, 2015
Figura 38. Ribeiro, Colo, 2015



Figura 39. Boa Noite,
“Desenho que minha filha [...] fez e colocou no berço dos bebês...para ele dormirem melhor...”. 5 de maio de
2015. Fonte: print screen do Facebook



Figura 40. Ribeiro, Cotidiano, 2015
Figura 41. Ribeiro, Hora do banho, 2015
Figura 42. Ribeiro, Fresquinho, 2015

Laura demonstra, ao fixar no berço, seus afetos de preocupação e cuidado com o bem estar dos(as) bebês e seu sono. São afetos expressos em forma de desenho, como uma proteção grafada em papel.

Eles (Célia e Oscar) contam que [...] Julia já foi encaminhada para adoção, mas está recebendo esses cuidados primeiro para depois darem continuidade em seu processo. O casal diz que a família acolhedora serve para isso também, para cuidar das crianças nesse primeiro momento, porque muitas pessoas que pretendem adotar querem crianças saudáveis, e assustam-se com as dificuldades apresentadas por elas. (Diário de Campo Amarelo, 2015, p.240).

Receber e acolher em casa alguém parece despertar afetos diversos de responsabilidade, generosidade, cuidado, proteção, carinho, fadiga, reconhecimento, dentre outros, principalmente por se tratar do recebimento de bebês e crianças pequenas que estão sendo assistidas(os) pelo Estado por conta de situações de negligência de seus direitos (abandono, violência, entrega para adoção, família em situação de rua, ou de uso de drogas, etc).

A dependência total que as crianças mantem e o contato constante desenvolvido entre elas e a família acolhedora promovem uma dimensão afetiva muito única. Reativa-se nessas pessoas algo que evoca um cuidado e envolvimento parental, mas que não o é, atestando a construção de algo novo, com afetos que se põem em movimento para dar conta do desconhecido que se produz mediante tais encontros.

O cumprimento das responsabilidades da família acolhedora é sentido pelas crianças, como nos sugere Jessica:

Durante a preparação para a festa aproximo-me de Jessi (no balanço) e aproveito para conversar um pouco com ela. Ela me pede para balançá-la bem alto, diz que vai chegar até a Lua, lá onde, segundo ela, tem lobisomem, e que parece ser um lugar de medo. Na conversa asseguro-a de que ali está protegida, e ela faz referência à família acolhedora enquanto elemento dessa segurança. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 206).

O dispositivo de institucionalização, outrora hegemônico, parece não fazer sentido em tal contexto, uma vez que nessas famílias junto às crianças, se produzem afetos tão diversos que passam pela dimensão do cuidado, da proteção e da proximidade. Desenvolver tais atividades, apesar de cansativo, parece trazer às famílias acolhedoras um ganho por meio de afetos de satisfação que geram aumento de potência.

É possível, portanto, que o dispositivo seja rachado, ultrapassado, tornando-se algo diferente do que ele se propõe. Assim, quando atravessado pelos afetos oriundos destas relações

singulares, perde sua potência de homogeneização. Ainda somos subjetivados(as) por ele, mas por meio de suas linhas que seguem direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio, submetidas às variações de direção: às derivações (DELEUZE,1990). Deleuze nos indica pistas dessa possibilidade frente ao dispositivo quando escreve que “é preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal” (DELEUZE, 1990, s/p).

O resultado mais imediato do trabalho das famílias é sentido no corpo das crianças, no bom funcionamento de seu organismo, como algo visceral, percebido nas fezes quando estas têm consistência e cor “normais”, quando as crianças conseguem respirar melhor, ter noites de sono mais tranquilas, quando suas funções básicas estão adequadas, sem representar-lhes um sofrimento.

Esses efeitos do cuidado sobre os corpos fazem lembrar Deleuze (1978) quando escreve sobre as afecções da cera e da argila sob efeito da ação do sol. Em paralelo à relação de acolhimento, o bom funcionamento do corpo da criança é efeito da incidência de afetos que promovem ações de cuidado sobre este. São afecções do corpo que podem ser percebidas enquanto a dimensão dos afetos é acessada por meio do corpo vibrátil.

Esse aspecto ficou perceptível no acolhimento que a família Lopes fez de uma bebê que apresentava dificuldades com a ingestão de lactose, o que lhe causava dores frequentes. Não demorou muito para que a família acolhedora percebesse sua particularidade, que se apresentava por meio do desconforto, e iniciasse ações no sentido de descobrir e solucionar o problema. Quando a vi pela segunda vez, já com a troca do leite, a diferença era evidente, a coloração de sua pele e sua expressão já estavam muito mudadas, era reconhecidamente o aspecto de uma criança bem cuidada, saudável e mais tranquila.

Esse “bem” é como proposto pela ética espinosana: do encontro com aquilo que compõe para perseverar na existência, para o fortalecimento do *conatus* diante da variação contínua da força de existir, pela união “ao que convém a sua natureza, por compor a sua relação com relações combináveis e, por esse meio, aumentar sua potência” (DELEUZE, 2002, p. 29). Como destaca Chauí

o corpo é relacional, é constituído de relações internas entre seus órgãos, de relações externas com outros corpos e de afecções, isto é, da capacidade de afetar outros corpos e ser por eles afetado sem se destruir, regenerando-se com eles e os regenerando. [...] Um corpo humano é tanto mais forte, mais potente e mais apto à conservação, à regeneração e à transformação, quanto mais ricas e complexas forem suas relações com outros corpos... (2011, p.73).

Diante da fragilidade dos corpos pela variedade e variações de afetos de que se é capaz por meio da capacidade de afetar e ser afetado(a), assim como a gripe que assolou indígenas provocando sua morte enquanto em outros corpos seus efeitos eram bem menos custosos, a lactose, como vimos, para alguns (as) ao invés de alimento torna-se veneno, e nesse mau encontro foi necessário que alguém se acercasse dessa decomposição e propiciasse a esse pequeno corpo novos encontros, mais potentes, por meio da apresentação de outros alimentos.

Algo semelhante aconteceu no acolhimento de um bebê realizado pela família Miranda, que inclusive acompanhei em uma visita médica. Ele tinha um problema respiratório visivelmente sério: com dificuldade imensa ele fazia muita força e bastante barulho, praticamente o tempo todo, para realizar algo que deveria ser tranquilo: respirar. Pude acompanhar, como relatado no Diário de Campo Roxo (p.202), uma de suas idas ao médico, bem como a preocupação da família e o processo em buscar a melhor opção para ele. Quando voltei a vê-lo fui invadida por uma alegria muito grande ao perceber que ele já respirava com uma facilidade bem maior, era visível também sua melhora.

O corpo em sua longitude e latitude (relações de movimento e repouso, e o conjunto dos afetos -os estados intensivos a cada momento), a depender do encontro pode sofrer alteração nas relações das partes que o compõem, e até mesmo decompor-se; por outro lado, pode também estabelecer trocas múltiplas e complexas. Reside aí a importância da compreensão de que os encontros nos constituem. Para a família acolhedora, que se propõe o cuidado de outros corpos, promover bons encontros torna-se, portanto, uma importante responsabilidade.

Quando os corpos adoecem e o espaço familiar não dá conta dessa demanda, é o momento de buscar auxílio de profissionais da saúde, de acompanhar a criança em espaços hospitalares e em processos de internação.

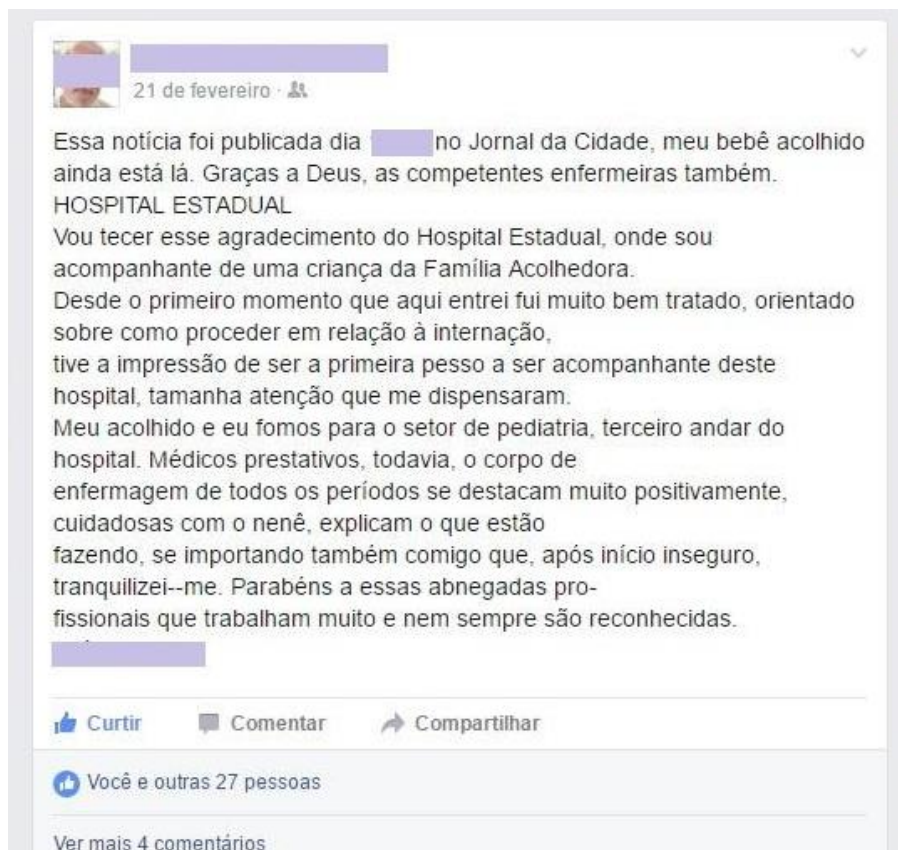


Figura 43. *Meu acolhido, eu e um hospital, 2015. Fonte: print screen do Facebook*

Oscar posta em seu *Facebook* uma nota de agradecimento sua que foi publicada no jornal da cidade, nela descreve alguns momentos da permanência no hospital acompanhando o bebê acolhido, tece agradecimentos, e cita seu início inseguro. Seus afetos parecem ser de agradecimento por também ter sido acolhido pela equipe médica e de enfermagem durante esse processo.

No acolhimento familiar, portanto, os afetos ultrapassam o espaço da casa e da instituição por meio de uma expansão do território de afetação que se estende por onde há encontros, inclusive dentre os corredores de um hospital.

Como o programa de acolhimento familiar pressupõe a participação de pessoas da comunidade e depende de tais famílias para se efetivar, a divulgação ganha extrema importância e geralmente é feita a partir do relato de experiências das próprias famílias acolhedoras que são divulgados na mídia local.

As duas famílias acompanhadas citaram essa relação com a mídia em que já lhes parece recorrente o aparecimento nos jornais da cidade e a participação em reportagens, experiência que, além de conferir maior visibilidade à essa modalidade de acolhimento, modifica a relação das famílias com a comunidade.



Figura 44. Treze dias da vida de José, treze dias da vida de Oscar, 2015. Fonte: print screen do Facebook

“José” é o nome provisório dado por elas(es) à criança que passou por um processo de internação de 13 dias. Oscar agradece à equipe técnica “meninas”, demonstrando como esse cuidado e responsabilidade são compartilhados em alguns momentos.

Enquanto família de passagem, preocupar-se com o futuro da(o) acolhida(o) é algo muito recorrente na experiência da família acolhedora e em seus relatos. Isso é considerado pois ao se afetar, a família espera que haja continuidade no cuidado oferecido à criança, há o desejo de que de fato, uma rede de cuidado e proteção seja não só criada, mas mantida. Não há espaço para o descaso e sim um envolvimento promovido pelo cotidiano dividido ao lado das(os) pequenas(os).



Figura 45. Entre furinhos e exames: ele sorri. Sobre a potência de uma vida, 2015. Fonte: print screen do Facebook



Figura 46. Pai e acolhedor, 2015. Fonte: print screen do Facebook

O afeto que leva José a sorrir parece afetar Oscar aumentando sua potência de agir impelindo-o a continuar ao lado do “seu” pequeno, e a enfrentar a rotina do hospital. Oscar se solidariza ao descrever a internação, os procedimentos pelo qual o bebê passou, em uma história em que ele se reconhece como parte.

A figura 47 é uma postagem de Oscar de seus “dois amados” no dia da vacinação, evidenciando seu envolvimento e responsabilidade com ambas(os), filha e bebê acolhido em momentos em que as funções de pai e de acolhedor mesclam-se e pouco se diferenciam.

Essa relação entre acolhimento e paternidade é destacada também por um pai acolhedor participante da pesquisa realizada por Valente (2013), em que ele aponta algumas diferenças entre essas duas funções:

considero que o que nós demos para ela nem os nossos filhos tiveram... Às vezes, com o filho, você perde a cabeça [...]. Com a Valéria (*criança acolhida*) era diferente... a minha família até falava que eu a mimava demais. Ah! eu acho que sou enérgico com ela, nós somos ‘autoritários’ ... mas usamos a autoridade com ela de outra forma... com um filho, a gente é mais firme – mas, com uma criança que não é nossa talvez a gente procure ter a mesma autoridade, mas com cuidado. **Nós aprendemos [...] que não adianta tirar da mãe para proteger e fazer com que a criança passe por maus tratos dentro da nossa casa. Então, eu acho que é bem mais difícil cuidar de uma criança que não é sua, do que cuidar do seu próprio filho** (p. 134, acréscimo e destaque meu).

Ele explica que “se com um filho você erra ou você acerta está entre a sua família, mas, com uma criança que está na sua casa nessa condição – você não pode errar!” (VALENTE, 2013, p. 134), e conclui que a criança acolhida “conseguiu: a gente aprendeu com ela a lidar melhor com os nossos próprios filhos. ” (VALENTE, 2013, p.135).

Assim, é inegável que as trocas que se estabelecem promovem aprendizados também para quem acolhe.

4.4 Afetos de um telefonema: processo de desterritorialização

Este pinçado cartográfico é referente a um telefonema que se deu entre mim e uma das famílias no dia 27 de julho de 2015. Este relato encontra-se, na íntegra, no diário de campo Roxo (pág. 191), aqui estão fragmentos desse contato.

O intuito ao trazer tal relato é destacar, por meio da dinâmica de um telefonema, a desterritorialização provocada pelos afetos e pelos encontros no acolhimento familiar, não somente àquela relacionada à família acolhedora, mas também à pesquisadora enquanto participante do processo cartográfico.

Tal ligação telefônica ocorreu, a princípio, para agendamento de uma data para nova visita, e para uma pequena atualização das novidades sobre as crianças e o andamento de seus processos junto à família acolhedora.

Quando Tereza atende, vai contando-me que foi levar o bebê ao médico de manhã, para exames, e que lá ela recebeu uma ligação das “meninas” (psicóloga e assistente social do programa), então ela conta que Isadora foi para adoção e foi levada para conhecer o casal e ser conhecida por eles. Ela diz que agora vem o período de aproximação.

Ela está um pouco desconcertada e conta que Isa voltou da visita com uma boneca que canta, dada pelo casal. Ela é um pouco hostil nesse momento. Parece sentir as ações do casal como rivalidade, como uma disputa pelo carinho de Isa, pela legitimidade de sua relação.

Ela explica que em dois casos em que sua família acolheu, as crianças voltaram para sua família de origem, e que agora a visita foi no “Lar” porque a criança foi para adoção, então agora está diferente, o período de aproximação não é em sua casa. Ela parece chateada, porém conformada.

Ela diz que “essa é uma família diferente” eles têm 3 filhos biológicos adultos, e adotaram uma criança que hoje já tem quase 10 anos “são um casal maduro, aposentado”. É como se ela tentasse acreditar que o “Lar” faria a escolha certa para Isa, e que talvez ela devesse já começar a aceitar o fato de estarem “arrumando” tal família para ela.

Nesse momento ela lembra que eles mandaram uma boneca igual a de Isa para Jessi também “ela chegou com as duas bonecas, e uma era pra Jessica” (isso pareceu positivo para ela).

“Ah, meu marido já chorou hoje, mas eu tô feliz.”. Ela destaca que desde a semana anterior “as coisas estavam muito quietas”, então ela estava sentindo algo estranho que dava a sensação de que alguma coisa aconteceria.

Tereza diz “graças a Deus” que Isa foi para adoção, pois sua maior preocupação era que ela acabasse retornando para família de origem. Logo em seguida ela lembra que ao conversar com uma amiga e falar disso sua voz embargou.

Para mim, ali do outro lado da linha, foi perceptível que Tereza estava em um processo de desterritorialização, as coisas mudaram e seus afetos eram inconstantes. Aquele dia apesar de já esperado, causou a ela um misto de alegria, tristeza, preocupação, rivalidade, vontade de opinar, de dizer que o tempo de convivência lhe autoriza a ajudar a Isa a escolher, pois a conhece. Um aumento de sua potência de agir: ela sabia ser a adoção algo positivo para a pequena Isa, e ao mesmo tempo, uma diminuição dessa potência. Uma possível separação lhe causou medo, paralização...

Tereza diz que a vontade era de beijar muito a criança, que parece que “não caiu a ficha”. Ela diz que quando perguntou quem havia dado a boneca Isa respondeu “mamãe”. Ela soube que o casal incentivou-a a chamá-los de papai e mamãe.

Pergunto sobre o restante da família ela diz que Juliana dizia “não era para você ir Isa.... Não era para você ir...”

Ela diz que todos sabiam que setembro seria um mês em que possivelmente ela iria embora, mas de setembro podia ir para dezembro... e conforme o tempo passava ela esperava que Isadora fosse ficar mais.

Ela relembra a ligação recebida e diz que quando atendeu e viu que era do Lar deu “um frio na barriga” (afetos pondo em movimento). A pessoa da ligação diz que era uma notícia boa, e ela já ansiosa pergunta de qual dos três (crianças acolhidas), (ri) e quando ouve que era sobre a Isa, me diz que “aí já deu aquele...” Tereza não consegue nomear... relembra a sensação da casa vazia, e diz que pelo que foi informada aquele primeiro encontro de Isa com a nova família foi ótimo: “se continuar ótimo desse jeito, não vai dar uma semana, e ela vai estar com eles Lisa...” Ao contar ela enfatiza o “ótimo desse jeito”. Parece uma ambivalência que ela não consegue esconder.

Ela diz que conhecerá o casal adotante na próxima semana. Até então é sua imaginação, possível pelas informações que ela vai coletando que compõem sua opinião sobre o casal.

Ela volta a falar do bebê, que fez exame do pezinho, mas que tem que voltar a levá-lo em mais consultas[...]. Ela fala de suas muitas tarefas com as crianças. Diz que o problema de Isa não está estabilizando, que ela não consegue “tomar” sol suficiente quando passa o remédio, Tereza explica que só conseguiu aplicar a medicação duas vezes, que Isa precisa de alguém que possa cuidar dela, desse problema de saúde, da parte emocional.

Tereza complementa dizendo que o casal não tem filhos na cidade estudando, então a mulher (*pretendente à adoção de Isadora*) vai ter tempo de cuidar dos problemas de saúde de Isa.

Tereza diz que perguntou para psicóloga se o casal era rico, e que lhe disseram que tinham boas condições financeiras, mas que não eram ricos. Ela então explica que quando Isadora começou a apresentar as coceiras e manchinhas pelo corpo, ela pensou que isso dificultaria sua adoção por parte de uma família com maiores condições financeiras, pois a preferência é sempre por crianças saudáveis.

Pergunto da festa de aniversário, de como ficaria, se faria só para Jessica, ela diz que não sabe, que a festa sai na véspera “é, você acha que vai demorar (*para as crianças irem*

embora), de repente...”. Ela então me lembra que pode ser que Jessi também não esteja mais com eles em setembro. Tereza suspira como quem tem que esvaziar o pulmão de ar.

Ela compara com o bebê que acolheram anteriormente e diz que ele levou um mês para se adaptar a outra família “mas bebê é diferente né...” “...lá no Lar parece ser tudo tão fácil, vai para lá e volta pra casa depois, eu não sei se ela (Isa) tá sabendo que vai ficar... lá tem parquinho né, ela vai lá e fica brincando”. Ela disse que o casal ficou duas horas com a criança, e que na próxima visita vão levar a irmãzinha (filha do casal) para Isa conhecer.

Tereza diz que não sabe como vai ser agora, quanto tempo vai levar até Isa ir embora, pergunto o que a equipe lhe diz, e ela responde que “vão ver como Isa se sai”, mas ela explica que acha que em duas semanas pode ser que ela já fique com a nova família “eu só não quero que seja de uma hora para outra né Elisa...” “mas a gente não sabe, lá no Lar pelo menos eu acho que eles (*casal*) tão sendo analisados, não sei se eles (*equipe técnica*) analisam”. Ela diz que quando as visitas eram em sua casa, ela avaliava, mas sua opinião não era levada em consideração, então se em algum caso ela dissesse que a família não estava preparada para ficar com a criança, isso não faria diferença na decisão.

Penso comigo: Tereza gostaria mesmo de ter o poder de decisão? e se tivesse, o que ela faria? Cogito compartilhar a questão, mas ela continua: “mas aqui (*sua casa*) eles (*casal*) não iam conseguir curtir a Isa”, e explica que é por ter as outras crianças, Jessi e o Bebê, que também acabam chamando a atenção. Então Isa teria a atenção deles (*casal*) dividida.

Já estávamos a mais de 30 minutos de ligação, pergunto a ela o que mais ela quer me dizer, quer contar, então ela diz novamente “demora pra ficha cair”. Ela diz que já vai tomar seus remédios que ficam no armário, pergunto como assim, e ela explica que há remédios no armário “para quando eles vão embora”. Mas logo ela retoma que tem as outras crianças, “não vai embora tudo junto”, e relembra a casa vazia.

Ela diz que tem tanta criança que chega para o Lar, que sai uma criança eles mandam outra “a cama nem esfriou, a gente põe outra no lugar”, e comenta novamente que soube de duas vezes à noite que a polícia foi levar criança para o Lar.

Tereza diz que ela é diferente, que não chora “dos outros eu não chorei, eu fico meio perdidona, vou fazer as coisas, passar roupa, e fico meio perdida, me dá dor de cabeça...mas eu sei que na hora que eu entrar no carro e pôr música vai me dar vontade de chorar...” ela conta que no carro Isa veio com Roberto cantando uma musiquinha, e que ela se emocionou. Ela então canta um trecho da música. Comenta que no hospital, quando receberam a notícia, seu marido chorou.

Lembro dele e peço para falar com ele também. [...]

Roberto diz que “não caiu muito a ficha ... a gente baqueia, mas nossa preocupação é com o futuro dela, alivia saber que ela vai ser adotada”.

Ele lembra do primeiro bebê que acolheram, que esse ficou 9 meses e foi mais difícil, e que até hoje quando pegam as roupinhas que ele usava, lembram dele.

Ele diz que Isa aprendeu a engatinhar, a falar ali, com eles. Ela está a 1 ano e 3 meses com eles, Roberto tem as contas bem atualizadas.

Ele diz que ficarão uma semana de luto porque tem as outras duas crianças. Diz que, no fundo do coração, se sentiu traído quando Isa chegou toda alegre da visita, “com a boneca da mamãe nova”, porque essa era a última esperança de ela ficar mais um pouquinho (levar mais tempo à se adaptar com a nova família).

Ele compara com antes, diz que nas visitas, o casal ia e ficava na casa deles umas 2 horas, trocavam fralda, alimentavam os bebês, mas que agora a visita é realizada no Lar, ele diz que falaram que já faz tempo que é assim, mas que como as duas últimas crianças que a família acolheu retornaram para suas famílias de origem, e eles nunca tiveram contato com as famílias de origem, então não sabiam dessa mudança, que agora as visitas para adoção também eram no Lar.

Ele disse também que iriam conhecer o casal, perguntei o que ele esperava, como achava que seria, e ele disse que nesses casos há dois tipos de família, uma aberta para contatos futuros entre a família acolhedora e a criança adotada, e outra que diz “agora acabou, vocês nunca mais vão ver”.

Roberto conta também, com certa indignação, que o casal vai mudar o nome da criança, e que assim sugeriram que seria melhor não a chamar mais de Isa, mas que talvez coloquem um nome que tenha o mesmo começo do seu atual. “A gente não consegue mudar de um dia pro outro” [falando da dificuldade com essa questão da mudança dos nomes].

Por fim, Roberto diz que acha que esse casal “é um casal experiente igual a gente [ele e Tereza], com filhos já...”

Encerro a ligação, dizendo que entrarei em contato novamente na próxima semana para conversarmos um pouco sobre como foi esse encontro com o casal adotante de Isa.

Digo-lhe que se quiserem ligar, que fiquem a vontade, que Tereza tem meu número (de quando liguei para avisá-los da minha chegada na primeira visita), e que eu estava ali com eles(as), para ouvi-los e acompanhar aquele processo. Digo-lhe que pode ligar mesmo, “nem que seja para dizer...sei lá.....nem que seja para xingar mesmo...”.

Sinto que talvez Roberto tivesse mais coisas à dizer, mas não o incentivei nesse sentido, quando percebi que ele tinha a voz diferente, mais ao final da ligação. Achei que esse seria um sinal de “é melhor parar por aqui”. Preocupou-me o fato de tudo aquilo dar-se por meio de um telefonema, pois quando liguei não imaginei que me depararia com tamanha mudança na situação do acolhimento daquela família. Eu também estava surpresa.

ele (*cartógrafo*) sabe que é sempre em nome da vida, e de sua defesa, que se inventam estratégias, por mais estapafúrdias. Ele nunca esquece que há um limite do quanto se aguenta, a cada momento [...] um limite de tolerância para a desorientação e a reorientação dos afetos [...] se trata aqui de avaliar o quanto se aguenta, em cada situação, o desencantamento das máscaras que estão nos constituindo, sua perda de sentido, nossa desilusão. O quanto se aguenta o desencantamento, de modo a liberar os afetos recém-surgidos para investirem outras matérias de expressão e, com isso, permitir que se criem novas máscaras, novos sentidos. Ou, ao contrário, o quanto, por não se aguentar, esse processo está sendo impedido (ROLNIK, 1987, p. 55).

Fiquei em dúvida de como manejar as coisas por telefone, pelo fato de ele estar em sua casa, com demais pessoas ali também, ou seja, me preocupei com sua exposição, lembrei de como a emoção geralmente não respeita nossas sensatas decisões de não fazer isso ou aquilo...

Mas acho que, de fato, o que mais me imobilizou foi a sensação de que eu talvez não pudesse dar conta de suportar a angustia de Roberto, fiquei com receio de não conseguir contribuir, da forma como eu gostaria com ele, para encontrar/buscar/criar sentidos para aquela situação.

Será que o que eu havia feito teria sido suficiente? Ouvi-los bastaria? O que pode um(a) cartógrafo(a) diante da vida, diante dos afetos que a movimentam? Lembro-me de Rolnik em sua cartografia sentimental e de quando, ao retomar os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, ela explica como esse processo opera.

Termino a ligação um pouco angustiada, preocupada pela dificuldade que a família tem tido em se perceber enquanto uma família de passagem, e por seu apego muito grande à algumas das crianças. Fico pensando em como será para eles(as) quando Isa for embora...e como será para mim também, voltar lá e já não encontrá-la.

Para mim, parece que a família está no meio de um processo de desterritorialização:

Isso implica, necessariamente, novas atrações e repulsas; afetos que não conseguem passar em nossa forma de expressão atual, aquela do território em que até então nos reconhecíamos. Afetos que escapam traçando *linhas de fuga* – o que nada tem a ver com fugir do mundo. Ao contrário, é o mundo que foge de si mesmo por essa linha, ele se desmancha e vai traçando um devir – devir do campo social: processo que se desencadeiam; *variações infinitesimais*;

rupturas que se operam imperceptivelmente; mutações irremediáveis (ROLNIK, 1987, p.47-48).

É nesse sentido que “demorar pra ficha cair” se refere a um processo, que já se desencadeou.

Quanto às minhas preocupações enquanto cartógrafa nesse território intensivo, é preciso querer

[...] apreender o movimento que surge da tensão fecunda entre fluxo e representação: fluxo de intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientando suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, representações estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido. É que o cartógrafo sabe que não há intensidade que não se efetue através de matéria de expressão que lhe dê sentido e valor e, por sua vez, não há matéria de expressão que não seja operadora de intensidade. Ele sabe que não tem jeito: esse desafio permanente é o próprio motor de criação de sentido. Desafio necessário – e, de qualquer modo, insuperável – da coexistência vigilante entre macro e micropolítica, complementares e indissociáveis na produção de realidade psicossocial. Ele sabe que inúmeras são as estratégias dessa coexistência – pacífica só em momentos breves e fugazes de criação de sentido –, assim como inúmeros são os mundos que cada um engendra. É basicamente isso o que lhe interessa (ROLNIK, 1987, p. 51).

A criação de sentidos é necessária diante das desterritorializações, são matérias de expressão buscando atualizações como em um fervilhar que tudo move até tornar-se morna calmaria em forma de nova máscara, quando “uma serie de agenciamento de matérias de expressão formam, diante de você, uma espécie de cristalização existencial, uma configuração mais ou menos estável, repertório de jeitos, gestos, procedimentos, figuras que se repetem, como num ritual (ROLNIK, 1987, p. 18).

Os processos de reterritorialização se dão por meio do movimento das linhas da vida, que inclusive também atravessam os dispositivos. Linha melódica que oscila nesse movimento em que estamos territorializadas(os), depois desterritorializamos, para em seguida, reterritorializar, e assim sucessivamente.

Rolnik (1987) contribui para compreendermos essa composição melódica de linhas. Ela destaca como primeira linha, a linha dos afetos que

é [...] invisível e inconsciente. Ela faz um traçado contínuo e ilimitado, que emerge da atração e repulsa dos corpos, em seu poder de afetar e serem afetados. Mais do que linha, ela é um fluxo que nasce “entre” os corpos: ora veloz, apressada, elétrica, ora lenta e lânguida (sua longitude); ora exuberante, viçosa, ora cansada, esmaecida; desenvolta, enérgica ou tímida, vacilante; ferosa, incandescente ou apagada, fria; ora revolta, trepidante turbulenta,

convulsiva, acidentada ou então estável, compassada, homogênea, lisa, mansa e até monótona... (sua latitude). Ela é incontrolável. Estancá-la, só fingindo. [...] É que enquanto se está vivo não se para de fazer encontros com outros corpos, e não só humanos. E isso implica, necessariamente, novas atrações e repulsas; afetos que não conseguem passar em nossa forma de expressão atual, aquela do território em que até então nos reconhecíamos. Afetos que escapam, traçando linhas de fuga (d/g), o que nada tem a ver com fugir do mundo. Ao contrário, é o mundo que foge de si mesmo por essa linha, ele se desmancha e vai traçando um devir- devir campo social: processos que se desencadeiam; rupturas que se operam imperceptivelmente; mutações irremediáveis. De repente é como se nada tivesse mudado e, no entanto, mudou tudo. (d-f). O plano que essa linha cria em seu movimento é feito de um estado de fuga. (d/g) (p.35-6).

Há ainda outras duas linhas que nos ajudam a compreender o momento sensível do processo ao qual a família Miranda está vivenciando.

A segunda linha é a da simulação, é como uma passagem, um “entre”, um espaço de negociação. Ela opera por um vaivém, um duplo traçado inconsciente e ilimitado. O primeiro vai da invisível e inconsciente produção de afetos, para a visível e consciente composição de territórios. Esse é o percurso de movimento de territorialização. O segundo traçado, inverso, vem do visível, consciente, dos territórios, para o invisível, inconsciente dos afetos. Percurso de movimento de desterritorialização.

Essa segunda linha, portanto, é double-face: uma face na intensidade (invisível, inconsciente e ilimitada) e outra, na expressão (visível, consciente e finita) É ela quem opera a negociação entre o plano constituído pela primeira linha (a dos afetos que nascem entre os corpos, em sua atração e repulsa) e o plano traçado pela terceira linha (a dos territórios) (ROLNIK, 1987, p.37).

Essa negociação procede por meio de um duplo trabalho: transdução e transmutação, que são indissociáveis e concomitantes.

O primeiro trabalho, invisível e ilimitado (transdução), é a “mutação de estado: operação em que a linha passa do estado de fuga das partículas para o estado duro dos territórios e vice-versa” (ROLNIK, 1987, p.37). O segundo trabalho (de transmutação), também invisível e ilimitado, é a mutação de espécie: quando novas máscaras surgem, “momento em que a intensidade investe o meio para se efetuar, forja-se matéria de expressão” (ROLNIK, 1987, p.37). A transmutação diz, portanto da emergência de novas paisagens, novos mundos encantados, agora mais “adequados aos ares do tempo; e inversamente, trabalho de partículas escapando das máscaras já desencantadas, dos cenários que perderam sentido, trabalho de decomposição de velhos mundos” (ROLNIK, 1987, p.37).

Essa segunda linha, então, é relativamente maleável. Ela vai traçando processos de *segmentação flexível* (d/g): lascas que se desprendem das máscaras vigentes, causando nelas pequenas fissuras, microrrachaduras pessoais ou coletivas. Lascas passíveis de, ao mesmo tempo, se comporem com outras, investidas e agenciadas por partículas soltas de afeto, gerando novas máscaras. Mutações secretas. O plano que essa segunda linha cria em seu traçado é feito de um *estado instável* (ROLNIK, 1987, p.37, destaque da autora).

Nessas mutações de estados e espécies, Rolnik (1987) continua, e nos lembra que “não há mudança de estado (mudança intensiva) que não seja, ao mesmo tempo, mudança de forma de apresentação da intensidade (mudança expressiva), e vice-versa” (p.37).

O aspecto de double-face dessa segunda linha faz com que ela contenha uma espécie de ambiguidade entre encantamento e desencantamento:

Ela está sempre prestes a oscilar na direção do fluxo puro e desencantar a matéria, provocando desabamento de território [...]. E isto, em termos subjetivos, traduz-se como sensação de irreconhecível, de estranhamento, de perda de sentido – em suma de crise. Mas ela está sempre prestes, também, a oscilar na direção do encantamento, da imediatez do movimento de simulação. É quando um território “pega”, ganhando credibilidade, o que em termos subjetivos se traduz como sensação de reconhecimento, de familiaridade. E dá alívio (ROLNIK, 1987, p. 37).

A ambiguidade inerente à essa linha é insuperável e guarda consigo uma angústia com três facetas, uma ontológica: é o medo de a vida não perseverar na existência, do *conatus* se exaurir e o ser desagregar, é medo de morrer; uma faceta existencial se refere ao pavor de que a maneira de exteriorizar as intensidades perca credibilidade, e assim certos mundos percam sua legitimidade, desabem, é o medo de fracassar; e uma faceta psicológica, que é medo de desagregação da forma tal como vivida pelo ego: é medo de enlouquecer (ROLNIK, 1987).

Há ainda uma terceira linha, que é finita, visível e consciente: a linha da organização dos territórios, é onde os pés conseguem se firmar. “Ela cria roteiros de circulação no mundo: diretrizes de operacionalização para a consciência pilotar os afetos” (p.3). Sua limitação e finitude se dão porque os contornos de cada segmento são limitados e a permanência dos territórios bem como a funcionalidade de suas cartografias, são finitas.

Estado mais ou menos estável de um plano concluído por uma linha endurecida que, em seu traçado, vai formando constelações funcionais (g) de máscaras, de territórios bem discriminados, toda uma segmentação dura. (d/g) Essa linha evolui por grandes cortes perfeitamente designáveis (d/g). Por isso, nela, as rupturas são negociáveis. Os sujeitos (com sua classe, seu sexo, sua idade, sua profissão, sua raça, sua identidade...), assim como os objetos, são recortados no plano de organização (d/g) desenhado por esta linha:

sequência de uma biografia, constituição de uma memória (ROLNIK, 1987, p. 3).

O fim dessa linha se dá por conta dos afetos, que sempre lhes escaparão.

Portanto, nessa variação melódica, podemos estar em uma linha, territorializadas(os) e, repentinamente a perdermos, e sem notar, estarmos em outra, já inteiramente desterritorializadas(os). É o que sucede à família Miranda no momento em que as circunstâncias que lhes sobrevém transformam os afetos, chacoalham a primeira linha e os põem em um movimento que exige a criação de novos sentidos: transmutação e transdução que angustiam diante da emergência do novo. Engendramento em que “não há simulação (*segundo movimento*) que não implique, simultaneamente, por um lado, atração ou repulsa de corpos, gerando afetos (*primeiro movimento*) e, por outro, formação de territórios (*terceiro movimento*) (ROLNIK, 1987, p. 39, acréscimos meus).

Esse novo território que se lhes apresenta é da ordem do desconhecido. Enquanto família de passagem, massificadas(os) por um modelo de família, que discursivamente durante séculos balizou práticas e afetos afirmando a pertença, a posse e o sobrenome, quando o amor por uma das crianças surge, como dar sentido à isso sem seguir o hegemônico modelo de família? Como ser/afetar-se enquanto família de passagem? e ainda: como fazê-lo sem medo? Ou seja, como vivenciar a transitoriedade do colhimento sem que ela se torne um elemento trágico no acolhimento familiar, sem que se produzam ressentimentos? (FORTES, 2014).

Como subjetivar-se enquanto família acolhedora vinculando-se, mantendo a convivência, o carinho e constância no cuidado, e abrir mão do afeto de posse, da guarda permanente e do compartilhamento de sobrenomes que assegurariam juridicamente uma parentalidade e filiação?

São diversas as questões que surgem diante das fissuras do dispositivo de institucionalização. Incluir a sociedade na efetivação de políticas voltadas à infância e adolescência é uma proposta que abrange diversas(os) novas(os) atores. É como se adentrassem em um solo já endurecido novas práticas e saberes que passam a revolver tal solo e a compor um território ainda em expansão e transformação.

A equipe técnica aparece como o componente do dispositivo que servirá à esse controle, cabe à ela averiguar, apoiar, corrigir. Ela é detentora do saber e de parcela do poder que irá distinguir os acertos dos erros, quais afetos cabem e quais não, dentro da prática do acolhimento familiar.

4.5 Afetos de transitoriedade

Enquanto famílias de passagem, as famílias acolhedoras lidam com os afetos oriundos desses encontros que contêm uma esfera de transitoriedade.



Figura 47. Em berço provisório, mas envolto em carinho, 24 de Setembro de 2015. Fonte: print screen do Facebook

Essa frase resume um aspecto muito presente para as famílias acolhedoras: a transitoriedade desses acolhimentos. O afeto de inquietude dessas crianças deve ser suprimido para que novos afetos sejam possíveis, assegurando-lhes seu direito à uma família: o aconchego que “merecem”.

Quanto à transitoriedade, Fortes (2014) retomando Nietzsche, apresenta aspectos desta e da passagem do tempo. Nesse contexto ela aponta como em Nietzsche a irreversibilidade do tempo é concebida como uma das marcas do trágico em que “o caráter irruptivo do instante e a passagem do tempo são a própria marca do trágico. Não há como “querer para trás”, e nisso reside a tragicidade da nossa existência. A angústia advém da impossibilidade de se querer o que já passou” (FORTES, 2014, p. 18).

A discussão é sobre o tempo, em que a transitoriedade liga-se ao esquecimento e surge a importância, na vida, da valoração do instante. No contexto do acolhimento familiar a transitoriedade se dá também devido à passagem do tempo, mas principalmente pela estrutura e objetivo do próprio programa que guarda em suas diretrizes a transitoriedade da convivência.

Freud (1996), em uma escrita que se originou a partir de um encontro com dois amigos, defende que a transitoriedade do que é belo não implica em perda ou diminuição do seu valor:

“Tampouco posso compreender melhor porque a beleza e a perfeição de uma obra de arte ou de uma realização intelectual deveriam perder seu valor devido à sua limitação temporal” (FREUD, 1996, s/p.). Freud conclui que uma revolta contra o luto é o que provocava em seus amigos, mesmo diante da beleza, uma antecipação da morte, da finitude desta. Ele explica que

Possuímos, segundo parece, certa dose de capacidade para o amor – que denominamos de libido – que nas etapas iniciais do desenvolvimento é dirigido no sentido de nosso próprio ego. Depois, embora ainda numa época muito inicial, essa libido é desviada do ego para objetos, que são assim, num certo sentido, levados para nosso ego. Se os objetos forem destruídos ou se ficarem perdidos para nós, nossa capacidade para o amor (nossa libido) será mais uma vez liberada e poderá então ou substituí-los por outros objetos ou retornar temporariamente ao ego (FREUD, 1996, s/p.).

Nesse processo de substituição de objetos se efetiva o luto, aquele à que Roberto também se refere em uma de nossas conversas por telefone (Diário de campo Roxo, 2015, p.19).

Creio que aqueles que [...] parecem prontos a aceitar uma renúncia permanente porque o que era precioso revelou não ser duradouro, encontram-se simplesmente num estado de luto pelo que se perdeu. O luto, como sabemos, por mais doloroso que possa ser, chega a um fim espontâneo. **Quando renunciou a tudo que foi perdido, então consumiu-se a si próprio, e nossa libido fica mais uma vez livre** (enquanto ainda formos jovens e ativos) para substituir os objetos perdidos por novos igualmente, ou ainda mais, preciosos (FREUD, 1996, s/p. destaque meu).

Segue-se um registro em que podemos perceber não apenas os afetos da família acolhedora frente à transitoriedade do acolhimento, como também de uma das crianças acolhidas em seu processo de desligamento do acolhimento, e ida para a família adotante:

Quando a outra família (*pretendente à adoção*) vai embora (*da casa da família acolhedora*), acontece algo muito forte, um momento que a família acolhedora não esperava. Eles(as) querem tocá-la (*Isa*), abraçá-la, mas ela resiste, está visivelmente irritada, os afasta e parece aceitar, a princípio, apenas a aproximação de Jessi.

O momento é intenso, vou para a cozinha, ninguém sabe como agir, falam, e ouço alguém chamá-la de falsa, ouço novamente, agora de outra pessoa. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 201).

É possível acompanharmos a família acolhedora diante dos afetos pela chegada da criança depois de um final de semana de aproximação desta com a família adotante. A indignação diante de uma certa indiferença produz raiva e descontrole onde as palavras adquirem forma de violência. O relato segue:

As crianças começam uma brincadeira. Pegam as bonecas dadas pelo casal adotante e batem nelas. Isa faz som de mostro, corre de um lado para o outro, e vai para o quarto, lá elas cobrem as bonecas dizendo que estão de castigo, pergunto o porquê, e explicam-me que “elas fizeram coisa errada”, depois dizem que fizeram “xixi na calça”. Isa volta correndo, diz que não pode fazer aquilo com o bebê, repete que não pode, corre de novo, e quando volta bate nos bebês, desliga a luz do quarto, e diz que os bebês vão ficar ali para o “bicho papão”.

A brincadeira é intensa, e para mim, coberta de sentidos. Elas estão comunicando algo. Pergunto se os bebês precisam mesmo ficar de castigo, digo que agora eles estão bonzinhos, que parecem assustados, então sugiro que podemos niná-los, e dar mamá. Elas pegam os bebês, Jessi já com a blusa erguida pergunta se pode dar leite no peito. Assim damos leite para as bonecas, somos em três, e há três bebês, o meu é um tigre, enquanto os delas são as bonecas iguais. Jessi começa uma música de ninar, eu e Isa a acompanhamos. Isso dura alguns minutos e logo Isa faz barulho de monstro e retoma a brincadeira como antes.

Saímos do quarto com os bebês deixados no escuro, porque é a vontade de Isa, que vai para o quarto ao lado onde Tereza está trocando o bebê. Ela aproxima-se, Tereza quer abraçá-la mas ela não deixa, sai correndo direto para o quarto dos bebês novamente, chega na porta, faz barulho de monstro e volta. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 201).

A brincadeira é repleta de agressividade e punição. Uma resposta talvez à incompreensão daquele reencontro, à violência de ter sido chamada de falsa, palavra que talvez, por seu pouco mais de um ano de idade, não entenda, mas que pela atmosfera afetiva que se criou com sua chegada, afetou-a e a fez buscar uma produção de sentidos.

Os afetos do luto relacionam-se à sensação de perda, enquanto o acolhimento familiar exige que essa “perda” seja sentida ou compreendida pela família que acolhe como ganho para a criança, para seu bem-estar, que é a razão principal pela qual todo esse aparato é organizado. O dispositivo propõe então uma “contenção”, ou organização dos afetos, o que parece configurar-se como o elemento trágico do acolhimento familiar.

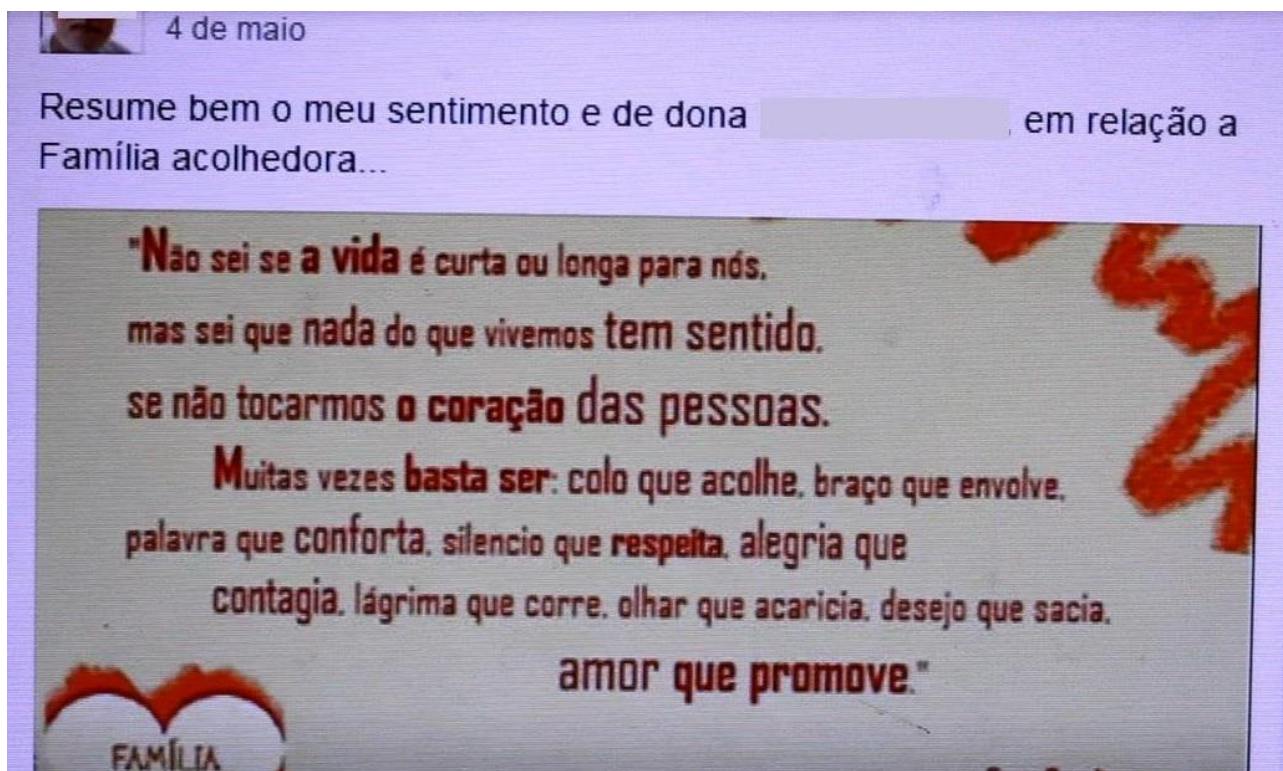


Figura 48. Quando basta ser, 2015. Fonte: print screen do Facebook

Diante da própria transitoriedade da vida, Oscar compartilha uma mensagem que remete à esfera de um corpo-afeto: colo que acolhe, braço que envolve, lágrima que corre, olhar que acaricia...É a construção de um discurso sobre o acolhimento familiar que privilegia a dimensão afetiva mediante o encontro dos corpos. Encontros que evidenciam o corpo relacional, enquanto multiplicidade de encontros com outros corpos, com as ideias, com as leis, com as imagens e com os signos (NASCIMENTO, 2012).

4.5.1 Incertezas

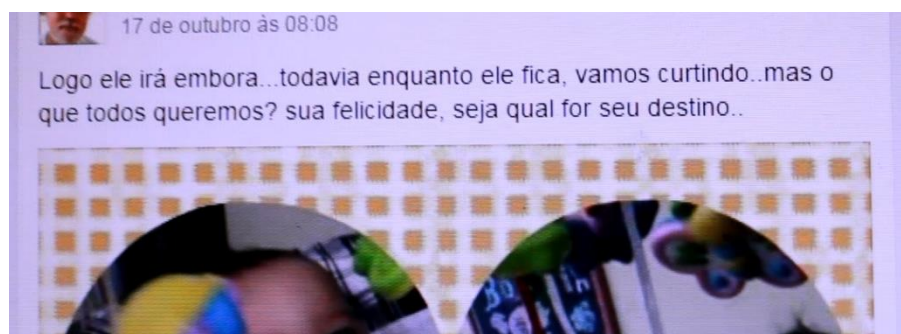


Figura 49. Enquanto ele fica, 2015. Fonte: print screen do Facebook

Esses afetos de transitoriedade oriundos do acolhimento ainda incluem o lidar com o desconhecido quanto ao futuro de cada criança acolhida. Quando cada um(a) chega, sabe-se um pouco sobre de onde veio mas, para onde vai, é uma resposta que se constrói apenas com o tempo. Dependendo dos acontecimentos, a criança pode retornar à família de origem, ou ser encaminhada para adoção, ou ainda para outra medida de acolhimento. São questões que geralmente dependem de diversos outros fatores.

O tempo de duração dos acolhimentos geralmente também é algo incerto à princípio, para as famílias que acolhem, assim, o “logo ele irá embora” pode variar de poucas semanas à até dois anos. Dessa maneira, à cada atualização da história da criança durante as visitas à família de origem ou à adotante, a família acolhedora acompanha e espera, busca informação com a equipe sobre os processos, na tentativa de ir colhendo elementos que lhes deem um parâmetro de quanto tempo mais pode ser que a criança permaneça.

A maior certeza, portanto, parece residir na transitoriedade. Logo, em cada acolhimento a família vê-se atravessada por afetos que se apresentam diante dessas condições de vinculação, de encontro. O que se tem é o agora: “enquanto ele fica”. É importante, porém, como sugeriu Freud (1996), continuar a ver a beleza daquilo que se sabe finito, transitório.

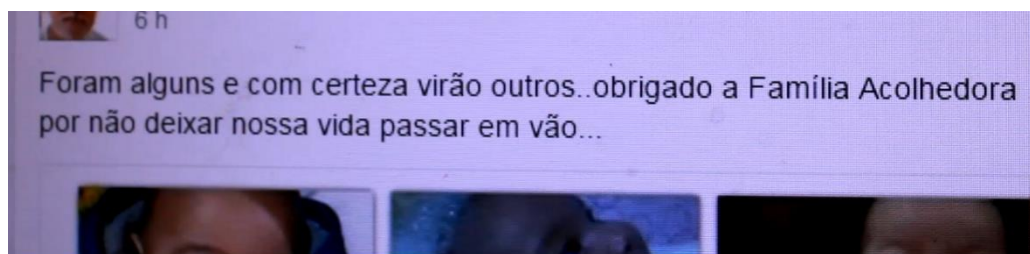


Figura 50. *(Des)continuidades*, 2015. Fonte: print screen do Facebook

Com o movimento de chegada e partida das crianças, as(os) acolhedoras(es) parecem nutrir a sensação de que a vida não passa (em vão), é como se a constância dos acolhimentos “driblasse” de algum modo a finitude destes. A sensação de que há outros(as) a serem cuidados(as) parece amenizar o fato de que um(a) já não necessita mais desse cuidado.

Tereza demonstra afetos parecidos

Ela diz que tem tanta criança que chega para o Lar, que sai uma criança e já mandam outra, “a cama nem esfriou, a gente põe outra no lugar”, e comenta novamente que soube que duas vezes à noite a polícia foi levar crianças para o Lar. Ela parece concluir que por falta de criança sua casa não vai ficar vazia (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 194).

A família acolhedora tem a possibilidade de manutenção do contato com a criança mesmo diante do término do acolhimento, caso a família que permaneça com ela (de origem ou adotante) permita. Porém, de modo geral, é algo que parece depender menos da família acolhedora.

[...] como a mulher (*mãe adotante*) disse que não queria que eles (*família acolhedora*) comentassem com ninguém seus nomes, nem cidade, “deu uma quebra né Elisa”, então ela disse para Roberto: “Adeus, tchau... Desses aí não vamos ser amigos...esquece. A primeira impressão é a que fica... mas...bola para frente” (Telefonema, Diário de campo Roxo, 2015, p. 198).

Tereza sente que o fim desse acolhimento está próximo, ela passa-me essa sensação...ela explica que a psicóloga estava junto e que disse que “correu tudo muito bem”, o que ela também já considera um sinal, ela me diz “ah Elisa, a neném já foi...” diz que se continuar “BOMM assim” (a adaptação de Isadora com o casal), no próximo final de semana Isadora já não estaria mais com eles(as).

Ela diz que acha que a família adotante não diria “ah, não dei conta” e trariam de volta, e que ela disse isso para “as meninas” (equipe), que ela achava que estava sendo muito precipitado “já esperou um ano e três meses para resolver o caso dela, agora quer resolver tudo em uma semana?” (Telefonema, Diário de campo Roxo, 2015, p.196-197).

Porém essas incertezas do acolhimento familiar nem sempre recaem em um “não” como resposta à continuidade do vínculo com as(os) acolhidas (os), e muitas surpresas se criam.

4.6 Vinculação no acolhimento familiar: possibilidades e conflitos

Se das famílias de origem espera-se que se vinculem de maneira tal que toda e qualquer barreira seja superada, seja ela financeira, emocional, física, social ou da ordem desejante no enfrentamento às dificuldades que impeçam o cuidado, proteção e manutenção das crianças, da família acolhedora espera-se também que se vincule, mas que em determinado momento seja capaz de “barrar” tais afetos, de fazer um desinvestimento na criança enquanto objeto.

Porém, durante o processo de acolhimento destaca-se a importância de que a família acolhedora possa

vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, **evitando, porém, “se apossar” da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta.** O serviço de acolhimento, não deve ter a pretensão de ocupar o lugar da família da criança ou adolescente, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso (BRASÍLIA, 2009, p.47, destaque meu).

Um pouco da variação dos afetos diante da vinculação proposta pelo acolhimento familiar pode ser acompanhada com o seguinte registro, em que percebemos o afeto de insegurança da acolhedora:

Fico feliz ao perceber que Tereza, nesse trajeto, consegue dar outro sentido à situação (*de boa adaptação da criança acolhida à família adotante*), passando de um momento de raiva, de frustração, e de visível despotência em que chega a sugerir que as crianças não se apegam à sua família, à outro em que, ao contrário, ela percebe uma característica de sua família (*são uma família grande, expansiva*) e a qualifica como positiva em contribuição à essas crianças. Mas parece que concluir isso ainda não a deixa mais tranquila, ela para o carro, desce, compra algumas coisas, volta e se irrita com Jessica (Diário de Campo Roxo, 2015, p.200; *acréscimos meus*).

Como vimos, há uma vinculação “adequada” que cabe à família de acolhimento, que não inclui competições nem desvalorização das demais famílias, porém, na prática os afetos produzidos são diversos e ambivalentes, uma vez que

Essa seleção (*dos afetos*) é muito dura, muito difícil. É que as alegrias e as tristezas, os aumentos e as diminuições, os esclarecimentos e os assombreamentos costumam ser ambíguos, parciais, cambiantes, misturados uns aos outros. (NASCIMENTO, 2012, p. 80; *acréscimo meu*).

Trata-se da importância do acionamento da terceira linha destacada por Rolnik (1987), linha que finita, visível e consciente, ao organizar os territórios “cria roteiros de circulação no mundo: diretrizes de operacionalização para a consciência pilotar os afetos” (p. 3), promovendo assim um “estado mais ou menos estável de um plano concluído por uma linha endurecida que, em seu traçado, vai formando constelações funcionais (g) de mascaras, de territórios bem discriminados” (ROLNIK, 1987, p.3).

É, portanto, uma busca da reterritorialização à cada vez que os afetos desterritorializam.

As possibilidades de vinculação no acolhimento familiar assim como os encontros que dele decorrem, são diversos, e em alguns casos criam-se novas relações onde o afastamento da criança da família que a acolheu, não se mantem como regra.

Eles (*Oscar e Célia*) contam que uma das bebês que conheci e que foi adotada, vai fazer aniversário, e que elas(es) foram chamadas(os) para participarem. Assim, animadas(os) mostram-me o convite. Lembram também de Igo, que sua mãe permitiu o encontro da família acolhedora com ele, meses depois de ele ter retornado à família de origem. Vi inclusive uma foto desse encontro no *Facebook* de Oscar. [...]

Célia e Oscar contam com muita alegria desse dia, dizem que ficaram contentes com a atitude da mãe, que é uma pessoa “simples” e que apesar da insegurança, permitiu o reencontro. Oscar explica que ela teve que se

adaptar às exigências da equipe para ficar novamente com o filho, e que estava ainda sob observação da equipe técnica. (Diário de campo Amarelo, 2015, p.248-249, destaque meu).

Há portanto momentos inventivos no ser família que se apresentam como práticas que bifurcam diante das sedimentações abrindo espaço para o novo, para diferentes vivências e afetos, novas funções e termos, em uma experiência que não passa pelo parentesco, apesar de envolver relações de cuidado, proteção e convivência.

4.7 Rivalidade e ambivalência

No contexto do acolhimento familiar, os sujeitos subjetivam-se dentro do dispositivo e a partir das vivências possíveis nos encontros dos corpos diante da mediação do Estado. Dessa maneira, afetos surgem conferindo movimento às diversas dimensões do dispositivo que com suas linhas de atualização promove, por meio da prática do acolhimento familiar, um encontro entre diferentes famílias em torno da história das crianças.

Necessariamente o acolhimento familiar envolve a participação de pelo menos duas famílias, chegando à três quando a criança/adolescente é encaminhada(o) para adoção. O “contato” entre essas famílias, às vezes é expresso por meio de informações que uma família tem da outra, ou por breves momentos em que tais famílias encontram-se.

O contato de Célia, por exemplo, com uma das famílias adotantes provocou afetos conflituosos quando ela não concordou com a forma como a mãe adotante da criança agiu durante o processo de adoção. Ela, também na condição de mãe por adoção, desaprovou-a por sentir que ela estava “selecionando” ou “inspecionando” a criança.

Ela disse que rezou para “o bebê chorar a noite toda na casa da nova família. [...] “ah, ele era um bebê bonzinho, não deve ter dado muito trabalho mesmo, mas com certeza ele sentiu...”

Percebo a comparação, o afeto ainda confuso de perceber-se como passagem na vida de um ser, e ter que compreender o fim do ato de cuidar e de proteger. Ter que entregá-lo nos braços de outra mulher: a mãe, figura de que tanto se espera. (Diário de campo Amarelo, 2015 p. 234).

A comparação, rivalidade e ambivalência são afetos que por vezes acercam-se das famílias de acolhimento. Isso parece dar-se devido à dificuldade desse “novo” lugar, enquanto família de passagem que, mesmo tendo instruções e discursos já construídos sobre o adequado e o inadequado, escapa por meio dos afetos, que por vezes transitam à revelia das escolhas racionais e discursivas.

Algo muito parecido ocorreu também com Tereza (Diário de Campo Roxo).

Falo com Tereza, que me conta sobre ter conhecido o casal adotante de Isadora. Percebo, pelo seu tom de voz, que alguma coisa mudou, ela está ansiosa.

[...] foi a primeira vez que as famílias se encontraram.

No telefone Tereza diz logo que “não foi muito bom”, que a mulher ficava corrigindo, que não era para dizer “mãe” e sim “tia” quando se referisse à Tereza, bem como corrigia a família quando a chamavam pelo antigo (nem tão antigo) nome.

[...] Ela diz que acha que a família adotante não diria “ah, não dei conta” e a traria (*a criança*) de volta. [...] Tereza diz que acha que estão “forçando um pouco”, que Isadora não queria ir com o casal, e que depois de um tempo é que ela entrou no carro com eles porque eles levaram presente.

Ela então diz que se eles a forcem Isadora “vai pegar birra”, “tomara que ela chore para demorar mais, para ela ficar mais um tempo com a gente” (2015, p.197).

O choro das crianças, nas duas situações, é sentido positivamente como resistência, inadaptação, enfim, como uma dificuldade que aos olhos da família que acolhe é percebida como necessidade, saudade do cuidado anterior, ou ao menos, como a percepção da mudança nesse cuidado. O choro é portanto a afecção reconhecida por tais famílias como demonstrativo de que a criança tenha percebido o período de acolhimento.

Nomear funções e pessoas no acolhimento familiar nem sempre é tarefa simples também, como pode notar-se no caso de Tereza: o que ela seria? Um tipo de mãe, uma tia? Como nomeá-la? Nesse sentido os afetos de disputa, rivalidade, enfrentamento, afirmação de si, parecem irromper frente à urgência dessas novas nomeações.

Durante o período de tentativas em manter a relação entre a criança e sua família de origem, a equipe do programa organiza encontros semanais que ocorrem geralmente sem que haja contato entre as duas famílias (de origem e acolhedora). Porém, as famílias que acolhem acabam tendo contato com fragmentos da história das crianças acolhidas e de suas famílias de origem.

Tereza teve que lidar com isso por meio de um contato que se dava por intermédio das visitas que as crianças faziam às genitoras. Como as meninas já falavam, o uso do termo “mãe”, por exemplo, novamente gerava alguns afetos complexos, confusos para a maioria. Tereza gostava de ser chamada assim, mas ela não era a única “mãe” nessa história, uma vez que havia também uma genitora.

Tereza contou que os momentos após as visitas eram difíceis, e que Jessica, por exemplo, provocava-a dizendo que ia embora com sua mãe. “*Mas agora ela diz que só vai lá dar um beijo na mãe, mas que já volta*”. Essa “provocação” por parte da criança produzia afetos de incerteza, desconforto e indignação que com o tempo modificaram-se, assim como a atitude

de Jessica, que ao que tudo indica, passou a perceber de forma diferente essa mediação de Tereza.

Essa é uma das situações que demonstram que os afetos de ambivalência das crianças/adolescentes diante da situação de acolhimento precisam ser também acolhidos pela família acolhedora nesse processo, pois

Vale lembrar, que mesmo crianças vítimas de algum tipo de violência sofrem ao serem separados de suas famílias e da rotina diária a que estão acostumadas [...]. Assim, poder continuar recebendo visitas de alguns membros de sua família além de minimizar as fantasias e medos gerados pelo acolhimento possibilita a criança a sensação de continuidade e o não rompimento com a própria história (BRIGAGÃO; RIZZO, 2004, p. 32).

Entram aqui as habilidades e conhecimentos esperados das famílias que acolhem quanto aos “comportamentos frequentemente observados entre crianças/adolescentes separados da família de origem, que sofreram abandono, violência; [...] como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a auto-estima” (BRASÍLIA, 2009, p. 10).

Os afetos da família acolhedora passam, portanto, por essas expectativas quanto ao andamento do caso, a se haverá destituição do poder familiar ou não, e em tal contexto, deparam-se com a realidade de privação de direitos destas crianças.

São encontros, portanto, que produzem afetos diversos como de indignação, revolta ou dó diante da pobreza, da diferença e do fracasso do(a) outro(a), principalmente pela construção discursiva e afetiva em torno da infância, das famílias e das crianças/adolescentes enquanto sujeitos de direitos, como anteriormente abordamos, bem como pela aproximação que ocorre entre a família acolhedora, a criança e sua história.

Por meio do contato com as duas famílias participantes da pesquisa, foi possível perceber a forte tendência à culpabilização, principalmente das genitoras, pelo encaminhamento das crianças ao acolhimento. Um exemplo é quando “Célia conta da genitora de uma das crianças acolhidas que era moradora de rua, não me lembro bem da história, mas o que me marcou foi como ela falou da tal mulher, com certo sentimento de aversão, chamando-a de vagabunda (Diário de Campo Amarelo, 2015, p. 246). Aqui, mesmo diante de uma situação extrema envolvendo um período de vivência de rua, há um forte julgamento sobre as atitudes da genitora que resvalam em afetos de comparação, rivalidade, culpabilização e indignação. Isso parece dificultar a compreensão de que “a ideia primordial é que a família que acolhe uma criança, de certa forma, também acolhe a família de origem, apoiando-a no momento de crise” (BAPTISTA, 2006, p.53).

Tais afetos parecem surgir não somente por ser esta uma vivência relativamente nova, da esfera ainda do desconhecido, mas também devido às linhas de sedimentação dura que circunscrevem discursos sobre o que é ser uma família, e principalmente, sobre o que é ser uma família “adequada”.

Práticas sociais variadas ratificam a visão de que as famílias de onde provem as crianças que necessitam de proteção especial são desestruturadas ou disfuncionais. As famílias são culpabilizadas mesmo quando a ausência ou baixa qualidade das políticas públicas de emprego, saúde, educação e habitação são em grande parte responsáveis pelas dificuldades vivenciadas por elas (ROSSETTI-FERREIRA; ALMEIDA; COSTA et al, 2012, p.396).

Motta (2005) destaca o forte preconceito existente diante das genitoras que passam pelo processo de entrega de crianças/adolescentes para a adoção, e como elas tendem a ser incompreendidas e discriminadas pela sociedade que, apoiada no mito do amor materno (BADINTER, 1985) espera que, sob quaisquer condições, elas permaneçam com as crianças geradas (ZANARDO; TEIXEIRA-FILHO; RIBEIRO, 2014).

Assim, há o atrelamento discursivo de aspectos biológicos às funções socialmente construídas, seguido da naturalização desse processo. Portanto, a partir desse discurso, a mulher seria “naturalmente” apta a ser mãe, a cuidar e amar seus/suas filhos(as), escapando à tal discurso o questionamento, por exemplo, sobre o diferente acesso aos bens de consumo, e aos direitos.

É evidente que existem diferentes formas de socialização, bem como de constituição de sujeitos, mas a matriz sócio-histórica que permeia as práticas de adoção e acolhimento familiar e institucional de crianças parece ser a de que é sempre preciso uma família bem constituída, conforme o modelo da família nuclear ocidental, tendo a mãe como eixo central (ROSSETTI-FERREIRA; ALMEIDA; COSTA et al, 2012, p, 396).

Nesse sentido, as genitoras que abrem mão de sua condição de mães, ou que são destituídas desta pelo poder judiciário são, em sua maioria, consideradas pela sociedade mulheres que abandonam, quando geralmente há, por outro lado, outra história, pouco contada, em que são elas próprias também abandonadas (MOTTA, 2005), vitimadas por uma sociedade excludente, baseada nos privilégios e dissabores demarcados pela divisão de classes sociais.

Paralelamente à rivalidade e culpabilização frente às genitoras das crianças acolhidas, em nossa cartografia foi possível constatar que os genitores pouquíssimas vezes são citados, tanto pelas equipes técnicas quanto pelas famílias acolhedoras, e quando o são aparecem como

pano de fundo em que o destaque principal está nas genitoras. Isso não surpreende se considerarmos os discursos hegemônicos sobre família, uma vez que a figura da mulher há séculos é associada aos cuidados das(os) filhas(os), um padrão que, apesar de atualizações e mudanças, ainda se mantém.

Aqui, destacamos, portanto, a interseccionalidade dos marcadores sociais de diferença de classe e gênero, que se presentificam na figura de tais genitoras que são mulheres pobres. O conceito de interseccionalidade entre marcadores sociais origina-se na teoria feminista produzida por mulheres negras em 1980. Estas denunciavam que os preconceitos de gênero enfrentados pelas mulheres eram atravessados por marcadores sociais como raça, etnia e escolaridade, por exemplo, atingindo assim, as mulheres pobres e negras de forma muito mais avassaladora do que as brancas, da classe média e com alta taxa de escolaridade.

Essa busca dos Movimentos (Feminista e Negro) por igualdades levou as mulheres negras a lutarem por suas especificidades. Diante da totalidade da opressão que recaía sobre elas, sua visibilidade tornou-se possível por meio da criação e aplicação do conceito de interseccionalidade, que ao apontar e considerar a relação entre diferentes marcadores sociais de diferença, enquanto instrumento teórico-metodológico, permitiu a construção de análises mais apuradas levando em consideração diversos aspectos contextuais.

Pensar nessas genitoras enquanto mulheres pobres lembra-nos que “as categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias (...)” (PISCITELLI, 2008, p.268). Assim, ao acompanhar esses marcadores percebemos que há políticas de agência diversificadas, envolvendo coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis e também revolta (PISCITELLI, 2008).

No contexto do acolhimento familiar, o fato dos genitores serem menos responsabilizados em comparação às genitoras quanto a privação dos direitos das crianças que precisam ser acolhidas, é um demonstrativo de como operam, na prática, na vida dos seres, tais interseccionalidades, marcando os corpos e disparando afetos em uma prática dentro do dispositivo de institucionalização.

Como propõe Bálamo (2005), da ideia de infância

decorre a ideia de controle e vigilância daqueles setores da sociedade suspeitos de não prover estes cuidados a seus filhos. Assim, essas instâncias não são associadas ao conjunto da sociedade mas aos setores pobres da população. Elas podem ser vistas também como uma série de mecanismos que tendem a enquadrar dentro de um certo modelo de família (o modelo conjugal moderno) [...]. Ao trabalhar com programas de assistência familiar, devemos nos questionar sobre a suposta “naturalidade” deste modelo. Será que sempre as

peças se organizaram dessa forma? Será que sempre existiram políticas tendentes a enquadrar nesse modelo as peças que se desviaram dele? (p.27).

Essa esfera afetiva permeada por rivalidades e ambivalências vivenciada pelas famílias acolhedoras em relação às famílias de origem das crianças sugere portanto, dentre outros aspectos, a importância de retomar e “reconhecer a freqüente fragilidade das famílias biológicas, submetidas a um processo transgeracional de privações e de repetida exclusão” (ROSSETTI-FERREIRA; ALMEIDA; COSTA et al, 2012, p. 396).

Nessa perspectiva,

onde se encontra uma cultura assistencialista, o movimento deve ser no sentido da construção do direito; onde a perspectiva é de incapacidade da família para cuidar de seus filhos, a transmutação se dá pelo oferecimento de condições básicas para o desenvolvimento de suas competências; **onde se encontram ‘classificações’ estigmatizantes, como incapaz, disfuncional, desestruturada, a mudança se faz no sentido do reconhecimento de que o modo da família se organizar e agir tem sido, muitas vezes, uma estratégia de enfrentamento dos desafios que lhe são postos.** (VALENTE, 2013 p. 285, destaque meu).

Como bem destacam Souza, Rocha e Barros (s/d)

Para a execução do programa Família Acolhedora é fundamental o trabalho interdisciplinar. [...] Segundo FRANÇA (2006), caberá a esses profissionais **trabalhar as questões referentes aos preconceitos pessoais e coletivos, romper com a alienação da vida cotidiana por meio de estudo e investigação, pesquisar como as questões sociais são tratadas, e dar intencionalidade à sua ação profissional como garantia de um trabalho comprometido com a efetivação e garantia da cidadania.** De longe a execução deste trabalho poderá ser considerada simples, ao contrário, é uma tarefa complexa que envolve valores sócio-culturais tanto das famílias de origem, como das famílias acolhedoras, como também dos profissionais envolvidos. (p.11, destaque meu).

Como destacado anteriormente, as famílias acolhedoras passam por um processo de avaliação em um primeiro momento, porém, elas também realizam suas “avaliações” das demais famílias, baseando-se nos discursos hegemônicos sobre o que é família. Entretanto, ali, elas ainda têm/criam outros critérios avaliativos, que passam agora, por sua sensibilidade, preconceitos e vivência enquanto acolhedoras(es). São afetos de uma família que vive a experiência de ocupar o espaço entre outras duas famílias: uma considerada inapta ao cuidado das crianças, e outra que, assim como a sua, também foi reconhecida como apta para tal função.

4.8 Dificuldades frente ao acolhimento

4.8.1 Acolhimentos simultâneos

Ela(Tereza) volta a falar do bebê, conta que fez exame do pezinho, mas que é preciso levá-lo em mais consultas por conta de sua respiração que é diferente, o que talvez seja asma. Explica que o pediatra comentou que pode ser genético (“nenê roncador”), e que o levará no otorrinolaringologista. **Ela retoma, em sua fala, suas muitas tarefas com as crianças.** Diz que o problema de Isa não está estabilizando porque ela não consegue “tomar” sol suficiente quando passa o remédio na pele, e explica que só conseguiu aplicar a medicação duas vezes. Ela conclui que Isa precisa de alguém que possa cuidar dela, dedicando tempo a esse problema de saúde, e à parte emocional (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 193).

A família Lopes também enfrenta essa sobrecarga e Célia queixa-se da quantidade de roupas para passar. Aqui, há uma das principais dificuldades apresentadas pelas duas famílias acolhedoras, que se relaciona aos acolhimentos concomitantes. A indicação (BRASIL, 2009) é que cada família acolha uma criança por vez, a não ser quando tratar-se de grupo de irmãs(ãos), porém, isso acaba não sendo cumprido, e com frequência as famílias recebem de duas a três crianças para acolher, ao mesmo tempo.

Roberto queixa-se de que “agora quando ele chega em casa de viagem tem três crianças, sendo dois bebês, e a mais nova que chora muito. Ele conta que só conseguiu escovar os dentes às 11 horas porque não tinha conseguido parar com tantas tarefas” (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 209).

Como parte das crianças apresenta comprometimentos de saúde exigindo, assim, algum tipo de acompanhamento mais específico, por vezes, tais acolhimentos tornam-se mais difíceis acarretando uma sobrecarga para a família.

Essa dificuldade foi comum às duas famílias. No caso de Célia e Oscar, frente à isso a família buscou organizar-se para conseguir atender à todas as demandas usando como instrumento a tabela¹⁹ onde organizavam as anotações sobre os horários de alimentação, dos remédios e das consultas de cada criança.

4.8.2 Fim dos acolhimentos

O fim dos acolhimentos configura-se como um dos momentos mais sensíveis para as famílias acolhedoras, como foi possível acompanhar no caso da família Miranda²⁰, que passou por um intenso processo de desterritorialização:

¹⁹ Figura 20

²⁰ No tópico 4.4 Afetos de um telefonema: processo de desterritorialização

Tereza diz que ela é diferente, que no hospital, quando receberam a notícia (*de que a criança iria para adoção*), seu marido chorou, mas que ela não chora: “dos outros eu não chorei, eu fico meio perdidona, vou fazer as coisas, passar roupa, e fico meio perdida, me dá dor de cabeça...mas eu sei que na hora que eu entrar no carro e pôr música vai me dar vontade de chorar...”. Quando ela fala da música lembra que no carro Isa veio com Roberto cantando uma musiquinha, e que ela se emocionou ao ouvir. Ela então canta um trecho da música (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 194).

A dor provocada pelo fim do acolhimento parece estender-se e modificar também os corpos. A afecção do choro para uns efetua-se e para outros é expressa enquanto vontade. A sensação de “perder-se” parece ligada ao processo de desterritorialização em que os afetos atualizam-se e o novo impõe-se.

Roberto conta que Isa aprendeu a engatinhar e a falar ali, com a família acolhedora. O acolhimento (dela) já dura 1 ano e 3 meses, e Roberto tem as contas bem atualizadas.

[...] Diz que, no fundo do coração, se sentiu traído quando Isa chegou toda alegre da visita “com a boneca da mamãe nova”, porque essa era a última esperança de ela ficar mais um pouquinho (*levar mais tempo para se adaptar à nova família*) (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 195).

Roberto fala do luto, da ambivalência frente ao fim do acolhimento e da vontade de estendê-lo ainda por mais tempo.

Tereza passa por um processo de negação em que ela tem convicção de que a criança irá embora, tem inclusive um mês como referência para que isso aconteça, mas o desejo de manter o contato e cuidado são grandes, seus afetos lhe impõem o “frio na barriga” que se torna inevitável mesmo diante de uma boa notícia.

Os afetos provocados pela imagem da casa vazia e pela passagem rápida do tempo a desorganizam. São os pequenos lutos necessários ao acolhimento.

Com a família Lopes essa dificuldade com o fim dos acolhimentos também esteve presente.

Célia diz que vai fugir para não devolvê-lo, eles(as) perguntam para onde, “ah, se eu vou fugir não vou contar né...”. O tempo máximo que a família ficou com uma criança em acolhimento foi 4 meses, Igo já está à cinco. Celia fala dessas datas e vai de algum modo antecipando os afetos da despedida ao brincar com a situação. ... (Diário de Campo Amarelo, 2015, p.246).

Inúmeras são as dificuldades que podem surgir com a prática do acolhimento familiar, e por serem as famílias agentes na efetivação de uma política pública de proteção, para conseguirem êxito nessa função e sentirem-se seguras, é fundamental um acompanhamento cuidadoso por parte da equipe técnica.

4.8.3 Inexistência de grupos de apoio mútuo e trocas

A família Miranda apresentou dificuldades que acarretaram, por fim, seu desligamento do programa após cinco anos de prática como acolhedora. A história quem conta é Tereza e começa assim:

Ela (*Tereza*) explica que no final do ano sua vizinha levou um amiga em sua casa, essa mulher conheceu a bebê e voltou mais algumas vezes junto com seu esposo para vê-la, levaram presentes, lembrancinhas, e Tereza soube que o casal queria entrar para fila de adoção.

Tereza explica que, **a princípio, não se preocupou com tal aproximação, porque está acostumada com essa época do ano em que as pessoas ficam mais sensibilizadas, e ela imaginou que a aproximação do casal estivesse relacionada à isso.** Ela disse que eles fizeram 4 visitas e que se apaixonaram pela criança. Em sua descrição deles ela aponta uma relação próxima de ambos com a direção do Lar e com o juizado da vara da infância, envolvendo relações de amizade e de parentesco.

Ela explica que esse casal quis “passar na frente” no cadastro de adoção, e que no recesso, foram até o fórum sugerir que ficassem com a criança, alegando uma vinculação com ela, sustentando como prova essa aproximação da casa de Tereza.

Ela me conta que **“na mesma hora o juiz mandou retirar a criança... fiquei como facilitadora de casais...ele tirou de mim (a criança) igual tira das mães...”**. Tereza está visivelmente frustrada “isso nunca aconteceu aqui”. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 211-212).

Ela continua e comenta que houve um desencontro entre ela e a equipe técnica do Lar

[...] explica que já tinha avisado “as meninas” do Lar sobre a situação, mas como teve o recesso e uma das profissionais da equipe estava em férias, não deu tempo de conversarem antes de chegar até o juiz.

Ela conta que, a princípio, tinha ficado de **“castigo”** durante um mês, o que consistia em **não poder “chegar perto da neném”**. Assim a criança foi levada para a casa de outra família acolhedora, e Tereza conta que um dia estavam ela e o esposo indo para o sítio e passaram em frente à casa dessa família, e Roberto quis parar. Ela disse que não teve jeito, que ele queria muito ver a bebê, e então eles desceram 10 minutos. Ela disse que Roberto chorou, e eles explicaram para a senhora que cuidava da bebê que estavam proibidos de ver a criança, mas esperaram contar com a compreensão dela, de que ela não dissesse nada a esse respeito para as demais pessoas, e principalmente para a equipe, pois **Roberto queria se despedir da criança, o que não havia acontecido uma vez que sua retirada foi abrupta.**

Tereza, visivelmente chateada, me conta que “na segunda feira a primeira coisa que ela (*senhora que agora acolhia a criança*) fez, foi falar”, o que acarretou, por fim, na expulsão de sua família do programa. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 212).

Tereza tem um pesar grande ao contar essa história, assim como Roberto e as filhas Beatriz e Juliana. Percebo que acompanhar uma paisagem psicossocial, por meio de uma

cartografia, abriga também seus dissabores por meio de territórios que vão formando-se em meio aos contratempos.

Tereza compara o tratamento que recebeu ao das famílias de origem das crianças diante da retirada abrupta da bebê. Ela mostra-se decepcionada e envergonhada.

Percebo uma Tereza paralisada, quase ingênua diante das estratégias de um casal que, ao nutrir o desejo de se tornar pai e mãe, busca nas brechas da lei, nas fissuras do dispositivo, obter aprovação e reconhecimento de afetos e vinculações, que de modo confuso estabelecem-se e rompem-se diante da mediação do Estado, materializada, quase exclusivamente, na figura de um juiz. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 212).

Tereza diz “hoje eu sei que é contra a lei, meu marido que viu lá (*refere-se à algum material sobre acolhimento consultado recentemente*) ...Mas a gente não sabia...porque quando a gente entrou teve brigas, acabou as reuniões, eu não tinha noção da gravidade! ”. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 214).

Quando Tereza refere-se à falta de reuniões, que seriam momentos de trocas de experiências e de aproximação das famílias entre si e das(os) profissionais da equipe técnica, ela alude aos momentos que diferem das visitas técnicas domiciliares quinzenais, e que são previstos como parte do rol de atividades voltadas às famílias acolhedoras (BRASIL, 2009). Valente (2013) destaca o êxito desses encontros onde o

compromisso vai se ampliando com a participação nas reuniões continuadas no Serviço e com o convívio com outras famílias acolhedoras. As famílias acolhedoras demonstraram valorizar os conhecimentos adquiridos e mostraram-se confortáveis ao falar da legislação brasileira e do quanto se sentiam parte da construção do país, com base no trabalho que realizam (p.281).

É importante portanto criar e manter espaços onde esses novos discursos fortaleçam-se.

O que aconteceu com a família Miranda possibilita o questionamento sobre o nível de informação e instrução que, de fato, as famílias têm, e sugere que instrução com pouco acompanhamento pode ser ineficaz. Despejar uma quantidade massiva de conteúdo sobre as famílias não seria uma solução, mas estar próximo o suficiente para identificar suas demandas conforme elas surjam, poderia ser algo que aproximasse mais todos(as) os(as) envolvidos(as) no acolhimento familiar como uma equipe maior que se fortalece e apoia-se, o que facilitaria atitudes de responsabilização compartilhada em lugar de culpabilização e castigos.

É relevante, a partir de tais situações, considerar que as famílias que se propõem a acolher, são inseridas em uma realidade em que podem ter contato com experiências diversas.

O sonho de paternidade e/ou maternidade seguido geralmente de uma longa espera na fila de adoção (por conta do ideal de criança buscado) compõe a vivência de inúmeras(os) pretendentes à adoção. E isso, como vimos, também pode chegar às famílias acolhedoras. Tereza conta ainda outra história que exemplifica esse fato. Ele explica que, uma conhecida,

Diante da impossibilidade de engravidar, (*juntamente à seu esposo*) tentaram comprar uma bebê como filha. E pelo que entendi, eles chegaram a pagar consultas e outras coisas à genitora, porém, esta vendeu a criança para outro casal também (dizem que a criança é linda). Esse fato chegou até o conhecimento do juiz que retirou a criança da confusão toda e manteve-a na casa de uma família acolhedora. [...]

Tereza diz que ela é uma moça jovem, bonita, e que tem muito dinheiro, mas que com essa história de não poder ser mãe, ficou um pouco “perturbada”.

[...] Fico pensando em como o desejo de maternidade parece quase uma imposição, um destino a ser alcançado, para grande parte das mulheres, e como “fracassar” nesse projeto frustra, constrange, angustia e faz perder a razão. [...]

É impactante perceber como isso opera na vida das pessoas, em suas ações, em seus desejos, a ponto de crianças virarem mercadorias, moedas de troca entre as famílias que geram e as que não geram. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 208).

Dessa maneira, como acompanhamos com a família Miranda, é possível que as famílias acolhedoras lidem, não apenas com as crianças que são encaminhadas, mas com uma dimensão ainda maior, em que estão inseridas famílias de origem, adotantes e pretendentes.

Portanto, nesse contexto, as famílias podem ter contato e ser interpeladas por diversas pessoas que, inclusive morem ao lado, frequentem a mesma igreja, ou tenham amigas(os) em comum, uma vez que o acolhimento dá-se em suas casas, e que há divulgação do programa por meio da qual, geralmente, as famílias recebem visibilidade.

Tereza acredita que tal moça pudesse querer informações sobre a quantidade de crianças atualmente nas famílias acolhedoras, pois como ela está na fila de adoção, por meio desses dados ela teria uma ideia do andamento dos processos, de quantas crianças têm chegado e saído, ou seja, ela conseguiria fazer uma estimativa do tempo que lhe falta para ser mãe.

Diante da complexidade da situação e do ocorrido com a Família Miranda,

Enquanto ouço, penso que a família acolhedora é como uma equipe que trabalha junto à instituição, então não haveria um erro isolado, de responsabilidade só da família, mas uma corresponsabilidade que poderia ter sido assumida em conjunto. [...] vou imaginando que a situação poderia servir para apontar algumas dificuldades, equívocos, e que era um indicativo de que as famílias ainda estão em formação constante, independentemente do tempo em que participam do programa. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 216).

Apresenta-se, portanto, uma sucessão de equívocos e desencontros que resultou em grande sofrimento para essa família acolhedora, em sensação de desamparo, de incompetência e fracasso: nova desterritorialização, agora diante de um planejamento frustrado, interrompido após cinco anos.

Tereza conta que tem dias que chora muito, que quando nasceram os cachorrinhos (que pelo que entendi eram de Beatriz e de seu ex-namorado) e ela os ouviu chorando, lembrou que não vai mais ouvir o choro das crianças, dos(as) bebês. Ela disse que está reorganizando os espaços da casa e doando as roupinhas.

Conta que precisa do inalador que foi deixado no Lar, e que já devolveu quase tudo de lá. Parece que ela resiste em acabar com as trocas, as dívidas, os laços...é como se alguns objetos ainda a ligassem ao que ela era antes. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 222).

Ela explica que a coordenadora do Lar disse que sua família era muito independente, porque “não usavam as roupas que a instituição dispunha, nem o motorista, que cuidavam demais das crianças e não se enquadravam nos moldes das outras famílias acolhedoras que dependiam mais da instituição, o que dificultava que ela(*coordenadora*) tivesse controle maior sobre sua família” (Diário de Campo Roxo, 2015, p.212).

Dentre os padrões de uma boa família acolhedora, portanto, estão também aqueles criados, além dos documentos de orientação, são critérios subjetivos que passam pelos encontros, pela experiência, pelos conhecimentos práticos e também pelos preconceitos e enrijecimentos de ações.

E os afetos? Impossível, para mim, à essa altura não retomá-los...fica evidente que envolvem-se muito mais afetos do que os da família que acolhe, os das crianças acolhidas e os de suas famílias de origem. **Há ainda os afetos das(os) juízes, de toda a equipe técnica, da coordenação, das outras famílias acolhedoras, das(os) pretendentes que aguardam no cadastro nacional de adoção...** Há dimensões desse dispositivo, de suas instituições e práticas, extremamente complexas quando se consideram os corpos, os encontros e os afetos. (Diário de Campo Roxo, 2015, p.216).

Tereza preocupada ainda se questiona “Imagina se tivesse acontecido alguma coisa com uma dessas crianças?! A família fica desprotegida! Não tem ninguém pela gente...é um risco, hoje eu vejo...para mim também, antes era muito bom..., mas hoje eu vejo lados negativos...”. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 215). A frustração, a insegurança e a sensação de estar só são afetos que acompanham agora a família Miranda, que percebe o acolhimento familiar de modo diferente, menos idealizado: uma prática que também envolve riscos, agora mais reconhecíveis.

Diante das dificuldades apresentadas pelas famílias, é importante que as equipes técnicas estejam atentas à constância do cuidado e acompanhamento das famílias que acolhem:

[...] a equipe técnica precisa manter o seu papel atento a cada acolhimento. **A família acolhedora pode ser a mesma, mas ela reage de forma diferente a cada nova experiência de acolher.** Mesmo que a aprendizagem cotidiana, obtida a partir dos diversos acolhimentos, revele consequente maturidade, **cada acolhimento ‘mexe’ de forma diferente com cada membro da família acolhedora.** Esse fato exige um olhar atento dos profissionais, para que o ambiente seja propício ao atendimento das necessidades da criança e do adolescente e, ao mesmo tempo, cuide para que as pessoas envolvidas no acolhimento estejam bem. (VALENTE, 2013, p.281, destaque meu).

Tal cuidado e constância são necessários se considerarmos que há

um limite de tolerância para a desorientação e a reorientação dos afetos [...] se trata aqui de avaliar o quanto se aguenta, em cada situação, o desencantamento das máscaras que estão nos constituindo, sua perda de sentido, nossa desilusão. O quanto se aguenta o desencantamento, de modo a liberar os afetos recém-surgidos para investirem outras matérias de expressão e, com isso, permitir que se criem novas máscaras, novos sentidos. (ROLNIK, 1987, p. 55).

Com o tempo Tereza, na busca de novos sentidos para as intensidades que pediam passagem, curiosamente ocupa-se de outra atividade. Ela

[...] diz que “está com dois nenês” em sua casa [...] explica que são bebês das vizinhas, que ela está cuidando. [...] Pergunto se há diferença para ela entre cuidar dessas crianças das vizinhas e das crianças encaminhadas pelo programa. [...]. Ela diz que não é a mesma coisa, que antes ela se sentia útil, achava muito importante ver a criança “cuidadinha, limpinha, cheirosinha”. Ela explica que as crianças que estão com ela agora são filhas de uma profissional da saúde e que as crianças acolhidas pelo programa “era só eu que eles tinham. Aqui é profissional, então eu cuido igual, com todo carinho, mas...” Ela fala de uma diferença que ainda não consegue explicar, é como se sentisse mais indispensável no acolhimento familiar. (Diário de Campo Roxo, 2015, p. 41).

No acolhimento familiar, as(os) acolhidas(os) dependem dos cuidados e também da vinculação da família acolhedora, são crianças que encontram-se em vulnerabilidade pela privação de seus direitos. Talvez resida aí a sensação de utilidade à que Tereza refere-se. A valoração social e o reconhecimento das duas práticas são, portanto, diferentes, e o discurso da “falta” evidencia-se. Mas Tereza encontra/cria ali outra atividade que lhe permite manter o contato e o cuidado de crianças, algo que a satisfaz.

Destaca-se ainda outra dificuldade enfrentada, não pelas famílias da pesquisa, mas por outra família, que reside na cidade de uma das famílias acompanhadas. Tal fato chegou à meu conhecimento após ser noticiada, no jornal, a mudança no acolhimento familiar para recebimento apenas de crianças à partir de cinco anos de idade no município.

Isso decorreu do fato de uma das famílias acolhedoras manifestarem o desejo de adotar a criança acolhida “diante disso, ele (*o juiz*) generalizou e decidiu que no município funcionaria daquela maneira: nada de bebês irem para as casas de famílias acolhedoras. (Diário de Campo Amarelo, 2015, p. 242).

Em meio à essa complexa trama,

A preocupação do juiz era acabar com a vinculação que levasse as famílias a quererem adotar as crianças. Penso comigo que a proposta do acolhimento familiar é, sim, que as famílias estabeleçam laços com a criança acolhida [...] mas **como lidar com tais afetos, como selecioná-los? O judiciário revolve-se em busca de alternativas.** (Diário de Campo Amarelo, 2015, p. 244).

Como já destacado, os afetos nessa modalidade de acolhimento não podem confundir-se com parentalidade, o que se torna uma dificuldade para algumas famílias quando se vinculam de modo muito intenso à alguma das crianças. Essa proposta, polêmica, gerou grande mobilização nas famílias acolhedoras e nas equipes profissionais, e por fim, foi refutada.

Percebe-se, portanto, que os contratempos enfrentados pelas famílias quando se propõem a acolher podem ser diversos, mas, de modo geral, relacionam-se à vinculação com as crianças e a dificuldade com esse rompimento. O que não exclui, todavia, a existência de acolhimentos que se encerram de forma tranquila.

Enquanto uma proposta nova, portanto, essa modalidade de acolhida passa ainda por diversos questionamentos. Curiosamente, encontrei uma reportagem sobre o acolhimento familiar que aponta em direção, justamente, contrária ao proposto pelo juiz na tentativa de lidar com os problemas enfrentados pelas famílias em seu município:

Agora o Ministério da Justiça está fazendo uma consulta pública, ele quer mudar pontos da lei de adoções e um desses pontos é justamente o acolhimento familiar. Para esse caso, a proposta é que ele seja prioritário para crianças de até 6 anos.

A juíza Mônica Arnoni acha que o acolhimento familiar não deve ser limitado. “Embora não tenha uma proibição para serem crianças maiores de 6 anos, tem uma preferência. Quando a gente pensa em acolhimento familiar, a gente também pensa em proporcionar aquela criança que não vai ter chances de

viver no seio de uma família essa vivência”, comenta a juíza. (Jornal Nacional, 2016²¹).

Há uma complexidade que envolve essa modalidade de acolhimento que passa pelas afetações possíveis a partir dessa múltipla conjuntura. Assim, as equipes técnicas têm que estar preparadas e comprometidas para lidarem com as novas demandas e conflitos que se impõem.

²¹ Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/acolhimento-familiar-transforma-espera-pela-adocao-de-criancas.html>

Considerações finais

Acompanhar os processos de acolhimento significou lidar com as famílias e com o próprio dispositivo, com suas desterritorializações e fluxos de intensidades que escapavam ao plano de organização dos territórios, bem como significou lidar com as intensidades experimentadas em nossos encontros, compondo um plano de consistência em que os afetos tomavam corpo delineando novos territórios.

Como foi possível acompanhar, mudanças nas concepções de infância, de família e de acolhimento ocasionaram bifurcações no dispositivo de institucionalização de crianças e adolescentes retiradas(os) de suas famílias de origem e abriram espaços para novas práticas. Assim, o surgimento do acolhimento familiar como uma opção ao acolhimento institucional, que passou por fortes questionamentos quanto à sua efetividade na proteção e cuidado das crianças e adolescentes, traz para tal cenário de mudanças outras questões.

Nesse encontro com as famílias acolhedoras, processo em que as intensidades compuseram-se, diversos aspectos se evidenciaram, e de modo geral, foi possível notar que, modificar uma cultura de acolhimento que tem raízes históricas na institucionalização, bem como criar novas medidas de proteção, não são processos simples, pois envolvem-se tensões entre a adoção de um novo discurso social (que promove acolhimento familiar e alternativas de permanência da criança e adolescente em sua família de origem) e práticas culturais antigas de reclusão, sustentadas por diversos estigmas.

Assim, com a coexistência entre o atual e o antigo, é importante ter a perspectiva de que nessa proposta de participação da sociedade na efetivação de uma política de cuidado e proteção de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, inúmeros são os afetos que se envolvem tanto na produção de novas fissuras quanto na manutenção de antigas sedimentações. O afetar-se enquanto família acolhedora promovido por toda a experiência do acolhimento provoca no dispositivo deslocamentos. Assim, tais famílias, enquanto propulsoras dessas mudanças deparam-se com questões históricas ao comporem o presente dessa prática habitando-a com seus corpos, sendo eles atravessados constantemente pelas diversas linhas e fluxos.

O acolhimento familiar caracteriza-se, por um lado, como prática a partir da qual cada membro da família constitui um aparato com dimensões nacionais por meio de uma composição que abriga como matéria-prima o próprio corpo, e passa por sua compreensão e sensibilidade, suas experiências, preconceitos e fantasmas, seus afetos e afecções, enfim: por sua singularidade. Enquanto isso, por outro lado, encontram-se ainda outros corpos, crianças, que

de desconhecidas passam a ser cuidadas, respeitadas e amadas, em muitos casos. São pequenos corpos que trazem igualmente suas marcas, afetos e afecções, e que resvalam por vivências de privação de seus direitos.

Manter a potência de expansão da vida em uma modalidade de acolhimento como esta, considerando o plano dos encontros entre os corpos, seus afetos e desterritorializações, mostra-se um desafio para todos(as) os(as) agentes envolvidos(as). Realidade complexa com a qual as equipes técnicas, responsáveis por cada programa têm que lidar constantemente ao atentar para a latitude e longitude dos corpos envolvidos, percebendo-os em sua integralidade.

Reside aí também a importância de formação continuada de tais profissionais para que estejam instrumentalizados(as) frente às particularidades dessa modalidade de acolhida e das singularidades de cada pessoa que acolhe, e assim possam lidar com as dificuldades oferecendo o suporte necessário às famílias participantes.

Quando o acolhimento encerra-se e a família acolhedora não pode manter o contato com o(a) acolhido(a), ele pressupõe uma espécie de luto em que é preciso fazer um desinvestimento da criança enquanto objeto. Portanto, é compreensível que as famílias enfrentem esses momentos e manifestem afetos oriundos de tal vivência, porém é preciso lembrar o limite de tolerância para a desorientação e a reorientação dos afetos de cada corpo.

Diante disso, é importante também que as equipes técnicas e a coordenação estejam atentas(os) às ações específicas em cumprimento às recomendações para construção de espaços de troca de experiências entre famílias acolhedoras (como grupos de apoio, de escuta mútua), ou seja, à criação e manutenção de espaços onde tais famílias possam encontrar-se, compartilhar suas experiências, medos, inseguranças, êxitos e aprendizados. Espaços que se destinem à fortalecimento, acolhida e problematização, onde as famílias possam discutir e desmistificar, também junto à equipe, preconceitos e equívocos para que afetos como rivalidade e ambivalência não paralitem, mas sejam trabalhados e transformados em potência de vida, em acolhimento.

A expectativa é de que dessa maneira o acolhimento não se torne algo isolado, da esfera privada, restrita ao interior das casas, mas mantenha-se como uma prática compartilhada, conferindo visibilidade ao que permanece em silêncio, evitando assim ostracismos, equívocos e sofrimentos desnecessários. Uma vez que modificar uma cultura de acolhimento passa por afirmar novos discursos, fortalecê-los e recriá-los à cada nova experiência, tais momentos compartilhados tornam-se de suma importância.

O acolhimento familiar enquanto proposta que lida com famílias distintas demanda ponderar sobre as associações que as relações entre gênero, classe, raça, orientação sexual, etc.,

têm em nossa sociedade na produção discursiva sobre família e políticas públicas voltadas à população pobre. Como foi possível acompanhar, marcadamente, a partir das genitoras das crianças acolhidas, a interseccionalidade entre gênero e classe tem contornos específicos que nesse contexto geraram preconceitos, ambivalências e culpabilização das mesmas.

As diferentes famílias que se envolvem, acompanhadas da classe social à que pertencem e dos discursos que se engendram e compõem seu processo de subjetivação, enfrentam a reativação de preconceitos, ao mesmo tempo em que se expõem ao novo mediante uma prática de acolhimento que propicia aos corpos encontros não somente com outros corpos e suas histórias, mas também com leis e discursos.

É preciso assim, não desconsiderar a dimensão dos afetos. Afetação que passa pelo ressignificar sua própria vivência enquanto família, os espaços de sua casa com a abertura para outro ser e sua história. Abertura à uma vida e à política pública brasileira, que pressupõe ainda o contato com profissionais da Psicologia, do Serviço Social, com juízes(as), promotores(as) e instituições.

Foi possível notar que a previsão de que cada família ofereça acolhimento à uma criança por vez, quando não cumprida, gera situações que são, por vezes, manejadas pelas famílias a seu favor uma vez que os acolhimentos simultâneos são ressignificados como um meio delas afetarem-se menos frente ao término dos acolhimentos, já que, dessa forma, suas casas não ficam “vazias”.

A prática de adoção de crianças e adolescentes é perpassada por muitos preconceitos, e nesse contexto, mesmo as famílias adotantes reproduzem- os por meio de receios diante de uma vinculação não biológica que amedronta a ponto de desejarem ocultar desse(a) filho(a) quaisquer aspectos de sua história que estejam relacionados às vivências anteriores à adoção. Por outro lado, a família de origem das crianças e adolescentes também mantém receios quanto à acolhedora, pois no imaginário de muitas delas, tal família, enquanto representante do Estado, simboliza uma ameaça.

Dessa maneira, para as famílias que acolhem, isso representa em diversos casos, a perda total de contato com o(a) acolhido(a), uma vez que o acolhimento familiar, muitas vezes tropeça em conflitos de ligações e de pertença. Porém, essa realidade, como acompanhamos, pode ser modificada passando a família acolhedora à compor a rede de amigos e cuidados de tal criança. Trata-se, portanto, de dimensões do dispositivo de institucionalização que ainda estão em processo de questionamento e modificação, passando pelas experiências dos corpos e suas afetações.

Desse modo a intervenção do Estado, antes caracterizada por sua centralização a partir das grandes instituições, agora expande-se pelos territórios, chegando à esfera doméstica por intermédio das famílias acolhedoras.

Nesse contexto, um desfecho preciso não pode ser almejado uma vez que estamos lidando com processos, e não se pretende aqui realizar um juízo de valor quanto ao acolhimento familiar, mas apresentá-lo em sua complexidade e inovação, considerando suas fragilidades e incongruências.

É importante destacar, ainda, que cada família que participa dessa modalidade de acolhimento vivencia-o de modo singular, diante da particularidade das crianças e dos afetos que desses encontros originam-se. Portanto, não pretendi incorrer em generalizações, mas destacar alguns traçados intensivos que se compuseram com o contato com as famílias participantes, e desse modo dar visibilidade à essa nova esfera que compõe nosso atual projeto de nação frente às crianças e adolescentes.

As principais diferenças percebidas entre as modalidades de acolhimento institucional e em família acolhedora foram, a princípio, em relação à possibilidade de manutenção dos vínculos existente no acolhimento familiar, desejo que apareceu com frequência por parte das famílias acolhedoras aqui acompanhadas, que após o período de cuidados dedicados às crianças, interessam-se pela continuidade da história destas, e mantêm carinho por elas. Isso representaria, para as crianças acolhidas, uma expansão em sua rede de cuidados e de amizades. Porém, como vimos, essa possibilidade esbarra-se, por vezes, na insegurança das famílias de origem ou adotante frente à essa vinculação.

Outra importante diferença reside no fato de que, no acolhimento familiar, o direito à convivência familiar automaticamente é assegurado, e o fato das crianças acolhidas serem inseridas nas atividades de tais famílias e em sua rede de amizades é um facilitador para que a convivência comunitária também se efetive. Essa experiência evita que a criança fique dependente em um espaço institucional à espera de que a sociedade se lembre dela, se mobilize e desloque-se até tais lugares para visitá-la. As famílias que acolhem fazem essa mediação ao cumprirem sua função, assim, as crianças têm mais mobilidade e autonomia em seu contato com as demais pessoas, elas não ficam apenas à espera, mas deslocam-se, chegam e saem dos mais diversos lugares em companhia de seus/suas cuidadoras(es).

O acolhimento familiar enquanto uma prática por meio da qual os corpos encontram-se, consiste em trocas em que a força para existir e a potência de agir de todas (as) as(os) envolvidos(as) podem ser ampliadas ou diminuídas. Assim, quando o acolhimento familiar é assertivo, no sentido de garantir o que as crianças necessitam por meio de bons encontros com

a família acolhedora, esta por sua vez, também alcança ganhos, que vêm por meio de um sorriso, da companhia, do reconhecimento e da clareza de ter realizado um bom trabalho.

Ou seja, os afetos enquanto passagens intensivas e acontecimentos vitais, que resultam desses ganhos, impulsionam-nas a manterem-se em tal prática apesar das dificuldades enfrentadas. Considerar esse aspecto é importante uma vez que, em comparação ao ambiente institucional destinado aos acolhimentos, a família que acolhe também beneficia-se com tais trocas, relação distinta da existente entre funcionários(as) de uma instituição, que em seu local de trabalho têm que atender às diversas crianças e adolescentes.

Diferentemente do acolhimento institucional, portanto, a criança em família acolhedora tem o privilégio de entrar em uma relação mais particularizada de trocas afetivas, o que lhe dá uma boa condição de desenvolvimento. Ainda que apenas um membro dessa família responsabilize-se mais pelos acolhimentos, de modo geral, todos os membros participam e envolvem-se com as crianças. Ou seja, há toda uma estrutura de família em função da criança.

É importante que investigações futuras dediquem-se a acompanhar o impacto do acolhimento familiar também para as famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos(as), à quem também são propostas mudanças a partir dessa modalidade de acolhimento com o foco na reintegração da criança à ela. Ou seja, é importante problematizar o que, de fato, tem mudado para elas, como percebem essa mediação da família acolhedora e quais são os afetos que se esboçam ali, diante das diferenças entre tais famílias e dos discursos que perpassam esse contexto.

Quanto às crianças que passaram por esse processo de acolhimento, é possível também maior aprofundamento no que concerne a compreensão de quais os efeitos dessa forma de acolhimento em comparação ao institucional, tanto para as aquelas(es) que foram adotadas, quanto para as(os) que retornaram às suas famílias de origem.

Há ainda outra dimensão que pode ser aprofundada por pesquisas futuras, que se relaciona às equipes técnicas compostas por profissionais da Psicologia e do Serviço Social, que têm que se adaptar à essa nova proposta, bem como em que medida têm sido possível o cumprimento das novas exigências a partir dessa fissura no dispositivo de institucionalização.

Os efeitos do acolhimento institucional são discutidos e acompanhados há mais tempo, e por ser o acolhimento familiar mais recente, pairam ainda sobre ele inúmeros questionamentos, como por exemplo, sobre o risco que pode existir ao acolherem-se crianças com essa descentralização da instituição e conseqüente proliferação de espaços e de agentes de acolhimento. É preciso, portanto, atentarmos para não restarmos cegos por uma visão

romântica e ingênua de que não possam existir maus tratos, negligência ou discriminação na prática do acolhimento familiar.

Pudemos notar algumas proximidades entre as duas famílias e aqui destaco, por exemplo, o fato de ambas não terem mais crianças pequenas em casa, o que parece ser um incentivo à participarem como famílias acolhedoras; com relação à preparação da casa, e aos espaços destinados aos registros fotográficos, essa proximidade também se manteve, assim como suas principais dificuldades diante do fim dos acolhimentos, o desejo de manterem contato com algumas das crianças, e os acolhimentos simultâneos.

Sobre as limitações dessa cartografia, não foi possível acompanhar acolhimentos de crianças maiores de dois anos de idade, tampouco de adolescentes, e além disso, nosso acompanhamento das famílias restringiu-se ao período diurno.

Quanto à diferença dos acolhimentos com relação ao sexo das crianças, além das escolhas das cores das roupas e dos brinquedos, aparentemente os afetos das famílias variaram mais pela maior ou menor vinculação estabelecida com alguns(mas) dos(as) acolhidos(as), que geralmente parecia mais relacionada ao tempo de permanência destes(as) e às vivências possíveis nesse período, do que com relação ao sexo dos(as) mesmos(as).

A prática do acolhimento familiar é, portanto, uma proposta ousada que contem suas complexidades por abrigar em si a capacidade de aumento de potência de vidas, tanto das crianças que recebem carinho e acolhimento, quanto da família acolhedora que acompanha o desenvolvimento físico, emocional, bem como o processo de fortalecimento destas(es) enquanto sujeitos de direitos.

É preciso, assim, coragem ética e comprometimento para cuidar sem apossar-se, para priorizar o bem estar, principalmente, das crianças, e assim, compor uma mudança paradigmática que problematiza a institucionalização destas por meio de uma proposta que valoriza a dimensão afetiva da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ, S. De “menor” à **presidiário**: a trajetória inevitável? Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1993. 112p.

ARAÚJO, P.C; BOTTENTUIT JUNIOR, J. B. **O aplicativo de comunicação Whatsapp como estratégia no ensino de Filosofia**. Ano XI, n. 02 - Fevereiro/2015 - NAMID/UFPB – Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em: Janeiro 2017.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Trad.de Dora Flaksman. 2ºed. Rio de Janeiro: LTC, Livros técnicos e científicos, 1981.

ASSIS, S. G; FARIAS, L. O. P. (organizadores). **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento**. HUCITEC EDITORA São Paulo, 2013.

AZEVEDO, A. B. de. **A arte dos afetos em Deleuze e Espinosa**. ALEGRAR nº07 - set/2011.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição, 1988.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BÁLSAMO, P. U. **Substituindo famílias**. Continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo Estado em Porto Alegre, 1946/2003. Porto Alegre, 2005.

BARROS, L. M. R. de; BARROS, M. E. B. de. **O problema da análise em pesquisa cartográfica**. Fractal, Rev. Psicol., v. 25 – n. 2, p. 373-390, Maio/Ago. 2013.

BAPTISTA, R. **Acolhimento familiar, experiência brasileira**: reflexões com foco no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2006.

BENTO, R. **A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar**. São Paulo, s.n, 2010.

BIRMAN, J. **A evolução da família**. Café Filosófico, 2012. <<https://www.youtube.com/watch?v=0et6BcO8ayY>> Acesso em: Abril 2016.

BIERRENBACH, M. I. **Instituição fechada e violência**: uma visão de dentro. In BIERRENBACH et al. Fogo no pavilhão. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.37-119.

BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. Porto Alegre: ABraPso Sul, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, Brasília – DF: CONANDA, 2006.

_____. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

BRIGAGÃO, J. I. M.; RIZZO, G. de M. **Serviço alternativo de Proteção Especial a Criança e ao Adolescente (SAPECA)**. In Quatro experiências de promoção da cidadania com grupos minoritários. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. Vol 9. Número 43, Outubro, 2004.

BUJES, M. I. E., **O fio e a trama**: as crianças nas malhas do poder. Rev. Educação e Realidade, 25(1) 25-44, jan-jun/2000.

BUSSINGER, R. V.; LIMA, N. E. **Análise das motivações de famílias candidatas ao Programa Família Acolhedora de Vitória (ES)**. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.2, p. 218-232, jul./dez. 2014.

BUTLER, J. **Performative Acts and Gender Constitution**: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. Theatre Journal, Vol. 40, No. 4 (Dec., 1988). Disponível em: <https://www.amherst.edu/system/files/media/1650/butler_performative_acts.pdf> Acesso em: 14 jan. 2017, p. 519-531

_____. **Cuerpos que importan**: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Deshacer el dénero**. Barcelona: Paidós, 2006.

CABRAL, C. (org.). **Acolhimento Familiar**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

CAIAFA, J. **Aventuras das cidades**: ensaios e etnografia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CAMPOS, A. V. D. de S. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. 195 p.

CARIOLA, T. C. A. **Estudo dos indicadores de Snyders e Gaston no DFH realizado por crianças institucionalizadas**. Revista de pediatria moderna, v. 22, n 10, p. 366-8, 1987.

_____. **A análise da escala de Koppitz no DFH em crianças institucionalizadas**. Revista de pediatria moderna, v. 23, n 4, p. 233-8, 1988.

_____; JAHEN, S. M. Estudo comparativo através do Psicodiagnóstico do Rorschach entre crianças criadas em instituições e em famílias. Revista de pediatria moderna, v. 7, n 1, p. 25-9, 1985.

CARVALHO, M. C. B. **Famílias e políticas públicas**. In COSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). Família, rede, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/Puc-SP, 2003.

CASSIANO, M.; FURLAN, R. **O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise**. 2013.

CASTILHO, C. de F. V.; CARLOTO, C. M. **O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero?** 2010.

CHAUÍ, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. Companhia das Letras, 2011.

CONSTANTINO, E. P. **Meninos institucionalizados**: a construção de um caminho. São Paulo, Arte Ciência, 2000.

COSTA, N. R do A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Acolhimento familiar**: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. Psicologia Reflexão e Crítica, vol.22 no.1 Porto Alegre, 2009.

CORAZZA, S. M. **Infância e educação**. Era uma vez... quer que conte outra vez? Petrópolis: Vozes, 2002.

CRUZ, J. L.; SOUZA, N. F. de. **Abraço**: entre o clichê do afeto e a máquina. 23º Encontro da ANPAP – “Ecossistemas Artísticos” 15 a 19 de setembro de 2014 – Belo Horizonte – MG.

DELEUZE, G. **Nietzsche et la philosophie**. Paris: PUF, 1962.

_____. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **¿Que és un dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, pp. 155-161, 1990.

_____. **“Spinoza et nous”** (1977), texto retomado em Spinoza – Philosophie pratique, 1981. (Tradução livre).

_____. **Cours Vincennes** - 24/01/1978. Disponível em < www.webdeleuze.com > Acesso 01/02/2015. Tradução: Francisco Traverso Fuchs. 1978.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1 / Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 (Coleção TRANS).

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3; tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. — Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 4 Rio de Janeiro: Editora 34. 715 pp. 1995-1997.

_____. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro, Editora 34, 1992

DELGADO, P. (2010). **O acolhimento Familiar em Portugal**. Conceitos, práticas e desafios. Psicologia & Sociedade, 22(2), 336-344.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2001.

EDMUNDO, L. P. **Instituição**: escola de marginalidade. São Paulo: Cortez, 1987, 144 p.

FORTES, M. I. **A revolta contra a passagem do tempo: perspectivas nietzschiana e freudiana**. Clínica & Cultura v.III, n.I, jan-jun 2014, 17-23.

FOUCAULT, M. **Sobre a história da sexualidade**. In: M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 243-276). Rio de Janeiro: Graal. (1995c).

_____. **História da sexualidade** – v. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal (1999).

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FILHA, X. C. **Era uma vez uma princesa e um príncipe...**: Representações de ações de gênero nas narrativas de crianças. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

FONSECA, C. **Criança, família e desigualdade social no Brasil**. In: Rizzini, Irene... [et al.]. *A criança no Brasil hoje: desafio para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. **Conexões intergeracionais em famílias acolhedoras**: considerações sobre tempo e abrigagem. Trabalho apresentado durante a 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, 12-15 de junho, 2004 - Recife. Publicado em *Praia Vermelha* 13: 154-173, 2006.

FONSECA, T. M. G.; Kirst, P. G.; OLIVEIRA A. M.; et al. **Pesquisa e acontecimento**: o toque no impensado. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 655-660, set./dez. 2006.

FREUD, S. (1916). **Sobre a transitoriedade** In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV, p. 317. Disponível em <https://acasadevidro.com/2011/04/19/freud-e-a-transitoriedade/>, acesso fev. 2016.

_____. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Obras Completas vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras, 1914-1916.

_____. **Introdução ao narcisismo**. Obras Completas Volume 12. 1914-1916.

GAUGET, A. **De la nourrice à la famille d'accueil: une exigence paradoxale**. Spirale N° 18. 2001.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social**: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva* vol.10 no.2 Rio de Janeiro Apr./Jun 2005.

GUIRADO, M. **A criança e a FEBEM**. São Paulo: Perspectiva, 1980, 207 p.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IUCKSCH, M. **Evolução e contexto atual do acolhimento familiar na França**. Antigone. Disponível em http://www.antigone-formation.com/racine/article.php3?id_article=107. Acesso: fevereiro de 2016.

JESUS, C. da S. de. **O serviço social e as ações sócio-educativas com famílias**: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais. Florianópolis, 2005.

JORNAL NACIONAL, **Acolhimento familiar transforma espera pela adoção de crianças**. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/acolhimento-familiar-transforma-espera-pela-adocao-de-criancas.html>> Site G1, Edição do dia 15/11/2016.

KIRST, P. G.; GIACOMEL, A. E.; RIBEIRO, C. J. S.; et al. **Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis**. In: FONSECA, T.; KIRST, P. (Ed.). Cartografias e devires: a construção do presente. Porto Alegre: UFRGS, p. 91-101, 2003.

KOSMINSCK, E. V. **A infância assistida**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LIMA, M. M. de. **Entre elas: cartografias dos devires amorosos**. Assis, 2009.

MARTINS, J. S. (org.) **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. (2ª ed.). Ed. Hucitec, São Paulo. 1993.

MARTINO, M. de. **Políticas sociais y familia: Estado de bienestar y neoliberalismo familiarista**. Fronteras, Montevideo, Uruguay, n. 4, p. 103- 114, set. 2001.

MARTINS, L. B.; COSTA, N. R. do A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C., **Acolhimento familiar: caracterização de um programa**. Paidéia set-dez. 2010, Vol. 20, No. 47, 359-370.

MESQUITA, A. P. de. **A família como centralidade nas políticas públicas: a Constituição da Agenda Política da Assistência Social no Brasil e as Rotas de Reprodução das Desigualdades de Gênero**. 2011.

MORAIS, L. C. de C. **Afetividade Enquanto Performatividade: Problematização Conceitual e Desafios para o Reconhecimento de Famílias do Brasil**. Revista de Direito de Família e Sucessão. ISSN: 2526-0227. Minas Gerais, v. 2, n. 1, p.46-60, Jul/Dez 2015.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, R. D. S., **Teoria dos signos no pensamento de Gilles Deleuze**. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

NASCIMENTO, M. A. N. do; PINAFI, T.; PERES, W. S. **Sobre acasos e acontecimentos: a proposta do método cartográfico**. In VASCONCELOS, M.S.; CARNEIRO, M. C.; CONSTANTINO, E. P. (Orgs.), Psicologia reflexões sobre a relação sujeito-objeto, Editora Unesp, SP, 2014.

OLEGÁRIO, F. **Cartografia como território dos ensaios**. Canoas, RS, 2015.

OLIVEIRA, Z. M. R. de (Org.) **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1994. 187 p.

OLIVEIRA, G. Z. de. **Políticas de educação para a infância: concepções subjacentes à legislação**. Passo Fundo, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>; acesso em abril de 2015.

PAIVA, A. C. S. **Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas**. Campinas/ SP: Ed. Pontes, 2007.

PAIVA, W. S. M., **Institucionalização e Infância: vivências e representações das crianças**. Minho, 2012.

PARPINELLI, S. R. **A/r/tografia de um corpo-experiência: arte contemporânea, feminismos e produção de subjetividade**. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2015.

PEIXOTO JUNIOR, C. A.; ARÁN, M. **O lugar da experiência afetiva na gênese dos processos de subjetivação**. PSICOLOGIA USP, São Paulo, 2011, 22 (4), 725-745.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

PRESTES, A. B. **Ao Abrigo da Família. Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar**. Curitiba, 2010.

RABELLO, R. P.; MUSSE, C. F. **A cartografia afetiva da cidade na rememoração do Facebook**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Tríade: comunicação, cultura e mídia. Sorocaba, SP, v. 3, n. 6, p. 26-44, dez. 2015.

REDIN, E. **O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

RIZZINI I.; RIZZINI, I. **“Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80**. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991. pp.69-90.

_____. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**, 2004.

ROCHA, M. C. **Vida e potência: a produção de afetos alegres**. Curitiba, 2011.

ROLNIK, S. B. **Cartografia Sentimental da América**. Produção do desejo na era da cultura industrial. São Paulo, 1987.

_____. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. A.; et al. **Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 25 (2), 390-399, 2012.

SPINOSA, B. de. **Ética**. Tradução e prefácio de Livio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 1965. 341p.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. **O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir**. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 2, p. 281-298, Maio/Ago. 2013.

SADER, E. **Democracia é coisa de gente grande?** In: BIERRENBACH, M. I. et al. *Fogo no pavilhão*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 9-36.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências** (13a ed.). Porto, Portugal: Afrontamento. 2002 (Trabalho original publicado em 1988).

SANTOS, F. C. dos; CYPRIANO, C. P. **Redes sociais, redes de sociabilidade**. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.29 no.85 São Paulo Jun. 2014.

SANTOS, E. C. dos; SOUZA, A. de O. S. de; SILVA, F. M. da. (orgs). **Plano Municipal pela primeira infância de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu, 2014.

SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

SILVA, R. S. **Imagem, corpo e pensamento em O céu de Suely**. Juiz de Fora, 2012.

SILVA, E. R. A. da; OLIVEIRA, R. M. de. **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários**. Brasília, 2015.

SILVEIRA-FILHO, F. M. **A Crise da masculinidade contemporânea**. In: COSTA, H. et al. *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SOUZA, M. A.; ROCHA, K. A.; BARROS, D. R. B. **Famílias acolhedoras**. (s/d).

STERN, D. N. **Diário de um bebê**. O que seu filho vê, sente e vivencia. Trad. Daise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, 135p.

_____. **O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento**. Trad. Maria Ariana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, 135p.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer**. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 25, n2, 2013.

TEIXEIRA-FILHO, F. S. **Psicologia e Teoria Queer: das identidades aos devires**. Assis, 2013.

TEIXEIRA, L. **A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa**. Editora Unesp, 2001.

TOLEDO, L. G. **“Será que eu tô gostando de mulher?”: tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista**. Assis, 2013.

TOMÁS, D. N. **Implantação e trajetória de um Programa de Acolhimento Familiar**. 2009.

TRINDADE, Z. A. **A realidade social dos meninos institucionalizados**. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

VALENTE, J. **As relações de cuidado e de proteção no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**. 2013.

VICENTE, C. M. **Direito a convivência familiar e comunitária**: uma política de manutenção do vínculo. In KALOUSTIAN S. M. (org.). **Família brasileira a base de tudo**. Brasília: 4a ed. Cortez, UNICEF, 2000.

VIOLANTE, M. L. **O dilema do decente malandro**: a questão da identidade do menor. FEBEM. São Paulo: Cortez, 1982.

ZANARDO, L. B.; TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RIBEIRO, E. M. C. **Os Efeitos da Matriz Bioparental nos Processos de Adoção de Crianças e Adolescentes**. Rev. Psicol. UNESP [online]. vol.13, n.1, pp. 60-85. ISSN 1984-9044, 2014.

ZEPPINI, P. S. **Deleuze e o Corpo: articulações conceituais entre Deleuze, Nietzsche e Espinosa em função da problemática do corpo**. - - Campinas, SP: [s. n.], 2010.

APÊNDICES

Diário de campo Roxo- Família Miranda

26.06.2015

Fiz hoje minha primeira viagem, com 3 visitas conheci duas famílias acolhedoras e 4 crianças acolhidas.

Assim que chego à cidade, vou à procura da instituição onde estão à minha espera a assistente social e a psicóloga responsáveis pelo acolhimento familiar. Elas são jovens, brancas, bonitas e parecem animadas. Conversamos, dentre outras coisas, sobre a pesquisa, sobre o trabalho delas, sobre minha viagem, e eventos dos quais participamos com a temática do acolhimento familiar. É uma troca gostosa.

Saímos de carro e acompanho a psicóloga, que foi quem recebeu meus e-mails, os respondeu, e com quem conversei por telefone, e agendei a visita. Depois de enviar-lhe o projeto, por telefone expliquei mais um pouco sobre a pesquisa e perguntei à ela se havia um momento em que as famílias acolhedoras reuniam-se, e que eu pudesse participar para me apresentar, falar da pesquisa e fazer o convite a participarem.

Ela explicou que esses momentos não aconteciam mais, então pensamos um pouco e ela disse que eu poderia acompanhá-la em algumas visitas às famílias. Ela sugeriu agendar com famílias mais “abertas”, que provavelmente gostariam de participar da pesquisa, e assim eu poderia “escolher”, ou ser escolhida, por uma delas. Assim, combinamos o dia, ela ficou de ligar para tais famílias e explicar que iria vê-las e que eu a acompanharia para conhecer, devido ao meu interesse em realizar uma pesquisa com famílias acolhedoras.

Conheci primeiro a dona Miriam, uma senhora gentil e receptiva. Ela acolhe uma bebê de 7 meses que está com ela desde os primeiros dias de vida. Ao chegarmos, ela está sentada na varanda com a criança no colo.

Sou apresentada pela psicóloga que explica brevemente o que eu pretendia. Converso com dona Miriam. A casa é simples, colorida e organizada. Tento explicar de forma simples o objetivo da pesquisa, digo-lhe que só quem é família acolhedora sabe falar dela, e que por isso estava ali, para conhecer algumas famílias e depois poder realizar a pesquisa com uma delas. Explico das conversas/entrevistas. Sinto dona Miriam um pouco incomodada, receosa que de braços cruzados observa-me e ouve atentamente.

Quando digo a ela que a pesquisa possibilitaria um espaço para conversar sobre tudo o que a família quisesse sobre o acolhimento, falar da família dela, desde quando acolhia, falar dos acolhimentos anteriores, de como é quando a criança vai embora... sinto (com meu corpo

vibrátil) que esse momento é sensível para dona Miriam, sua fisionomia muda, ela diz que acolhe bebês há 9 anos, e que tem as fotos de cada um, porque já perdeu as contas de quantos foram. Ela diz que algumas famílias levam as crianças depois de um tempo para ela ver, mas são poucas, e com pouquíssima frequência. Ela conta que vira “pediatra” de algumas crianças porque a família que adota liga para ela perguntando, por exemplo, porque a criança não quer dormir, e dona Miriam orgulhosa conta que ela conhece muito bem as crianças devido à convivência, então ela explica os “macetes” para as famílias adotantes, conta de como a criança gosta de dormir, de pequenos rituais desenvolvidos entre ela e a criança.

Ela concorda comigo de que ainda há muito preconceito e incompreensão com quem acolhe. Ela diz que ao levar a criança para atendimento médico, explica que a criança está com ela, mas que ela está cuidando temporariamente, aí as pessoas fazem diversas perguntas, umas acham bonito, elogiam, outras dizem que não teriam coragem, porque iriam se apegar.

A criança acolhida por dona Miriam é muito sorridente, e parece bem tranquila, permanece no chão enquanto conversamos em volta da mesa. Dona Miriam é muito carinhosa com ela, e a menina parece sentir-se bastante à vontade em sua presença. Dona Miriam e a psicóloga comentam que no dia seguinte seria dia de visita. Sinto novamente uma mudança, presto atenção na conversa, que agora se estabelece paralelamente: dona Miriam: “o pai dela (da bebê) não foi pegar ela semana passada né?” Psicóloga: “foi, mas como estava ventando muito, ele então não levou porque a mãe já tinha visto ela”. Sinto certa rivalidade, e percebo que a relação de dona Miriam com a psicóloga está muito relacionada a questão dessas visitas.

O que acontece é que esses bebês, antes de serem enviados para adoção, passam por um período de destituição do poder familiar, que ocorre depois de realizadas tentativas no sentido de que a criança continue com a família de origem. Essas ações envolvem encaminhamento para acompanhamento psicológico, para o CAPS quando há envolvimento com álcool e outras drogas, ou sofrimento psíquico. Assim, é acionada uma rede, para buscar auxiliar a família em suas dificuldades. Prazos são estabelecidos para essas mudanças, que com muita dificuldade ocorrem. A psicóloga comenta que a maior parte das famílias dessas crianças tem envolvimento com drogas e prostituição, o que dificulta muito.

Vamos à segunda visita.

Enquanto isso fico perguntando-me como deixar a visita com um estilo menos institucional, porque percebo que chego na casa das pessoas como uma estranha acompanhada pela psicóloga, que é quem leva as crianças para visitarem suas famílias de origem. Ela, de algum modo, representa a instituição mediadora que busca “reorganizar” as famílias de origem

para receberem as crianças de volta, família que, já a princípio, não conseguiu oferecer os devidos cuidados, com quem as crianças já sofreram algum tipo de privação... e sinto que isso chega à mim.

A casa é pertinho. Também uma casa simples, com uma cozinha espaçosa. Somos atendidas pelo pai acolhedor, que diz que a esposa estava dando uma “cochilada”. Fico em dúvida se o casal sabia ou não da nossa visita. Pouco depois ela vem com o bebê no colo. Sentamos na sala, o bebê é encantador, extremamente sorridente, muito apegado ao casal.

Eles brincam com a psicóloga dizendo que a criança fica agitada quando a vê porque acha que é dia de visita à mãe. A psicóloga explica que a mãe nas visitas não dava muita atenção ao menino, dedicando-se mais à outra filha, e que foi preciso fazer um trabalho junto a ela para aproximar-se mais do filho nesses momentos. Novamente sinto aquela “coisa” da visita rondando-nos, percebo certo desconforto. Seria possível outra forma de fazer essa aproximação?

O casal conta que já faz um tempo que acolhem bebês, e que inclusive, a segunda bebê que acolheram, é a filha deles, pois a adotaram. Como o programa nessa cidade existe há mais tempo do que quando passou a ser previsto no PNAS e no ECA, o funcionamento era diferente. Nesse caso, o casal fazia parte da lista de adotantes, e foi-lhes possível ficar com essa criança quando colocada em adoção. Eles disseram que a filha ama o menininho, e que pede para o adotarem também, mas eles dizem que “é só ela”.

Fico com vontade de segurar o bebê, ele é de fato muito adorável, sorridente, e brincalhão, esconde-se no colo da mulher e ri.

Quando vamos saindo o pai acolhedor diz “vou abrir, pra você voltar sempre”, assim agradecemos, sorrimos e quando já estamos quase no carro, a mulher diz para o bebê “não, hoje ela (psicóloga) não vai levar você”, a psicóloga confirma “não, não vou levar...” e a mulher replica “mesmo que quisesse levar, hoje não é dia de visita...”.

Fica nítida novamente a preocupação com os dias da visita. Apesar disso, sinto que estamos indo bem.

Na terceira visita chegamos um pouco antes do combinado, é a casa de Tereza. A psicóloga havia conversado com ela, que havia dito que levaria o bebê ao médico, mas que voltaria e nos receberia.

A história desse bebê é uma exceção, como nos diz a psicóloga, pois sua genitora, já na gravidez decidiu entregá-lo em adoção, o que possibilitaria uma adoção bem rápida, ou seja, dentro de uns 40 dias ele já teria uma família. Por isso ele estava na casa de Tereza, apesar de estarem também, já outras duas meninas em acolhimento.

Somos recebidas por uma mulher e logo as crianças também aparecem, são duas meninas, uma de dois anos e uma alguns meses mais nova. A psicóloga confirma que não é o dia “da visita”. A mais velha é extremamente falante, vou chamá-la de Jéssica, a outra, ao contrário, é bem quietinha e muito observadora, Isadora. A psicóloga já havia dito que as meninas tornaram-se muito amigas, e que Débora era irmã de um dos bebês que havíamos visitado. Ela explicou que com o passar do tempo, por conta das visitas, ela aproximou-se muito desse irmãozinho, e que agora, a equipe tentaria encontrar alguma família que aceitasse adotar os dois.

Pergunto-lhes quantos anos elas têm, e Jéssica logo mostra vários dedos das mãos. Pergunto também o nome dos cachorros e ela diz :preto, “e o outro?” questiono, ao que ela responde “Branco”.

Comento com a psicóloga que todas(os) associam a visita à ela, ela concorda e explica que aproveita para fazer sua visita às famílias acolhedoras já no dia em que busca as crianças para visitarem suas famílias de origem.

Entramos na casa e Jéssica mexe na bolsa da psicóloga, mexe em seu celular, depois tenta abrir minha bolsa também, observo um pouco para ver o que ela faria, mas ela para. As meninas permanecem na sala conosco, e Jéssica, enquanto isso, traz uma sacola de roupas dela, ela me mostra que tem uma toalha e uma calça. Comento que achei a calça bonita, e ela abre tudo pelo chão.

Depois ela traz uma boneca enorme, arrastando, diz que chama Laura, pego a Laura no colo e nino, elas olham atentas, então Jéssica mostra-me um corte na mão e braço da boneca, diz que foi o rato que comeu e insiste algumas vezes. Pergunto se podemos fazer um curativo, e por um remédio, ela sai procurando o remédio, e como não encontra algo, pego meu anel e sugiro que ele possa ser o remédio, assim o passamos na boneca. Jessica também pega e passa, e pergunta-me “cadê o curativo”, fazemos. Ao final desses cuidados colocamos Laura para dormir, chupando o dedo.

Em seguida, chegam duas estagiárias que fazem os álbuns das meninas. A psicóloga explica que esse trabalho é aquele em que as crianças vão confeccionando um material de sua história de vida, com fotos, seus desenhos. As meninas parecem gostar bastante de tal atividade, e assim que as estagiárias chegam, todas já se encaminham para sua realização em uma outra sala.

Eu fico conversando com a psicóloga sobre o mestrado, ela me pergunta como é...e falamos da nossa profissão, ela fala um pouco dela, de seus anseios no início da carreira, de sua experiência com clínica. Nesse intervalo ela liga para Tereza; a mulher que nos recebeu na casa,

em outro momento também liga, ela diz estar chegando, está sem carro na instituição para trazê-la de volta...enfim, mais tarde ligam da instituição para a psicóloga: precisam do carro. Acabamos indo embora sem que eu conheça Tereza, mas sinto que ali, apesar do desencontro, algo se deu...

Despeço-me de Jessica, que de longe me olha com muita atenção e me sinaliza um tchau com um sorrisinho bem tímido, mas muito carinhoso.

Não encontro Isadora, que está no banheiro, digo tchau bem alto, mas não sei se ela escutou, a psicóloga já está na parte de fora da casa, me preocupo também com o horário.

Passamos em uma escola para pegar uma criança e levá-la para a instituição onde vai encontrar o casal que pretende adotá-la e com quem está em período de aproximação. No carro, reparo que ela mexe na bolsa da psicóloga. A psicóloga parece não se importar muito, tive a impressão de ser algo comum.

Ao final combinamos que a psicóloga ligaria para Tereza e avisaria que na segunda – feira eu telefonaria para conversar com ela, já que não conseguimos encontrar-nos pessoalmente.

Saio com a sensação de que muita coisa esteve em movimento, o tempo todo. Para mim a escolha já tinha sido feita, já havia iniciado esta cartografia, apesar de ainda nem ter visto a mulher que me confirmaria e autorizaria a entrar em sua casa e cartografar esses afetos que já me atravessaram naquela tarde. Acredito que minha escolha pela família de Tereza se deu muito pelo meu contato com as meninas acolhidas.

Cada família, uma cartografia com seus afetos, cada ser um conjunto desses afetos, cada espaço, cada sorriso, cada olhar, cada desconfiança, cada receio, um leque de possibilidades, e assim retorno para casa.

Na segunda-feira ligo para Tereza. Ela diz que não conseguiu chegar em casa à tempo no dia de nossa visita, e pergunta se eu conheci as meninas; digo que sim, que gostei muito delas, e que apesar de não tê-la conhecido naquele dia, senti que era com aquela família que queria trabalhar na pesquisa. Conto-lhe que eu havia visitado mais algumas famílias, mas que estavam acolhendo bebês, e que nesse caso, eu preferia crianças maiores, para acompanhar as interações (eu havia mesmo gostado do contato com as meninas). Ela concorda e diz que achava que nas casas anteriores por ser cuidado com bebês poderia atrapalhar na rotina, mas que em sua casa tinha um monte de gente e que sua família já está mais acostumada, pois vão também as estagiárias, toda semana, fazer os álbuns das crianças, e tem também um bebê, que apesar de ficar pouco tempo, eu conheceria.

Explico-lhe sobre a pesquisa, os objetivos, as visitas, ela diz que tudo bem, que ia gostar de participar. Pergunto se ela gostaria de tentar um encontro pelo Skype para me conhecer, ela diz que por ela não era preciso, que ela não tinha “dessas coisas”, que sua casa estava aberta “você vai ver.... a psicóloga deve ter te falado, aqui em casa é tudo aberto”.

Combinamos de nos encontrarmos no sábado, ela diz que pode me pegar na rodoviária, que é perto. Ela comenta que vai ter festa junina nesse dia, e pergunta se eu não quero ficar até a noite e participar também. Ela diz que a família é grande, tem ela, o esposo, duas filhas, um filho, dois genros e uma nora, e que no sábado estariam todos(as). Ela ressalta novamente que todas(os) participam no cuidado com as crianças.

Eu aceito participar da festa, vejo como uma oportunidade de me aproximar mais da família, e também de acompanhar um momento diferente da rotina deles(as), bem como uma possibilidade de introduzir o material de filmagem.

Encontro 04.07. 2015

Essa é minha primeira visita oficial à família. Logo que cheguei à cidade, liguei para Tereza, que no dia anterior (por meio de minha ligação) confirmou que iria me buscar na rodoviária alegando ser perto de sua casa, e que os ônibus demoram muito para passar em seu bairro. Como não nos conhecemos, digo-lhe que estarei perto do relógio que mostra a temperatura, com uma calça cor vinho.

Quem vai me buscar é seu esposo, acompanhado das duas meninas, cada uma segura em uma das mãos. Logo as reconheço e vou em sua direção. Elas seguram também minha mão e vamos andando os quatro. As meninas penduram-se seguras por nossas mãos, cantarolam e repetem coisas que dizemos. Ele, que chamarei de Roberto, coloca cada uma delas na cadeirinha do carro. No caminho, vamos conversando, ele conta que trabalha viajando e que esteve em minha cidade no dia anterior. Falamos um pouco da cidade e Roberto conta um pouco das meninas, de suas famílias de origem, comenta que estão com um bebê também em casa, mas que é um caso diferente devido ao fato de a genitora ter já demonstrado que o entregaria desde a gravidez.

Quanto às meninas, ele diz que são casos complicados, que envolvem genitoras muito jovens, drogas, prostituição e negligências. Nesse momento ele conta diversas situações, de várias crianças, tanto que eles acolheram, quanto que foram acolhidas por algumas outras famílias. Ele tem um posicionamento um pouco inflexível quanto às famílias de origem das crianças, comenta que em uma outra cidade, também do interior a equipe é mais “ágil”, retira

logo a criança e põe disponível para adoção; ele queixa-se que ali, em sua cidade, acha que a equipe privilegia as genitoras nas tentativas de ajudá-las para que a criança retorne. Ele diz também que naquele dia Isadora não ia receber visita, como Tereza havia me dito, pois a partir daquela semana as visitas estavam suspensas, porém a genitora, ao ser informada disso, deixou claro que não aceitaria tal decisão, “aí fica nessa briga”.

Jessica pergunta meu nome, eu digo e elas ficam repetindo. Pergunto se elas lembram-se de mim, quero contar que as visitei, e me interrompo “eu fui na casa...” (não sei que termo usar), “delas?”, “da tia e do tio?” “da mãe e do pai?”, “na casa em que vocês estão ficando”. Na dúvida, pergunto à Roberto o que ele acha melhor, ele diz que posso dizer “na casa de vocês” (delas), então digo que fui na casa delas uns dias antes, e pergunto se elas não se lembram. Jessica começa a contar alguma coisa, relacionada ao irmão, Roberto pergunta o que ela está dizendo, ela diz um nome masculino, que Roberto parece desconhecer, ele diz para ela “ah, você tá inventando história ...” (como se já fosse algo comum). Isadora está mais falante do que no encontro anterior. Ao ver uma antena grande, ela balbucia “gandi”, e aponta. Elas parecem reconhecer o caminho, ou, ao menos aquilo “gandi”. Elas repetem essa palavra, e outras... depois de perderem as chupetas, Roberto tenta acalmá-las dizendo que já estávamos chegando.

Ele diz que sua família é a mais nova do programa, mas já acolheram várias crianças, a maioria bebês, e agora estão com as duas meninas, um pouco mais velhas. Roberto também fala um pouco de sua família, que uma das filhas está na faculdade em um curso de Ciências Humanas.

Isadora e Jessica são amigas. Isadora foi a primeira delas a chegar à casa, recebe muito carinho e atenção de toda a família. Ela tem apresentado coceiras pelo corpo e algumas manchas. Suas visitas à genitora foram recentemente impedidas.

Jessica é a mais velha, ainda recebe visita da genitora uma vez por semana. Ela tem um irmão de poucos meses de vida sendo acolhido por outra família.

Pedro é um bebê que ficará pouco tempo com a família acolhedora, pois seu caso é uma exceção: sua genitora, já desde a gravidez, manifestou o desejo de entregá-lo em adoção, o que espera-se, que facilite e agilize todo o processo de destituição do poder familiar. Segundo Tereza, a genitora de Pedro tem um filho(a) por ano e sempre os(as) entrega.

Ao chegarmos na casa, Roberto desce Isadora enquanto eu ajudo Jessica a sair da sua cadeirinha, na verdade tento, por que há um nó e tenho dificuldade em tirá-la, mas não demonstro preocupação, é só um nó, e ela espera até que eu consiga, Roberto comenta que aquela é realmente a mais difícil de tirar.

Reparo, nesse trajeto, que Roberto coloca primeiro Isadora no carro, a desce primeiro, a senta na cadeirinha mais nova, há sem dúvidas um certo carinho, ou predileção dele por ela.

Tenho uma boa impressão de Roberto, ele é receptivo, falante e alegre. Sinto-me à vontade.

Já na casa, as meninas vão à frente dizendo “ela chegou, ela chegou”. Tereza vem da cozinha em nossa direção, as meninas puxam-me pelas mãos, querem me apresentar às outras pessoas da família. Tereza as acalma, diz que vou ter tempo de conhecer todas(os). Aos poucos vão aparecendo mais pessoas, uma moça, mais tarde um rapaz. A casa está cheia, como Tereza havia me dito acontecer aos finais de semana.

Sou levada até o quarto onde uma das filhas do casal está dormindo, Tereza me diz que ela estuda e trabalha e que no final de semana chega tarde e dorme até mais tarde.

A impressão que tenho de Tereza está em conformidade com o que eu esperava, ao imaginá-la pelas conversas por telefone. Ela é animada, tem um aspecto jovem, sorridente, cabelos pintados, e um corte moderno.

Vamos para a cozinha, sento-me e ela logo começa a conversar, a falar dos acolhimentos, principalmente quando comento dos termos de assentimento e consentimento e que gostaria que aquele fosse um espaço para criarmos um conhecimento juntos(as), em que eles(as) pudessem falar de suas experiências, de suas dificuldades, e facilidades em acolher.

Tereza pareceu muito à vontade, e como Roberto, foi logo contando diversas histórias das crianças, e também de outras famílias acolhedoras. Fiquei bastante confusa com os nomes e histórias, não sabia qual história era de quem...era muita informação! Pedi para ligar o gravador, ela concordou, mas percebi que se interrompeu um fluxo, ela fez pequenas pausas e dali em diante o relato pareceu mais contido, o que em alguns momentos não ocorreu, voltando o relato a ser contínuo e desenfreado.

Noto logo que Tereza e sua filha do meio, Beatriz, têm diversos embates. Elas discordam de várias coisas. Essa é a filha que está na graduação, em um curso de Ciências Humanas, que Roberto havia comentado. Na cozinha surge uma discussão entre as duas sobre o que está relacionado ao biológico, no comportamento das crianças, e o que não está.

Tereza dá exemplos de coisas que as crianças fazem, que reproduzem, às vezes mesmo sem conhecer a pessoa da família que também faz aquilo...para ela essas coisas são herdadas, porque não tem outra explicação. Beatriz discorda e dá outros exemplos na direção contrária, destacando os comportamentos aprendidos. A discussão vai agigantando-se e percebo que está para chegar em mim...Eu tenho um posicionamento bem definido sobre o tema, estou com Beatriz, não queria ser neutra, mas já entrar numa discussão assim no primeiro encontro? Como

não fui interpelada diretamente a participar, preferi ficar às margens acompanhando, o que me fez refletir sobre as possibilidades e os limites de um(a) cartógrafo(a).

Neutralidade não existe, reconheço ali meu corpo afetando e sendo afetado por aquilo que estudo, por aquilo que intento conhecer, e pelo que também participo, em certa medida, da construção.

Beatriz diz “eles (*sua família*) dizem que eu sou radical, que eu defendo as mães das crianças, mas não é, eu tenho que ver os dois lados...” Além de sua vivência como família acolhedora ela também estuda tais processos, então seus afetos transitam entre esses dois espaços e vivências, enquanto família e estudante, futura profissional.

Ela justifica a atitude de sua família de antagonismo à ela “é que eu sou a do meio,” e Tereza completa: “ela é igual a Jessica, é a do meio, é o problema do filho do meio”.

No quarto, a noite, enquanto nos arrumamos para a festa, ela conta que as pessoas não entendem o acolhimento familiar, que antes ela até argumentava que dá sim para ser família acolhedora, “aí as pessoas ficam falando que não conseguiriam por isso e por aquilo...” então ela diz que agora já nem argumenta mais, fala logo que é difícil mesmo, e pronto.

Beatriz tem olhar curioso, e parece bastante sensível e sincera. É uma das pessoas que me faz sentir bem à vontade pela casa.

Durante o dia a família fala de viagens, de compras de passagens de avião porque uma das filhas vai sair de intercâmbio e o filho vai viajar, então essa atmosfera ronda nosso dia.

Vou percebendo as tarefas, Tereza dá remédio para as meninas, troca a fralda do bebê, dá banho em uma delas, dá leite e acalma o bebê, faz comida para a família, lava as louças, brinca com as crianças. Roberto leva-as para passear de carro, põe o bebê para dormir em sua barriga, prepara parte da carne assada do almoço.

Percebo que André, o filho mais novo arruma a sala de brinquedos depois que as crianças a usam.

Juliana, a outra filha do casal dá banho no bebê, ajuda a arrumar as meninas para a festa, conversa com elas, pega-as no colo. Acho curioso quando ela fala para o bebê que ali, naquela casa, ele tem que aprender a chorar para ser ouvido, a fazer barulho porque senão ficaria de lado, “é muita gente”.

De modo geral, percebi a participação de todos(as) na interação com as crianças, apenas André é que parece envolver-se menos. As crianças interagem entre si, as meninas, inclusive com o bebê, beijam e acariciam-no.

Tereza fala sobre algumas dificuldades que tem com Jessica. Nesse período, de tentativas em manter a relação entre a criança e sua família de origem, a equipe do programa

organiza encontros semanais, que ocorrem em outro local, sem que haja contato entre as duas famílias. E Tereza contou que esses momentos, depois das visitas, eram difíceis, e que Jessica, por exemplo, falava que ia embora com sua mãe, e a provocava. Ela explica como essa atitude foi modificando-se com o tempo “*Mas agora ela diz que só vai lá dar um beijo na mãe, mas que já volta*”.

Na casa há um corredor, e no final dele há na parede um quadro com fotos de todas as crianças acolhidas por essa família, logo embaixo, há um móvel com quadros também com fotos dessas crianças e de pessoas da família, e mais abaixo ficam os calçados das crianças. Esse parece um cantinho especial da casa, onde o que é família e o que não é mistura-se e separa-se no final de um corredor, ainda pouco iluminado.

A casa é espaçosa, e há uma sala central onde há muitos brinquedos.

Há uma pequena confusão com o nome do bebê, pois haviam lhe dado um, mas o juiz mudou-o. Assim, às vezes as crianças chamavam-no por um nome e eram corrigidas, em outros momentos, eram os adultos quem o chamavam pelo nome antigo.

O bebê é bem quietinho, passei o dia todo com a família e não o ouvi chorar, apenas ao final da tarde, quando Tereza alimentou-o é que o percebi agitado.

Isadora ainda usa fraldas, mas está em processo de deixá-las, porém, nesse dia ela defecou na roupa. Diante disso Tereza comenta que com Jessica esse processo foi rápido, porém fazia tempo que Isadora não sujava a roupa. Reparei que ela se coça bastante, principalmente enquanto Tereza amamenta o bebê, ou dá atenção para outra pessoa. Acho que foi um dia incomum para ela, a começar porque ela ia para visita de sua genitora e não foi, também por ser um dia de festa, e por ter gente diferente na casa.

Passo um tempo brincando com ela, enquanto Tereza amamenta o bebê. Pegamos o álbum que tem fotos dela e de Jessica e ficamos reconhecendo as pessoas. No início ela apontava para ela mesma nas fotos e dizia ser Jessica, eu apontava Jessica e dizia que aquela era a Jessica, e apontava para ela na foto e dizia que aquela era ela. Encontramos a “mamãe”, e também o “papai” (momento em que ela ficou muito agitada e animada), queria sempre voltar a essa foto.

Notei algumas fotos em que as meninas estavam de costas, para não serem identificadas, pois eram para o jornal.

Quando a noite chega a casa adquire uma movimentação diferente, todos vão arrumar-se, tomar banho, e vestir-se nos quartos. Dividimo-nos nos carros e vamos para o “Lar” (como chamam a instituição).

O lugar é enorme, como um galpão, tem diversas mesas, e bastante gente. Algumas pessoas estão vestidas iguais...parecem de alguma instituição. Percebo que há ali as famílias acolhedoras, revejo as que eu tinha visitado no primeiro dia, vou até suas mesas, cumprimento, sou apresentada à famílias que eu ainda não conhecia...o clima está animado.

Tenho a impressão de não ver famílias de origem das crianças ali, talvez façam uma festa para elas também, em separado, talvez não...

Há várias crianças, a psicóloga e sua família também estão...A família dispersa-se um pouco, Tereza vai conversar e encontrar as pessoas e eu vou comer... tem barraca de pesca, estão distribuindo brinquedos e reparo numa coisa: algumas crianças animam-se muito com os brinquedos sendo distribuídos e começam a sair da fila com um brinquedo e já a entrarem novamente nela, logo saindo com outro...isso foi seguindo-se até que os brinquedos acabaram, ficando quase todos em uma só mesa, que era onde estavam aquelas crianças.

A brincadeira, portanto, acaba cedo e diversas crianças ficam sem brinquedos, principalmente as menores. Mas ninguém parece importar-se muito, tem bastante comida, gente caracterizada, bingo, e vai rolar quadrilha.

Na hora da dança, Isadora e Jessica animam-se muito, vão para perto da quadrilha e ficam “dançando” em volta e divertem-se! Têm ali, também, seu direito à Convivência comunitária assegurado. O clima é de encontro e os afetos alegres.

Eu fui ficando bem cansada ao final do dia e ainda tinha a volta para casa. Tereza convidou-me para dormir em sua casa, disse que tinha lugar e que eu poderia viajar no dia seguinte. Mas eu estava cansada, começando a espirrar, e queria voltar para casa, sentia que apesar de todo carinho e acolhimento eu precisava deixar-me afastar dali. Muitos afetos envolveram-me nesse dia, era preciso desligar.

Fomos embora e eu peguei o último ônibus de volta para minha cidade. Dever cumprido, voltei e trouxe comigo diversas novas marcas.

Dentre meus pensamentos estão algumas questões... As crianças parecem tão habituadas à família acolhedora, vão e voltam com tanta segurança, passam o dia todo como se de fato estivessem em suas casas, com suas famílias. Por outro lado, com a família é a mesma coisa, todos interagem muito com elas, apenas o bebê é que fica um pouco mais quietinho, mais de lado.

As duas meninas além de apegadas à família, são muito unidas entre elas. Elas brincam, comem, reclamam, fazem graça, riem, recebem cócegas, broncas... “Como será o fim disso?” é o que me questiono.

Esse primeiro contato com toda a família foi intenso, porque passamos o dia todo juntos(as) e ainda fomos à noite na festa junina. Foi cansativo também porque viajei duas vezes, ida e volta no mesmo dia.

No caminho, venho pensando em todas essas coisas, lembrando conversas, sonoridades e olhares, é difícil “desligar”, mas o cansaço e o balanço do ônibus vencem-me...

Telefonema 27.07.2015

Depois da última visita que fiz à família, em que participei da festa junina, combinei que ligaria para marcarmos uma data para nova visita e saber um pouco como eles(as) estavam, das novidades sobre as crianças e o andamento de seus processos.

Tentei entrar em contato por telefone algumas vezes, mas em alguns momentos ninguém atendia, ou Tereza não estava em casa e pelo celular eu acabava tendo algumas restrições para conseguir conversar com ela o tempo que fosse preciso.

Assim telefonei no celular dela e marquei um dia para conversarmos pelo telefone fixo, quando ela estivesse em casa, foi aí que agendamos para uma segunda a tarde. Liguei então no final da tarde, mas ela havia saído, conversei no telefone com Roberto, pergunto por Tereza e me identifico, ele pergunta como estou e depois explica que ela saiu mas que em 30 minutos estaria de volta, combino então de ligar mais tarde, a noite.

Depois de encerrada a ligação penso porque não conversei mais com Roberto já que ele faz parte tanto quanto Tereza do acolhimento das crianças, percebo em mim um movimento de maior proximidade e identificação com ela. Talvez isso se deva também por ser ela quem mais responsabiliza-se pelas crianças, e assim, eu a tenha como maior referência.

Quando retorno a ligação Tereza atende e vai me contando que foi levar o bebê no médico de manhã para exames, e que quando estavam lá ela recebeu uma ligação das “meninas” (psicóloga e assistente social do programa) com a notícia de que Isadora “foi para adoção”. Tereza conta que nesse período Isa foi levada para conhecer o casal adotante. Ela explica que agora tem o período de aproximação entre eles(as).

Tereza conta que Isa, voltou da visita com uma boneca que canta, dada pelo casal. Ela é um pouco hostil nesse momento. Parece perceber as ações do casal como rivalidade, como uma disputa pelo carinho de Isa, pela legitimidade de sua relação.

Ela explica que em dois casos em que sua família acolheu, as crianças voltaram para família de origem, mas que agora a visita foi no “Lar” porque a criança foi para adoção, então

há uma diferença, o período de aproximação não é em sua casa. Ela parece chateada por não poder acompanhar parte do processo, porém conformada.

Ela diz que “essa é uma família diferente”, o casal têm 3 filhos biológicos adultos, e adotaram uma criança que hoje já tem quase 10 anos, “são um casal maduro, aposentado”. É como se ela tentasse acreditar na escolha feita pelo “lar” para Isa, e ela busca aceitação do fato de estarem “arrumando” tal família para ela.

Nesse momento ela lembra que eles mandaram uma boneca igual a de Isa para Jessica também “ela chegou com as duas bonecas, e uma era pra Jessica”.

Tereza desabafa “ah, meu marido já chorou hoje, mas eu tô feliz...”, ela destaca que desde a semana anterior “as coisas estavam muito quietas”, então ela estava sentindo algo estranho que dava-lhe a sensação de que alguma coisa aconteceria.

Tereza dá “graças a Deus” que Isa foi para adoção, pois sua maior preocupação era que ela acabasse retornando para família de origem. Logo em seguida ela lembra que ao conversar com uma amiga sobre isso sua voz embargou.

Para mim, ali do outro lado da linha, foi perceptível que Tereza estava em um processo de desterritorialização, as coisas mudaram e seus afetos eram inconstantes. Aquele dia apesar de já esperado, causou a ela um misto de alegria e tristeza. Um aumento de sua potência de agir: ela sabia ser a adoção algo positivo para a pequena Isa, e ao mesmo tempo, uma diminuição dessa potência. Uma possível separação lhe causou medo, paralização...

Ela diz que a vontade era de beijar muito a criança, que parece que “não caiu a ficha”. Ela diz que quando perguntou quem havia dado a boneca, Isa respondeu “a mamãe”. Ela soube então que o casal a incentivou a chamá-los de papai e mamãe, o que parece ter deixado Tereza confusa.

Pergunto sobre a reação do restante da família e ela diz que Juliana dizia “não era pra você ir Isa.... não era pra você ir..”

Ela diz que todos sabiam que setembro seria um mês em que possivelmente ela iria embora, mas que de setembro podia ir para dezembro...e conforme o tempo passava ela esperava que Isadora ficasse um pouco mais.

Ela relembra a ligação recebida e diz que quando atendeu e viu que era do lar deu “um frio na barriga” (afetos pondo em movimento). A pessoa da ligação diz que era uma notícia boa, e ela já ansiosa pergunta de qual dos três (crianças acolhidas), (ri) e quando ouve que era sobre a Isa, me diz “aí já deu aquele...” Tereza não consegue nomear... relembra a sensação da casa vazia, e diz que pelo que foi informada aquele primeiro encontro de Isa com a nova família foi ótimo “se continuar ótimo desse jeito, não vai dar uma semana, e ela vai estar com eles

Lisa...” Ao contar, ela enfatiza o “ótimo desse jeito”. Parece uma ambivalência que ela não consegue esconder. Ela quer que a criança encontre um lar, uma família definitiva, mas não consegue esconder que foi pega de surpresa, e que corre contra o tempo para poder reorganizar-se e dar conta das exigências da nova situação.

Ela diz que conhecerá o casal adotante na próxima semana. Até então é sua imaginação, possível pelas informações que ela vai coletando que compõem sua opinião sobre o casal.

Ela volta a falar do bebê, conta que fez exame do pezinho, mas que é preciso levá-lo em mais consultas por conta de sua respiração que é diferente, o que talvez seja asma. Explica que o pediatra comentou que pode ser genético (“nenê roncador”), e que o levará no otorrinolaringologista. Ela retoma, em sua fala, suas muitas tarefas com as crianças. Diz que o problema de Isa não está estabilizando porque ela não consegue “tomar” sol suficiente quando passa o remédio na pele, e explica que só conseguiu aplicar a medicação duas vezes. Ela conclui que Isa precisa de alguém que possa cuidar dela, dedicando tempo a esse problema de saúde, e à parte emocional. Tereza complementa dizendo, a partir das informações que tem, que a mulher que adotará Isa vai ter tempo para dedicar-se aos problemas de saúde da pequena.

Tereza diz que perguntou para a psicóloga se o casal era rico, ela explica-me que quando Isadora começou a apresentar as coceiras e manchinhas pelo corpo, ela pensou que isso dificultaria sua adoção por parte de uma família com maiores condições financeiras, pois a preferência das(os) adotantes é, geralmente, por crianças saudáveis.

Pergunto da festa de aniversário, pois o planejado era fazerem uma festa para comemorarem com as duas meninas, ela diz que não sabe, que a festa sai na véspera “é, você acha que vai demorar (*para as crianças irem embora*), de repente...”, ela então lembra que pode ser que Jessi também não esteja mais com elas(es) em setembro. Tereza suspira.

Ela faz uma comparação com o bebê que acolheram anteriormente e diz que este levou um mês para adaptar-se à outra família “mas bebê é diferente né...”; Ela preocupa-se que Isa possa ainda não ter se dado conta do que estava acontecendo: “...lá no Lar parece ser tudo tão fácil, vai para lá e volta para casa depois, eu não sei se ela (Isa) tá sabendo que vai ficar... lá tem parquinho né, ela vai lá e fica brincando”. Ela contou que o casal passou duas horas com a criança, e que na próxima visita vão levar a “irmãzinha” (filha do casal) para Isa conhecer também.

Tereza diz que não sabe como vai ser agora, quanto tempo vai levar até Isa ir embora. Pergunto o que a equipe lhe diz e ela responde que “vão ver como a Isa se sai”, mas seu palpite é que em duas semanas Isa já fique com a nova família. “Eu só não quero que seja de uma hora pra outra né Elisa...” “mas a gente não sabe, lá no lar pelo menos eu acho que eles (*casal*) tão

sendo analisados, não sei se eles (*equipe técnica*) analisam”. Ela conta que quando as visitas eram em sua casa, ela avaliava, mas sua opinião não era levada em consideração, então se em algum caso ela dissesse que a família não estava preparada para ficar com a criança, isso não interferiria na decisão.

Penso comigo: aparentemente Tereza gostaria muito de ter o poder de decisão, e se tivesse, o que de fato ela faria? Cogito compartilhar a questão, mas ela continua: “mas aqui (em sua casa) eles (casal) não iam conseguir curtir a Isa”, e explica que por ter as outras crianças, Jessi e Pedro, que também acabam chamando a atenção, Isa teria a atenção deles dividida.

Ela vai tecendo justificativas para concluir que sua casa não é de fato o local mais apropriado para que aconteçam os encontros entre Isadora e sua nova família.

Já estávamos a mais de 30 minutos de ligação quando pergunto o que mais ela quer me dizer, o que quer contar, ao que ela repete “demora pra ficha cair”. Ela diz que já vai tomar seus remédios que ficam no armário, pergunto como assim, e ela me explica que há remédios “pra quando eles vão embora”. Mas logo em seguida ela lembra que tem as outras crianças, “não vai embora tudo junto”, e relembra a casa vazia.

Ela diz que tem tanta criança que chega para o Lar, que sai uma criança e já mandam outra “a cama nem esfriou, a gente põe outra no lugar”, e comenta novamente que soube de duas vezes a noite que a polícia foi levar crianças pro Lar. Ela parece concluir que por falta de criança sua casa não vai ficar vazia.

Tereza diz que ela é diferente, que no hospital, quando receberam a notícia, seu marido chorou, mas que ela não chora “dos outros eu não chorei, eu fico meio perdidona, vou fazer as coisas, passar roupa, e fico meio perdida, me dá dor de cabeça...mas eu sei que na hora que eu entrar no carro e pôr música vai me dar vontade de chorar...”. Quando ela fala da música lembra que no carro Isa veio com Roberto cantando uma musiquinha, e que ela emocionou-se ao ouvir. Ela então canta um trecho da música, que já não me recordo.

Lembro de Roberto e peço para falar com ele também. Tereza quer falar mais e comenta de Campinas, que foi para lá e conversou com alguém sobre o programa de acolhimento familiar de lá. Comento que já li algumas coisas e que parece que a estrutura do programa nesse município é muito boa.

Em minha conversa com Roberto ele diz que “não caiu muito a ficha ... a gente baqueia, mas nossa preocupação é com o futuro dela, alivia saber que ela vai ser adotada”

Ele lembra do primeiro bebê que acolheram, que esse ficou 9 meses e foi mais difícil, e que até hoje lembram das roupinhas que ele usava.

Roberto conta que Isa aprendeu a engatinhar e a falar ali, com a família acolhedora. O acolhimento já dura 1 ano e 3 meses, e Roberto tem as contas bem atualizadas.

Ele diz que ficarão uma semana de luto porque ainda tem as outras duas crianças. Diz que, no fundo do coração, sentiu-se traído quando Isa chegou toda alegre da visita, “com a boneca da mamãe nova”, porque essa era a última esperança de ela ficar mais um pouquinho (levar mais tempo para adaptar-se à nova família).

Ele compara com antes, diz que nas visitas, o casal ia e ficava na casa da família acolhedora umas 2 horas, ali trocavam fralda, alimentavam as(os) bebês, mas agora a visita é realizada no Lar, ele diz que falaram que já faz tempo que é assim, mas que como as duas últimas crianças que a família acolheu retornaram para suas famílias de origem, e eles nunca tiveram contato com as famílias de origem, então não sabiam dessa mudança: agora as visitas para adoção também eram realizadas no Lar.

Quando ele contou que iriam conhecer o casal, perguntei o que ele esperava, como achava que seria, e ele disse que nesses casos há dois tipos de família, uma aberta para contatos futuros entre a família acolhedora e a criança adotada, e outra que diz “agora acabou, vocês nunca mais vão ver”.

Roberto conta também, com certa indignação, que o casal vai mudar o nome da criança, e que assim sugeriram que seria melhor não a chamarem mais de Isa. Ele explica que talvez coloquem um nome que mantenha a mesma inicial. “A gente não consegue mudar de um dia pro outro” (falando da dificuldade com essa questão da mudança dos nomes).

Por fim, Roberto faz uma pequena avaliação e diz que “é um casal experiente igual a gente (ele e Tereza), com filhos já...”

Encerramos a ligação e combinamos que entrarei em contato novamente na próxima semana pra conversarmos um pouco sobre como foi esse encontro com o casal adotante.

Digo-lhe que se quiserem ligar, que fiquem a vontade, que Tereza tem meu número (de quando liguei para avisá-los(as) da minha chegada na primeira visita), e que eu estava ali com eles(as), para ouvi-los(as) e acompanhar aquele processo. Digo-lhe que pode ligar mesmo, “nem que seja pra dizer...sei lá.....nem que seja pra xingar mesmo...”. Quando eu disse algo parecido para Tereza, anteriormente, na ligação, ela riu, Roberto não.

Sinto que talvez Roberto quisesse dizer mais coisas, mas não o incentivei nesse sentido, quando percebi que ele tinha a voz diferente, mais no final da ligação. Achei que esse seria um sinal de “é melhor parar por aqui”. Preocupou-me o fato de tudo aquilo dar-se por meio de um telefonema, pois quando liguei não imaginei que me depararia com tamanha mudança na situação do acolhimento daquela família. Eu também havia sido pega de surpresa.

Fiquei em dúvida de como manejar as coisas por telefone, pelo fato de ele estar em sua casa, com as demais pessoas ali também, ou seja, me preocupei com o sigilo, lembrei de como a emoção geralmente não respeita nossas sensatas decisões de não fazer isso ou aquilo, não chorar em público, por exemplo, regra tão difundida, principalmente entre os homens.

Mas acho que, de fato, o que mais me imobilizou foi a sensação de que eu talvez não pudesse dar conta de suportar a angústia de Roberto, fiquei com receio de não conseguir contribuir, da forma como eu gostaria, com ele para achar um sentido para aquela situação.

Será que o que eu havia feito teria sido suficiente? Ouvi-los(as) bastaria? O que pode um(a) cartógrafo(a) diante da vida, diante dos afetos que a movimentam? Lembro-me de Rolnik em sua cartografia sentimental e de quando, ao retomar os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, de Deleuze, ela dá uma explicação de como esse processo opera.

Termino a ligação um pouco angustiada, preocupada pela dificuldade que a família tem tido em perceber-se enquanto uma família de passagem, e por seu apego muito grande à algumas das crianças. Fico pensando em como será para eles(as) quando Isa for embora...e como será para mim também, voltar lá e já não encontrá-la.

Para mim, parece que a família está no meio de um processo de desterritorialização:

Telefonema 08.08.2015

Falo com Tereza, que me conta sobre ter conhecido o casal adotante de Isadora. Percebo, pelo seu tom de voz, que alguma coisa mudou, ela está ansiosa.

Nesse dia esse casal foi na casa da família acolhedora pegar a menina para levá-la, o que não aconteceu nas visitas anteriores, em que Isadora era levada até eles pela psicóloga, e encontravam-se no Lar.

Ou seja, foi a primeira vez que as famílias se encontraram.

No telefone Tereza diz logo que “não foi muito bom”, que a mulher ficava corrigindo, que não era para dizer “mãe” e sim “tia” quando se referisse à Tereza, bem como corrigia a família quando a chamavam pelo antigo (nem tão antigo) nome.

Tereza sente que o fim desse acolhimento está próximo, ela me passa essa sensação...ela explica que a psicóloga estava junto e que disse que correu tudo bem, o que ela também já considera um sinal, ela me diz “ah Elisa, a neném já foi...” diz que se continuar “BOMM assim” (*a adaptação de Isadora com o casal*), no próximo final de semana Isadora já não estaria mais com eles(as).

Ela diz que acha que a família adotante não diria “ah, não dei conta” e a trariam de volta, e que ela disse isso para “as meninas” (equipe). Ela desabafa que acredita que tudo estava sendo muito precipitado “já esperou um ano e três meses pra resolver o caso dela, agora quer resolver tudo em uma semana?”. Tereza diz que acha que estão “forçando um pouco”, que Isadora não queria ir com o casal, e que depois de algum tempo é que ela entrou no carro com eles por conta do presente que eles levaram.

Ela então diz que se forcarem, Isadora “vai pegar birra”, “tomara que ela chore pra demorar mais, pra ela ficar mais um tempo com a gente”.

Perguntei sobre a frequência e duração das visitas, com a intenção de compreender um pouco mais sua queixa e ela disse que tem uma média de 3 horas, todos os dias.

Ela diz que o percurso feito para ir até as visitas é o mesmo que Isadora sempre fez, então ela reconhece o caminho, e como sempre volta, para ela não mudou nada “ela nem sabe o que tá acontecendo”. Essa é tentativa de Tereza em explicar porque a criança não resistiu ainda à passagem à nova família, ao período de aproximação e de adaptação.

Tereza então racionaliza a partir dos dados que tem sobre o casal e tenta convencer-se de que é o melhor para a Isa...

Jéssica interrompe a ligação e Tereza dá-lhe atenção, pede-me um minuto, e depois volta a conversar comigo.

Aproveito e pergunto de Jessica, de como ela parece perceber essa situação da ida de Isa, ao que Tereza diz que explica para ela que a história dela e do bebê é igual a do Dumbo, que vem uma cegonha e traz uma mãe. Tereza ri e diz que a mãe de Isa é cheia de presentes, e que Jessica diz “eu quero uma mãe nova também”.

Tereza diz estar chateada com a situação, que Isa passou por 3 mães, a primeira (genitora) que não deu certo de permanecer com ela, ela, Tereza, e por fim a outra, que agora tem que ser chamada de mãe.

Depois de um tempo falando disso, passamos à tentativa de combinar um dia para nos encontrarmos. Eu digo que havíamos marcado para segunda, mas que talvez fosse interessante marcar para um final de semana, em que seria possível conversar mais com o restante da família também. Ela diz então que poderia ser na segunda feira mesmo, que é o dia que Isadora voltaria do final de semana com o casal, assim eu poderia acompanhá-la esse momento. E propõe que eu vá novamente no dia 15 (que era o final de semana que eu havia pensado).

Eu aceito o combinado e comento que no começo de setembro eu viajaria, então provavelmente não participaria do aniversário, mas que depois eles(as) contavam-me como foi, e mostravam as fotos... Então Tereza diz que prefere fazer o aniversário antes, que poderia fazer

no dia 22, assim eu poderia participar também, ela diz “eu sei que é profissional” (referindo-se à pesquisa) e conclui dizendo que se eu quisesse poderia também levar meu companheiro, e se o horário da noite ficasse ruim, poderíamos dormir lá (se ele não for “chato”), já que terá um quarto vago.

Acho curioso, digo-lhe que não precisa preocupar-se com a questão da data, mas ela insiste, diz que qualquer das 3 datas ficam boas (segunda, 15 ou 22). Eu fico em dúvida, então peço para ela um tempo para pensar um pouquinho, e organizar-me, então combinamos que eu iria na segunda, e que depois entraria em contato para confirmar como ficaria esse segundo encontro.

Não me lembro como, mas depois disso, em algum momento, Tereza falou das profissionais do Lar, que elas “são profissionais mesmo, são carinhosas com as crianças” (comparando com profissionais anteriores que mantinham distanciamento).

Ela conta ainda que Jessica pergunta para Juliana “Ju, você já achou seu príncipe?”, e que Jessica acha a assistente social linda.

Depois, Tereza volta novamente a falar do caso de Isa, diz que quando o casal levou-a, assim que saíram ela também saiu, queria ir para academia, visitar uma amiga. Ela conta que foi na feira “ela deu as costas, eu nem entrei (*em casa*), saí também...”

Depois disso ela fala do “comprimidinho pra relaxar”, diz que tem uma caixa separada e que quando as coisas ficam ruins assim, ela os toma...

Mais ao final de nossa conversa pergunto também de Roberto, e Tereza diz que ele também ficou mal, que como a mulher disse que não queria que eles(as) comentassem com ninguém seus nomes, nem cidade, “deu uma quebra né Elisa”, então ela disse para Roberto: “Adeus, tchau... Desses aí não vamos ser amigos...esquece. A primeira impressão é a que fica... mas...bola pra frente”.

Ela já pressente que não será possível continuar qualquer tipo de contato com Isa, se ela de fato for adotada por essa família, o que já parece um fato...

Encontro 10.08.2015

No último contato telefônico que tive com Tereza expliquei-lhe que eu tinha pensado em mudar a data do nosso encontro para um final de semana, porque assim conseguiria conversar mais com suas filhas também, o que durante a semana era mais difícil, pois todas trabalham. Ela disse que tudo bem, mas me lembrou que o dia que havíamos marcado, uma segunda feira, era justamente quando Isa iria voltar do final de semana de visita à família adotante, e que eu poderia estar lá para acompanhar.

Dessa maneira, estabelecemos três possíveis datas, a que já havíamos marcado anteriormente (dia 10), o dia 15 (final de semana) e o dia 22, que seria o aniversário de Jessica. Eu não poderia ir nas três datas, então fiquei de escolher duas.

Por fim, fui na segunda-feira (dia 10) e pensei em ir também no dia da festa de aniversário.

Assim que cheguei na rodoviária Roberto foi buscar-me de carro. No caminho falamos de seu trabalho, de sua filha Beatriz e o período em que ela estudou e morou fora, falei da minha casa, que estávamos procurando alguém para ocupar o quarto vago, e comentamos também sobre o aumento das contas de água e de energia.

Ao chegarmos na casa, Tereza vem cumprimentar-me, sentamos na cozinha e começamos a conversar, filmo nossa conversa e ela fala do final de semana, de como foi ficar sem Isadora, de suas impressões e de uma certa ambivalência quanto a querer que a criança fique bem com a família adotiva e querer, por outro lado, que ela permaneça mais um pouco com a família acolhedora.

Às 11 horas vamos buscar Jessica na escola, faço algumas filmagens desse momento. Tereza aproveita para falar com a psicóloga e com a assistente social e perguntar como foi o final de semana de Isa com a outra família. Enquanto isso eu fico no carro com Jessi que me conta de forma muito espontânea que tirou foto com seu “papai Roberto”, “ele me abraçou!”, depois conclui que vão tirar outra foto. Tento filmar esse momento, mas enquanto ligo a câmera, o instante já passou...

Tereza volta para o carro visivelmente agitada, diz que disseram que foi tudo bem, que deu tudo certo na permanência de Isa com a outra família. Ela fica tentando dar um sentido para aquilo, pergunta-se se isso é uma sina, se é culpa dela e de sua família, que as crianças rapidinho adaptam-se às novas famílias e vão embora. Toma como exemplo um bebê que com outra família acolhedora levou dois meses na adaptação à família definitiva. Sinto que o período de adaptação à que ela refere-se talvez diga mais dela, como um tempo que ela sente necessário para conseguir dar sentido às mudanças.

Sua grande questão é: porque as crianças que são acolhidas por sua família adaptam-se tão rapidamente às outras famílias. No trajeto de volta à sua casa ela acaba por concluir que poderia ser pelo fato de sua família ser “aberta”, por ser uma família grande e as crianças terem contato com diversas pessoas, e ela considera que talvez isso facilitasse a adaptação dessas crianças com outras famílias. Concordo com ela e lembro-a que isso, para as crianças é muito

bom, pois adaptar-se rápido significa menor estranhamento, menos dor na passagem à família definitiva.

Fico feliz ao perceber que Tereza, nesse trajeto, consegue dar outro sentido à situação, passando de um momento de raiva, de frustração, e de visível despotência em que chega a sugerir que as crianças não se apegam à sua família, à outro em que, ao contrário, ela percebe uma característica de sua família e a qualifica como positiva em contribuição à essas crianças. Mas parece que concluir isso ainda não a deixa mais tranquila, ela para o carro, desce, compra algumas coisas, volta e irrita-se com Jessica.

Logo toda a família está reunida para o almoço. Converso um pouco com Beatriz e filmo esse momento. Ela emociona-se e quase chora ao tocar no assunto da ida de Isa, e do final de semana sem ela na casa. Mas ela aponta tal emoção, ou essa expressão dela, como negativa, não quer ser vista chorando. Então ela demora para começar, fala de outras coisas, pergunta de mim, do mestrado, percebo certa hesitação, então respeito seu tempo.

Quando começamos sinto uma Beatriz defendida, faço uma pergunta mais geral, peço que ela fale um pouco de como era, para ela, ser família acolhedora, inclusive por estudar e trabalhar com questões próximas, e ter contato com essas questões do acolhimento tanto enquanto experiência, conhecimento prático, como enquanto teoria, conhecimento teórico.

Ela diz ser difícil...que as vezes ela não concorda com algumas coisas.

Enquanto conversamos Isa chega, ela vem dormindo. Fico na cozinha para não interferir muito. Posso ouvir tudo, percebo a movimentação. Tenho a impressão de que um deles leva Isa para a cama. O casal adotante põe o rosto pela porta e cumprimenta-nos (a mim e a Beatriz que está comigo). Sou apresentada como uma amiga da família.

O casal está visivelmente feliz, bastante sorridentes, e noto que levaram também sua outra filha. As famílias conversam e Isa acorda, começa a andar de um lado para o outro, parece irritada (acabou de acordar, é o que dizem) e inicia uma brincadeira com Jessica.

Assim que o casal sai, a filha deles espera que Isa despeça-se, Tereza incentiva-a a dizer tchau para sua irmãzinha, mas ela não o faz, parece um pouco dispersa, anda de um lado para o outro, enquanto Jessica segue-a para brincarem.

Quando a outra família vai embora, acontece algo muito forte, um momento que a família acolhedora não esperava. Eles(as) querem tocá-la, abraçá-la, mas ela resiste, está visivelmente irritada, afasta-os e parece aceitar, a princípio, apenas a aproximação de Jessi.

O momento é intenso, vou para a cozinha, ninguém sabe como agir, falamos, e ouço alguém chamá-la de falsa, ouço novamente, agora de outra pessoa.

As crianças começam uma brincadeira. Pegam as bonecas que ganharam do casal adotante e batem nelas. Isa faz som de mostro, corre de um lado para o outro, e vai para o quarto, lá elas cobrem as bonecas dizendo que estão de castigo, pergunto o porquê, e explicam-me que “elas fizeram coisa errada”, depois dizem que fizeram “xixi na calça”. Isa volta correndo, diz que não pode fazer aquilo com o bebê, repete que não pode, corre de novo, e quando volta bate nos bebês, desliga a luz do quarto, e diz que os bebês vão ficar ali para o “bicho papão”.

A brincadeira é intensa, e para mim, coberta de sentidos. Elas estão comunicando algo. Pergunto se os bebês precisam mesmo ficar de castigo, que agora eles estão bonzinhos, que parecem assustados, então podemos niná-los, e dar mamã. Elas pegam os bebês, Jessi já com a blusa erguida pergunta se pode dar leite no peito. Assim damos leite para as bonecas, somos em três, e há três bebês, o meu é um tigre, enquanto os delas são as bonecas iguais. Jessi começa uma música de ninar, eu e Isa a acompanhamos. Isso dura alguns minutos e logo Isa faz barulho de monstro e retoma a brincadeira como antes.

Sáímos do quarto com os bebês deixados no escuro, Isa vai para o quarto ao lado onde Tereza está trocando o bebê. Ela aproxima-se, Tereza quer abraçá-la mas ela não deixa, sai correndo direto para o quarto dos bebês, chega na porta, faz barulho de monstro e volta. Gravo esses momentos.

O restante da família está na cozinha, não sei o que se passa.

Almoçamos e as coisas vão tranquilizando-se, aproveito para falar com Tereza. Digo que Isa estava um pouco confusa, que ela saiu dormindo de uma casa e quando acordou já estava em outra, cercada de gente, e que isso pode ter dificultado um pouco que ela entendesse o que estava acontecendo. Comento da brincadeira, que por diversos motivos Isa poderia ter-se sentido culpada, que poderia achar que havia feito alguma coisa errada.

Converso também, depois, com Roberto, que diz que esperava que Isa “fizesse mais festa” ao chegar. Filmo também essa conversa.

À tarde combino de ir com Tereza levar o bebê ao médico. Iremos nós duas e as três crianças. Durante a manhã ela cogita a possibilidade de desmarcar a consulta, mas a incentivo a ir, porque ela diz que ficou em dúvida sobre o que disse o médico anteriormente visitado, e queria ouvir a opinião de outro profissional. Digo que ajudo-a, com as crianças, que posso acompanhá-la caso ela realmente queira ir.

Não há colo para todo mundo:

Ela dá banho nas crianças e arruma-as enquanto eu dou leite para o bebê.

Quando chegamos, antes de descer do carro ela conversa com as meninas, explica que ela vai levar o bebê e eu vou com Isa no colo, e Jessi, como é um pouco maior, irá andando, de mãos dadas comigo. Como não encontramos vaga perto para estacionar o carro, temos que andar uns 1500 metros (com um trecho de subida).

Demora pouco para que eu sinta-me cansada, não aguento o peso de Isa, e Jessi vai andando bem devagar, para para olhar uma semente no chão, quer saber o que é que os pedreiros estão fazendo, e porque faz barulho. Tento responder suas perguntas enquanto procuro ajeitar Isa no meu colo de outra maneira, para aliviar o peso. Estou torta, inclino-me para tentar, com o peso do meu corpo, facilitar para aguentar o peso dela. Tereza vai um pouco à frente com o bebê.

Acredito que Isa sente-se desconfortável e quer descer do meu colo, é um alívio, e como não faltava muito para chegarmos, vamos andando as três, de mãos dadas, o que também não é tarefa fácil.

Quando entramos no consultório e acomodamos-nos, Tereza deixa o bebê comigo e fica com as duas meninas. Esperamos pela consulta durante aproximadamente uns 40 minutos. Nesse período, enquanto tento segurar melhor o bebê, pois tenho sempre a impressão de que não sei segurá-lo, de que ele não está confortável, Tereza ajuda-me. As meninas, começam a cantar, a esconderem-se, a brincar, a pular, e depois a gritar.

Na recepção, uma senhora acompanhada por uma moça pergunta-me “é seu?” referindo-se ao bebê no meu colo, respondo que não. Ela comenta que ele é lindo, “cabeludo”. Não dou continuidade à conversa pois estou concentrada na tarefa e receio que a conversa prolongue-se e ela queira saber mais e pergunte-me “o que” o bebe é “meu”. Então ela sorri e começa a conversar com a moça sobre sua netinha.

Logo percebo que três pessoas sentadas próximas à Tereza estão também perguntando-lhe sobre as crianças, pois ouço-a dizer “mãe social” e comentar que quando estão as duas crianças juntas, elas fazem bagunça. Depois de um tempo, a moça que conversava com aquela primeira senhora, pergunta-me se Isa e Jessi são irmãs, respondo que não e pergunto-me a necessidade das pessoas entenderem quem “pertence” a quem, que família era aquela na sala de espera: quem seriam essas duas mulheres com essas três crianças? Que laços existiriam?

Tereza provavelmente vivencia essa curiosidade com frequência, pois lembro de algumas vezes que ela comentou que as pessoas perguntam se ela é mãe, se ela é avó... Imagino quando sai toda a sua família e mais as crianças acolhidas, com uns(mas) a chamando de mãe, outros(as) de tia... Rio por dentro ao concluir que eles(as) desestruturam aquele antigo, e reconhecido, “modelo” de família.

Questão de classes: Tereza comenta que quando vai às consultas repara que as mães vão acompanhadas com as babás.

Termino esse dia extremamente cansada, exausta e nos dias seguintes meu braço dói.

Telefonema 21.08.2015

Ligo para a família para confirmar a data da festa de aniversário de Jessi que seria o dia de minha visita à eles(as), como sugerido por Tereza.

Ela diz que mudou a data, que não seria no dia 22, mas no dia 29, pergunta preocupada, por ter esquecido de avisar da mudança, se eu vou poder participar. Confirmo que posso ir, sim, nessa nova data.

Ela então conta que Jessi já teve a festa do Lar, com sua família de origem.

Diz logo em seguida que “a dona Isa já se foi”. Diz que na quarta-feira da semana em que fui visitá-los(as), ela foi levada definitivamente pela família adotante. Tereza conta que na terça-feira Isa estava medrosa e chorona, “ela só queria ficar comigo...ficava atrás de mim”, e que diante disso os(as) profissionais do Lar decidiram “vamos tirar de vez pra não dar trabalho, pra ela não se apegar”.

Tereza diz que achou o processo de adoção de Isa acelerado, e conta que a coordenadora do Lar lhe respondeu que Isa já tinha ficado tempo de mais, que já tinha que ter ido para adoção à mais tempo. Tereza queixa-se porque outras crianças tiveram processo de adaptação maior (2 meses), e Isa foi retirada abruptamente.

Combinamos de conversar mais sobre a ida de Isa no dia do aniversário, em nosso encontro presencial.

Encontro 29.08.2015

O aniversário

No dia anterior eu liguei para Tereza confirmando minha ida. Pergunto que horas está marcada a festa, ela diz que será à noite. Digo-lhe que vou chegar no ônibus de 12:30, e ela confirma que vai buscar-me na rodoviária.

Ela brinca novamente dizendo que eu vou ficar cansada, pois eu havia dito que passaria o dia com eles(as) e ajudaria na preparação da festa.

Ela telefona para mim quando estou no ônibus, ainda há uns 40 minutos para chegar, ela pergunta sobre o horário da minha chegada, se eu já saí de Assis, digo-lhe que sim, que já estou chegando, ela entende que eu estou chegando na sua casa e não na cidade, pergunta “você

já chegou? porque você não me ligou?” explico que estou chegando na cidade ainda, ela quer saber em que ponto da cidade, digo-lhe que ainda estou na estrada. A conversa fica visivelmente confusa e meu celular descarrega a bateria.

Assim que chego, compro um cartão telefônico e ligo para ela. Tereza diz que seu esposo e filha já estão na rodoviária.

Encontro primeiro Beatriz, que a princípio não me reconhece, vou em sua direção e apenas quando estou bem próxima, sou reconhecida. Abraçamo-nos e damos risada, ela diz que não enxerga muito de longe. Vamos até Roberto, que está sentado, ele diz que não me viu, eu também não o tinha visto, ele diz que pode ser que tenhamos nos desencontrado em um minutinho que ele saiu.

Ele pergunta como foi a viagem, digo que bem, que vim dormindo boa parte do trajeto.

Explico que quando Tereza telefonou meu celular descarregou. Beatriz mostra-me um carregador portátil, diz que comprou em SP, que é muito bom, porque se o celular descarrega, ela coloca nele para recarregar, sem precisar de tomada.

Acho interessante a ideia. Roberto pede para ver, e Beatriz lhe mostra.

Vamos para o carro, e no caminho pergunto para Beatriz como estão os preparativos para sua viagem, ela diz que faltam cinco dias e que ainda não arrumou “nenhuma mala”. Concluo que ainda há tempo, dá para fazer muita coisa.

No caminho pergunto-lhes sobre a ida de Isa, de como foi, e filmo um pouco desse momento.

Roberto parece contrariado, diz que levaram Isa, mas que seu processo ainda não foi concluído, ele explica que a família que a levou não tem sua guarda definitiva, que tem que ficar renovando-a assim como era a guarda que sua família tinha.

Quando Roberto sai do carro para comprar algumas coisas, Beatriz chora, diz que não se conforma, que Isa não sabia o que estava acontecendo, que ela foi embora sem entender.

Já na casa, a mobilização é intensa. A família está toda reunida organizando os detalhes. Roberto parece não gostar muito da mobilização necessária para uma festa, dos muitos afazeres e trabalho que toda essa preparação dá. Ele reclama em alguns momentos, destaca que falta pouco tempo e que ainda há muita coisa para fazer. Assim, ele dorme um pouco enquanto enchemos as bexigas.

Há uma divisão no trabalho, Roberto trabalhará depois com a limpeza do quintal e na churrasqueira. Eu colaboro enchendo as bexigas e no preparo da mesa de doces, e assim vamos acompanhando o espaço da casa modificar-se, as paredes ganharem cores e tudo transformar-se na esperada festa de aniversário.

A decoração escolhida foi sobre uma personagem de desenho infantil que tem como principal característica ser aventureira. Como eu não conhecia o desenho, eles(as) contam-me um pouco da estória.

Enquanto realizamos as atividades vamos conversando sobre diversas coisas. Surge assim o assunto da nova coleção infantil que apresenta histórias de heroínas, mulheres como Frida Kahlo, que questionam os padrões de beleza e força geralmente apresentados às meninas. Beatriz é quem faz esse comentário, digo que também vi e que parece muito bom. Juliana não gosta tanto, ela gosta mais das princesas e estórias tradicionais. Referindo-se à Beatriz ela brinca “duvido que ela não quer um príncipe pra ela”. Como elas conhecem muitos desenhos infantis, passam um tempo conversando sobre as diferenças e semelhanças entre estes.

Mais tarde chegam duas mulheres, uma está responsável por preparar a janta, fico por ali um pouco e ajudo-as também enquanto conversamos.

A festa de aniversário é uma composição de mãos amigas, investimentos da família e doações, o que atesta a articulação de uma rede de informações e de trocas entre pessoas da sociedade civil que a partir da família acolhedora, unem-se com o intuito de realizar uma festa em comemoração ao aniversário de uma criança acolhida.

Por fim, o assunto das doações vira piada e torna-se a tarde do “isso é ganhado ou é comprado?”, frase que passa a ser repetida por todas(os), em momentos diversos, em tom de brincadeira.

Durante a festa percebo que comparecem algumas pessoas da família de Tereza, do namorado de Beatriz, o namorado de Juliana, a namorada de André, sua mãe e seu pai, algumas crianças, a psicóloga, seu companheiro, dentre outras pessoas que não identifico.

Compreendo nesse dia um pouco mais sobre o que é garantia de convivência familiar e comunitária, agora mais do que antes. Jessi está rodeada de pessoas que passaram a integrar sua vida de alguma forma, uma rede de cuidado e de pertença. Há crianças com quem ela brinca, um sobrinho de Tereza, que já vejo pela segunda vez. Todos(as) alegram-se e Jessi está em êxtase, ela corre de um lado para o outro, pula na cama elástica, e pula mais.

Tereza diz que ela precisa receber as(os) convidadas(os), agradecer pelos presentes, e depois continuar brincando, mas parece que Jessi e ela têm focos diferentes.

Eu sou encarregada de ficar com a máquina fotográfica da família e tirar as fotos. Tereza quer registros desse dia para colocar no álbum de Jessica.

Durante a preparação para a festa aproximo-me de Jessi (no balanço) e aproveito para conversar um pouco com ela. Ela pede-me para balançá-la bem alto, diz que vai chegar até a Lua, lá onde, segundo ela, tem lobisomem, e que parece ser um lugar de medo. Na conversa

asseguro-a de que está protegida, e ela faz referência à família acolhedora enquanto elemento dessa segurança.

Ao final, estou cansada e satisfeita por ter participado ativamente junto à família e à Jessica daqueles momentos e ter percebido meus afetos em movimento diante dos encontros e das possibilidades da prática do acolhimento familiar.

Encontro 06.10.2015

São 9:00. Quero aproveitar o tempo da viagem (3horas) para estudar, e assim, no ônibus, vou lendo um texto. Ao meu lado senta-se um rapaz, ele ouve música pelo fone de ouvido, e percebo que o volume está bem alto, pois de onde estou também posso ouvi-la.

As pessoas no ônibus têm um estilo peculiar, interiorano, que é notado por suas vestes e sua fala.

O texto que leio é sobre Francis Bacon, sobre como este pintor produziu, por meio de suas obras, figuras e não figurações, como ele conseguiu ultrapassar a representação da vida na obra de arte. O texto é fantástico, faz refletir sobre a História, sobre o porquê fazemos arte, o que buscamos com ela, e o que ela é capaz de produzir.

No ambiente há um cheiro desagradável, que vem de um senhor sentado à minha frente. Cheiro de corpo sem banho, naquela etapa em que o suor, parece adquirir um odor já ácido, ao envelhecer sobre a pele. Esse cheiro é amenizado quando o ônibus entra em movimento e as pessoas abrem as janelas.

O moço ao meu lado muda de lugar, uma mulher senta então, para em seguida sair também. É inevitável, diante disso, não pensar nos padrões de higiene que estabelecemos, que seguimos. Valorizamos o corpo banhado, perfumado e limpo, as roupas lavadas, amaciadas e bem passadas. Não suportamos o cheiro que nosso corpo adquire sem higiene, sem os cremes dentais, desodorantes, shampoos, condicionadores, cremes de pentear, cremes de pele, óleos corporais, perfumes...Uma maquinaria de cheiros, com grande produção de odores aceitáveis. Cheirar ser humano sujo, em nossa sociedade, torna-se então inaceitável.

O moço obeso está lá também, em pé, como sempre, pois ele não está incluído no tamanho das poltronas dos ônibus. Somam-se diversas exclusões ali.

O ônibus balança e para em diversos lugares. Sinto sono, e percebo que não vou conseguir continuar a leitura do texto, então guardo tudo e preparo-me para um cochilo. Acordo diversas vezes, o que parece aumentar meu sono.

Assim que chego, ligo o celular, desço e telefono para Tereza. Digo que cheguei e ela parece surpresa, diz que tentou me ligar, e achou que talvez eu tivesse esquecido da visita. Ela

diz que já vai buscar-me, que está terminando de dar banho nas crianças. Sugiro ir de ônibus e ela aceita, diz que se eu descer no Lar ela me busca, que é bem perto de sua casa.

O clima está quente, vou ao banheiro da rodoviária e troco minha blusa. Vou caminhando para o terminal de ônibus, que fica à duas quadras, no caminho passo em frente ao supermercado, entro compro alguns pães de queijo e uvas.

Vou comendo até o terminal, pego o ônibus e peço para o motorista parar em algum ponto próximo ao Lar. O ônibus vai cheio de adolescentes saindo da escola, elas(es) falam alto, riem, o que faz com que quase tudo pareça engraçado e descontraído. Aos poucos o ônibus vai esvaziando-se e ficando mais silencioso.

O motorista para em determinado ponto e diz que tenho que continuar subindo aquela avenida para chegar no Lar. O sol está quente, é aproximadamente 13:20 e minha mochila está cheia de equipamentos, trago duas câmeras, a antiga que eu já usava e uma nova, mantenho as duas para caso algo dê errado com uma delas, pois ainda estou acostumando-me com a nova, aprendendo a usá-la. Assim, trago notebook, baterias e carregadores, tripés, e celulares para gravação dos áudios. Preocupo-me com a temperatura e com os equipamentos.

Logo chego no Lar e ligo novamente para Tereza, para avisá-la. Pouco depois ela aparece e seu primeiro comentário é sobre ter-me feito “sofrer dessa vez”. Comento que sei que ela está com muitos afazeres, e que me virei bem.

No caminho vamos conversando e ela conta algumas novidades, diz que está dormindo no hospital com a avó de seu genro (namorado de Beatriz) que está internada, e que como chegou mais uma criança para acolhimento em sua casa, ela estava com mais atividades do que o comum.

Tereza reclamou do fato da senhora hospitalizada dormir pouco durante a noite (seu turno), e assim não deixá-la dormir também, com várias reclamações e pedidos. Ela conta que no quarto do hospital dormem as pessoas internadas e mais os(as) seus/suas acompanhantes, e todas(os) acabam acordando; como é a ala de cardiologia, ela acha isso ainda mais complicado.

Ela comenta também que, ao sair do hospital, a gasolina do carro acabou, ela ficou no caminho, teve que esperar, e acabou atrasando-se, e atrasando o almoço. Ela conta que estava usando o carro de Roberto, e que quando o carro deu alerta de pouca gasolina, achou que ainda tinha um tempo até que acabasse, pois o seu carro “alerta bem antes, e fica apitando”, até que ela abasteça.

Percebo que ela está bem atarefada e é dessas novas tarefas e desencontros que ela fala no caminho.

Chegamos e há uma mulher limpando a casa, eu já a conhecia do aniversário de Jessica.

O bebê está dormindo, passo no quarto para vê-lo, Tereza comenta que ele cresceu, e de fato, ele está maior do que da última vez que o vi.

No outro quarto está Roberto deitado ao lado da bebê recém chegada. Ela parece com sono, mas tem dificuldade para dormir, e Tereza conta que quando alguém fica por perto ela consegue dormir um pouquinho mais. Ela é bem pequena, e não a sinto com um aspecto muito saudável. Roberto aparenta cansaço também, e diz que a bebê chora muito.

Eu almoço enquanto Tereza continua conversando comigo. Entrego as uvas que trouxe do supermercado e ela lava-as enquanto comenta que Roberto está de férias, e que chegou de viagem no dia anterior. Pergunto de Beatriz, que viajou, e Tereza diz que ela ligou chorando de saudades, não da família, mas de Jessica...

De fato, desde o princípio percebo Beatriz bastante apegada às crianças acolhidas.

Tereza conta a história de uma moça, que diante da impossibilidade de engravidar, junto com o esposo tentaram comprar uma bebê como filha. E pelo que entendi, eles chegaram a pagar consultas e outras coisas à genitora, porém, esta vendeu a criança para outro casal também (dizem que a criança é linda). Esse fato chegou até o conhecimento do juiz que retirou a criança da confusão toda e a manteve na casa de uma família acolhedora. Durante esse período essa moça descobriu qual era a família que a estava acolhendo, e começou a fazer-lhe visitas. Assim, ela tentou ficar legalmente com a criança alegando que já havia estabelecido vínculos afetivos com a pequena.

A história não termina aí, pois a família acolhedora também manifestou interesse em adotar a criança, o que gerou ainda mais confusão, pois a menina foi retirada às pressas da casa dessa família, o que provocou grande comoção, inclusive dentre as famílias acolhedoras (Tereza já havia contado essa história). No final a criança foi adotada por outra família, de uma outra cidade.

Enfim, Tereza diz que essa moça “não dá ponto sem nó”. Ela acredita que a moça queira informações, de quantas crianças estão atualmente nas famílias acolhedoras, na casa de Tereza, pois como ela está na fila de adoção, por meio desses dados consegue ter uma ideia de como andam os processos, de quantas crianças têm chegado e saído, ou seja, ela consegue fazer uma estimativa de quanto tempo falta-lhe para ser mãe.

Tereza diz que ela é uma moça jovem, bonita, e que tem muito dinheiro, mas que com essa história de não poder ser mãe, ficou um pouco “perturbada”.

Quando ouço toda essa história fico pensando em como o desejo de maternidade parece quase uma imposição, um destino a ser alcançado, para grande parte das mulheres, e como “fracassar” nesse projeto frustra, constrange, angustia e faz perder a razão.

Lembro-me de diversas autoras e autores que propõem essas reflexões, de como o amor materno e a maternidade foram historicamente construídos, respondendo à interesses de alguns grupos dominantes. É impactante perceber como isso pode operar na vida das pessoas, em suas ações, em seus desejos, a ponto de crianças virarem mercadorias, moedas de troca entre as famílias que geram e as que não geram.

O Capitalismo põe valor em tudo, coisas completamente diferentes são comparadas e passam por um processo de equivalências, e assim são valoradas num processo em que tudo se torna mercadoria, inclusive relações, crianças, filhas(os), maternidade e paternidade.

Converso também com Roberto que diz não ter achado certo Tereza trazer outra criança, ele está descontente, diz que falou para ela dar um tempo, e agora quando ele chega em casa de viagem tem três crianças, sendo dois bebês, e a mais nova que chora muito. Ele conta que só conseguiu escovar os dentes às 11 horas porque não tinha conseguido parar com tantas tarefas.

Pergunto porque ele acha que Tereza levou a bebê mesmo com sua solicitação contrária e ele diz que pode ter sido que ela não tenha conseguido dizer “não”. Pergunto se ele acha que poderia ser que ela tivesse ficado com receio de Jessica e o bebê irem embora, e essa ser uma forma dela tentar não ficar sem crianças na casa (lembro das muitas vezes em que eles disseram da sensação de “casa vazia”). Ele concorda que pode ser, porque o bebê está em processo de visitas com uma família pretendente à adoção. Roberto pondera que ficar um tempo sem crianças poderia ser bom “a gente já ficou sem antes...é bom dar um tempo....mas agora já tá aí né...agora vamos cuidar”.

Conversamos um pouco mais sobre isso e ele diz que pode ser que essa criança fique bastante tempo com a família, um ano por exemplo, como foi com Isadora e Jessica, porque assim como as duas, foi um caso de destituição de poder familiar não consentido (a genitora não queria entregá-la, e inclusive teve o parto em casa, para não ir ao hospital). Roberto lembra que mesmo o bebê, que disseram que ficaria só um pouco, pois a genitora o havia entregue por vontade própria, já estava com eles(as) à alguns meses. Ele comenta de como é longo o processo de tentar trabalhar com a genitora, para que a criança possa retornar à família de origem.

Tenho a impressão de que as profissionais do Lar fizeram com Roberto algo que me aproximei de fazer: o deixaram em segundo plano enquanto membro da família acolhedora. Talvez isso se dê pelo fato do cuidado de crianças, geralmente estar amplamente associado, em nossas cabeças, à figura feminina, materna.

Ali, para mim, naquela conversa na lavanderia com Roberto, ficou evidente que ele não fora ouvido nem acolhido. Imagino que ligaram para Tereza e esperaram apenas dela a decisão

de acolher a criança ou não, esperaram dela uma resposta enquanto família. Ela era a representante, mas já sabemos como são complexas essas relações de representação.

Depois do almoço, quando a amiga de Tereza chega, eu, Jessi (que havia chegado da visita à família que pretende adotá-la juntamente com seu irmão) e Roberto sentamos na sala, conversamos, tiramos fotos e assistimos “o desenho de Jessica”.

Roberto conta de suas férias, diz que foi para Bahia visitar o irmão que fez aniversário, e que ficou por lá alguns dias. Ele conta que conseguiram reunir todos os irmãos, o que aconteceu apenas uma vez antes, e que foram na praia. Ele descreve as cabanas ao redor e compara com as outras praias que conhece, diz que é muito lindo, e que é possível fazer um passeio ao lado de baleias.

Ele diz que era para Tereza ter ido também, mas teve a complicação da senhora internada no hospital, e tinham as crianças, então Tereza começou a demorar para responder se iria ou não, e as passagens de avião ficavam mais caras a cada dia...então ele decidiu que iria e comprou suas passagens.

Enquanto estamos na sala, Roberto brinca com Jessica, ele pega-a no colo, vira-a de cabeça para baixo, ela grita, ri, adora!

Enquanto isso Tereza e sua amiga cuidam da bebê. A mulher dá banho na criança e sugere que ela chore muito por conta de hérnia, parece que tem alguma relação com o umbigo da criança, não entendo, é quando Tereza diz que pode ser hérnia mesmo pois o parto foi em casa e o umbigo inclusive, ficou bem feio. O “bem feio” desencoraja-me de olhar, e fico ali mesmo, onde estou.

A moça é bem dedicada e parece entender de crianças...

É mais ou menos nesse momento que ouço, pela primeira vez, a bebê chorando, é um choro agudo, diferente do chorinho contido e manhoso de João.

Por falar nele, recordo-me, agora, de que nesse dia conheci a mulher que pretende adotá-lo. Era o dia da visita deles, que curiosamente foi também esquecido por Tereza, que no meio da tarde lembrou e comentou que tinha que arrumá-lo. As referências que tenho da mulher foram as que a família passou, e são boas. A aprovação dela por parte da família acolhedora parece unânime.

Tereza havia dito, e inclusive mostrou, fixado na geladeira, o papel que continha as anotações do casal, seu endereço e telefones. Ela sente-se feliz com esse fato, com essa abertura da outra família, o que a fez mudar bastante de opinião sobre esse casal (lembro-me do telefonema em que ela contou que esse casal não queria uma criança com “traços negros”, por conta da família extensa que era bem preconceituosa, e como isso irritou-a).

Conheço a provável futura mãe do bebê, e durante a visita ele já parece reconhecê-la. Os dois passam tempo juntos, brincam, interagem. Ela é uma mulher alegre e parece bastante contente nessa aproximação com ele.

Telefonema 01/03/2015 – duração: 48 minutos

Esse telefonema se deu após Tereza entrar em contato comigo pelo *whatsapp*. Ela adicionou-me e em determinado momento escreveu que tinha “muitas novidades, mas só vai dar pra contar por tel...”.

Com sua mensagem logo imagino que alguma coisa bem diferente deva ter acontecido. Combinamos de eu ligar para ela no dia seguinte, marcamos um horário específico, 16;00.

Quando ligo, ela atende e de forma brincalhona diz que tinha acabado de falar de mim, perguntando-se se eu ligaria. Rimos da coincidência, então ela arruma-se, conversa com alguém que está na casa, diz que vai trocar de telefone e colocar a TV em um canal para a pessoa ficar à vontade assistindo enquanto conversamos.

Quando ela retorna diz “eu saí do projeto”. Fico surpresa com a notícia, e ela continua “na verdade saíram comigo (e ri)”. Pergunto como foi isso e ela conta a história, relembra da bebê que estava em sua casa, que eu conheci na última visita (lembro-me de que era uma criança bem pequena, e que Tereza comentava que ela chorava muito). Ela retoma brevemente a história da criança, diz que a mãe dela tinha sífilis, e ela sentia bastante dor, ficou internada...

Ela explica que no final do ano sua vizinha levou um amiga em sua casa, essa mulher conheceu a bebê e voltou mais algumas vezes junto com seu esposo para vê-la, levaram presentes, lembrancinhas, e Tereza soube que o casal queria entrar para fila de adoção.

Tereza explica que, a princípio, não se preocupou com tal aproximação, porque está acostumada com essa época do ano em que as pessoas ficam mais sensibilizadas, e ela imaginou que a aproximação do casal estivesse relacionada à isso. Ela disse que eles fizeram 4 visitas e que apaixonaram-se pela criança.

Ela explica que esse casal quis “passar na frente” no cadastro de adoção, e que no recesso, foram até o fórum sugerir que ficassem com a criança, alegando uma vinculação com ela, sustentando como prova essa aproximação da casa de Tereza.

Ela conta que “na mesma hora o juiz mandou retirar a criança... fiquei como facilitadora de casais...ele tirou de mim (*a criança*) igual tira das mães...”. Tereza está visivelmente frustrada “isso nunca aconteceu aqui (*em sua família, em sua casa*)”.

Ela explica que já tinha avisado “as meninas” do Lar sobre a situação, mas como teve o recesso e uma das profissionais da equipe estava em férias, não deu tempo de se encontrarem antes de tudo chegar até o juiz.

Percebo uma Tereza paralisada, quase ingênua diante das estratégias de um casal que, ao nutrir o desejo de tornarem-se pai e mãe, busca nas brechas da lei, nas fissuras do dispositivo, obter aprovação e reconhecimento de afetos e vinculações, que de modo confuso estabelecem-se e rompem-se diante da mediação do Estado, materializada, quase exclusivamente, na figura de um juiz.

Ela retoma a história e conta que, a princípio, tinha ficado de “castigo” durante um mês, o que consistia em não poder “chegar perto da neném”. Assim a criança foi levada para a casa de outra família acolhedora. Tereza conta que um dia estavam ela e o esposo indo para o sítio e passaram em frente à casa dessa família, e Roberto quis parar. Ela disse que não teve jeito, que ele queria muito ver a bebê, e então eles desceram 10 minutos. Ela disse que Roberto chorou, e eles explicaram para a senhora que cuidava da bebê que estavam proibidos de vê-la, mas que Roberto queria despedir-se da criança, o que não havia acontecido uma vez que sua retirada foi abrupta.

Tereza, visivelmente chateada, conta que isso acarretou, por fim, na expulsão de sua família do programa.

A coordenadora do Lar disse que a família de Tereza era muito independente, que não usavam as roupas que a instituição dispunha, nem o motorista, que cuidavam demais das crianças e não se enquadravam nos moldes das outras famílias acolhedoras, que dependiam mais da instituição, e que isso dificultava que ela(coordenadora) tivesse controle maior sobre a família.

Tereza diz que ficou chateada de ouvir isso depois de 5 anos no programa, “você lembra que eu disse que nós éramos a família mais experiente?”.

Ela explica que o juiz liberou: “vocês resolvem aí”, passando a decisão sobre o que aconteceria com a família acolhedora para o Lar. “Meu marido ficou bravo...você precisava ver....”

“Fiquei ruim, Lisa! ...” Pelo tom de sua voz, percebo-a abatida.

Diante de uma pequena pausa que Tereza consegue fazer, pergunto-lhe quando tudo isso aconteceu e na tentativa de rememorar a data, ela recorda que nesse dia a bebê tinha sido vacinada, porque foi no dia da consulta médica. Tereza lembra que sugeriu que a retirassem no dia seguinte alegando que a bebê estava “ruinzinha, chorando”; Mas sua sugestão não foi considerada.

Nesse momento Tereza diz que “está com dois nenês” em sua casa. Acho estranho, por que tinha entendido que ela e sua família não fariam mais acolhimentos. Então ela explica que são bebês das vizinhas, que ela está cuidando. Ela volta a falar do Lar, diz que levaram as coisas de sua casa, e que foram buscar o carrinho.

Pergunto se há diferença para ela entre cuidar dessas crianças das vizinhas e das crianças encaminhadas pelo programa. Ela diz que a assistente social fez essa mesma pergunta, e responde que não é a mesma coisa, que antes ela se sentia útil, achava muito importante ver a criança “cuidadinha, limpinha, cheirosinha”.

Ela explica que as crianças acolhidas pelo programa “era só eu que eles tinham. Aqui é profissional, então eu cuido igual, com todo carinho, mas...” Ela fala de uma diferença que ainda não consegue explicar, é como se sentisse mais indispensável no acolhimento familiar.

Tereza volta a falar do acontecido, diz que todas(os) ficaram contra sua família. Ela relembra que entrou em contato com a assistente social para falar dessas visitas do casal, mas uma das profissionais estava de férias, então a assistente sugeriu fazer-lhe uma visita na segunda-feira, justamente o dia em que o casal foi ao fórum conversar com o juiz. A passagem do tempo, como ela a percebe, parece não ter sido à seu favor.

Ela parece sentir-se culpada, diz que sabe que não pode “abrir as portas pra uma pessoa ver (*as crianças*)”.

Ela reclama que, segundo sua percepção, a equipe não pensou primeiro na criança, pois a “arrancaram”.

Ela diz, incomodada, que no fórum ela e Roberto ficaram como “facilitador pra casal”. E que ela teria que mexer com a vizinha... Teriam que depor ela, a vizinha, e seria preciso ainda arrumar advogado...Então ela diz: “acabou! Está nas mãos de Deus!”.

Ela reclama que a coordenadora não teve “tato” para lidar com a situação, a descreve como uma pessoa que “vomita: ela solta tudo...falou que ‘pra mim vocês nunca serviram’ (*para ser família acolhedora*)”. É perceptível a tristeza de Tereza, sua voz e a forma como conta denunciam sua imensa frustração. Também percebo-me frustrada, sinto sua tristeza e compartilho de sua chateação, de algum modo também lamento que as coisas tenham acontecido dessa forma.

Tereza diz “hoje eu sei que é contra a lei, meu marido que viu lá (*se refere à algum material sobre acolhimento consultado recentemente*) ...Mas a gente não sabia...porque quando a gente entrou teve brigas, acabou as reuniões, eu não tinha noção da gravidade!”.

Comento que quando há uma proposta de envolvimento da comunidade, no caso das famílias acolhedoras, e de programas, é fundamental que o acompanhamento seja bem próximo,

conto que tenho visto em outros lugares também algumas questões parecidas, e que nesses casos é preciso um cuidado diferente de quando envolvem-se apenas as(os) profissionais e instituições.

Ela concorda e relembra de quando comecei a pesquisa, em que levei os termos de consentimento e assentimento para família assinar e expliquei sobre o processo. Ela compara e diz que “deveria ser assim também, deveriam explicar tudo”.

Ela diz que “já aconteceu coisa pior, mas no Lar que resolveu... mas pelo menos mostra que o juiz é correto né...”

Tereza pergunta se quero conversar também com Roberto, digo que sim, se ele estiver disponível.

Ele começa dizendo que foi “uma bucha! Nós estamos desconsolados...é uma mistura de revolta, chateação, é esquisito...os culpados foram só a gente!”. Sinto-o bastante afetado com a situação, principalmente por terem sido, sob seu ponto de vista, os(as) únicos(as) responsabilizados(as).

Roberto conta que disseram que ele e Tereza nunca foram um casal ideal “é decepcionante!”. Ele critica dizendo que tem muitas falhas, que não há uma cartilha, não tem documentação “é tudo de boca, muito vago...”. Ele diz que a coordenadora nunca falou aberta e claramente diversas coisas, “mas aí quem vai afirmar o que foi dito e o que não foi?” Que instrução foi passada e qual não?

Ele conta que disseram que sua família tinha muita autonomia do Lar, então ele respondeu que se ele podia “colocar uma roupinha melhor”, iria fazer sim. Ele explica que usaram isso como uma das justificativas para o desligamento de sua família, que eles tratavam as crianças como se fossem suas, e davam para elas muitas coisas que suas famílias não podiam dar, e que isso era ruim para a criança, pois “fugia da realidade delas”. Roberto defende-se dizendo que as crianças nem iam ter lembrança disso, e que sua família oferecia sim, o melhor que podiam.

Ele conta que enviou um e-mail, pelo que entendi com algumas críticas, mas ele não sabe se tal e-mail foi lido, não sabe “se funciona” ...

“Sempre estoura para o mais fraco”.

Pergunto como está para ele agora, sem as crianças do acolhimento, ele diz que “agora é trabalho. Acabou, acabou!”.

Ele lembra Isadora “ela não sai da cabeça da gente” ... “mas o mundo dá giro...eu perdi o brilho...vou me desfazer de tudo, mas se um dia chamarem a gente, vai ser de forma diferente, vou impor algumas coisas...”

Ele lembra que investiram tempo, dinheiro e frisa que não lamenta por ter feito isso, pois foi um escolha. Roberto lembra que a bebê ficou internada por 10 dias, e que sua família acompanhou-a durante todo o processo.

Pergunto do restante da família, de como tem sido.

Ele conta que Juliana culpa muito Tereza, que antes ela já falava “essa mulher vai te ferrar!”.

Roberto diz “era isso que estava faltando pra ela(*Juliana*) casar”, conta que agora ela quase não vai para casa dos pais. Ele acha que as crianças do acolhimento a mantinham mais próxima, porque ela gostava, envolvia-se, e ajudava muito, acompanhava bem de perto. De fato, notei isso nas visitas.

Roberto diz que no fórum, com a situação toda, sentiram-se como uma mãe que atropela o próprio filho, “ela já se sente culpada, não precisa ninguém falar mais nada”. A imagem evocada por ele é bastante forte e pela voz o sinto abatido.

Acredito que há um turbilhão de afetos que se sobrepõem a cada momento, em cada vez que Tereza e Roberto rememoram o ocorrido.

Ele explica que achou uma “trairagem”, pois na hora do encontro entre ele, Tereza, o juiz, e a equipe do Lar, sentiu que ficaram todos contra sua família, “ninguém sustentou nada”. “Imagina se tivesse acontecido alguma coisa com uma dessas crianças?! A família acolhedora fica desprotegida! Não tem ninguém pela gente...é um risco, hoje eu vejo...pra mim também, antes era muito bom...mas hoje eu vejo lados negativos (*do acolhimento*) ...”.

Ele acredita que a decisão de desligar sua família do programa não foi compartilhada pela psicóloga e pela assistente social, por que elas sabiam que Tereza queria falar sobre algo que estava acontecendo. Ele acredita que foi uma decisão da coordenação.

Enquanto ouço, penso que a proposta da família acolhedora é como a de uma equipe que trabalha junto à instituição, assim os erros não seriam isolados, de responsabilidade apenas da família, mas uma corresponsabilidade, que poderia ter sido assumida em conjunto. Enquanto os ouço, vou imaginando que a situação poderia servir para apontar algumas dificuldades, alguns equívocos, além de ser um indicativo de que as famílias estão em formação constante, mesmo que já participem à algum tempo do programa. Há diversas situações inusitadas, é preciso espaço, confiança, diálogo, acolhida, escuta.

Os argumentos destacados pela família como usados para justificar seu desligamento lhes pareceram contraditórios uma vez que há poucos meses era essa justamente a família acolhedora sugerida para divulgação do programa por meio de entrevistas e filmagens nos meios de comunicação da cidade. Além de ter sido também uma das famílias indicadas à participar da pesquisa comigo, com boas referências.

Reside aí uma grande mudança. E os afetos? Impossível à essa altura não retomá-los...fica evidente que envolvem-se no processo muito mais afetos do que somente os da família que acolhe, os das crianças acolhidas e os de suas famílias de origem. Há ainda os afetos das(os) juízes, das(os) profissionais que compõem a equipe técnica e a coordenação, das outras famílias acolhedoras, das(os) pretendentes que aguardam com seus nomes no cadastro nacional de adoção...Há dimensões desse dispositivo, de suas instituições, discursos e práticas, extremamente complexas quando consideramos os corpos, os encontros e os afetos. É uma grande responsabilidade presenciar essa dimensão de efetivação de uma política de assistência social, de fato reconhecida e nomeada como uma modalidade de acolhimento de alta complexidade, à nível dos encontros entre os corpos também.

Roberto explica que não sabe se o Lar também foi responsabilizado pelo acontecido. Ele reclama que enquanto estiveram no fórum “a bronca” foi toda para sua família. “A gente tava sozinho... A gente ficou feio lá...”.

Ao final comento com ele algo parecido com o que respondi à Tereza quando perguntou-me se isso era ruim para a pesquisa ou se atrapalhava de alguma forma. Explico que também surpreendi-me com a situação, e que como os acompanhava com a pesquisa, isso poderia servir-nos como um dado crítico que nos ajudaria a pensar os programas, o processo de informação das famílias, e de proteção e acompanhamento delas também.

Roberto lamenta “que pena que aconteceu com a gente né...!” Concordo, digo que é uma dor vivida, que na pesquisa vira um dado, uma informação, mas não diminui o que sua família têm sentido diante das mudanças que sair do acolhimento tem-lhes trazido. Relembro o que ele contou sobre Juliana, como um exemplo de como as coisas mudaram para cada um(a).

Combinamos, por fim, de encontrarmo-nos mais uma vez.

Encontro dia 01.05.2016

Depois de alguns dias tentando combinar a data para um reencontro, em um momento em que o país passa por um grande turbilhão de mudanças econômicas, políticas, e de pleno desassossego e retrocessos...consequimos encontrarmo-nos.

Após desmarcarmos algumas vezes a data de encontro, tudo aconteceu muito rápido, como um súbito de quem diz a si “agora tem que dar certo”, decidimos (eu e Tereza, pelo *whatsapp*) literalmente, de um dia para o outro, que nos veríamos.

Assim, na noite anterior ao encontro, reviso os termos de consentimento e assentimento, e percebo que como último sábado do mês, não há lugares abertos em que eu possa imprimi-los, então pergunto à Tereza pelo *whatsapp* (que é por onde estamos nos falando), se ela acredita que em sua cidade teria no dia seguinte (domingo), um lugar em que pudéssemos imprimir.

Ela diz que acredita que não, mas que poderíamos fazer as impressões onde trabalham alguns (as) de seus/suas filhos(as).

No dia seguinte acordo cedo para pegar o ônibus de 9:20, enquanto caminho rumo à rodoviária vou pensando um pouco no que já passou, nos encontros anteriores, no processo percorrido até ali. Penso em como será esse reencontro, já faz um tempo que não nos vemos, e de modo geral, vou feliz.

Percebo em mim, que resisti para marcar esse último encontro, que deixei o tempo passar e que paralisei-me um pouco. Sinto que desconectei-me, fiquei em suspenso, e isso leva-me a pensar como será revê-los(as).

No ônibus, durmo.

Quando chego à rodoviária envio uma mensagem para Tereza e ela responde que “já estão chegando”. Estou decidida a subir as escadas da rodoviária quando escuto uma voz masculina a chamar meu nome...é Roberto.

Ele vem sorrindo, e fico feliz ao vê-lo, está bem mais magro, o que lhe faz parecer ainda mais alto.

Abraçamo-nos apertado, é muito bom revê-lo.

Ele pergunta se faz tempo que cheguei, digo que não e vamos conversando sobre a viagem e o clima (muito frio) até o carro.

André está no carro esperando, entro e há diversas mochilas e malas no banco de traz, e um espaço em que me sento.

Vamos conversando e depois, por algum tempo fico em silêncio olhando o caminho... já reconheço alguns lugares...há traços de familiaridade naquele trajeto, no sentido daquilo que já é reconhecível. Isso me conforta, assossega-me um pouco perceber que apenas estou de novo, onde já estive.

Quando chegamos no local para fazermos as impressões, descemos e encontramos mais duas pessoas, que eu já conhecia do dia do aniversário de Jessica.

Ali é o trabalho de André, ele ajuda-me imprimindo os termos. São várias folhas de impressão pois é preciso duas vias de cada, uma que ficará comigo e as outras com cada membro. A família é composta por cinco pessoas e as crianças que acompanhei com eles (as) foram quatro. Então há um volume considerável de papéis.

Pego alguns para já ir assinando enquanto André e Roberto conversam com as duas pessoas ali e resolvem algumas coisas, falam de futebol, de carteira de motorista perdida, de cachorros que passaram a ter novos donos...

Não demora muito e vamos embora.

Assim que chegamos em frente à casa, André comenta, ao ver o carro estacionado em frente, que Juliana está na casa também, Roberto diz que “é porque a Elisa tá aqui”. Imagino que Tereza deva tê-la chamado, porque em nossa conversa para marcar uma data, perguntei de um dia em que a família estivesse reunida.

Deço do carro e os cachorros nos recepcionam. Vou até a cozinha que é de onde vem as vozes que escuto, por meio delas já identifico quem está por lá.

A primeira pessoa que vejo é Tereza, que sorri e vem em minha direção, movimento que espontaneamente também faço. Abraçamo-nos, e no quentinho da casa sinto-me confortável. A cozinha está cheia, estão reunidos(as) todos(as) os(as) cinco filhos(as), a namorada de André, e o companheiro de Juliana. Uma das cachorrinhas também entra, é Pretinha que vem toda sorradeira. Brigam com ela e a colocam para fora, dizem que ela está velha, e anda fazendo essas coisas...Eu acho graça porque ela também tem uma expressão alegre, e concluo que se cachorro sorri, Pretinha estava sorrindo.

Começamos a conversar sobre diversas coisas, e o almoço já está quase pronto. Revejo ali Beatriz, que há um tempo maior eu não via, devido à sua viagem de intercâmbio.

Não há crianças na casa, nem brinquedos espalhados ou mamadeiras.

Converso com Tereza, e depois de algum tempo ela passa a contar como tem sido agora que não é mais família acolhedora. Ela explica que está trabalhando, cuidando de crianças. Ela diz que são cinco, e que ela recebe por esse trabalho. Ela explica que algumas ficam o dia todo, outras ela só pega na escola, e dois são bebês.

Tereza fala do preconceito das pessoas em deixarem os(as) filhos (as) junto com crianças “do Lar” (crianças geralmente expostas ao HIV, sífilis). Ela conta que as famílias das crianças que têm cuidado, assim que souberam que ela não fazia mais parte do acolhimento familiar, a procuraram e confirmavam tal informação.

Ela fala um pouco de como tem sido a experiência e reclama que os pais/mães têm pegado as crianças em sua casa muito tarde, 19:00.

Roberto diz que com essas crianças é diferente do acolhimento familiar. Ele explica que passa menos tempo com as crianças de agora porque quando chega do trabalho não vê a maioria delas, e no final de semana, elas também não estão por lá.

Ele também comenta de uma diferença que, segundo ele, está relacionada às próprias crianças, ele compara-as com Isadora e Jessica, parece falar de uma espontaneidade, de uma vivência diferente, que ele não consegue nomear claramente. Ele lembra de um dia em que filmou Isa brincando com as pedras do jardim, ele pergunta-lhe o que ela está fazendo e ela responde “cagada!”, ela bate a perna, dá uma coçadinha, e diz “ai” e depois de jogar várias pedrinhas para cima, diz que vai pegar todas e pôr no lugar de volta...e de fato o faz, com um jeitinho muito dela.

Mais tarde Roberto mostra esse vídeo, e de fato, é engraçado...rimos da situação, que me faz lembrar dela, das visitas em que ela estava.

Almoçamos por volta de 14:00 e de sobremesa há bolo na taça feita pela namorada de Felipe, está uma delícia, e foi feito em comemoração ao aniversário dele, que foi próximo ao de várias pessoas da família. Eles (as) contam achando graça, que só compareceram os(as) aniversariantes.

Apesar da descontração, Tereza e Roberto contam depois que os(as) amigos(as) afastaram-se deles(as) depois que começaram a acolher as crianças, porque o casal já não podia sair, viajar ou acampar, como antes, então foram sendo deixados(as) de lado. Mas Tereza diz que foi uma escolha que as pessoas não entendiam muito bem. Ela comenta de sua mãe que desde o início não a apoiava nessa prática.

A família toda está ali na cozinha, alguns sentados(as) outros(as) em pé, enquanto falam das avós. A mãe de Roberto não é a “típica avó”, alguém sugere que talvez seja por ela já ter criado muitos filhos(as) e então não ter muita paciência com os(as) netos(as)...eles(as) falam das preferências das avós por alguns(as) dos(as) netos(as)...

O tema envelhecimento parece bastante presente na família, em determinado momento falam em asilo, na cachorrinha que está velhinha e caduca, nesse assunto das avós. Tereza conta de um casal idoso que morava em um sítio e que não queria sair de lá para morar com filhos(as) na cidade, e que, por outro lado, ninguém queria/podia ir para o sítio cuidá-los...e no final da história ele morre sozinho lá.

Roberto conta que emagreceu 10 quilos, que o fez mudando a alimentação, cortando os excessos, e que durante alguns dias até caminhou, mas que por conta de seu trabalho fica difícil estabelecer uma rotina de atividade física. Ele acha graça de seus amigos dizerem que ele “tá virando boiola” por que ele comentou que batata doce “combate os radicais livres”.

Tereza diz que tem ido menos à academia por conta das crianças;

Vamos conversando sobre diversas coisas, e o tema acolhimento não parece ser mais central, como nas visitas anteriores...apesar de pulsar em alguns momentos, logo em seguida, parecia ser um assunto levemente desviado...vou deixando as coisas fluírem, e eles(as) falarem do que têm vontade. Meu intuito era assinarmos os termos e podermos conversar mais sobre o desligamento da família do programa Família Acolhedora, mas como já havíamos conversado sobre isso por telefone, penso que esse pudesse ser um motivo para o assunto não surgir imediatamente.

Depois do almoço converso também um pouco mais com Beatriz. Ela saiu na noite anterior e estava deitada, então Tereza me leva até quarto e conversamos ali, elas perguntam de mim. Falo de algumas dificuldades que tenho enfrentado para escrever a dissertação, em alguns momentos, e de algumas incertezas quanto ao futuro.

Depois de um tempo, quando fico a sós com Beatriz pergunto como tem sido para ela o processo de desligamento da família dos acolhimentos. Ela diz que as crianças antes, de alguma forma, uniam a família porque saíam juntos(as) para levarem as crianças, a família toda ia porque ninguém queria “perder os momentos delas”, queriam acompanhar, e ajudar também, já que eram sempre mais de uma criança.

Ela diz que quando estava viajando não sentiu falta de comida ou da família, mas de Jessica. Ela conta que se identificava com ela. Ela explica que como as crianças do acolhimento familiar dormiam na casa, ou seja, ficavam por tempo integral, isso tornava tudo diferente, uma ligação mais próxima onde de fato sua família era referência para as crianças.

Mostro os termos para Beatriz e vamos para mesa da cozinha onde podemos assiná-los, e aos poucos todos(as) vão juntando-se para isso.

Nesse momento, Juliana tem um embate grande com Tereza e Roberto, mas principalmente, com o pai. Ela diz enfaticamente que se fosse a coordenadora do programa de Acolhimento Familiar também teria retirado os dois do programa, assim como foi feito, pois deixaram a criança com uma pessoa que não conheciam, e mesmo sob aviso, descumpriram as instruções de não voltar a vê-la.

A discussão fica intensa, todos(as) falam alto. Ela diz ao pai que ele está bravo porque fez “cagada” e não quer admitir, e que foi punido por isso. Roberto discorda, diz que a filha está sendo simplista, sugere que há afetos entre Tereza e a coordenadora que já dificultavam, e que o acontecido serviu como justificativa para tirá-los(as) do programa. Juliana concorda que também percebia tais afetos, e que por isso mesmo, deviam ter ficado atentos(as) e cuidado

mais. Por fim, ela reitera que apenas esse motivo não fazia sentido para o desligamento, pois o programa perde muito, perde-se uma família.

Tereza diz que Roberto quis ver a criança, que há dois meses que estavam de castigo, sem vê-la. Ela conta que a criança já estava até com o cabelo mais comprido, e que Roberto nem sequer tinha se despedido dela, e tinha esse direito. Há uma discordância quanto ao tempo que ficaram sem ver a criança. Roberto e Juliana acham que havia passado apenas duas semanas, e não dois meses, como afirmou Tereza. Todos(as) tentam lembrar de fatos que comprovassem o tempo, mas não há acordo. A temporalidade parece ser sentida de modo diferente, e no final, não importa o tempo, de fato, discorrido.

Agora, fica mais nítido porque o movimento relutante em trazer à tona tal assunto...todas(os) parecem ainda extremamente afetadas(os).

André diz que esse é um assunto não resolvido na família.

Juliana confirma o que Tereza e Roberto já tinham dito, de que ela mudou-se de vez para sua casa por que “as crianças do Lar” já não estavam mais ali, com a família. Ela explica que já tinha sua casa há um ano, e que seu companheiro, inclusive, já morava nela, e que portanto, ela permanecia com a família por conta dessa relação com as crianças.

Tereza explica que “é como se as crianças de agora não fossem nossas”.

Depois, comigo, ela diz que acha que o esposo sentiu-se culpado por terem sido expulsos do programa.

Ela diz que não sente raiva do casal que se aproximou para tentar ficar com a criança. Juliana diz que tinha percebido e avisado, já desde o início, que aquilo não daria certo. Ela fala “e olha que ela (*mulher que tentou adotar a criança*) ainda te avisou...ela disse que ia ser egoísta”. Tereza comenta que uma colega sua disse que o que aconteceu foi muito perigoso pois a mulher podia ter fugido com a criança, porque as mulheres que esperam na lista da adoção, ficam, em sua maioria, muito “enlouquecidas” por conta da demora do processo, que leva em média 5 anos quando a preferência é por bebês... Tereza diz que acha que isso não aconteceria, de fugirem com a bebê, mas que agora ela percebe de outra forma a dimensão de tudo.

Entendo que algo parecido havia dado certo, há anos atrás, e que possivelmente era por isso que confiaram que se aproximar da criança daquela forma poderia surtir o efeito desejado de justificar que a família já estava tendo contato com ela, e estabelecendo laços de afeto... Tereza argumenta que o problema foi que o casal envolveu ela e sua família, que por fim, também ficaram prejudicados(as).

O caso foi resolvido dentro da legalidade, a criança continuou no acolhimento familiar até ter sua situação encaminhada (há boatos de que já teria sido encaminhada para adoção), mas a família foi expulsa (“não foi a gente que saiu, saíram com a gente”) do programa.

Eles também disseram que o fato de conhecerem muita gente foi considerado como negativo, e usado como uma das justificativas, dentre outras, como Tereza ser independente e não solicitar tanto o auxílio do Lar, a família ter condição financeira de comprar roupas e brinquedos mais caros para as crianças, e essa ser considerada uma realidade muito distante para elas.

Roberto disse que depois de tudo isso, sua família estava sendo mal vista pelas pessoas.

Tereza conta que tem dias que chora muito, que quando nasceram os cachorrinhos (que pelo que entendi eram de Beatriz e de seu ex-namorado) e ela os ouviu chorando, lembrou que não vai mais ouvir o choro das crianças, dos(as) bebês. Ela disse que está reorganizando os espaços da casa e doando as roupinhas.

Conta que precisa do inalador que foi deixado no Lar, e que já devolveu quase tudo de lá. Parece que ela resiste em acabar com as trocas, as dívidas, os laços...é como se alguns objetos ainda a ligassem ao que ela era antes.

Quando Tereza fala dos objetos, cobra Juliana, diz para ela que tem que ter filhos(as) logo, que aí dá para utilizar as roupas, o carrinho, e que se demorar pode não dar certo, que as vezes parece fácil engravidar, mas que não é, as vezes dá errado, e leva mais tempo. A família, de modo geral, parece apoiar, mas Juliana responde que esse negócio de ser mãe pode não ser tão bom assim.... Gosto muito da figura de Juliana na família, ela é bastante sincera e polêmica.

Logo Felipe sai com sua namorada, depois Juliana também, com seu companheiro.

Converso com o casal mais um pouco...e depois vamos para a rodoviária. No caminho Tereza pergunta-me, “de verdade”, o que eu achei de sua família como acolhedora.

Surpreendo-me com sua questão. Digo o que penso, que percebi serem sempre cuidadosos(as) com as crianças, e que tiveram algumas dificuldades que poderiam ter sido percebidas à tempo, caso eles (as) e a equipe estivesse mais próximos(as), com um espaço em que pudessem conversar com mais frequência, maior abertura, e com as outras famílias também.

Eles reclamam que devia haver uma cartilha, documentos instrutivos que pudessem consultar, que ficassem com a família. Dizem que se sentiram sozinhos(as).

Acredito que para a coordenação do programa, provavelmente, essa também tenha sido uma situação delicada, de exposição frente à evidência de um equívoco, ônus que recaiu sobre a maioria das(os) envolvidas(os), mas ao que tudo indica, principalmente sobre a família acolhedora.

Este diário se encerra trazendo a crueza de alguns fatos e afetos.

Diário de campo Amarelo- Família Lopes

14.05.2015

Sinto que meu processo de aproximação e de início de cartografia com essa família tenha se formalizado quando enviei um e-mail à assistente social (que eu já havia conhecido anos antes, quando a convidei à participar de um evento sobre acolhimento familiar) em que expliquei sobre a pesquisa, a intensão de trabalhar com as famílias acolhedoras, e apresentei a possibilidade de realizar tal trabalho com uma das famílias de lá, daquele município.

Nesse e-mail relembro-a de uma conversa que tivemos em que lhe conto sobre meu interesse em realizar uma pesquisa envolvendo o tema acolhimento familiar, e de como isso agora, se materializava. Sinto-me à vontade com ela, pois para mim é alguém com quem já dividi conhecimentos a respeito do tema, e esse contato inicial traz-me certa segurança: não tenho que me deparar, aqui, com um terreno tão desconhecido.

Depois de algumas semanas ela respondeu que por motivos de saúde havia se ausentado e não visto o e-mail, mas que tinha achado interessante e que o encaminharia para a coordenadora do Programa. Enviei um e-mail com o projeto para a coordenadora, que respondeu depois de alguns dias dizendo que o leria e que posteriormente entraria em contato por telefone.

Aguardei durante uma semana e como não houve retorno, telefonei, porém não consegui encontrá-la, liguei mais algumas vezes, mas sem sucesso.

Um senhor que atendeu duas ligações minhas passou outro número de telefone e disse para eu ligar, e também sugeriu anotar meu número para entregar à coordenadora, caso eu, novamente, não conseguisse falar com ela.

Quando consegui, por telefone retomei rapidamente a proposta, e ela disse ter lido o projeto. Ela sugeriu encaminhar meu e-mail para o psicólogo que trabalhava diretamente com as famílias acolhedoras, e pedir para ele entrar em contato comigo. Perguntei se ela preferia fazer esse intermédio, ou me passar o telefone dele para que eu encaminhasse o e-mail e explicasse a proposta. Ela respondeu que tinha fácil o e-mail dele, e que assim que ela chegasse onde estava seu computador com o material, ela faria tal encaminhamento.

Naquele mesmo dia, à tarde, recebi a ligação do psicólogo, ele disse que leu o projeto, que achou interessante e perguntou qual era o perfil da família que eu queria, respondi que não havia um perfil definido, que a família tinha que estar acolhendo, e que se fosse acolhimento

de um menino, poderia ser interessante já que na outra família haviam meninas (eu já havia entrado em contato com a família acolhedora do outro município).

Ele explicou que poderia acontecer da família estar acolhendo hoje e daqui a algum tempo, não mais. Expliquei que nesse caso não havia nenhum problema. Ele disse que iria me apresentar uma família (referiu-se a tal família diversas vezes como “ele”) que acolhia atualmente um bebê, e que ele acreditava, daria certo. Perguntei se por acaso não havia uma família que acolhesse crianças um pouco mais velhas (à princípio me incomodei com a ideia de trabalhar com bebês, pois eu imaginava que crianças maiores, que já falassem, poderiam trazer mais dimensões dessa relação com a família acolhedora). Ele respondeu que tinha, mas que essas famílias trabalhavam e as crianças ficavam na escola, no projeto e iam para casa da família acolhedora já à noite, e que portanto, a interação era menor, restringia-se às tarefas da escola, comer, tomar banho, dormir...e que as famílias que acolhiam bebês tinham maior contato, não trabalhavam, tinham mais disponibilidade e maior troca afetiva com a criança.

Ponderei rapidamente tal questão e concordei que, nesse caso, talvez fosse melhor mesmo acompanhar as famílias que acolhiam bebês pois visitar as famílias com crianças maiores aos finais de semana, sendo o tempo delas com as(os) acolhidas (os) tão curto, poderia ocasionar algum prejuízo.

Apesar dessa pequena resistência inicial em acompanhar o acolhimento de um(a) bebê, aceitei. Para mim, a dificuldade residia na interação, imaginei que a fala das crianças me possibilitaria ter acesso maior aos afetos produzidos na relação destas com a família acolhedora. Eu estava me baseando também na experiência com a outra família, que eu já estava acompanhando, que tratava-se do acolhimento de crianças maiores.

O psicólogo disse que, nesse caso, a irmã do bebê acolhido também estava em processo de ser encaminhada para acolhimento, e que então eu provavelmente teria contato com mais uma criança, essa um pouco maior. Ao ouvi-lo achei interessante também a possibilidade de acompanhar os primeiros momentos de um acolhimento.

Com o intuito de retornar e visitar a família indicada, anotei o e-mail do psicólogo e ele explicou que no serviço, as terças-feiras eram dias mais tranquilos, então fiquei de verificar meus horários, e os dos ônibus, e entrar em contato para marcarmos a data da visita.

Enviei-lhe no mesmo dia um e-mail com tal informação. Ele respondeu confirmando o horário e marcando para a semana seguinte, e disse que para a família os dias pares eram melhores porque o pai poderia pedir dispensa do trabalho e participar. Percebi que a presença desse pai era considerada bem importante.

Encontro 14.07.2015

Essa é minha primeira visita à essa família.

Chego na cidade e encontro-me com o psicólogo (o chamarei de Ricardo) na sede do programa, como combinado.

Ele é jovem, magro, branco, serio. Parece-me uma pessoa organizada e responsável. Mantém-se entre nós uma esfera, desde o telefonema, de formalidade. Penso que talvez por ele ser jovem acredite que essa responsabilidade tenha que ser mantida, também em aparência, e que ele estabeleça isso desde o início comigo, como uma forma de defender-se, de sentir-se seguro e proteger também as famílias.

Vamos conversando um pouco sobre como foi a viagem, minha chegada na cidade, para encontrar o endereço... Depois ele fala do serviço (parece mais à vontade, talvez já me reconheça como alguém que não pretende julgar e tropejar verdades sobre erros e acertos), ele conta que há alguns meses houve uma proposta de aumento dos acolhimentos familiares, que passaram de 10 para 15, e que talvez chegassem à 20 até o final do ano.

Ele parece, apesar de preocupado com a quantidade de trabalho, sentir-se realizado, e acreditar que aquela expansão do serviço devia-se também à sua participação.

Ele explicou que o juiz do município aprecia muito a proposta do acolhimento familiar e que ele “baixou” uma portaria com essa proposta de expansão, assim o prefeito acatou e teve que captar recursos.

Esse aumento gerou mais trabalho para a equipe, e em diversos momentos Ricardo relata certa sobrecarga advinda da necessidade de sempre tentar organizar-se para conseguir acompanhar tudo. Ele comentou que há duas famílias que já foram preparadas para acolher e que estão apenas aguardando.

Meus afetos nesse momento são de satisfação, por ele sentir-se à vontade para falar comigo de suas conquistas e preocupações ali, de como às vezes é difícil lidar com tantas atribuições. Outro afeto é de preocupação também, pois vejo diante de mim um colega de profissão, o que me traz uma dimensão real do trabalho da psicologia nessa área.

Como percebi que a maioria dos acolhimentos eram de bebês, geralmente recém nascidos(as), pergunto sobre. Ele diz que na cidade há oito abrigos, que são separados por faixa etária das crianças, e o que se destinava às crianças de 0 a 7 anos, estava sempre lotado, com muita demanda, e como o acolhimento familiar é prioritário, então, elas(es) começaram a encaminhar as(os) bebês para esta modalidade, por demandarem mais cuidados.

Ele pegou o prontuário da família acolhedora que iríamos visitar e deixou-o na mesa para eu olhar, caso quisesse. Algumas vezes, durante a conversa, ele o colocou mais perto de mim, para que eu lesse. Não me preocupei muito com as informações contidas ali, pois queria conhecer a família por ela mesma, sem os “filtros” dos relatórios, ou anotações. E eu sabia que Ricardo podia ir me passando as informações conforme as perguntas fossem surgindo.

Ele perguntou-me sobre a pesquisa, sobre mim, disse que havia lido uma parte do projeto que eu enviei, pois não teve tempo de lê-lo todo. Conto-lhe um pouco sobre mim, digo que sou de Assis, formada na UNESP, explico o método da pesquisa, falo um pouco sobre o afeto, e em determinado momento uso a expressão “algo inominável” (durante a explicação sobre o conceito) que é retomada por ele, em alguns momentos posteriores.

Durante nossa conversa sinto dois movimentos, por um lado há como um “troca de figurinhas” entre nós, de identificação, compartilhamento de experiências, e de outro, percebo nele a busca de compreender minha proposta como um certo controle, pareceu-me, em alguns momentos que ele queria certificar-se do que eu realmente faria nas visitas, tentando se certificar de que eu era uma pessoa confiável, e de que teria cuidado para não fazer algo que viesse prejudicar a família. Senti um pouco como se eu estivesse em teste, desde nosso contato por telefone, e compreendo tal posicionamento.

Quando comento que vou passar o dia junto com a família, ele diz para eu explicar para a família que vou fazer isso, mas que na hora do almoço eu saio, deixo eles comerem, depois eu volto...não comento nada nesse momento, apenas ouço. Ele diz que é “pra não fazer nada forçado”. Não compreendo porque ele acha que algo seria forçado, (eu já me imaginava fazendo comida junto, almoçando com a família, lavando a louça) mas isso fica mais claro depois, quando vamos à visita.

Ele diz que caso eu queira os dados da instituição como o número de acolhimentos e quantidade de famílias acolhedoras, ele pode disponibilizar. Ele pergunta se eu pretendia usar tais dados e respondo que a princípio não, mas que nada me impedia de mais tarde usá-los, caso sentisse necessário, então ele comenta que em sua pesquisa, ele fez um levantamento de dados assim.

Ele pergunta-me se conheço o SAPECA, serviço de Campinas, digo que sim, que parte do material produzido sobre acolhimento familiar que eu encontrei é de lá, ele concorda, diz que lá eles(as) têm até nutricionista e advogado, “é o sonho”.

Então ele diz que o serviço dali também está bom, que apenas uma família quis pedir a guarda da criança acolhida, e que isso, ele considerava um indicador de sucesso, pois as famílias não estavam confundindo as situações de acolhimento e de adoção. Ele perguntou se eu sabia

que a família acolhedora tem como uma das condições não pretender adotar, respondo que sim. Ele diz que no Ceará, parece que têm-se permitido às famílias acolhedoras adotarem. “Mas cada lugar é diferente um do outro né”. Concordo com ele e comento que escolhi acolhimentos de duas cidades diferentes exatamente por isso, pela singularidade de cada família e também de cada programa.

Ricardo diz também que o correto, segundo as orientações técnicas, é que cada família acolha apenas uma criança, a não ser em casos de grupo de irmãos(ãs), mas ele antecipa a informação de que, devido ao aumento de acolhimentos, algumas famílias estavam acolhendo mais de uma criança.

Como estou curiosa, peço para que ele fale um pouco da família acolhedora que iremos visitar, ele conta que chamam-se Célia e Oscar, e que têm 3 filhos(as): Laura, Murilo e Raul, ambos adotados(as), Essa família atualmente acolhe dois bebês, Luana e Igo. Ele conta que esse casal é um dos mais recentes do programa, mas que “são bem abertos”, e que no fundo da casa deles mora a mãe de Célia, dona Paula, que também participa bastante do cuidado com as crianças.

Já me animo com a descrição da família. Penso que uma família que adotou três filhas(os) já tem uma vivência muito singular! Pressinto um bom encontro à minha espera.

Mas ao mesmo tempo, tenho que lidar também com meus preconceitos, quase um nó em meus afetos, que se transformam rapidamente. Tais preconceitos têm relação com a profissão do casal, e agora, isso soma-se à imagem de bebês em acolhimento, aos seus 3 filhas(os) adotivas(os).... O que será desse encontro?

Enquanto tudo isso afeta-me, ele conta que essa família acabou de separar-se do bebê que estavam acolhendo há alguns meses. Ele diz que seria interessante para mim, acompanhar os afetos da família nesse processo de desligamento, “ali você vai conseguir o objetivo da sua pesquisa”. Ele disse que Oscar queria pedir dispensa do trabalho para estar na visita que faríamos, mas ele explicou-lhe que não precisava, que tínhamos oportunidade de nos conhecermos depois.

“Pedir dispensa para participar da visita?” Pensei. Achei interessante e curioso tal envolvimento.

Ricardo explicou que a mãe de Igo ainda está com uma das filhas, e que o conselho tutelar está tentando “pegar” essa criança, assim, a família acolheria ela também. Porém, ele explica que a mãe das crianças tem se escondido, que não atende quando vão à casa dela, portanto ele acha que, pela demora, pode ser que isso não ocorra.

Pergunto o que ele acha do trabalho com as genitoras, porque poucas realizam uma entrega voluntária, então a destituição do poder familiar parecia um processo sempre conflituoso.

Ele respirou fundo, pausou e disse “olha, eu tô ainda pensando o acolhimento familiar sabe? E as vezes eu sinto, eu não sei explicar, mas eu sinto uma coisa...inominável, sabe? eu não sei falar...mas eu sinto, eu ainda estou em um processo...porque nunca é simples...mas assim....com as mães das crianças é difícil.”

Ele conta que faz um trabalho “meio clínico” em que as chama, explica a situação, e diz que tem que melhorar para a criança poder retornar para ela, que ela tem que parar de usar drogas e arrumar emprego.

Ele conta que nesse processo tenta identificar o motivo delas quererem ficar com a criança, então ele as ouve, e quando elas mentem ele aponta isso para elas, e diz “você não está mentindo pra mim, você tá mentindo pra você mesma... tá vendo fulana, você tinha dito uma coisa, agora você disse outra”. Ele disse que no começo elas empenham-se, mas depois a maioria não consegue, então ele aponta que a criança precisa estar segura, e para isso ela tem que comprovar renda, tem que não usar droga para poder cuidar da criança e dedicar-se. Ele explica que elas dizem que o corpo delas precisa da droga, que não conseguem.... então ele vai mostrando para elas isso, que as crianças precisam de alguém que possa cuidá-las...e que se elas querem as crianças, têm, então, que se responsabilizarem por elas.

Pergunto como é a ação deles com as genitoras, (percebo que realmente essa questão me interessa muito) ele diz que tentam acionar a rede, fazem contato com o CREAS, CRAS, pergunto se há CAPS AD (Álcool e Drogas), ele diz que sim, mas que não conseguem muito contato, mas que às vezes ligam. Diz que o intuito é a reintegração familiar, mas que ele diz para elas que isso “é com elas”, ele diz tentar puxar a responsabilidade para elas, para que percebam que se querem ser mães elas têm que mudar muita coisa, e que não é ele, nem o serviço, ou o município que exigem isso... “é uma questão maior”.

Sou invadida pelo incômodo. Trata-se de um projeto de nação, histórico. É um discurso de responsabilização das famílias pelo cuidado das suas crianças, e das mulheres, principalmente que, enquanto mães, mesmo que desfavorecidas, devem à qualquer custo, sustentar o amor materno, e exercer a maternagem. Familismos, gênero e neoliberalismo.

Penso no uso de drogas, como exigir que alguém o interrompa sem considerar os efeitos de uma interrupção abrupta? Da própria abstinência em alguns casos. Quando as mulheres dizem que o corpo pede, do que elas estão falando? São situações complexas que envolvem uso de substâncias que produzem efeitos reais no organismo, e toda essa exigência sem suporte

para um acesso direto ao CAPS AD. Como basear a negociação de filhas(os) sob essas condições? E com relação ao tempo? o período máximo é de dois anos, sendo que em seis meses os casos já devem ser reavaliados e é preciso constar mudanças...porém, por outro lado, enquanto isso, o tempo também passa para as crianças, que permanecem em um período de espera.

Ele continua contando...explica que quando a criança vai para o acolhimento familiar, o encontro entre as genitoras e elas acontece ali, e que no início, ele acompanha, fica por perto. Ele diz que as famílias acolhedoras ficam preocupadas, querem notícias do porquê a criança voltou agitada, e ele lhes diz “calma, esse filho não é de vocês, o carinho que vocês dão toma outras proporções”. Mas ele diz que apesar de acompanhar, tenta não interferir nas visitas.

Ricardo conta que à princípio, as mães não se aproximam muito dele, o sentem como uma figura que representa o poder e controle sobre elas, sobre a situação, mas depois, com o tempo, elas chegam “na portinha” procurando por ele, querendo conversar.

Ele disse que “lá pelo quinto filho é que a maioria delas vai parar pra pensar que estão pondo filho no mundo e perdendo...”. Tenho para mim que elas estão perdendo desde que nasceram, por sua condição desfavorecida, por geralmente já terem passado, elas próprias por diversas situações de privação.

Depois de um tempo de conversa vamos para outra sala, onde ele divide mesa com a assistente social. De lá ele liga para Célia para confirmar nossa ida, e ela diz que está terminando o banho de um dos bebês, ele então diz que iremos um pouco mais tarde.

A assistente social chega e diz “ah, deixa eu arrumar essa bagunça da minha mesa, ele não falou que vocês vinham pra cá...”. Ela pede licença e começa a conversar com ele sobre algumas crianças. Eu digo que vou esperar na sala da frente, para não os atrapalhar. Ele diz para eu ficar à vontade, e que poderia ficar ali mesmo, mas eu digo (pois meu interesse começa a se deslocar para outra situação) que preferia ficar na outra sala, assim também eles podiam trabalhar tranquilos ali.

Nessa sala está uma das crianças acolhidas em família acolhedora, ela está ali com uma cuidadora pois a família precisou sair e não tinha com quem deixá-la. Como a cuidadora não estava ocupada naquele dia, pode ficar com a criança.

Quando chego a bebê está mamando, é uma criança linda, tem olhos de jabuticaba e cabelos bem escuros. Passo um tempo ali acompanhando tudo, a criança chora um pouco, depois é colocada no carrinho. A mulher tem bastante prática e conhecimento no cuidado, o que fica evidente para mim, em poucos minutos. É uma mulher alegre, comunicativa e

carinhosa. Há ali também o motorista que conversa com ela enquanto assiste televisão. Eles brincam um com o outro e me incluem, é divertido e me sinto bem à vontade.

No carro, já indo para a visita conversamos, eu e o psicólogo, mais um pouco sobre o mestrado.

Quando chegamos Ricardo me apresenta “Essa é a Elisa, acabei de conhecer ela também”, fico um pouco sem jeito pois sinto como se ele dissesse que não assegurava muito a meu respeito, que não sabia se poderiam confiar, de fato, em mim ou não, ou quanto. Célia responde: “vixi...acabou de conhecer?”.

A esfera afetiva é de desconfiança, sinto todas(os) defensivas(os). Não compreendo muito porque me recebem assim. Penso que pode ser porque eu seja jovem, ou pela forma como me visto, um pouco informal. Ou pode ser que tenham compartilhado com o psicólogo a sensação de responsabilidade, de “abrir” um lar que recebe crianças em situação que exige certo sigilo. Afinal, reconheço também que dar visibilidade àquilo que se faz é uma grande responsabilidade, pois pode abrir espaço para comparações, julgamentos e averiguações.

Sinto-me um pouco desconfortável diante de uma situação delicada, tenho que ser cuidadosa para termos um começo tranquilo. É preciso ser paciente e aos poucos conquistar ali também meu espaço, é necessário fazer-se conhecer, pactuar a horizontalidade, criá-la e exercê-la.

Quanto ao espaço, gosto muito da casa, tem uma área espaçosa, cheia de objetos coloridos, é confortável e simples.

D. Paula estava conversando com uma amiga de muitos anos. Célia está com um dos bebês no colo, é Igo, ela o coloca na cadeirinha em frente à dona Paula. A outra criança, Luana, está no carrinho dormindo.

A amiga de d. Paula sugere a ela que saiam para podermos conversar com Célia, mas elas continuam por ali. Dona Paula diz que viu na televisão que psicólogo lê mente, rimos e eu brinco “ah, quem dera ter um poder desse aí, imagina?” Ricardo diz “ah, eu é que estou precisando de alguém pra ler a minha” rimos e ela diz, de forma brincalhona, que não gosta de psicólogo. Diz que não sabe o porquê, depois diz que é porque “eles ficam analisando a gente”. Ricardo diz que as vezes é importante, que ele mesmo, quando fazia terapia, sentia-se bem melhor.

A senhora que estava ali, de visita, contou que participou de um atendimento em grupo, e que era bom, mas foram só dois meses, pois chegou uma mulher que dizia que odiava tudo, a vida, o marido...aí ela concluiu que seus problemas eram pequenos. Contou também que em

outra ocasião, foi no psicólogo, mas uma vez só, chegou lá, desabafou, falou um monte, e não voltou mais. As histórias dela tinham sempre um tom engraçado, era inevitável rir.

Os afetos que me ocorrem naquele momento é de que a Psicologia estava em questão ali. Pontuo que a presença de dois psicólogos(as) na casa, deva ter gerado certa inquietação: o psicólogo do programa, e a recente psicóloga pesquisadora, que a família, até então, não faz muita ideia do que significa.

Alegro-me ao notar que desconfiam dos saberes, dos discursos estabelecidos e que questionam a validade das verdades científicas. Minha expectativa é de que com o tempo, seja possível, nesses contatos, experimentarmos uma Psicologia que considera a vivência, que aposta na potência dos bons encontros, na experiência dos seres, que se propõe enquanto ferramenta de empoderamento e não de normatizações.

Ricardo pergunta como estão os bebês, e Célia diz que a menina agora está melhor, que com a troca do leite, ela tem feito “cocô normal”, chorado menos, e está mais tranquila. Essa criança, como Célia explica, chorava muito, tinha o intestino preso e suas fezes eram muito secas. Então trocaram o leite dela, por um, que segundo Célia cheira peixe. A lata desse leite custa mais de cem reais, e a família ganhou doze de uma médica que acompanha as crianças.

Ricardo me apresenta como estagiária, fala que quero fazer uma pesquisa com família acolhedora, e que ele quer explicar um pouco o porquê indicou aquela família, já que ele tinha falado com Célia por telefone bem rapidamente.

Célia diz “pois é...eu fiquei pensando porque a gente? Ai meu Deus!” e ri. Ele diz que os achava uma família mais aberta, e que por ser uma família nova no acolhimento, poderia ser bom, para falar de suas dificuldades. Ele disse que vê de forma positiva a pesquisa, pois é algo que vem da universidade, e contribui, “como trabalho de formiguinha”, mas seria algo que seria lido e poderia ter bons efeitos.

Explico que as pessoas apesar de certa admiração, têm muito preconceito e geralmente não compreendem o acolhimento familiar, Célia concorda, diz que todo mundo acha estranho “como você vai deixar levarem essa criança embora?”. Comento que a pesquisa poderia contribuir com isso, mostrando como é o cotidiano de uma família que acolhe, e como essa família lida com as questões do acolhimento e dos afetos.

Comento que acredito que a família que passa pela experiência de acolher tem uma vivência e conhecimentos muito únicos dessa prática e que minha intenção era construirmos algo em conjunto, de modo que eu pudesse aprender um pouco sobre essa realidade, acompanhando o cotidiano delas(es) durante alguns encontros.

Expliquei que a proposta é que isso aconteça no decorrer de seis encontros, onde conversaríamos sobre diversas coisas relacionadas ao acolhimento, e que poderíamos também, de acordo com a família, produzir pequenas filmagens e fotografias.

Achei importante frisar bem a questão do anonimato, de que não colocaria os nomes da família nem informações que (as)os identificassem.

Explico que quero que eles (as) participem apenas se sentirem-se à vontade, que têm total liberdade de não quererem participar, e não haveria problema algum caso isso acontecesse. Digo que aquele dia eu estava ali conhecendo, me apresentando e explicando minha proposta por achar importante nos conhecermos antes de eles(as) decidirem.

Célia concorda, diz que ver é muito importante e conclui “ah, quando a gente vê é melhor né...”. Comento que sim, que dá para sentir, ter mais dados para imaginar se dá certo ou não, e decidir. Concluo explicando que não pretendia que elas(es) já dessem alguma resposta naquele momento, que eu preferia pegar o número de telefone delas(es), e depois de uns dois dias telefonar para saber o que pensaram, se decidiram, se queriam perguntar alguma coisa, ou mais alguns dias para pensarem. Assim eles(as) poderiam conversar, inclusive com Oscar, que não estava presente.

Digo que Célia poderia conversar com ele, falar um pouco sobre o que conversamos, e decidirem juntos. Nesse momento ela ri e diz “ ah, aquele ali...já decidiu que quer! ”. Ricardo diz que por Oscar, eles já iriam participar, que ele é muito “aberto”. Falo que eles poderiam falar com os(as) filhas(os) também e ver o que elas(es) acham, explicar que teria uma moça, a Elisa, que viria algumas vezes passar um dia com elas(es). Ricardo diz para Célia “fala que você vai adotar uma estagiária por um dia” e rimos, ele se corrige “ah, eu fico falando ‘estagiária’, mas é a Elisa”.

Percebo que Ricardo inquieta-se um pouco diante da possibilidade que dou à família de não participar, ele retoma dizendo que pediu a participação deles(as) devido a importância da pesquisa, “olha ela veio de outra cidade pra conhecer”, Célia surpreende-se, “você é de onde?” respondo que de Assis, explico que lá não há acolhimento familiar “ah é??”. Ricardo diz à ela “viu!? o que fazemos é importante, não tem em todo lugar, ela veio de fora pra fazer a pesquisa. Viu como somos chiques?”.

Falo que conversaríamos sobre o que elas (es) quisessem sobre o acolhimento, as motivações, dificuldades, os sucessos, e que esse seria um espaço para a família. Ricardo as(os) tranquiliza dizendo que vamos falar “essas coisas que a gente sempre conversa”.

Célia diz que antes desse bebê, já haviam acolhido um outro, mas que foi adotado por um colega dela, e que ela tinha contato, então, com esse, ela ficava tranquila. Mas já com a adoção do último, não.

Em diversos momentos da conversa, Célia fala desse bebê que saiu de sua casa e da mulher que o adotou. Segundo elas(es) a mulher era extremamente exigente com relação à criança, queria todas as informações pois não queria um filho com “problemas de saúde”. Então quando ela se encontrou com o bebê, fez uma vistória nele, notou uma manchinha em sua mão e quis saber o que era. Ricardo explicou a ela que devia ser tinta de caneta. Ela então pediu uns dias para arrumar a casa, e o quarto para receber a criança.

Célia demonstrou-se extremamente irritada com essa situação, disse, muitas vezes, que teria batido nela se a tivesse encontrado. Ela contou que a mulher ligou e falou com Oscar, que todo paciente foi passando as informações. Ele falava com Célia em um telefone, perguntava, e passava as informações no outro telefone, ao mesmo tempo, para a mulher.

Célia disse que ficou indignada com o esposo, por ele tratar a mulher com tranquilidade, ela disse “perguntei pra ele: ‘como você consegue? Você não tem coração!?’”. Ela disse que ficou com muita raiva porque adotou seus 3 filhos, e “é assim: você vê e já se apaixona, já quer levar, não fica escolhendo... isso não é mãe (se referindo a adotante do bebê) ... coitadinho.”

Dona Paula disse que falou com uma amiga que “trabalha com os cheios da grana da cidade”, e que vai tentar descobrir por meio dela quem é essa mulher que o adotou.

Ricardo diz que a mulher estava insegura, porque foi chamada de surpresa, e que ela já aguardava na lista há alguns anos, por querer um bebê.

Célia conta um pouco da história de adoção de sua filha, explica que recebeu um telefonema dizendo que tinha uma menina de 3 dias, e que se ela quisesse adotar tinha que correr na maternidade, pegar uns papéis, depois ir em outro lugar, assinar mais papéis e falar com a assistente social no mesmo dia...e que ela fez tudo isso porque queria muito ser mãe daquela criança. Eu a ouvia contando, e parecia uma saga, de uma intensidade muito grande.

Ela retoma a história do último acolhimento e diz que rezou para “o bebê chorar a noite toda” na casa da nova família. Ricardo disse que acreditou que ele resistiria um pouco, o que geralmente acontece, pelo menos nos primeiros dias, e que achou que a mulher ligaria para dizer algo sobre a primeira noite, de alguma dificuldade, mas isso não aconteceu. Célia então conclui “ah, ele era um bebê bonzinho, não deve ter dado muito trabalho mesmo, mas com certeza ele sentiu...”

Percebo a expectativa, a comparação, o afeto de perceber-se como “de passagem” na vida de um ser e ter que, em algum momento, compreender o fim do ato de cuidar e de proteger.

Quantos afetos surgem na entrega de uma criança acolhida nos braços de outra mulher: a mãe, figura de que tanto se espera.

Célia aposta na ideia de que o bebê tenha percebido a diferença das casas, das pessoas, dos colos, dos cheiros, das vozes, dos toques, das rotinas...pois ela provavelmente sentiu, por não tê-lo consigo, em casa, naquela noite.

Esse é o primeiro desligamento de fato que essa família enfrenta (pois o primeiro acolhido está com uma família com quem mantêm contato), e pareceu-me marcante. D. Paula também se expressa, concorda com Célia em relação à atitude da mulher. Ri quando a filha diz brava que queria bater na outra mulher, e compartilha também a falta que sente do bebê.

A comparação em relação às atitudes das mães no momento da adoção é um aspecto marcante. Célia se identifica de alguma forma com essa situação, mas não compreende as atitudes da outra mulher, e as expectativas parecem aumentadas pelo fato desta ser psicóloga.

Quando Célia questiona se Oscar “não tem coração”, ela aponta como as marcas ganham corpo de maneira diferente para cada ser. Os afetos dela parecem borbulhar, a movimentam, agitam, e ela dá sentido à essas vivências por meio de uma atitude diferente da dele.

O afeto manifesto na vontade de encontrar, de descobrir quem é a família do bebê, aparece de forma confusa, é uma busca de manutenção do contato, mas com uma mulher, (agora mãe) considerada desaprovada... a busca de informações parece mascarar algo que força passagem, que busca atualizar-se. Trata-se de algo inominável, ainda.

Pergunto se elas(es) têm foto do bebê que foi embora, Célia diz que sim, pede para a filha vir mostrar no computador, a menina parece animar-se com a proposta, e elas vão escolhendo as fotos para mostrar. Vemos fotos dos(as) outros(as) bebês também.

A imprevisibilidade do encontro marca-me, pois nada garante a intensidade deste, é preciso lançar os dados em um jogo que traz à tona a força do imprevisível, pois nunca sabemos, a priori, o que resultará dele, uma vez que envolve-se a capacidade de afetar e de ser afetada(o) de cada ser.

É assim que os afetos transitam, irrompem e dão movimento à esse nosso primeiro encontro.

Encontro 23.08.2015

Dois dias antes da viagem, liguei para confirmar minha ida. No telefone falei com Célia, que prontamente confirmou estar à minha espera. Ela confirma o horário de chegada comigo e diz que irá buscar-me na rodoviária.

Chego 12:20. Ando pela rodoviária à sua procura. Espero alguns minutos e depois de decorridos 20 minutos ela aparece, no momento em que estou tentando telefonar-lhe. Ela traz no colo um dos bebês, Igo. Ela me vê, sorri e pergunta se eu achei que ela não iria. Respondo que havia ficado um pouco preocupada, e estava justamente, naquele momento, telefonando para ela.

Enquanto acompanho-a, ela explica que se atrasaram pois levaram o filho para um compromisso da escola.

No carro está Oscar, eu ainda não o conheço. Cumprimento-o, e acho-o parecido ao Papai Noel: tem barriga, voz doce, e barba branca.

Célia pede para que eu leve o bebê, no banco de traz. O bebê é bem pesado, grande, tem bochechas grandes e olhar curioso. Um encanto.

Sinto que não sei segurá-lo, mas ele logo se acomoda e parece me ensinar como gosta de ser segurado. Então ele adormece, eu acho graça.

No caminho eles me perguntam da viagem, de quanto tempo levou, se eu havia esperado muito tempo na rodoviária, falam de um dos filhos e comentam que há 15 dias estão acolhendo mais uma criança, uma recém-nascida que lhes foi entregue poucos dias após o nascimento. Dizem que ela “é miudinha”. Comento que no dia em que fui na casa deles com o psicólogo, Célia havia insinuado que percebeu algo do psicólogo no sentido de levar mais uma criança. Lembrei desse ocorrido, de Célia e sua mãe dizerem, em tom de brincadeira, que não era para ele levar mais uma criança, já que tinha acabado de ir embora um outro bebê que eles então acolhiam.

Quando chegamos na casa Célia ajuda-me pegando o bebê para eu descer do carro. Laura, sua filha, logo aparece, traz sempre um olhar meigo e tímido, porém curioso. Vejo a criança recém-chegada, de fato é bem pequena, branquinha, tem bastante cabelo. Luana também está ali, parece que está crescendo, desde a última vez que a vi.

Almoço junto com Célia enquanto Oscar vai para dentro fazer algo relacionado às crianças. Ela conversa bastante comigo, faz diversas perguntas. Sinto-a um pouco preocupada em receber-me bem, em causar uma boa impressão, mas apesar disso, ela parece sincera, atenciosa, pergunta, e de fato, parece se importar com o que respondo.

Oscar explica sobre a tabela fixada na geladeira. É uma forma de organizarem-se nas atividades com as crianças. São três crianças, duas de 3 meses, e uma de 15 dias. Cada uma com demandas específicas, com leites e remédios diferentes. Em cima ele me mostra que além dos nomes há as fotos de cada criança.

Ele diz que foi instruído pela médica a dar “mamá” para as crianças nos primeiros quinze dias pelo menos, a cada 4 horas, acordando a criança, se for preciso. Oscar explica que isso está

relacionado a quantidade de glicose, que é muito importante, pois a falta desta pode levar a criança a óbito, inclusive. Então, ele ressalta a importância da tabela.

Como eles(as) já estão conversando e contando várias coisas, tento aos poucos retomar e incluir a explicação sobre o intuito da pesquisa, sobre as filmagens, meu interesse, de como comecei a pesquisar sobre adoção, de como está relacionado à minha vivência enquanto filha adotiva...depois retomo alguns pontos novamente, quando Oscar está mais próximo. Falo que com o celular vou gravar o áudio durante o dia, e que não faria entrevista, mas que iria ouvir o que eles quisessem falar, e que eu escreveria algo sobre isso, e caso eles(as) não se importassem, faria também algumas filmagens.

Assim, ligo o gravador do celular.

Explico que quero acompanhar um pouco a rotina deles(as) com as crianças, filmar algumas situações cotidianas como a hora do banho, de dar comida, por para dormir. Célia acha engraçado, diz que depois vai trocar Igo, e comenta que ele faz muito coco, que enche a fralda “às vezes vai até nas costas”. Então ela diz para ele “vê se não vai me matar de vergonha hein!” e ri.

O curioso é que é exatamente esse bebê que ela quer mostrar no momento da troca de fralda.

Percebo que eles(as) sentem como se meu “trabalho” iniciasse-se quando ligo a câmera, mas para mim já iniciei-o há algum tempo, desde que saí de casa, talvez, ou mesmo antes.

Para minha surpresa, logo eles(as) parecem-se bem à vontade com as filmagens. Compreendo um pouco isso, com o decorrer do tempo, ao perceber que Laura está sempre com seu celular, tirando fotos da família e dos bebês, e mais tarde, também de mim.

Lembro também como ela, no primeiro dia, mostrou diversas fotos de todas as crianças que acolheram. Ela é quem documenta, retrata. Penso que talvez Célia e Oscar estejam relativamente habituados.

Passamos o dia conversando, sobre muitas coisas.

Célia conta do bebê que foi embora, de como ela achou estranho a mãe que o adotou ter pensado uma semana se iria, de fato, ficar com ele ou não (isso ainda a incomoda visivelmente), ela compara novamente consigo. Fala da adoção de Laura, de como quis levá-la assim que a viu.

Ela comenta então que o psicólogo disse-lhe que a mulher levou esse tempo porque estava arrumando o quarto para o bebê, ela brincou: “ela deve estar arrumando uma mansão pra ele”. Segundo o psicólogo, a mulher se sentiu insegura, pois estava na fila de adoção à algum

tempo e foi “pega de surpresa”. Mas apesar dessas explicações, Célia parece não se conformar com a atitude da mulher.

Ela conta que esse bebê adotado por tal mulher, foi o primeiro que a família acolheu. Pelo que eu pude entender, este não foi, de fato, o primeiro bebê acolhido, mas o segundo. Porém, este “marcou” mais a família por ter ficado mais tempo (3 meses).

Já Laura, apesar de demonstrar carinho por todos(as) os bebês, parece ter-se apegado mais à um deles. Acho isso porque ela comenta sobre ele várias vezes.

O casal têm 3 filhos(as), ambos adotados, mas os outros dois ainda não conheço.

Oscar prepara o leite das crianças enquanto comenta sobre a adoção de Laura, ele conta que por ela não ser da mesma cor deles, isso gera certo estranhamento nas pessoas. Ele conta que desde o princípio falaram para os filhos(as) sobre sua adoção.

Célia diz que às vezes, quando está brava com um dos filhos, ela critica a mãe (genitora) dele, e então ele replica dizendo que se não fosse por ela, Célia não o teria como filho. É assim que ele a “desarma”, pois ela reconhece “ele está certo”. Ela complementa dizendo que não quer que eles odeiem as genitoras. Oscar então diz que fala para os(as) filhos(as) que suas genitoras também demonstraram amor ao entregá-los(as) para adoção, e não terem abortado.

Nesse dia, depois de algum tempo, eles(as) mostram a parte interna da casa. Sinto como se fosse uma passagem, uma representação, como se agora, eu estivesse sendo mais aceita, recebida dentro da família. Até então havíamos nos restringido à parte externa da casa, uma varanda espaçosa e bem agradável, mas minha curiosidade já havia levado-me a imaginar como seria a casa, por dentro.

Tudo é bastante colorido, com colantes nas paredes, cortinas, e objetos diversos. Levam-me ao quarto onde Célia faz a troca de Igo, que não está muito sujo. Ela mostra-se aliviada e satisfeita. Comento que ela parecia apreensiva com esse momento, e rimos. Mostram-me na sala um berço adaptado para uma das bebês. Ele tem madeiras embaixo de alguns pés, que fazem com que um de seus lados fique mais alto, o que a ajuda com relação ao refluxo. Oscar explica que foi a médica quem lhes deu essa dica.

O quarto de Laura, como ela mesma aponta, foi transformado em um quarto de bebê, no centro há um berço, e em volta suas coisas. Ela comenta que não tem mais quarto, o que não parece uma denúncia ou reclamação.

Oscar explica uma mudança no outro cômodo que é para os outros dois filhos, que pelo que entendi, compartilham o mesmo quarto.

Enquanto Célia e eu conversamos, Laura faz um bolo de copo, e vai perguntando para a mãe onde estão as coisas, onde põe o lixo.... Depois de pronto, comemos o bolo, está bom e Célia elogia. Ela lembra da avó e leva-lhe um pedaço também.

Laura fica por perto acompanhando toda a conversa, e como apontam Célia e Oscar, (o que é visível para mim) ela é bem participativa no cuidado com os(as) bebês acolhidos(as).

Ela torna-se parceira também comigo, e colaborativa com a pesquisa, o que fica evidente para mim quando comento que estou tentando configurar a câmera por conta da iluminação do ambiente, porque quero deixar a filmagem mais clara. Pouco tempo depois, Laura vai até Célia, ela mostra-lhe algo no celular, e elas comentam que não dá para ler porque está em inglês. À princípio não compreendo do que elas falam e imagino que seja algo relativo à elas, porém, em seguida, percebo que Laura baixou o manual da câmera para ajudar a encontrar a função que eu procurava. Diante de minha surpresa por sua iniciativa, agradeço de forma muito autêntica, o que parece deixar-lhe feliz.

Sinto de fato, que tenho nela uma parceira de trabalho, ela está comigo.

Enquanto conversamos, ela tira fotos de mim e da mãe, e com um programa do celular, muda a cor de nossos cabelos, e nos maquia.

Desde o princípio tenho muito carinho por Laura, e não tenho uma explicação muito precisa a esse respeito, mas acredito que possa ter relação com nossa identificação na condição de filhas por adoção.

Essa sensação remete-me à situação que se segue, e parece confirmar que não apenas eu reconheço em Laura algo meu, da minha história, mas que Célia também estabeleça essa relação: Célia me pergunta sobre o mestrado, sobre como funciona. Explico um pouco, falo do que vem depois. Ela faz alguns comentários sobre como parece difícil, que ela ficaria nervosa em uma situação em que tivesse que defender algo publicamente. E então ela pergunta para a filha: “e você, como vai ser?” ao que Laura responde que será violinista.

Percebo como Célia, imediatamente, ao ouvir minha trajetória, reporta-se à sua filha. Estabelece uma relação rápida entre nossas histórias.

Oscar fala de seus irmãos, que todos sabem que ele acolhe crianças, mas que nenhum deles foi visitar, para saber o que é. Ele diz que tem gente que se aposenta, e só pensa em si, achando que já fez tudo o que podia.

Ele mostra uma caixa cheia de amostra de remédios, diz que é das crianças, fala dos leites que são doados, e de como as pessoas vão contribuindo. Os leites estão empilhados, são várias latas.

Ele mostra também a mamadeira de Julia, que é de vidro, pois seu leite é muito gorduroso (cheira peixe, segundo Célia), e como ela tem um cano por dentro que impede a

entrada de ar ajudando assim no refluxo dela. Eles explicam que foi a medica quem lhes deu essa dica também.

Eles(as) falam muito animados(as) sobre a melhora de Julia. Contam que ela tomava leite comum e passava muito mal, vomitava, chorava muito e fazia “coco bolinha”, o que os(as) deixou extremamente preocupados(as). Julia havia sido acolhida anteriormente por outra família acolhedora, mas a senhora que a cuidava ficou doente, e não pode acolhe-la mais, e assim ela foi levada para a casa de Célia e Oscar. Porém, eles(as) apontam como lá esse problema da criança não foi tratado. E comparam seu estado agora, Célia diz que seu olhar era muito triste, que aparentava muito sofrimento. Ela diz que a médica lhes instruiu a interagirem, conversarem bastante com Julia, para ajudá-la a desenvolver-se, pois ela já foi muito negligenciada, e já passou por muitas rupturas.

Essa médica é conhecida da família há bastante tempo, (as)os acompanha desde o cuidado com seus filhos(as). É ela quem doa as latas de leite para Julia, e passa instruções de cuidado.

Pergunto um pouco sobre as visitas das(os) acolhidas(os) às suas famílias de origem e Célia diz que sente que as crianças voltam mais agitadas, mas que não acredita que isso está relacionado ao encontro com as genitoras, mas com o fato de mudar a rotina dos bebês, de irem para o Lar...

Eles contam que a mãe de Igo o quer, mas que falta muita coisa para ela poder ficar com ele; Julia já foi encaminhada para adoção, mas está recebendo esses cuidados primeiro para depois darem continuidade em seu processo. O casal diz que a família acolhedora serve pra isso também, para cuidar das crianças nesse primeiro momento, porque muitas pessoas que pretendem adotar querem crianças saudáveis, e assustam-se com as dificuldade apresentadas pelas crianças. Por fim, a bebê de 15 dias também já foi enviada para adoção, e inclusive recebeu a primeira visita da família adotante, que já queria ficar com ela, levá-la para casa, mas estavam aguardando ainda o posicionamento do juiz, que aconteceria naquela semana.

Célia disse que esse casal quer conhece-los(as), e que acha interessante tal posicionamento, mas que por ela, tanto faz. Ela volta a reafirmar isso, que só se a família adotante de fato quiser, porque não é ela quem “faz questão”, e diz que foi essa sua resposta ao psicólogo do Lar.

Oscar prepara café e comemos pão.

Em algum momento surge o assunto da divulgação do Acolhimento Familiar, e Oscar comenta que é complicado por conta do auxílio financeiro recebido para as despesas com as crianças, ele acredita que teriam pessoas capazes de se cadastrar com interesse apenas no valor

em dinheiro, e não no bem estar das(os) acolhidas(os). Comentamos então da importância da equipe técnica na seleção e instrução das famílias para lidar com possíveis equívocos.

Percebo que já está quase na hora de eu ir, assim começo a organizar-me e Célia comenta “nossa, passa tão rapidinho”. Deixo meu telefone, digo que entro em contato novamente, para marcarmos um novo encontro, de forma que ambos possam participar, sem atrapalhar em seu trabalho, e digo que caso ocorra alguma mudança, eles(as) podem ligar naquele número também. Eles(as) dizem que é difícil um dia que estejam juntos, mas que Oscar pede dispensa do trabalho, que nesse sentido é tranquilo, e assim conseguem participar os dois. Digo que podemos também alternar os dias das visitas para eu conversar tanto com ele como com ela, mesmo que em dias diferentes. Deixamos assim em aberto, à recombinação.

Quando estamos saindo conheço o cachorrinho da família, acho-o uma graça, tem 5 anos e é extremamente animado. Reparo novamente no espaço da casa, com diversos objetos, tudo muito colorido, todos próximos, em uma disposição incrível.

Oscar e Laura levam-me para a rodoviária, e no caminho falamos de grama e de valores, pois comento que tenho interesse em colocar em casa. Ele liga para seu irmão (pede para Laura fazê-lo), põe no viva voz, e lhe diz que tem uma amiga interessada, pergunta quanto seu irmão pagou pela grama, e assim, passa-me tal informação.

Oscar é uma pessoa prestativa e extremamente disposto, atitude (claramente perceptível) também aprendida e assumida por Laura.

Encontro 30.10.2015

Ao telefonar anteriormente para a família, com o intuito de marcar um dia para nos encontrarmos, converso com Célia que diz que “agora só ficou o gordão”, ela explica que as outras duas bebês foram embora. Nesse dia, quem atende o telefone é seu filho do meio, que até então eu não conheço. Estranho a voz, mas logo lembro que eu ainda não conheço toda a família.

Marco uma data com Célia, que depois é remarcada, pois ela explica que fará uns exames, e que depois destes poderá ter mais certeza de seus horários. Como ela e o esposo acharam que tinham perdido o número do meu telefone, pediram ao psicólogo do acolhimento familiar que me enviasse um e-mail solicitando meu retorno para revermos essa data. Nesse segundo telefonema, novamente quem atende é o filho deles.

Com a nova data marcada, no dia anterior à viagem, telefono para confirmar e Célia diz que está tudo certo.

Faço uma viagem tranquila e sinto-me animada.

Quando chego ando pela rodoviária para ver se encontro alguém, depois sento onde posso ver os carros chegando. Espero por volta de vinte minutos, quando uma mulher para o carro no meio da rua, me olha e pergunta “você é a Elisa?”, sim, eu penso, sou a Elisa, mas e essa, mulher quem será? Faço uma busca rápida na memória, e de fato, não faço ideia... Fico um pouco embaraçada, mas confiante de que deve ser algum “esquema”, sorrio e vou para o carro.

Entro, cumprimento a moça, ela diz seu nome (informação que não faz diferença, visto que ainda não faço ideia de quem ela seja). Ela me diz que o Ricardo (psicólogo) pediu para ela ir buscar-me, por que ele foi viajar para visitar a família, e como a casa dela é perto, é caminho e ela estava desocupada, ela foi.

Percebo que, de fato, ela está ali para me levar para casa da família acolhedora, (pequeno alívio) mas não entendo o que o psicólogo tem a ver... (já que não temos usado ele como intermediário em nossos contatos). Não aguento e pergunto como ela sabia que eu era eu, e ela diz que o psicólogo lhe mostrou minha foto do Facebook. Eu acho a situação engraçada e me animo ao perceber a mobilização de uma rede para que aquele encontro acontecesse.

Vamos conversando sobre o clima, até que descubro que a moça trabalha na instituição de acolhimento também, então aproveito para perguntar como foi a questão que apareceu na televisão sobre mudarem o acolhimento familiar do município para atendimento apenas de crianças à partir de cinco anos de idade, então ela explica que o juiz fez isso porque uma outra instituição que também trabalha com famílias acolhedoras ali, teve um caso em que a família que acolheu uma criança a adotou, e outra família manifestou o mesmo desejo.

Ela diz que as famílias que acolhem não podem ter intenção de adotar, e que isso deve ser explicado desde o início para as famílias, então, diante disso, ele generalizou e decidiu que no município funcionaria daquela maneira, nada de bebês irem para as casas de famílias acolhedoras.

Enfim, a decisão agora faz algum sentido, até então me parecia bem confusa, pois eu sabia da decisão, mas não entendia o motivo.

Ela diz que todas(os) foram contrárias(os), promotoras(es), as famílias acolhedoras, funcionárias(os). Ela conta que teve receio, pois perderia o emprego, uma vez que as crianças que já estavam nas instituições, permaneceriam nelas, e apenas as que chegassem a partir de então, é que iriam para acolhimento familiar, e atualmente a maior demanda é de crianças recém nascidas ou bem pequenas.

Ela diz que o conselho tutelar encaminha os casos, e que com crianças dessa idade (maiores de cinco anos), geralmente são casos de maus tratos, violência sexual, questões mais complicadas, segundo ela, e que também por isso a preferência das famílias é por acolherem bebês.

Ela explica que ficaram um mês nesse novo esquema, que inclusive cortaram contato com as maternidades (percebo a descrição de um pequeno pânico), mas que agora voltou ao “normal”. Ela sugere que deveria ser dada uma punição à instituição em que tais casos ocorreram.

A conversa toma boa parte do tempo, e quando vemos, já chegamos. Agradeço a moça pela carona, e logo Célia está no portão dizendo que ficou preocupada porque já era 13:00 e nós não tínhamos chegado, então ela achou que eu havia me perdido, ou que a moça não tinha conseguido reconhecer-me.

Rimos quando eu lhe digo minha percepção da história, da moça desconhecida me chamando, enfim... estamos felizes porque o esquema deu certo!

Quando entramos vejo dona Paula (mãe de Célia) sentada, a cumprimento, e percebo que Oscar não está, depois percebo que Laura também não.

Célia diz que está terminando o almoço, ficamos ali, as três conversando, eu e dona Paula sentadas, e Célia andando de um lado para o outro, pegando sal, prato, concha. Acho que a tarefa de dona Paula é me dar atenção, imagino que Célia tenha combinado isso com ela, já que na última visita ela não apareceu, e Oscar estava em casa.

A conversa é muito agradável, falamos dessa questão das crianças a partir de cinco anos, e Célia dá mais detalhes do ocorrido, ela diz que foi um casal que estava acolhendo um bebê nascido de uma menina de 14 anos, então elas quiseram adotá-lo, e essa criança, inclusive foi para casa de Célia, ficou 12 dias e foi entregue à uma família de outra cidade, por conta desse ocorrido.

Célia diz que ele era lindo mesmo, e que o juiz ficou muito bravo e decidiu fazer essa mudança, ou que então ele faria como em algumas cidades em que há uma circulação das crianças entre as famílias acolhedoras, assim a cada dois meses as crianças trocariam de família acolhedora. Célia conta que foi pesquisar na internet, e que isso não existe, não achou em lugar nenhum em que o acolhimento familiar funcionasse assim (sinto a preocupação dela ao relembrar esses fatos). Ela justifica, dizendo que cada família tem uma rotina, um jeito de lidar com a criança, e que para as crianças seria ruim, quando estivesse quase se acostumando com uma família, iria para outra. Ela diz que não vê sentido nenhum, que as crianças recém nascidas não iriam ser bem tratadas na instituição como elas são nas famílias, e relembra o caso de uma

bebezinha acolhida que precisou ter seu leite trocado, e que passava muito mal até que esse detalhe foi percebido.

Relembro que a preocupação do juiz era acabar com a vinculação que levasse as famílias a quererem adotar as crianças. Penso comigo que a proposta do acolhimento familiar é, sim, que as famílias estabeleçam laços com a criança acolhida, pois aí reside um dos principais diferenciadores dessa modalidade de acolhimento do institucional, porém, há um limiar nessa vinculação. Como lidar com tais afetos, como selecioná-los? O judiciário revolve-se em busca de alternativas.

Dona Paula lembra que encontrou o juiz no supermercado, e conta que quando lhe disseram quem ele era, ela foi conversar e disse-lhe que ele precisava ver como Célia e Oscar cuidavam bem do bebê, e que ela não achava certo devolvê-lo para a mãe.

Ela tem outros três filhos, mas quer ficar com o bebê porque gosta do pai dele, mas parece que ela não tem conseguido seguir o que o juiz estabeleceu. Na visita, a filha mais velha bateu na pequena, e o bebê ficou agitado, o que piorou a situação da mãe, e chamaram-lhe a atenção.

Dona Paula pergunta-me se eu tenho filhos, respondo que não e ela diz “ah, mas tem que ter né, tem que ter pelo menos um”. Eu digo que antes eu sentia que não queria ter filhos(as), mas que depois comecei a achar que poderia querer, adotar, ou ter biologicamente, mas que isso levaria ainda algum tempo, e que eu poderia, inclusive, mudar de novo de ideia. D. Paula concorda que eu sou “nova”, estou estudando e que tenho tempo para ser mãe ainda.

Ela diz que cobra da assistente social que seja mãe, fica lhe perguntando se ela não vai ter filhas(os), que ela tem que ter. “Se não vai ser mãe, pra que casar? Pra ficar aguentando homem?”.

Sinto o peso desse discurso, do imperativo de ser mãe. Digo que acho que ser mãe deve uma experiência única, diferente para cada pessoa, mas que algumas mulheres abrem mão da maternidade investindo em outros projetos.

Célia concorda com D. Paula que é bom ter filhas(os), ela diz que faz a gente mais feliz, e exemplifica. Conta de uma amiga que não tem filhas(os), e que é extremamente organizada, limpa tudo o tempo todo, nada pode ficar fora do lugar, “a pessoa fica estranha, é bom ter criança...imagina se tivesse uma criança, se a casa ficava arrumada daquele jeito, ia ficar uma bagunça...coisa fora do lugar...Aqui em casa não fica arrumada, não dá, é toalha no banheiro, em cima da cama, coisa fora do lugar, e eu vou pegando.”

Célia tem uma vivacidade muito grande ao falar dessas coisas! Sua fala acelera-se, dando mesmo a impressão de agilidade, de atividades diversas.

Penso que talvez essas reflexões, esse assunto, sejam ainda resquícios do efeito da pergunta que fiz, logo quando cheguei, sobre a diferença que acolher crianças tinha feito, em suas vidas, pois é curioso que logo em seguida D. Paula diz que daqui a pouco o Igo vai ficar maior e vai bagunçar também. Elas riem muito, imaginando que ele vai abrir os armários, derrubar as coisas, mexer na máquina de lavar roupa. É um riso feliz, mas em certo momento acompanhado de um senso de realidade que parece apontar para a impossibilidade de tal imaginado, pois todas(os) sabem que Igo vai embora a qualquer momento.

Célia diz que “você só aguenta os seus (filhos) viu...os dos outros são mal educados, mas os seus não, nunca...você briga por causa deles!”. Brinco que no acolhimento familiar, eles(as) aguentam os dos outros, cuidam, apegam-se e até amam... “nossa gente...pois é né...e a gente ama mesmo essas coisinhas, fica preocupado depois com o que vai acontecer”. D. Paula concorda e lembra que sua amiga lhe disse que acha que ela mudou, que ficou muito mais alegre com a vinda dos bebês. Ganhou vida!

Lembro-me dessa amiga de D. Paula, e comento com ela que ela estava no primeiro dia em que as(os) visitei, ela confirma que é essa amiga mesmo. Ela conta também de uma outra amiga que vai as vezes, quando ela pede, benzer os(as) bebês. D. Paula fala disso com muito carinho, parece satisfeita em perceber sua capacidade de diferir de si, de se perceber mais alegre, e como ela mesma diz, cheia de vida. Aponto isso para ela, e ela diz “é, ela (amiga) percebeu isso em mim...me falou que eu mudei”.

Para mim, nesse momento, D. Paula fica mais bonita. Eu acho-a linda, é uma senhora dos olhos azuis bem vibrantes, sorridente, e nesse dia, em especial, ela está com uma blusa também azul, que lhe dá um destaque no olhar, é um olhar satisfeito, que compõe um momento lindo!

Ela conta histórias de adoção que deram certo e outra que não deu. Falamos dos segredos, e D. Paula relembra sua infância. Ela parece muito contente ao lembrar tais fatos e de como foi uma criança querida.

Célia comenta que fará uma cirurgia e que por isso vão ficar só com o bebê, “porque senão já tinha vindo mais (*bebês*)”. Dona Paula, nesse momento, fica um pouco inquieta e diz que não conseguiria ficar sem bebês em casa.

Célia conta de uma amiga sua que adotou e não quer contato com a família acolhedora da criança, e conclui dizendo que a maioria das famílias adotantes age assim, com receio. Pergunto o que ela acha e ela diz que até entende, porque as pessoas fazem isso por medo.

Ela conta um pouco sobre seu trabalho, fala de um dia em que se reuniram ela e mais algumas amigas, e ficaram conversando e rindo enquanto um policial fazia plantão; ele

mantinha-se sério enquanto elas diziam que ele devia estar ouvindo tudo e prestando atenção na conversa, situação que as fazia rir ainda mais. Célia relembra esse momento com alegria. Por outro lado, ela conta também do grande estresse de sua profissão, diz que existem hierarquias, e que acontece de terem que acatar ordens e de se submeterem à alguém que tem posicionamento diferente do seu...Ela faz as contas do tempo que falta para se aposentar.

Célia conta do filho, que ele teve “problemas” e fez acompanhamento psicológico. Ela diz que gostava muito da psicóloga, que para seu filho foi muito bom, que ele agora está bem melhor, e que inclusive, não vai mais.

Conheço esse filho de Célia e de Oscar. Foi ele quem me atendeu no telefone. Ele senta conosco, conversa, diz que não se envolve muito com os acolhimentos, mas gosta. Ele brinca com Célia, diz que ela não cozinha bem, e que ele é quem faz o almoço e diz para ela responsabilizar-se pela janta. Ela reclama que ele é “enjoado” para comer. Ele começa a contar histórias também e lembra de uma vez que Célia o deixou de castigo no banheiro.

Célia conta que a família de Oscar parou de ir visitar sua família e até de telefonar, com receio de pedirem algo. Ela explica que a família dele não aceita o que eles (as) fazem pelas crianças do acolhimento. Noto em Célia uma sensação de chateação diante dessa não aceitação. “Eles não pagam nossas contas, então deixa”.

Célia conta da genitora de uma das crianças acolhidas que era moradora de rua, não lembro-me bem da história, mas o que me marcou foi como ela falou de tal mulher, com certo sentimento de aversão, chamando-a de vagabunda.

Ela comenta também sobre a saúde do bebê, que ele está pesando 10 quilos e a médica deu algumas instruções alimentares para que ele não ganhe mais peso.

Célia diz que vai fugir para não devolvê-lo, quando perguntam para onde, “ah, se eu vou fugir não vou contar né...”. O tempo máximo que a família ficou com uma criança em acolhimento foi 4 meses, Igo já está à cinco. Célia fala dessas datas e vai, de algum modo, antecipando os afetos da despedida ao brincar com a situação.

Noto que há uma brincadeira entre Célia e Igo, a do “Pinto”, ela repete a palavra para ele “oh o pinto”, “ah, vamos guardar esse pinto” ou “cadê o pinto?” e ele interage, ao passo que ambos riem muito.

Durante nossa conversa vemos algumas fotos no *Facebook* e Oscar mostra o grupo da família colhedora em que há registros de vários momentos das famílias do programa e algumas postagens dele. De modo geral, há pedidos de oração pelas crianças, fotos de acolhidas(os) recém chegadas(os) às casas de uma ou outra família acolhedora. Parece uma rede de informação, apoio e trocas.

Encontro na casa um cordão com várias chupetas penduradas, é como um varal e nelas estão as datas das idas de cada criança a quem elas pertenciam. Célia fala de Igo, que a dele é a próxima.

Laura ajuda-me a mexer em algumas configurações para conseguir baixar um vídeo do *Facebook*, é uma filmagem que Oscar fez de uma das crianças e que decidimos adicionar ao material da pesquisa.

Assim que Oscar chega, vai “fazer festa” para Igo que lhe devolve com a mesma empolgação. É gostoso vê-los em sua interação, pois Igo o reconhece e seus afetos são perceptíveis pela expressão de seu rostinho, pelo sorriso e os movimentos das mãos em direção à Oscar...

Sinto Oscar um pouco diferente, menos receptivo, talvez seja por ter acabado de chegar do trabalho, pode estar cansado, quem sabe preocupado.

Vou embora feliz, depois de uma tarde em que muita coisa pôs-se em movimento. Minha sensação desse dia, foi de que ficamos, a maior parte do tempo em três mulheres, conversando e refletindo sobre filhas(os), trabalho, acolhimento e maternidade. Não sei para elas, o que ecoou, mas quanto à mim, saí satisfeita, senti-me confortável boa parte do tempo, consegui me inserir, acompanhar algumas de suas atividades, elas(es) sentiram-se à vontade para falarem de si, de expectativas, de medos, de despedidas, da casa.

Encontro 13.05.2016

Vamos dialogando pelo *Facebook* para combinar nossa data de encontro.

Quando chego na rodoviária encontro Oscar com um bebê no colo, em pé. Aproximo-me e ele diz qual é o carro e entrega a criança e a chave para mim, enquanto vai pagar o estacionamento.

Eu confundo o carro pois havia, bem próximo, separado apenas por dois outros carros, um com descrição igual ao carro de Oscar. Eu tento abrir a porta e como não tenho êxito, desisto, me concentrando apenas nas atividade de segurar o bebê.

O bebê e eu vamos compondo nossas posturas, aos poucos no encontro dos nossos corpos, em que o meu deve proteger e sustentar o dele. Um suporte de corpos, uma maquinaria.

Esse bebê é muito expressivo, tem olhos imensos e claros, testa grande, orelhas afastadas, e bochechas fofas. Ele ri e olha bastante para o meu cabelo.

Logo vejo Oscar aproximando-se da porta de outro carro, é quando percebo o equívoco. A situação fica engraçada, e rimos do fato.

No trajeto eu levo o bebê no colo no banco de trás, até tendo usar a cadeirinha, mas o pequeno quer o colo. Ele demonstra isso enrijecendo seu corpinho quando tento acomodá-lo na cadeirinha.

Oscar vai no trajeto me atualizando, conta os fatos, fala das crianças. Há ainda outro bebê com a família, que é um mês mais velho. Esse tem comprometimentos em sua saúde, acredita-se que devido ao uso de drogas e bebidas alcoólicas feito pela genitora durante o processo de gestação, Oscar explica que ele tem síndrome alcoólica fetal. Ele conta que os dois bebês são filhos de moradoras de rua.

Quando chegamos Célia vem nos encontrar no portão. Ela mudou o visual, e seu cabelo mais curto lhe confere um aspecto mais jovem, mais leve.

Vamos conversando e conheço o outro bebê, ele está dentro da casa, no berço. Ele tem um olhar interessado mas um pouco distante, é pequeno, negro. Sinto seu corpinho mais rígido, se comparado ao do outro bebê. Oscar, ao meu lado, conta que ele o leva quase todos os dias em uma instituição em que trabalham diversas(os) profissionais, como fisioterapeutas, terapeuta ocupacional...e que o trabalho tem sido intenso, eles passam horas lá, e o bebê chega em casa cansado.

Esse bebê passou por acolhimento em outra família acolhedora, mas depois de 7 dias foi levado para casa de Oscar e de Célia, que logo notaram algo diferente no pequeno. Eles levaram-no então ao hospital e descobriram que ele estava com um tipo de pneumonia. Ele foi internado e passou ali alguns dias.

A respiração dele é pesada e faz barulho, mas em alguns momentos, durante o dia, dormindo, ele respira tranquilamente.

Oscar alimenta-o e explica que há uma tática para fazê-lo, uma vez que ele não gosta da papinha, e precisa comer mais sólidos para não passar muito mal. Oscar vai intercalando a mamadeira e as colheradas da papinha. No final, o bebê comeu bastante e Célia acha que foi muito.

A tabelinha de horários marcando as papinhas e remédios, ainda está na geladeira. É difícil lembrar a cada trinta minutos de alimentar as crianças, ainda mais com suas necessidades diferentes. É uma organização para a família, bastante necessária.

Eles(as) contam que uma das bebês que conheci e que foi adotada, vai fazer aniversário, e que elas(es) foram chamadas(os), assim, animadas(os) mostram-me o convite. Lembram também de Igo, que sua mãe permitiu o encontro da família acolhedora com ele, meses depois de ele ter retornado para a família de origem. Vi inclusive uma foto desse encontro no Facebook de Oscar. Igo está grande.

Célia e Oscar contam com muita alegria desse dia, dizem que ficaram contentes com a atitude da mãe, que é uma pessoa “simples” e que apesar da insegurança, permitiu o reencontro. Oscar explica que ela teve que se adaptar às exigências da equipe para ficar novamente com o filho, e que estava ainda sob observação da equipe técnica.

Quanto ao programa, me dizem que houve a expansão planejada e mais 10 famílias estavam passando por processo de treinamento, e que este estava sendo mais detalhado, com a intenção de que essas famílias consigam desempenhar bem sua função junto às crianças acolhidas.

Essa expansão resultou em uma equipe nova composta por mais uma assistente social e mais uma psicóloga. As duas equipes vão se dividindo e acolhendo as crianças que chegam, redistribuindo entre as famílias e fazendo o acompanhamento. Um dos acolhimentos da família já estava sendo acompanhado por essa nova equipe. Pergunto como tem sido esse contato, e Oscar responde que elas são bem profissionais, que não há um contato muito próximo ainda, mas que acredita que com o tempo isso vá mudando.

Assinamos os termos, e Laura vai para a escola.

Almoçamos, e Murilo diz que aproveitou que ia ter visita em casa e pediu um prato para mãe, deu a sugestão, já que geralmente ele é quem prepara a comida.

Havia arroz, feijão, purê de batatas, molho vermelho com carne moída e salada. Tudo bem preparadinho, o feijão estava lindo e saboroso. Há suco, refrigerante.

Depois de algumas horas, chega uma prima de Célia, trazendo um bolo salgado, encomendado por ela, que também está muito bom.

Oscar leva um dos bebês à consulta médica, pois está tossindo e com o nariz escorrendo. Em sua ausência converso com Célia e com dona Paula, que chega depois.

Célia conta de Murilo, que adorava brincar com as panelas no banheiro. Rimos muito quando ela diz que havia uma prima que tinha panelas muito diferentes e bonitas, e que quando iam visitá-la, Murilo ficava bastante animado, tirava todas as panelas para fora e ficava deslumbrado.

Ele reclama que a mãe o trancava no banheiro, e ela diz que ele era terrível.

Conto de mim, de quando era criança e pegava os garfos e enfileirava-os no chão para fazer cerquinha para meus cavalos e bozinhos de brinquedo.

Conto um pouco das mudanças, de como tem sido passar um tempo novamente morando com minha mãe, e nessa partilha é curioso que eu falo da relação do espaço do quarto, que minha mãe arruma minhas bagunças, e que depois eu não acho mais minhas coisas, e que ela se preocupa em arrumar, concertar e lavar minhas coisas e roupas... Célia conta da relação dela

com sua filha Laura, de como ela também age assim e a filha reclama dizendo que aquele espaço é dela, ao que Célia retruca que ela é quem paga as contas, é o quarto da casa dela, e ela compreende isso como um cuidado. D. Paula também identifica-se e diz que essa é uma atitude das mães diante de seus/suas filhos(as), não importando a idade destas(es) (cuidar das coisas, lavar as roupas). Compreendo que para elas é como se isso compusesse a forma como as mulheres mães subjetivam-se.

Oscar retorna um pouco descontente da consulta, diz que foi mais ou menos gratuita, e que não foi atendido pela mesma médica. Ele compara os atendimentos e comenta que o bebê não foi examinado como a outra médica geralmente o faz, de modo mais detalhado.

Ele traz alguns remédios.

Oscar comenta que recebeu a visita de um de seus irmãos, e que sua família não compreende bem sua escolha de ser família acolhedora. Ele explica que eles(as) acham que ele deveria estar descansando, aproveitando de outras formas sua aposentadoria. Sua resposta é o sorriso das crianças, isso o motiva, isso paga.

Ele comenta dos gastos a mais que tem tido com o último acolhido por conta do transporte, pois leva-o várias vezes na semana para realizar o acompanhamento na instituição que ele havia comentado.

Vou notando que algumas crianças vêm enquanto outras vão, passando pelo acolhimento familiar cada uma com uma história, mas que, de modo geral, se aproximam pela condição de vivências de privação, abandono, disputas ou maus tratos, o que compõe suas histórias e marca seus corpos nesses primeiros momentos de vida. A família acolhedora acompanha, passa por experiências antes não vividas, adquire conhecimentos a respeito de doenças, de medicações, truques de cuidados, alarga seus encontros e suas possibilidades de afetação.

Tais famílias deparam-se com situações extremas, e entre chegadas e partidas, presenciam a formação de novas famílias, a criação de vínculos que, mediados pelo judiciário, tornam-se legitimados ou não. Toda essa vivência confere-lhes responsabilidades e a percepção de que estão envolvidas(os) em uma prática de relevância social.

Por outro lado, essas famílias são por vezes incompreendidas e/ou criticadas, o que também passa a compor seu universo afetivo.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Em acordo com o capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)

1ª via – Pesquisadora
2ª via - Sujeito

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Cartografia dos afectos em contextos de acolhimento familiar”, sob a responsabilidade dos(as) psicólogos(as) e pesquisadores(as), Elisa Mariana Carvalho Ribeiro (RG nº 45.778.828-8), e Dr. Fernando Silva Teixeira Filho (RG nº 17.973.813-6).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidos junto ao Comitê de Ética da UNESP de Assis (CEP) no telefone (18) 3302-5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com os(as) pesquisadores(as) responsáveis, indicados logo abaixo neste documento.

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender os afectos nas relações das famílias acolhedoras com as crianças/adolescentes por estas acolhidos(as).

O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é o interesse em compreender mais sobre o que é ser família acolhedora, como ocorrem as trocas afetivas nesse contexto de acolhimento, as dificuldades enfrentadas pelas famílias, e dessa maneira poder esclarecer outras pessoas que também tenham desejo de se tornar família acolhedora, ou que queiram entender sobre o que é acolher uma criança.

Para tal, faremos o seguinte:

1. Primeiramente, vamos esclarecê-lo(a) sobre todos os procedimentos da pesquisa e, somente após isso, se concordar em participar, assinará este termo de consentimento e participação;

2. Em seguida, vamos combinar datas e locais à sua escolha para realizarmos aproximadamente 6 encontros, em que a pesquisadora estará junto com sua família acompanhando as atividades durante o dia. Nesses encontros serão realizadas conversas, basicamente, sobre sua definição de família de acolhimento, sua relação com a criança/adolescente acolhido(a), como essa experiência tem sido percebida por você durante o processo, sobre sua história de vida, assim como sobre o cotidiano do seu grupo familiar e as divisões das tarefas e responsabilidades com o cuidado das crianças/adolescentes. Estas entrevistas e encontros serão áudio-gravadas(os) e posteriormente transcritas(os), sem o impedimento de que haja outras formas de registro, como filmagens, fotografias, ou outro tipo de material produzido durante o processo pela pesquisadora, por você, pela sua família, ou pela criança/adolescente acolhida, desde que tal proposta seja bem aceita e não gere constrangimentos ou insegurança. Essa sugestão de trabalho fica aberta às modificações que se percebam necessárias diante de qualquer demonstração de dificuldades dos(as) envolvidos (as) em se sentirem à vontade com tal metodologia.

3. Tudo o que for produzido pela pesquisadora, a partir das conversas, filmagens, fotografias ou postagens no *Facebook*, durante a pesquisa, será apresentado à você para que, caso você queira, possa analisar, criticar e/ou fazer acréscimos. Isto lhe garantirá a possibilidade de excluir ou incluir o que tenha relatado de acordo com a sua vontade;

Esta pesquisa não pretende envolver riscos ou desconfortos. Mas, caso você se sinta incomodado por conta de sua participação, todos os cuidados serão tomados para adequar o procedimento às suas necessidades, ou interromper a pesquisa para atendê-lo(a). Os pesquisadores o ajudarão no que for necessário, e são responsáveis pelo seu acompanhamento

e assistência. No decorrer da pesquisa, todos os procedimentos serão esclarecidos antes de serem realizados.

Você possui total liberdade para recusar-se a participar desta pesquisa ou para retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem penalização ou prejuízo ao seu cuidado. Isto significa que você possui total liberdade para não responder às perguntas ou para interromper a entrevista a qualquer momento ou mesmo não comparecer à entrevista marcada sem necessidade de dar esclarecimentos de qualquer natureza.

A sua participação é sigilosa e anônima, de modo que, embora os resultados desta pesquisa sejam utilizados, com objetivo de contribuir para maior compreensão dos processos afetivos presentes no acolhimento familiar, na escrita da dissertação de mestrado, de artigos científicos e apresentação em Congressos da área, em hipótese alguma divulgaremos o seu nome ou dados que possam contribuir para sua identificação.

Esta pesquisa conta com a sua participação voluntária, dessa forma, não haverá nenhuma remuneração.

Este Termo de Consentimento (TCLE) encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável na UNESP em Assis, e a outra será fornecida a você. Informamos ainda que, após cinco anos, todos os dados coletados nas entrevistas serão destruídos.

CONSENTIMENTO

1ª via – Pesquisador(a)

2ª via - Sujeito

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como sujeito, da pesquisa “Investigação sobre as relações afetivas na construção dos processos de família de acolhimento”. Informo ainda que fui devida e detalhadamente informado (a) pelos(as) pesquisadores **Elisa Mariana Carvalho Ribeiro e Fernando Silva Teixeira Filho** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Neste sentido, sinto-me esclarecido sobre os procedimentos. Além disso, foi-me garantido, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e do meu anonimato.

Local e data _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Eu, Elisa Mariana Carvalho Ribeiro, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito/representante legal para a participação na pesquisa.

Elisa Mariana Carvalho Ribeiro
Dados da pesquisadora

Fernando Silva Teixeira Filho
Pesquisador Responsável
Dados do orientador